



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

**UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

MARIA VIRGÍNIA DE SALLES GARCEZ

**CULTURA DE PAZ: PROGRAMA GENTE QUE FAZ A PAZ
UM SONHO POSSÍVEL?**

Salvador
2016

MARIA VIRGÍNIA DE SALLES GARCEZ

**CULTURA DE PAZ: PROGRAMA GENTE QUE FAZ A PAZ
UM SONHO POSSÍVEL?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof^o Dr^o Carlos Alberto da Costa Gomes.

Salvador
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities).

Garcez, Maria Virgínia de Salles

Cultura de Paz: Programa Gente que Faz a Paz um sonho possível?/
Maria Virgínia de Salles Garcez. – Salvador: UNIFACS, 2016.

198 f. : il.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof^o Dr^o Carlos Alberto da Costa Gomes.

1. Cultura de Paz. 2. Programa Gente que faz a Paz. 3. Abordagem Holística Transdisciplinar. 4. Políticas Públicas – Desenvolvimento. I. Gomes, Carlos Alberto Costa da, orient. II. Título.

CDD: 371

MARIA VIRGÍNIA DE SALLES GARCEZ

CULTURA DE PAZ: PROGRAMA GENTE QUE FAZ A PAZ
UM SONHO POSSÍVEL?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano, pela seguinte banca examinadora:

Carlos Alberto da Costa Gomes – Orientador _____
Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Brasil –
ECEME
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities

Carolina de Andrade Spinola _____
Doutora em Geografia pela Universitat de Barcelona, UB, Espanha
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities

Edivaldo Machado Boaventura _____
Doutor em Administração Educacional pela The Pennsylvania State University
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities

Alírio Fernando Barbosa de Souza _____
Doutor em Educação Superior pela The Pennsylvania State University, USA
Universidade Católica do Salvador – UCSAL

Eduardo José Fernandes Nunes _____
Doutor em Análise Geográfica Regional pela Universidade de Barcelona
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Salvador, 26 de abril 2016.

Dedico essa tese ao francês, educador, psicólogo, escritor, Profº Drº Pierre Weil (1924-2008), que criou no Brasil a Universidade Internacional da Paz (UNIPAZ), deixando um legado a teoria fundamental da Cultura da Paz...

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos primeiramente se referirão a Deus, Baba, Buda – Dalai Lama e o Papa Francisco – seres que me iluminam a todo instante e aos mestres que conheci ao longo da minha jornada, principalmente aos meus ancestrais já em outra dimensão. Meu pai e minha mãe, seres que mais amei nesta encarnação e ao homenageado dessa tese Pierre Weil.

Ao meu orientador o Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes, que teve paciência, ou seja, ciência da paz de me acolher ao longo desses quatro anos. Ao final desta orientação a humildade, revelou uma grande nobreza de alma do Doutor caracterizando a essência desta tese que é a Cultura de Paz. Orientação que ajudou a transformar toda “ Vivência” em um projeto acadêmico – Meus profundos agradecimentos!

À Profª Carolina de Andrade Spinola como minha maior incentivadora.

Ao Prof. Dr. Edivaldo Boaventura que deu os principais *insights* da tese, a escolha da metodologia. A essência dessa investigação científica...

A experiência do fenômeno vivido a Cultura de Paz em ação na Rede UNIPAZ – todo conhecimento adquirido no paradigma holístico transdisciplinar. Aos inúmeros amigos que me apoiaram nesse processo.

A família Garcez - irmãos e irmãs e especialmente a minha irmã gêmea.

Quero agradecer com o coração e mente expandida, na pessoa do seu criador o Chanceler Prof. Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho, a instituição UNIFACS Universidade Salvador: aos 18 anos, quando passei no vestibular no curso de Bacharel em Administração (1974-1978) anos depois, fui selecionada na primeira turma do mestrado em Administração e em 2012, selecionada na quinta turma do Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano, que concluo em 2016 com esta TESE ... Eternamente grata a esta Instituição que está sendo um espaço significativo no meu processo de avanço nos estados progressivos de consciência, adquirindo Conhecimento com Sabedoria!

“Jogo a garrafa ao mar. Quem a encontrar que apanhe a mensagem nela contida, e, se quiser e achar oportuno e viável, beneficie a si mesmo e a própria humanidade. É esse o meu último voo”.

Pierre Weil (1924-2008).

RESUMO

Cultura de Paz: Programa Gente que Faz a Paz, Um Sonho Possível? Responde ao seguinte questionamento: o arcabouço teórico-prático denominado Cultura de Paz pode ser empregado no Brasil de forma prática, operacional e organizada como uma ferramenta de inovação das Políticas Públicas voltadas para a segurança Pública, nos moldes do Programa Gente que Faz a Paz? O objetivo geral é avaliar o Programa Gente que faz a Paz como ferramenta de promoção da Cultura da Paz e de sua expansão com o fim de se tornar um programa nacional voltado para a melhoria da segurança Pública. Constituem os objetivos específicos: Analisar a violência na vida pessoal, social e ambiental, o que caracteriza a Cultura de Guerra; Explicar o processo de implantação de Cultura de Paz e de como deve ser a ação no nível pessoal, social e ambiental, mediante a abordagem holística transdisciplinar; Identificar as dificuldades enfrentadas para a implementação de uma Cultura de Paz com políticas via poder público, com bases voltadas para a segurança Pública; Organizar o processo empírico mediante o experimento prático a partir do fenômeno vivido “Programa Gente que Faz a Paz” sugerindo soluções, via políticas públicas, para a implantação da Cultura de Paz. O método utilizado para a investigação dos resultados foi o Fenomenológico, chamado também de “a ciência do vivido”, isto é, a dinâmica de cada sujeito que vivenciou o processo é diferente nas suas diversas implicações e, portanto, não pode e não deve ser aferido quantitativamente. Principais achados: O termo “Paz” e na verdade a percepção do que, em grego, se denomina *holos*, que significa “todo” ou “inteiro”. Daí o sentido das três ecologias compartilhadas pela Rede da Cultura de Paz, composta de organizações, movimentos, iniciativas e projetos: a da paz pessoal ou interior, a da paz social e a da paz ambiental. A necessidade que as Políticas Públicas voltadas para a segurança Pública signifiquem uma resposta desejável, a se traduzir em efetiva e eficaz articulação das ações de desenvolvimento humano, a fim de fazer valer o sentido civilizatório; o Programa Gente que Faz a Paz, representa hoje uma necessidade premente para o futuro da humanidade, como para cada uma das sociedades existentes no mundo; a Paz sem ação é estagnação, é ausência; baixa frequência de educação para a Paz no mundo, sendo um círculo vicioso e um processo sem fim. Nossa pesquisa ainda revelou, na parte empírica, que os entrevistados (os Agentes da Paz) se tornaram mais conscientes da cidadania deles, registraram melhoria da autoestima, que o nível de consciência se tornou mais inclusivo em face de uma nova compreensão da responsabilidade pessoal, social e ambiental deles, assim como, o kit da paz criou ânimo, orgulho e emponderamento para estes Agentes da Paz.

Palavras-chave: Cultura de Paz. Programa Gente que faz a Paz. Abordagem Holística Transdisciplinar. Políticas Públicas - Desenvolvimento.

ABSTRACT

Peace Culture: people who lead peace program, a possible dream? It tries to answer for the following question: Might the theoretical understructure which has been called Piece Culture be implemented in Brazil through practice, operational and organized way as an innovation tool of public policies linked to public security based on such a program? The goal has been to assess such a program as a tool of promotion of peace culture and its expansion in order for this program become itself a national one by trying to be an improvement for the public security. Its aims have been: Analyzing the violence in environmental, social and personal life which has been linked to war culture; explaining the process of implementation of Peace culture by linking to the action in environmental, social and personal level through transdisciplinary holistic approach; identifying the difficulties which have been faced for the implementation of a peace culture with policies through public power linked to public security; organizing the empirical process through practice experience lived in such a program by suggesting solutions via public policies in order to implement the Peace Culture. The used method has been the phenomenological one or the lived science, that is, the dynamic of each person which should not be measured quantitatively. The peace term means the whole thing according to Greek that is why the Peace Culture has had three ecologies: the personal, social and environmental peace which have had organizations and projects. It is fundamental to have public policies linked to security for the human development. Such a program has been crucial nowadays for the humanity future as well as all the societies all over the world. The peace without action is stagnation. Such a research has revealed in the empirical part that the interviewed people (Peace Agents) have become more aware of their citizenship, their self-esteem has reported improved and their consciousness level has been more open to a new comprehension of their environmental, social and personal responsibility as well as the peace kit has helped them to have more courage, proud and power.

Key-words: Peace Culture. People Who Lead Peace Program. Transdisciplinary Holistic Approach. Public Policies - Development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA	20
2.1 CULTURA DE GUERRA	23
2.2 RAÍZES PESSOAIS	28
2.3 RAÍZES SOCIAIS – BRASIL - BAHIA	41
2.4 RAIZES AMBIENTAIS	67
3 AS MÚLTIPLAS FACES DA PAZ	80
3.1 CULTURA DE PAZ: UM NOVO CENÁRIO DE VALORES	80
3.2 A ABORDAGEM HOLÍSTICA TRANSDISCIPLINAR	85
3.3 PAZ INTERIOR, PAZ SOCIAL E PAZ AMBIENTAL	95
4 POLÍTICAS PÚBLICAS	101
4.1 APROXIMAÇÃO CONCEITUAL EMPREGADA NESTA TESE	101
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: HISTÓRIA E TEORIAS	102
4.3 PANORAMA BRASILEIRO	106
4.4 CULTURA DE PAZ NO BRASIL	108
4.5 A FERRAMENTA CULTURA DE PAZ E POLÍTICAS PÚBLICAS	115
5 A CIÊNCIA DAS ESSÊNCIAS E A ESSÊNCIA DO GENTE QUE FAZ A PAZ	128
5.1 O MÉTODO FENOMENOLÓGICO	128
5.2 O FENÔMENO VIVIDO	132
5.2.1 Amostra	134
5.3 A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	134
5.3.1 Programa Gente Que Faz a Paz – uma experiência vivida na Rede da Cultura de Paz	134
5.3.2 A Arte de Viver em Paz	140
5.3.3 Construindo Valores, Ética e Dinâmicas de Convivência	140
5.3.4 Comunicação Não Violenta	141
5.3.5 Resolução de Conflitos	142
5.3.6 Terapia Comunitária	142
5.3.7 Cuidando do Cuidador	143
5.3.8 Plano de Trabalho	143
5.4 ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS	143
5.4.1 Primeira Etapa dos Depoimentos	144
5.4.1.1 Depoimento – Agente da Paz 1	144

5.4.1.2 Depoimento – Agente da Paz 2	145
5.4.1.3 Depoimento – Agente da Paz 3	146
5.4.1.4 Depoimento – Agente da Paz 4	146
5.4.1.5 Depoimento – Agente da Paz 5	147
5.4.1.6 Depoimento – Agente da Paz 6	148
5.4.1.7 Depoimento – Agente da Paz 7	148
5.4.1.8 Depoimento – Agente da Paz 8	149
5.4.1.9 Depoimento – Agente da Paz 9	150
5.4.1.10 Depoimento – Agente da Paz 10	151
5.4.1.11 Depoimento – Agente da Paz 11	152
5.4.1.12 Depoimento – Agente da Paz 12	152
5.4.1.13 Depoimento – Agente da Paz 13	153
5.4.2 Considerações gerais sobre a primeira etapa da pesquisa fenomenológica	154
5.4.3 Segunda Etapa dos Depoimentos	156
5.4.3.1 Depoimento – Educador da Paz 1	156
5.4.3.2 Depoimento – Educador da Paz 2	158
5.4.3.3 Depoimento – Educador da Paz 3	160
5.4.3.4 Depoimento – Educador da Paz 4	162
5.4.3.5 Depoimento – Educador da Paz 5	164
5.4.3.6 Depoimento – Educador da Paz 6	165
5.4.4 Considerações gerais sobre a segunda etapa da pesquisa fenomenológica	167
6 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	169
6.1 RECOMENDAÇÕES	173
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICE A - Matriz Holopoética – Cultura de Paz - Processo Criativo	188
APÊNDICE B - Base Epistemológica das Políticas Públicas Integradas	189
APÊNDICE C - Metodologia da Capacitação dos Agentes da Paz	190
APÊNDICE D - O Kit da Paz	191
APÊNDICE E - Método Fenomenológico - Ciência das Essências	192
APÊNDICE F - Rodas da Cultura da Paz	193
APÊNDICE G - Base Epistemológica	196
APÊNDICE H - Cultura de Paz X Políticas Públicas	198

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho investigou se o arcabouço teórico/metodológico conhecido como Cultura de Paz, estruturado nos moldes do programa “Gente que faz a paz” pode ser uma ferramenta¹ para auxiliar na formulação, eficiência e eficácia de Políticas Públicas voltadas para a Segurança Pública. Esta tese se prende ao fato deste programa ter produzido resultados positivos e inovadores como uma luz no fim do túnel, ou seja, como um sonho possível.

Trata-se de entender, primeiro, em que consiste a Cultura de Guerra e como esta existe historicamente, na perspectiva de contribuir para torná-la uma Cultura de Paz, à luz de um processo de mudança de pensamentos, olhares e ações. A experiência vivida, ao mostrar que isto é possível, surge através da análise dos resultados obtidos pelo Programa Gente que Faz a Paz, que capacitou cinco mil agentes da paz, entre 2005 e 2011, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, mediante a distribuição de dez mil kits da paz, que incluíam publicações (cartilhas e livros), vídeos e CDs, oferecendo metodologias com ferramentas inovadoras em educação para a paz.

O método utilizado para a investigação dos resultados é o Fenomenológico, chamado também de “a ciência do vivido”, isto é, a dinâmica de cada sujeito que vivenciou o processo é diferente nas suas diversas implicações e, portanto, não pode e não deve ser aferido quantitativamente. Cada Agente da Paz utilizou o conhecimento adquirido em processos diferenciados e dentro de seu entendimento e consciência, mostrando resultados vivenciados, favoráveis à implantação da Cultura de Paz. Comprovar que a Cultura de Paz é um sonho possível constitui a essência desta tese em contribuir para a construção de um mundo melhor. Assim questão central que orienta este trabalho é: o arcabouço teórico-prático denominado Cultura de Paz pode ser empregado no Brasil de forma prática, operacional e organizada como uma ferramenta de inovação² das Políticas Públicas voltadas para a segurança Pública nos moldes do Programa Gente que Faz a Paz?

Para responder à questão acima descrita foi necessário estabelecer o seguinte objetivo geral: avaliar o Programa Gente que faz a Paz como ferramenta de promoção da Cultura da Paz e de sua expansão com o fim de se tornar um programa nacional voltado para a melhoria das Políticas Públicas de Segurança Pública.

¹ Definida neste trabalho como de sistema, Instrumento, método para implantar um procedimento desejável.

² O conceito de inovação é bastante utilizado no contexto empresarial, ambiental ou mesmo econômico. Neste sentido, o ato de inovar significa a necessidade de criar caminhos ou estratégias diferentes, aos habituais meios, para atingir determinado objetivo. Inovar é inventar, sejam ideias, processos, ferramentas ou serviços. Nesse trabalho assume o sentido de “promover a eficácia” de tornar as diferentes políticas públicas voltadas para a segurança social ou pública realmente efetivas.

Constituem os objetivos específicos:

- a) Analisar a violência na vida pessoal, social e ambiental, o que caracteriza a Cultura de Guerra;
- b) Explicar o processo de implantação de Cultura de Paz e de como deve ser a ação no nível pessoal, social e ambiental, mediante a abordagem holística transdisciplinar;
- c) Identificar as dificuldades enfrentadas para a implementação de uma Cultura de Paz com políticas, via poder público, voltadas para a segurança Pública;
- d) Organizar o processo empírico mediante o experimento prático a partir do fenômeno vivido “Programa Gente que Faz a Paz” sugerindo soluções, via políticas públicas, para a implantação da Cultura de Paz.

O fundamento do presente trabalho de pesquisa é o estudo da referência empírica do Programa Gente que Faz a Paz, pela relevância de sua experiência ao sugerir soluções para a construção de uma comunidade melhor, inclusiva, mais justa e pacífica.

Por se tratar de um fenômeno da ordem do vivido, a violência se manifesta provocando uma forte carga emocional em quem a comete, em quem a sofre e em quem a presencia, trazendo uma percepção de suas múltiplas repercussões psicológicas. Mutante, a violência designa realidades muito diferentes de acordo com épocas, locais, circunstâncias. Há violências toleradas e violências condenadas, que se somam a novas formas desde os primórdios da humanidade, sendo cada vez mais complexas e, ao mesmo tempo, mais fragmentadas e articuladas. Chesnais (1981), em sua obra clássica sobre duzentos anos de violência na Europa, adverte:

[...] O leitor deste livro terá a impressão de entrar num universo fragmentado, disparatado e sem grande unidade. Mas, a própria violência é que se apresenta como um fenômeno pulverizado, atingindo a vida privada e a vida pública em todos os seus aspectos, os mais visíveis e os mais secretos. (CHESNAIS, 1981, p.11).

Assim, o autor distingue três definições implícitas de violência no imaginário social, que contemplam tanto o âmbito individual como o coletivo:

- a) A violência física – atinge diretamente a integridade corporal e pode ser traduzida nos homicídios, agressões, violações, roubos a mão armada;
- b) A violência econômica – que consiste no desrespeito e apropriação de propriedades e bens, contra a vontade dos donos ou de forma agressiva;

- c) A violência moral e simbólica – aquela que trata da dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando os direitos do outro (CHESNAIS, 1981).

Minayo (1994) mostra-nos que “a violência existe desde tempos imemoriais e o ser humano quer entender a essência desse fenômeno, sua natureza, suas origens e meios apropriados a fim de atenuá-la, preveni-la, eliminá-la da convivência social”. Para essa autora, a violência é um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade, onde as pessoas se cruzam, onde existem problemas de políticas públicas, no sistema econômico, que privilegia uns em detrimento de outros, no direito lesado dos cidadãos, na psicologia das relações humanas e institucionais e no plano individual. Como para vários autores, também para Minayo (1994) a violência faz parte da própria condição humana, sendo ao mesmo tempo sujeito e objeto deste fenômeno.

Minayo (1994) concebeu assim a classificação da violência:

- a) Violência estrutural – Oferece um marco à violência do comportamento e aplica-se tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte. Conforme Boulding (1981), essas estruturas influenciam profundamente as práticas de socialização, levando os indivíduos a aceitar ou a infligir sofrimentos, segundo o papel que lhes corresponda, de forma “naturalizada”.
- b) Violência de resistência – Constitui-se das diferentes formas de resposta dos grupos, classes, nações e indivíduos oprimidos à violência estrutural. Esta categoria de pensamento e ação geralmente não é “naturalizada”; pelo contrário, é objeto de contestação e repressão por parte dos detentores do poder político, econômico e/ou cultural. É também objeto de controvérsia entre filósofos, sociólogos, políticos e, na opinião do homem comum, justificaria responder à violência com mais violência? Seria melhor a prática da não violência? Haveria uma forma de mudar a opressão estrutural, profundamente enraizada na economia, na política e na cultura (e perenemente reatualizada nas instituições), através do diálogo, do entendimento e do reconhecimento? Tais dificuldades advêm do fato de a fonte da ideologia da justiça, da mesma forma que qualquer outra ideologia, estar em relação dinâmica com as relações sociais e com as condições materiais. Na realidade social, a violência e a justiça se encontram numa complexa unidade

dialética e, segundo as circunstâncias, pode-se falar de uma violência que pisoteia a justiça ou de uma violência que restabelece e defende a justiça.

- c) Violência de delinquência – Revela-se nas ações fora da lei socialmente reconhecida. A análise deste tipo de ação necessita passar pela compreensão da violência estrutural, que não só confronta os indivíduos uns com os outros, mas também os corrompe e impulsiona ao delito. A desigualdade, a alienação no trabalho e nas relações, o menosprezo de valores e normas em função do lucro, o consumismo, o culto à força e o machismo são alguns dos fatores que contribuem para a expansão da delinquência. Portanto, sadismos, sequestros, guerras entre quadrilhas, delitos sob a ação do álcool e de drogas, roubos e furtos devem ser compreendidos dentro do marco referencial da violência estrutural, à luz de especificidades históricas.

Estes diversos conceitos permitem ampliar e enriquecer a compreensão do fenômeno da violência, a fim de se apreender sua complexidade. Entretanto, mais do que a complexidade da violência, este trabalho se propõe a analisar a Cultura de Guerra e como, através de políticas públicas efetivas e eficazes, em áreas multidisciplinares, pode-se implantar a Cultura de Paz. Diga-se de passagem, que todas estas classificações são aceitas, pois cada uma se refere os diferentes tipos de violência.

A partir de diversas análises dos conceitos de violência aplicados à vida, Frederico Mayor, quando presidente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), declarou que “as guerras nascem no espírito dos homens, e é nele, primeiramente, que devem ser erguidas as defesas contra o ódio.” (UNESCO apud WEIL, 1990, p.7). Com esses termos, Mayor definiu, de forma abrangente, o que as sociedades estavam vivendo e propôs a possibilidade de transformação do ser humano. Assim, esses conceitos apreendidos e compreendidos definem a metodologia que estrutura o arcabouço teórico prático denominado Cultura de Paz. São três bases epistemológicas denominadas “ecologias” – a pessoal, a social e a ambiental, desenvolvidas por Pierre Weil em seus livros *A Arte de Viver em Paz* (1990) e *A Arte de Viver a Vida* (2004) formando a estrutura metodológica que será examinada ao longo deste trabalho.

Esta metodologia é a espinha dorsal da “Formação Holística de Base” que é a teoria fundamental da Universidade da Paz. Ela traz à consciência de seus aprendizes os papéis de agentes de transformação para a Cultura de Paz.

A Universidade Internacional da Paz (UNIPAZ)³ tem seus programas e projetos voltados para a educação para a paz, desenvolveu e coordenado o Programa Gente que Faz a Paz⁴ que foi avaliado como uma das cinco melhores práticas do tema no Brasil – Justificando assim o seu estudo neste trabalho. Trata-se então de verificar os resultados obtidos em seis anos de prática de sensibilização para a Cultura de Paz neste programa, e avaliar assim o potencial para transformá-lo em uma ferramenta para tornar consistentes e duradouras as Políticas Públicas voltadas para a redução da violência em nossa sociedade. Por conseguinte, a Cultura de Paz traz em sua tônica principal, a tentativa de mudança de consciência (sobre seu comportamento em relação a violência) do ser humano, reforçando mais uma vez a adoção do método fenomenológico.

De acordo com Souza (2006), o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que se visa a corrigir e na percepção desse problema pelo sistema político (*politics*). Compete à sociedade política (*polity*) e às instituições/regras conceber e modelar tanto a decisão quanto a implementação da política pública. Por sua vez, Silva (2010) é mais enfático ao afirmar que o modo de vida atual é pseudo-cosmopolita-globalizado, por não ter nome e nem história; chega a salientar que essas são características do mal-estar da atualidade, saudadas como o máximo da sociedade plural. Para esse autor, a sociedade democrática requer uma vida política permanente, visto que seu arcabouço jurídico expressa o Estado de Direito; observa, entretanto, que a ação política na sociedade cabe aos diversos grupos organizados, os quais devem buscar soluções possíveis para a superação de conflitos, já que o espaço público está cada vez mais vazio de questões públicas e despido das condições protetoras da cidadania. Conclui seu pensamento ressaltando que, na configuração democrática, a política civiliza o político, educa e disciplina o poder. Eis o que, à luz desse raciocínio, conclui o Relatório de 2006 do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre a “política das políticas públicas”:

As políticas do setor de serviços públicos e a regulação destes são suscetíveis de politização devido aos custos irrecuperáveis muito altos, às grandes economias de escala e de escopo e ao consumo de massa. Essas

³ **Rede Internacional Unipaz** foi criada para, dentro de uma rede de campi e de um movimento mundial com as pessoas e instituições afins, disseminar uma Cultura de Paz entre os vários segmentos sociais, promover a inteireza do ser e a ampliação de consciências divulgando o paradigma holístico. A sede da Reitoria da Universidade é em Brasília.

⁴ Gente que Faz a Paz é o resultado de diversas parcerias desenvolvidas entre a UNIPAZ, a Associação Palas Athena, a Iniciativa das Religiões Unidas (URI), o Viva Rio, o Grupo Cultural Afro Reggae e a UNESCO nos campos em que atuam: educação para a paz, projetos sociais, campanhas de cidadania, mediação de conflitos, diálogo inter-religioso, direitos humanos e promoção cultural. A experiência acumulada destas instituições foi reunida e sistematizada para utilização nas capacitações dos Agentes da Paz (UNESCO, 2010).

características oferecem aos governos e aos políticos a possibilidade de se comportar de modo oportunista, a fim de expropriar de forma direta ou indireta as empresas prestadoras de serviços e assumir o controle de suas quase-rendas, de modo a beneficiar o fisco ou os consumidores. Essas características também levam as empresas a adotar um comportamento monopólico, de modo que é necessário regulá-las para promover a eficiência e proteger os consumidores. O risco de captura dos reguladores pelos regulados introduz ainda mais complicações para os setores de serviços públicos. Todas as agências reguladoras veem-se diante de interesses conflitantes a curto prazo, não só entre fornecedores e consumidores, como também entre as empresas existentes e as que podem vir a entrar no mercado, bem como entre empresas nos diversos segmentos de um setor (por exemplo, entre as geradoras e distribuidoras de eletricidade). Por isso, o processo de formulação de políticas na área dos serviços públicos reveste-se de especial complexidade. Sofre influência não só do processo de formulação de políticas geral do país, como também de complexos fatores institucionais, políticos e técnicos inerentes aos setores. À medida que o processo avança e a estrutura econômica e institucional do mercado modifica-se, as reformas dos serviços públicos tendem a alterar a formulação de políticas nos setores afetados mediante a introdução de novos agentes no processo, a mudança no equilíbrio de poder entre eles e a alteração das possibilidades de que os atores relevantes cheguem a acordos intertemporais sustentáveis. (BID, 2007, p.217).

Muito da exaltação da violência no mundo atual, conforme Arendt (1999) provém da degradação da ação política e cidadã. A promoção e o desenvolvimento de ações geradoras do novo e da cidadania apresentam-se como uma alternativa de diminuir a violência que surge no vácuo da participação social. As experiências educativas mais consequentes são aquelas que estão conseguindo criar espaço de ação política em seu próprio seio. A juventude tem se mostrado muito aberta e receptiva a tudo que contribui para promover e desenvolver a cidadania e o protagonismo juvenil.

A Educação para a Paz tem emergido, na interlocução da comunidade internacional, como uma alternativa eficaz e significativa à violência social. Tarefa mundial, exigência indiscutível, componente importante dos programas educativos, são alguns dos atributos referidos à educação para a paz. Não basta estigmatizar a violência, mas torna-se crucial potencializar os esforços de paz e de mudança presentes nas pessoas.

Embora a educação para a paz constitua-se num conceito abrangente, abrigando as mais distintas experiências, tanto na educação formal como na não formal, sob os mais diversos títulos – educação para a paz, investigação para a paz, educação para a sobrevivência, educação para a responsabilidade global, educação planetária, educação para o desarmamento, educação para a não violência, educação para a compreensão, cooperação e a paz internacional, pode-se constatar um núcleo de preocupações comuns, tais como: criar referenciais não violentos; fortalecer conexões comunitárias; contribuir para o

desenvolvimento social; formar consenso para a paz, enquanto uma construção coletiva; fortalecer pessoas para serem ativistas de cuidados com o meio ambiente; implantar a convivência enriquecedora, emancipatória e solidária; abolir preconceitos e estereótipos; estimular a democracia participativa; contribuir para o desenvolvimento sustentável; respeitar os direitos humanos; participar das campanhas de desarmamento; estimular o diálogo entre os seres humanos e respeitar a diversidade de raças, gêneros, religiões, crenças, culturas e saberes.

É importante não somente teorizar sobre as políticas públicas articuladas e voltadas para a segurança Pública, mas, fundamentalmente, urge a necessidade de sua criação e implementação, a fim de que os indivíduos possam perceber o fortalecimento dos meios e modos capazes de se constituir como alternativas à violência. Para tanto, um dos caminhos a se buscar é o apoio no conceito da Cultura de Paz com a compreensão do que pode se traduzir em desenvolvimento pleno da educação e da cidadania. A relevância do tema é a implantação da Cultura de Paz no Brasil como política pública Nacional. Inovar significativamente em políticas públicas aponta para a necessidade premente de estabelecer o Desenvolvimento Sustentável, um dos pilares da Cultura de Paz, tendo como ponto de partida a participação, a organização, a educação e o fortalecimento dos indivíduos em seu papel de cidadãos corresponsáveis. O desenvolvimento sustentável não é centrado na produção, e sim nas pessoas e no seu comportamento individual e coletivo. Deve ser apropriado não só aos recursos e ao meio ambiente, mas também à cultura, à história e aos sistemas sociais do local onde ele ocorre.

O que me instigou a elaborar esta tese foi a minha experiência teórico-prática de 30 anos como participante da Rede da Cultura de Paz, um movimento de ativistas para a construção de uma sociedade com melhor qualidade de vida e mais pacífica, lançando “pontes sobre todas as fronteiras”, humanizando os seres humanos a serviço da ciência. A manifestação da minha expressão é integrar olhares com objetividade, fazendo ciência, observando com consciência que o sujeito que observa os “fatos” tem uma realidade que interfere nas suas percepções e com sua ação pode fazer com que os “fatos” sejam analisados diferentemente do acontecido. Imbuída do princípio da incerteza e consciente de que a realidade é uma construção, a reflexão sobre essa experiência levou-me a perceber o propósito e o alcance do Programa Gente que Faz a Paz como uma proposta que contribui para mudar a visão da cultura de guerra na perspectiva de contribuir para transformá-la numa Cultura de Paz.

A presente tese está organizada em seis capítulos. O capítulo 1 trata da introdução, que destaca o tema, o problema, os pressupostos epistemológicos, o objetivo geral e os específicos, a concepção e a organização da tese.

O capítulo 2 trata do entendimento do que é a Cultura de Guerra e as múltiplas faces da violência nas dimensões pessoais, sociais e ambientais.

O capítulo 3 esclarece o processo de implementação da Cultura de Paz e seus reflexos em ações nos níveis pessoal, social e ambiental, com o referencial teórico da abordagem holística transdisciplinar e o novo cenário de valores que fazem parte do processo de estruturação.

O capítulo 4 refere-se às Políticas Públicas. Aproximação conceitual, instituições, regras e modelos, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas: história e teorias o panorama brasileiro, cultura de paz no Brasil além de uma a ferramenta cultura de paz e políticas públicas.

O capítulo 5 explicita o método fenomenológico, seu fundamento filosófico e como foi utilizado na pesquisa, também retrata a pesquisa junto aos agentes e educadores tendo como objetivo explorar e desvendar o conhecimento, através da experiência vivida pela pesquisadora e pelos Agentes da Paz formados.

O capítulo 6 se refere à conclusão e recomendações, a tese retorna a questão central e aos objetivos para encontrar as respostas e proposições que possam contribuir para a implementação da Cultura de Paz como ferramenta para Políticas Públicas que foquem a Segurança Pública.

A Cultura de Paz – Um sonho Possível? Numa sociedade em colapso pode ser um novo olhar sobre o que estamos vivendo ou continuar a ser uma utopia com que nós, pacificadores, continuaremos a sonhar. Acreditamos que a ética em implementação de políticas públicas, seja a luz no fim do túnel.

2 AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA

Este trabalho considera que hoje, na pós modernidade, a violência é o principal tema a ser priorizado pelo poder público para planejar políticas públicas.

A história da violência é multimilenária. Em todas as épocas, as diversas instituições sociais existentes em todos os lugares do mundo executaram atos de violência revestidos de suas mais variadas formas e motivadas pelas mais distintas causas, sejam elas de origem econômica, religiosa, étnica, territorial ou política, muitas vezes combinadas com interesses econômicos, sede incessante de poder, dissidências religiosas, preconceitos raciais, tratamento desumano, cruel e degradante à mulher, velhos e crianças, bem como a todos os grupos étnicos minoritários. As classes dominantes foram hábeis em se utilizar da violência para manter os seus privilégios, pois segundo Engels (2005, p.37) “a história é, talvez, a mais cruel das deusas, pois arrasta sua carruagem triunfal por entre montões de cadáveres, durante as guerras como em períodos de desenvolvimento pacífico.”

Fazendo uma viagem histórica, do outro lado do oceano, a Europa ocidental mercantilista teve representação marcante nos registros da propensão humana à violência. Através da expansão ultramarina e o seu processo civilizatório pela força e pela superioridade tecnológica, dizimando seus habitantes pelo arcabuz e outras armas de fogo ou por uma verdadeira guerra bacteriológica, intencional ou não, que dizimou parte considerável das populações nativas do Novo Mundo, vitimada pela sífilis, pelo vírus aparentemente inofensivo da gripe e pela varíola.

Ainda na historicidade levantada, vale também salientar a violência da escravidão, situação em que os negros foram usados como mão de obra nas colônias americanas em grandes propriedades rurais agroexportadoras. Retirados à força de suas comunidades no território africano, eram levados em navios negreiros em condições desumanas, em porões insalubres onde parte considerável dos prisioneiros morria no decurso da viagem, sendo seus corpos atirados ao mar, dentro de um processo desumano de transformação da pessoa em coisa. Ao chegar aos portos de destino eram vendidos como mercadoria e marcados como gado com ferretes em brasa com as iniciais de seus donos. Levados dali para as grandes propriedades eram condenados a trabalhos forçados na agricultura exportadora, à senzala, ao açoite e ao tronco. Mas nada se compara ao século XX. Em apenas 100 anos, a humanidade se envolveu em duas Guerras Mundiais, além de outras dezenas, como a do Vietnam, do Golfo e da Coreia, totalizando mais de trinta guerras em um relativamente curto espaço de tempo.

Segundo Hobsbawm (1995), em seu livro *A Era dos Extremos – o breve século XX 1914 – 1991*, este século não pode ser compreendido sem a violência da guerra - “viveu e pensou em termos de guerra mundial mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam”.

Como sabido, na história, que a carnificina envolveu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e seu horror das trincheiras, assim como a matança engendrada durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com a cifra de aproximadamente 60 milhões de mortes, dentre as quais mais de metade constituída de civis e judeus do holocausto (estimativa de 4 a 6 milhões), além de ciganos e deficientes físicos e morais, dizimados pelos nazistas. Além disso, a Segunda Guerra findou com a rendição do Japão, em 1945, após os ataques feitos pelos Estados Unidos às cidades de Hiroshima e Nagasaki, com o uso pioneiro de artefatos nucleares.

Por conseguinte, com o final desta guerra, o século XX presenciou a chamada “guerra fria”, envolvendo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e as nações ocidentais, sobretudo os Estados Unidos. Durante quatro décadas, o mundo viveu na iminência de deflagração de uma terceira guerra mundial, de caráter nuclear, o que alarmava a humanidade. Analisando mais criticamente: como explicar que apenas um século tenha concentrado, proporcionalmente aos séculos anteriores, uma incidência tão superior de conflitos e mortes de civis em embates?

O avanço da tecnologia, que caminhava gradativamente ao longo de séculos, acentuado pela Revolução Industrial, chegou ao seu auge no século XX. Parte dessa eclosão tecnológica se deve às próprias guerras, que induziram cada vez mais ao incentivo da indústria armamentista. A tragédia de Hiroshima e Nagasaki jamais poderá ser esquecida. No epicentro da explosão não restaram nem ossos, absolutamente nada, apenas manchas das vítimas, todas civis, mulheres, crianças, trabalhadores. Através da análise constata-se que o ser humano não se tornou mais violento no século XX, mas a tecnologia que desenvolveu contribuiu para aumentar o efeito, o resultado, as mortes decorrentes de seus atos. Por outro lado, este mesmo século deu saltos no desenvolvimento da Medicina (parte em função dos sobreviventes de guerra), da Biologia, da indústria farmacêutica, da engenharia, da indústria de entretenimento; em qualquer direção que se olhe, o século XX reúne milhares de avanços científicos, em quase todas as áreas do conhecimento humano. Esta mesma humanidade apavorante orientou a sua capacidade produtiva para inventos que se desenvolveram surpreendentemente em saltos, em apenas 100 anos. Do gramofone ao CD, do cinema mudo

ao 3D, do RX ao *pet scan*, do telefone à internet, numa velocidade cada vez maior, em que o modelo de uma mídia é superado por outro em meses. Não é possível precisar até quando a lógica capitalista obterá êxito à custa de um mundo onde, a despeito de tanto desenvolvimento, ainda se convive com uma parcela mundial que vive na miséria. A desigualdade da distribuição de renda mundial se agrava paulatinamente, cada vez mais acentuada pelo aumento da população do planeta. Fazendo uma retrospectiva mais atual, o novo século traz o fundamentalismo islâmico contra o ocidente. A acessibilidade aos meios de destruição proporcionou à violência uma amplitude global. Os ataques terroristas das duas últimas décadas possuem aspectos mais políticos do que militares. A investida contra as torres gêmeas do *World Trade Center* em New York, em setembro de 2001, foi uma operação orquestrada que utilizou aviões civis transformados em bombas contra alvos simbólicos de poder dos EUA. Aos ataques contra a nação americana, acrescem-se os atentados subsequentes nos metrô de Londres e Madrid, que mostram que neste século se iniciou diante de uma nova discórdia global incontrolável. Ainda existem dois problemas decisivos para o futuro: o demográfico e o ecológico. O poder que a tecnologia deu ao homem, de destruir a natureza, pode transformar este planeta em um lugar inabitável. A consciência ambiental é nula neste momento.

Na ótica de Hobsbawm (1995, p. 562), não devemos ser pessimistas e nem ele se coloca como um oráculo do fim do mundo. Apenas adverte: “se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado e do presente. Se tentarmos construir um terceiro milênio nesta base vamos fracassar.” Entendemos que devemos refletir sobre o futuro, buscando implantar a paz no mundo. Ricard (1998), cientista especializado em genética molecular, filósofo e monge budista, dedicou-se por cinco anos a reunir em um livro as pesquisas científicas mais recentes nas áreas de biologia evolutiva, psicologia, neurociências, etologia, economia verde, mudanças sociais e ambientais em andamento, que resultaram na afirmação de que podemos seguir o rumo de uma cultura mais altruísta: No plano genético, não somos melhores nem piores que nossos ancestrais de alguns milênios. Entretanto, os seres humanos podem mudar individualmente, e as culturas nas quais cresceram também podem evoluir. Usando uma figura de linguagem: as culturas e os indivíduos se modelam mutuamente como duas lâminas de faca se afiam uma na outra.

Sabendo que a emulação, a inspiração e a força do exemplo são a trama que assegura a estabilidade e ao mesmo tempo a continuidade das culturas, assim como a força motriz de sua

expansão, cabe-nos encarnar, em nosso ser e nossos comportamentos, o altruísmo que desejamos encorajar – o mensageiro deve se r a mensagem.

Historicizando vimos que o altruísmo, a cooperação e a ajuda mútua estão muito mais presentes na vida cotidiana do que sugerem as mídias e os preconceitos em vigor. Nos últimos cinquenta anos, observamos o desenvolvimento da aversão por guerras ou, ainda, assistimos à tomada de consciência de que a Terra é uma “aldeia global”. O papel crescente das ONGs, o fato de que muitos cidadãos estejam envolvidos pelo que se passa no mundo, especialmente quando se faz necessário uma assistência, tudo isso indica uma mudança de mentalidades, portanto de nossas culturas, muito mais orientadas a um sentimento de “responsabilidade universal”, para usar uma expressão tão cara ao Dalai Lama. Portanto, essa evolução está em marcha. Talvez seja suficiente participar dela, acrescentando nossa pedra ao edifício, nossa gota ao oceano. “Mas é possível também imaginar que podemos facilitá-la e ampliá-la à maneira de um catalisador que acelera uma reação química.” (RICARD, 1998, p.177).

2.1 CULTURA DE GUERRA

A violência tem origem multicausal e geralmente resulta de conflitos. A tentativa de descrever historicamente a violência humana, conforme foi feito anteriormente, não teve o objetivo de conhecer antropologicamente as razões pelas quais ela existe, nem de submetê-la a categorias psicológicas analíticas, tampouco de efetuar um estudo sociológico. O que aqui se comenta, descreve e interpreta restringiu-se aos conflitos geradores de violência à luz da manutenção da Cultura de Guerra, comprovando-se, através de fatos, que a humanidade foi e é capaz de, nos diversos momentos históricos e nas distintas organizações socioeconômicas por ela desenvolvidas, cometer atos que advêm de seu próprio modo de ser.

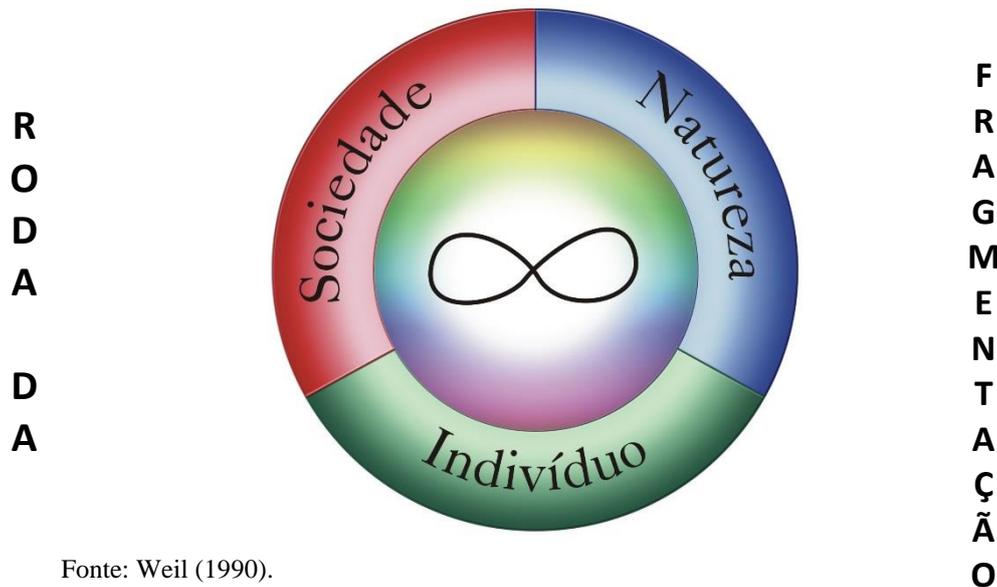
Na visão de Weil (1990, p.28) ao se referir ao Preâmbulo do Ato Constitutivo da UNESCO, “as guerras nascem no espírito dos homens” estimulados pelo medo de perder o que dá lhes prazer e o que lhes pertence, os seres humanos desenvolvem sentimentos destrutivos como a raiva, o ódio, o orgulho, o ciúme, entre outros que geram formas agressivas destinadas à proteção do(s) indivíduo(s) e/ou pura e simples afirmação do poder, garantido pela posse de bens, pela riqueza, pelo status, pelo prestígio ou pelos postos de trabalho de alto prestígio.

Para melhor compreender o processo de destruição da paz no ser humano, Weil (1990, p.28) classifica três planos essenciais, que correspondem às três formas de manifestação da energia no ser humano: O plano físico, que leva em consideração o funcionamento do corpo

físico; o plano emocional, que diz respeito às emoções e aos sentimentos e o plano mental, responsável pela cognição, pela elaboração de pensamentos, de juízos, de conceitos etc.

No plano da realidade, nossa concepção categórica é que o ser humano não se percebe como integrado, mas sim fragmentado nas dimensões do corpo, das emoções e da mente. Essa fragmentação, que perdurou por muitos séculos, pode ser responsabilizada por fatores como as consequências indesejáveis de emoções negativas ou destrutivas, o desprezo pelas necessidades do corpo, que resultam em carências alimentares, respiração inadequada e doenças de todo tipo, tanto quanto o problema do uso de drogas. Do ponto de vista da mente, o ser humano cultua as necessidades do chamado “eu”, sentindo-se distanciado dos demais e da natureza. Um ser humano fragmentado, por sua vez, constrói uma sociedade anômica, que só pode ensejar e propiciar condições materiais de sobrevivência inadequadas, em que largas faixas da população sofrem fome e humilhações outras, devido à miséria absoluta, donde sua resposta exacerbada, a violência, que, reproduzida, só tem como horizonte o inominável, na medida em que as palavras nada mais significam.

Figura 1 – Roda da fragmentação



Durante séculos, a visão é a de que o ser humano sentiu-se “dono” da natureza, com poder suficiente para retirar dela o seu sustento, mas, com o correr do tempo, a exercer atos de exploração e degradação, com isso favorecendo a destruição de ecossistemas, o desaparecimento de espécies, o aumento da emissão de gás carbônico na atmosfera, as mudanças climáticas surpreendentes, que resultam em secas, inundações e diversos outros tipos de catástrofes ambientais. O entendimento é de que como esse estado de coisas resulta em mal-estar, doenças e estresse (que já é considerado um tipo de patologia), o ser humano

sai em busca de alívio para as suas dores físicas e psíquicas, aquelas que o fizeram perder a paz interior, interpessoal e social.

A abordagem do consumismo como gerador de violência é um olhar fragmentado, já que a partir das pesquisas realizadas por Weil (1990, p.40) baseado na Unesco “a violência independe de classe social já que ela nasce na mente”, estimulada pelo medo de perder o que dá prazer e que lhe pertence, isso implica no desenvolvimento de sentimentos destrutivos como a raiva, o ódio, o orgulho, o ciúme entre tantos outros que geram formas agressivas para se proteger e muitas vezes afirmar o poder que o ter ‘fantasiosamente’ garante.

Em nossa ótica todo conflito nasce em cima de fronteira e que todas as fronteiras são criadas pela mente, pois o espaço não tem fronteiras, a nossa mente faz um círculo e aí decreta o dentro e o fora e cria uma fronteira, quem está dentro está a favor, quem está fora está errado e por aí vai. É na fronteira que nascem as guerras, os conflitos, e se mata em nome disso. Nas relações e interações entre os seres humanos há conflitos entre esposos, irmãos, pais e filhos, colegas de trabalho, chefes e subordinados que se repetem sem cessar. Mágoas, ressentimentos e mesmo rancores são guardados na mente e no coração de cada uma das partes em conflito durante anos a fio.

Por conseguinte, vem a questão do lugar do conflito que pode virar guerra na nossa vida e do seu papel. Conflito, é, portanto: a etimologia é *confligere*, quer dizer chocar, esbarrar, se diz que há conflito quando há oposição, choque entre duas forças intrapessoais e no caso social, interpessoal, intragrupal, coletivo, intra e internacional; o choque resulta de uma luta para obter os mesmos objetivos, de jeito diferente. Em nosso pensamento, existem diferentes maneiras de lidar com um conflito, há em geral três saídas para enfrentá-los: a procura de solução violenta que gera reações violentas: rompimento, raiva quente ou fria, rejeições, agressões verbais ou físicas, guerras; a procura de soluções pacíficas e não violentas, através do diálogo direto com empatia, da negociação, da mediação ou da arbitragem; e a passividade completa sem nenhuma procura de saída. Este *laissez-faire* leva a situação de crise permanente ou prolongada, mágoas, ressentimentos, relações interrompidas e congeladas. Muitos são os que por medo de magoar ou de assumir os riscos de um diálogo franco e generoso, preferem ficar calados, dar um tempo para resolver a questão. Na realidade é difícil as mágoas se dissolverem sozinhas, elas se acumulam criando tensão e fazendo a crise aumentar.

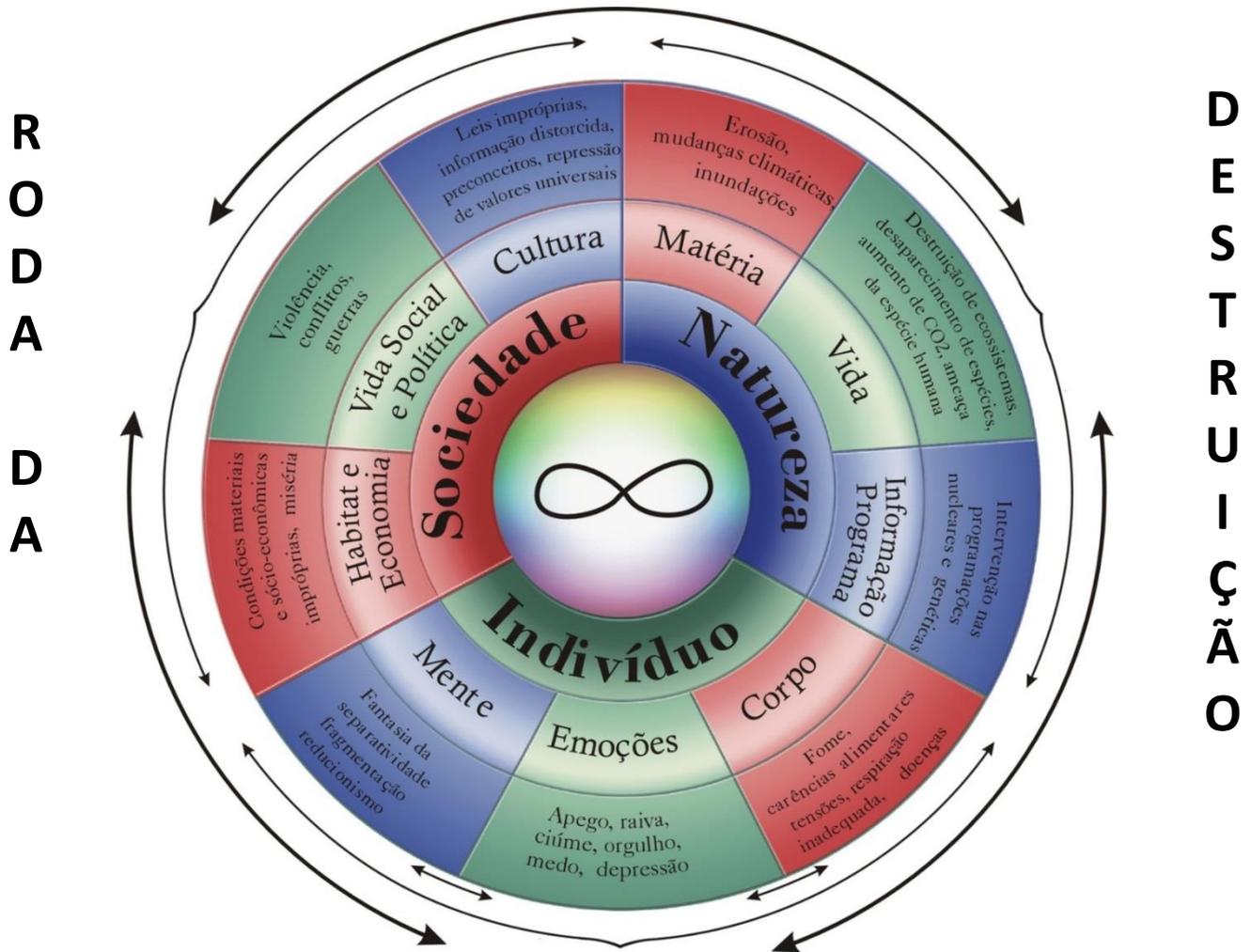
Em nossa profunda análise reflexiva, a atual situação, onde o medo e a violência invadem a sociedade e o meio ambiente, pede uma mobilização efetiva para examinar

algumas referências teóricas sobre violência que poderão ser úteis no entendimento do que é Cultura de Guerra e como as sociedades se perpetuam dentro do ciclo da violência, ficando apegados ao medo de transformar valores, atitudes e comportamentos capazes de desenvolver o compromisso com a Cultura de Paz em todos os aspectos da vida: individual, social e ambiental.

Weil (1990, p. 48) ilustra esta situação no diagrama por ele criado e que denominou “Roda da Destruição, na qual enfatiza a fragmentação do ser humano nas dimensões do corpo, das emoções e da mente, assim como as consequências desse estado de fragmentação na constituição de uma sociedade “intoxicada” e numa natureza espoliada, devido à falta de respeito e consideração pelos múltiplos aspectos da vida.

Em nosso entendimento mais conclusivo, a violência começa na mente de cada um de nós, gerada pela ideia fantasiosa de que somos separados do mundo. Assim, surge o apego a tudo o que nos dá prazer e a rejeição a tudo o que nos ameaça, quer sejam coisas, pessoas ou ideias. Do apego, surge o medo da perda, a desconfiança, a intolerância no plano das emoções (raiva, ciúme, orgulho) que, afetando o corpo, leva ao estresse, à doença e ao sofrimento, aumentando ainda mais a sensação de sermos separados. Está, assim, criado um círculo vicioso repetitivo. O ser humano desajustado cria, por sua vez, uma sociedade desajustada, com uma cultura de violência e guerra, com fragmentação multidisciplinar do conhecimento, produto de uma dominação do masculino racional e uma repressão do amor feminino, com extremismos e a consequente intolerância política, religiosa e nacionalista, além do predomínio de valores destrutivos. A vida social é dominada pela competição, conflitos violentos, terrorismo e guerras. A vida econômica é caracterizada por extremos: consumismo, pobreza, riqueza excessiva e exploração desenfreada dos recursos naturais. Esta sociedade desajustada, além de reforçar a formação do desequilíbrio individual, destrói a natureza, polui a matéria, destrói a vida e intervém nas programações genética e nuclear. Por sua vez, a destruição progressiva da natureza ameaça a vida de cada um de nós. E, assim, está fechado o círculo vicioso do nosso suicídio coletivo criando a Roda da Destruição, no pensamento de Weil (1990) conforme Figura 2.

Figura 2 – Roda da destruição



Fonte: Weil (1990).

A Declaração de Veneza de 1987 (WEIL, 1990) sublinha, entre outros itens, que:

a mente humana se separa das emoções e do corpo; começa o processo de destruição da ecologia pessoal; separado de si mesmo, o homem gera emoções destrutivas, particularmente o apego e a possessividade em relação a coisas, pessoas e ideias que lhe dão prazer; essas emoções destrutivas causam o estresse, que destrói o equilíbrio do corpo; o homem separado de seus semelhantes cria a cultura da violência e uma economia baseada na exploração; as condições sociais injustas reforçam o sofrimento do indivíduo; a sociedade baseada na exploração do homem pelo homem se estende e atinge a natureza, também explorada desenfreadamente; o homem intervém na programação nuclear e genética; destrói ecossistemas e ameaça a vida no planeta; o desequilíbrio ecológico da natureza ameaça o equilíbrio humano; monta-se o círculo vicioso, reforçador da autodestruição humana e planetária. (WEIL, 1990, p.49).

Na concepção de Muller (2006) todos os sistemas de legitimação da violência não são outra coisa senão sistemas de defesa do ser humano, para proteger-se do sentimento de culpa

que experimenta diante da sua própria violência. Para solucionar o conflito, é necessário procurar intervir ao mesmo tempo em cada uma das causas que o engendraram.

Nossa taxativa hipótese é a de que considerando-se o Brasil, o processo de manutenção do desequilíbrio entre riqueza e pobreza, as políticas públicas ineficientes, incapazes de diminuir o desequilíbrio econômico da população; e ainda que tais políticas, quando existentes e ainda reforçadas pela ação midiática do consumismo, têm gerado problemas no campo da violência estrutural, aquela que vê o ser humano pelo que ele tem e não pela sua capacidade de produção e realização, posto que os que mais têm se protegem dos que pouco têm, gerando com isso uma guerra civil não declarada, observada por algumas ONGs, como o Afro-Reggae, e a UNIPAZ, de tal modo que os que mais têm locomovem-se em carros blindados, sob proteção de câmeras 24 horas por dia, seguros diversos, guardas particulares, tudo é exacerbado o medo de perder o que acreditam ter e a necessidade de defender suas posses a qualquer custo. O cidadão pertencente às classes média e alta tem se sentido cada vez mais obrigado a sujeitar-se a uma situação de quase reclusão doméstica, aprendendo a reagir com violência à violência que percebe sentindo-se invadido por ela: a modalidade de violência que deriva tipicamente de condicionantes socioeconômicos, atinge grupos sociais desfavorecidos, em especial, uma parcela significativa da juventude brasileira, qualificada como “delinquente” – leia-se: negros e pobres, vítimas de grupos de extermínio na periferia das grandes cidades; o número de execuções, sobretudo nos fins de semana, é assustador.

2.2 RAÍZES PESSOAIS

Cumpra-nos agora examinar as teorias que procuram explicar o comportamento humano e suas nuances. Ainda historicizando, na chamada Era de Ouro (século V a.C.), a filosofia englobava grande parte do conhecimento existente relativamente aos fenômenos da natureza e ao comportamento humano. A psicologia, como hoje a conhecemos, só obteve seu estatuto científico e veio a tornar-se autônoma no século XIX, como resultado de experimentos realizados em fisiologia. Inúmeras teorias da personalidade emergiram desde então, mas deve-se a Freud e Jung, médicos e psicoterapeutas, os primeiros estudos consistentes sobre o tema.

Em nossa análise, a teoria da personalidade representa uma parte da teoria psicológica, que, a despeito do prestígio obtido, foi também muito criticada. Trata-se de uma teoria diversificada, que engloba muitas abordagens que procuram explicar a origem de sintomas neuróticos, a importância dos traumas sofridos na infância relativamente à vida adulta, a

possibilidade de restauração da saúde mental dos indivíduos, a motivação que impele os seres humanos a conquistar metas, além de outros assuntos de interesse. Os primeiros teóricos desta modalidade, além de estudiosos, eram pessoas que praticavam a sua especialidade, como psicoterapeutas, diferentemente de grande parte dos teóricos que elaboraram os fundamentos da psicologia geral; lidavam com questões presentes na vida cotidiana de seus pacientes, o que envolvia o trato dos mais diferentes tipos de emoções.

Outra questão relativa aos teóricos da personalidade diz respeito à crença que tinham na compreensão do indivíduo na sua totalidade, ou seja, o comportamento humano deve ser considerado dentro de um determinado contexto, de forma não segmentada. Em nosso entendimento, essa tendência a desconsiderar a extrema especialização, confere a essa teoria um caráter integrativo; com isso, também desenvolveram abordagens que são mais abrangentes que aquelas desenvolvidas no campo da psicologia geral.

Nesse ponto, é importante examinar o conceito de personalidade. Há várias definições desse e convém notar que, a depender da teoria estudada, algumas diferenças poderão ser observadas. Em algumas definições, enfatizam-se os aspectos únicos que diferenciam um indivíduo, o que permite concluir que a personalidade pode ser entendida como a essência individual. Nas reflexões de Hall, Lindzey e Campbell (2000, p.33) “a personalidade consiste concretamente em uma série de valores ou termos descritivos que descrevem o indivíduo que está sendo estudado em termos das variáveis ou de dimensões que ocupam uma posição central dentro de uma teoria específica.” Para Heidbreder (1981, p. 223) porém, “não é ‘algo indefinível’, mas sim um sistema de respostas, a soma total das reações e tendências à reação, de um indivíduo.”

O pioneiro da teoria da personalidade, conhecido como o pai da psicanálise, é o médico Freud (1856-1939). Interessou-se inicialmente pela neurologia e, especificamente, pela histeria, termo que na época especificava as patologias nervosas de origem desconhecida, para estudá-las, Freud foi a Paris a fim de conhecer o psiquiatra Charcot, que tratava de histerias por meio da hipnose. Freud (1856-1939) abandonou a hipnose para privilegiar um novo método que consistia na narração, pelos pacientes, de suas experiências. A partir das práticas realizadas em sua clínica, elaborou uma nova teoria, em que atribuía os sintomas históricos a traumas de natureza sexual, enfatizava as experiências vivenciadas pelas crianças na infância e salientava a interpretação dos sonhos.

A teoria de Freud (1973) apresenta a personalidade dividida em três instâncias: Id – a parte mais primitiva, regida por pulsões instintivas; impelido pelo princípio do prazer, busca

por isso evitar a dor – é o componente biológico da personalidade (a busca do prazer pode motivar comportamento egocêntrico e, por vezes, agressivo); Ego – instância que interage com o meio externo e assim se forma, obedecendo ao princípio da realidade, através do qual aprende, pois controla as funções cognitivas e intelectuais – sendo considerado o executivo da personalidade e seu componente psicológico; Superego – que representa os valores introjetados (a tradição, as normas, as regras existentes na família e na sociedade), constituindo, assim, a referência moral presente na personalidade, controla os impulsos do id, sobretudo a agressividade e as pulsões sexuais descontroladas – é o componente social da personalidade.

É importante salientar que os três sistemas trabalham em conjunto, normalmente sob a supervisão do ego; não representam entidades distintas, mas operam como um todo.

No entendimento de Hall, Lindzey e Campbell (2000, p.55) “um instinto é definido como uma representação psicológica inata de uma fonte somática interna de excitação”. Acrescentam que “a representação psicológica é chamada de desejo, e a excitação corporal da qual se origina é chamada de necessidade”. Como exemplo, pode ser citada a fome, que possui um componente biológico, uma vez que o corpo precisa se nutrir, mas existe o componente psicológico representado pelo desejo. Daí a importância de se compreender os instintos, pela influência que possuem sobre o comportamento humano. Freud afirmava que é possível distanciar-se de um estímulo externo, mas não de uma necessidade.

Entendemos que a violência, utilizando a teoria psicanalítica, imagine-se que todas as vezes em que as forças primitivas do id predominarem na personalidade de um indivíduo, sem que haja controle do superego, este indivíduo estará sujeito a ser guiado pelas pulsões instintivas mais rudimentares na obtenção dos seus objetos de prazer.

Jung (1991) médico nascido na Suíça, em certo momento de sua carreira entrou em contato com a obra de Freud, que muito o atraiu, tendo iniciado uma amizade intelectual que se refletiu na troca de uma vasta correspondência. Foi tido por Freud como seu sucessor e, em 1901, quando foi criada a Associação Psicanalítica Internacional, Jung foi escolhido para ser o seu primeiro presidente. Viajaram juntos para os Estados Unidos, em 1909, a convite da Clark University, até que, a partir de 1913, a amizade perdeu vigor e a correspondência, tanto pessoal quanto profissional, foi abandonada. Em 1914, Jung renunciou ao cargo de presidente e, a partir dessa data, nunca mais voltaram a se encontrar. Tudo leva a crer que o distanciamento foi provocado pela resistência demonstrada por Jung em aceitar a tese do

pansexualismo de Freud, que ele considerava inadmissível. Após a cisão, Jung criou o seu próprio método, que denominou de Psicologia Analítica.

Sua teoria guarda aspectos da teoria psicanalítica de Freud, mas apresenta várias diferenças, sobretudo a que enfatiza a importância das metas e aspirações que se sobrepõem aos conflitos interiores. Freud via o ser humano inevitavelmente preso aos impulsos até o seu fim, enquanto Jung, que postulava a possibilidade de desenvolvimento do indivíduo, valorizava a criatividade, a busca da plenitude (princípio de individuação) e até admitia a herança ancestral, declarando que o ser atual é na verdade resultado da contribuição de experiências advindas de gerações anteriores. Se Freud se dedicou ao estudo do inconsciente, Jung priorizou o inconsciente coletivo, que guarda a memória dos fatos do passado, já que o indivíduo se encontra pressionado por forças internas, atraído e influenciado também por inúmeras forças externas. Para chegar a essa conclusão, Jung estudou religião, mitologia, pesquisou símbolos e rituais utilizados no passado, pesquisou costumes e hábitos de grupos primitivos, assim como empreendeu inúmeras viagens à África e aos Estados Unidos, com a finalidade de visitar grupos nativos dessas regiões.

Na estrutura da personalidade, conforme concebida por Jung (1991) podem ser encontrados os seguintes elementos: ego ou mente pensante e consciente, detentora de memórias; inconsciente *pessoal*, repositório de memórias reprimidas ou de experiências, que, por falta de importância, foram esquecidas; complexos, representados por sentimentos, pensamentos, memórias, recolhidos no inconsciente pessoal (como exemplo, o complexo materno); inconsciente coletivo, coletor e guarda de memórias ancestrais (humanas, pré-humanas e animais), que representa a história evolutiva do ser humano do ponto de vista psíquico, tendo abrangência universal; arquétipos, que fazem parte do inconsciente coletivo e possuem, cada um, um determinado modelo ou imagem primordial do que quer que seja (exemplos: o arquétipo do Herói, o da Grande Mãe, o da Morte, o do Espírito ou Velho Sábio); persona, que corresponde a uma “máscara” usada pelas pessoas para se apresentar socialmente e que normalmente corresponde ao que a sociedade espera delas – é a personalidade pública, que pode ser bastante diferente da personalidade privada; Anima, que corresponde ao arquétipo feminino no homem e o *Animus*, o contrário, o arquétipo masculino na mulher, resultantes das experiências vividas entre os sexos e que possibilita uma melhor compreensão entre eles; sombra representa o lado primitivo do ser humano, pertencendo aos limites do inconsciente pessoal; *self*, que representa a aspiração do ser em direção à unidade,

cuja expressão é a mandala (ou círculo mágico) e que confere ao ser o equilíbrio; dificilmente é alcançado pelas pessoas (Cristo e Buda são exemplos deste arquétipo).

Os arquétipos podem ser considerados quando se reflete sobre a violência do ser humano – no caso de Hitler, por exemplo, dois arquétipos igualmente poderosos interagiram para criar um líder da pior espécie – o demônio e o herói, que conseguem arrastar consigo a imensidão de uma coletividade que se julgava esclarecida. O elemento sombra, ainda segundo Jung, também pode entrar em cena.

Um outro discípulo famoso de Freud foi Adler (1870-1937) também formado em Medicina na Universidade de Viena. Identificou-se com a teoria freudiana, tendo mesmo sido um dos fundadores e presidente da Sociedade Psicanalítica de Viena; assim como aconteceu com Jung, divergiu das ideias de Freud e, por isso, pediu demissão da Sociedade e abandonou a psicanálise freudiana. Acabou se transferindo para os Estados Unidos, em 1935, onde se tornou conhecido como psiquiatra e professor de Psicologia Médica. Acredita-se que o fato de ter sido uma criança de saúde frágil, que chegou a ser desenganada, levou-o a colocar a superação da inferioridade no centro da sua teoria. Enquanto Freud defendia a existência de impulsos que comandavam a personalidade humana e Jung advogava a influência dos arquétipos, Adler enfatizou a influência de impulsos sociais, assinalando que, para o ser humano, o interesse social é inato, embora o tipo de sociedade condicione os relacionamentos a serem desenvolvidos. Neste sentido, há uma convergência dos três autores com relação a algo existente na natureza do ser humano que estrutura a sua personalidade – para Freud, a sexualidade; Jung seus padrões de pensamento e Adler, o interesse social. Esse direcionamento de Adler interessou gerações de psicólogos que se debruçaram sobre as questões sociais e ajudaram a desenvolver a psicologia social. Adler é também responsável pela elaboração do *self* criativo, “um sistema subjetivo altamente personalizado, que interpreta e torna significativas as experiências do organismo” (HALL; LINDZEY; CAMPBELL, 2000, p.118) e pela importância que deu à personalidade individual como algo singular e único. Ao divergir de Freud e sua teoria baseada na sexualidade, Adler atribuiu importância significativa à consciência como o núcleo dominante da personalidade, ao postular que os seres humanos são seres conscientes que possuem capacidade de planejar e orientar suas vidas.

Alguns pressupostos defendidos por Adler (apud HALL; LINDZEY; CAMPBELL, 1998, p.122) merecem ser enfatizados: O ideal de superioridade, conceito seminal de sua teoria, não significa desejo de alcançar uma situação de proeminência social, mas o de uma busca sutil de plenitude (semelhante ao *self* de Jung), que impulsiona os indivíduos nos

diversos estágios de desenvolvimento; a existência de sentimentos de inferioridade (ou complexo de inferioridade) e as formas como eles são compensados (complexo de superioridade compensatório); o interesse social, que explica a forma como os indivíduos ajudam a coletividade a buscar um modelo de sociedade perfeita – ao trabalhar pelo bem comum, os humanos compensam suas fraquezas individuais; o estilo de vida, definido entre os quatro a cinco anos e que molda a forma como as diversas experiências são introjetadas e aplicadas nas tomadas de decisão (a criança frágil procurará atividades que desenvolvam força física); a compreensão da neurose como uma proteção que o indivíduo cria para camuflar seu complexo de inferioridade, criando um círculo vicioso, uma vez que lhe falta o interesse social.

À luz do complexo de inferioridade como um dos aspectos centrais da abordagem adleriana, pode-se compreender como a tentativa de criar uma compensação pode se tornar positiva, como aconteceu com o presidente americano Theodore Roosevelt, que, por ter sido um garoto fisicamente frágil devido a uma saúde precária, conseguiu compor um tipo robusto na vida adulta como resultado da disciplina árdua de exercícios à qual se entregou. Para outras pessoas, entretanto, a forma de compensação por maus tratos e traumas diversos vem sob a forma de atitudes violentas e antissociais, muitas vezes de agressividade e até de tirania, como um complexo de superioridade compensatório. Assim, o neurótico é aquele que supercompensa as suas inferioridades.

Mais identificado com o pensamento de Adler, o judeu-alemão Erich Fromm (1900-1980), formado em Psicologia e Sociologia, participou do Instituto Psicanalítico de Berlim e, quando morou nos Estados Unidos, para onde emigrou por causa do nazismo, possuiu consultório em New York. Foi influenciado por Karl Marx e até mesmo comparou as ideias de Marx e Freud, procurando encontrar uma síntese em meio às suas contradições; considerava Marx superior a Freud, mas utilizou a contribuição da psicanálise para preencher diversas lacunas deixadas por Marx na sua obra, com o que chegou a definir-se como humanista dialético.

O enfoque central da teoria de Fromm (1941) é o de que o ser humano se sente isolado porque se distanciou do convívio com as outras pessoas e com a natureza, uma situação que se inicia na vida infantil, quando a criança percebe que é um ser distinto das figuras parentais, o que cria um sentimento de desamparo. Em uma ótica mais aprofundada, é percebido que a mesma analogia pode ser feita com a situação do escravo liberto, que se sentia forasteiro num mundo onde a liberdade, um bem que ele desconhecia, predominava. Essas ideias estão

expostas em seu livro *Escape from freedom* (1941), no qual a solução é mostrada – as pessoas conseguem superar o sentimento de solidão por meio do trabalho e na convivência com outras pessoas, desde que predominem a amizade e o amor. O perigo, segundo Fromm, é a tentativa de escapar da liberdade, o que pode ser feito de três formas distintas: por meio do autoritarismo, pelo uso da agressividade contra os outros ou, ao contrário, na submissão a pessoas que detenham maior poder; pela destrutividade, como forma de afrontar o sistema social e político que coloca o indivíduo numa situação de isolamento, impedindo o seu desenvolvimento (o que explicaria a violência existente nas camadas mais pobres da população); através da “conformidade de autômato”, situação em que a pessoa se acomoda num modelo capaz de atender as expectativas dos outros.

Creemos veementemente que, assim, o ser humano é capaz de empenhar-se para construir uma sociedade mais saudável ou, em caso contrário, está destinado a viver no estado de “servidão”. No livro citado, Fromm (1941) mostra como o nacional-socialismo de Hitler ganhou força ao prometer um sentido de segurança a uma nação combalida pelos desastres sofridos na Primeira Guerra Mundial (e suas conseqüências econômicas). Fromm (1941) salienta que não importa qual seja o modelo criado pelo ser humano – feudalismo, capitalismo, fascismo, socialismo, comunismo – porque existirá sempre a tentativa de buscar uma solução para a “contradição básica”, representada pela presença de duas partes distintas – a animal e a humana, como componentes do indivíduo. A parte animal é responsável pelas necessidades fisiológicas que demandam ser satisfeitas, enquanto que a parte humana engloba a razão e a consciência, além da imaginação e da possibilidade de experimentar sentimentos de amor, ternura e compaixão.

Fromm (1941) assim orienta quanto à importância de se compreender as seis necessidades inerentes aos seres humanos: de excitação e estimulação, considerando-se desde estímulos simples, como necessidade de se alimentar, até os ativadores, que fazem com que o ser humano procure alcançar objetivos; de relacionamento, decorrente fato de que, ao perder a estrutura eminentemente animal, o ser humano perdeu também a ligação instintiva com a natureza (e a orientação sobre como viver) – a razão e a imaginação são os substitutos que dirigem novos relacionamentos; de transcendência, que leva o indivíduo a tentar superar a sua condição animal, escolhendo entre o amor, que constrói, e o ódio, que destrói porque resulta da frustração diante de impulsos criativos bloqueados; de enraizamento, segundo a qual o ser humano busca pertencer a algo – família, grupos de trabalho, grupos de interesse etc.; de identidade, que se inicia na infância – ao tornar-se independente da mãe, o ser humano busca

a sua identidade única; se falhar nesse processo, buscará se identificar com outra pessoa ou determinado grupo, perdendo a oportunidade de conhecer a sua individualidade; e necessidade de uma estrutura de orientação, que revela a importância de possuir referenciais que confirmem um senso de direção na caminhada do ser no mundo.

Na reflexão de Fromm (1941) o indivíduo se ajusta na sociedade quando consegue equilibrar as necessidades internas com as exigências que a própria sociedade oferece, o que determina o seu caráter social, que pode ser receptivo, explorador, açambarcador, comerciante e produtivo, sendo este último o mais sadio, porque representa a consciência e a liberdade de agir. Segundo Fromm (1941), é possível perceber todos esses tipos presentes na configuração do indivíduo, embora um ou dois predominem.

No último livro que escreveu, *To have or to be?* em 1976, Fromm chamou a atenção para a questão do “ter” e do “ser”, que reflete, no primeiro caso, a propensão para possuir bens materiais, em contrapartida ao desejo de explorar as suas potencialidades como ser humano e ser o que verdadeiramente “é”. Fromm (1976) reflete que as sociedades capitalistas enfatizam o consumo exagerado de bens, em detrimento das ações que levariam ao conhecimento abrangente do “ser”. Entretanto, mostra que a sociedade tem o poder de deformar os indivíduos, a tal ponto que tanto o capitalismo quanto o comunismo acabam por transformar o indivíduo num ser alienado – um escravo dos ganhos materiais ou uma nulidade, o que pode levá-lo a ações antissociais, situação em que se revela a prevalência de uma sociedade doente.

Em nossa visão, quando se produz uma grande mudança, como no modo de produção artesanal para o trabalho fabril, dá-se também um desequilíbrio no caráter social das pessoas, que custam a se adaptar a uma nova modalidade; os antigos vínculos são destruídos e até que aconteça uma adaptação, em termos de novas raízes e de novas relações, as pessoas se sentem perdidas. Nesse momento, portanto, tornam-se presas fáceis de ações oportunistas.

Como acreditava que as sociedades, de maneira geral, falhavam ao tentar satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos, Fromm (1941, 1976) imaginou uma sociedade ideal, que denominou de Socialismo Comunitário Humanista, na qual o amor prevaleceria como forma de relacionamento humano, criando com isso a solidariedade e a fraternidade. Nessa sociedade, a natureza seria respeitada e não destruída; os seres humanos reconheceriam a realidade e buscariam a transcendência da sua condição animal, tornando-se ativos e produtivos sob o socialismo.

Em 1957, Fromm realizou uma pesquisa em um vilarejo mexicano para testar sua teoria do caráter social. Treinou uma equipe de entrevistadores que aplicou questionários e utilizou o Método Psicodiagnóstico Projetivo de Rorschach (manchas de tinta que, interpretadas, revelam sinais de sentimentos reprimidos) para identificar os tipos de caráter social existentes (de acordo com a classificação de Fromm). O resultado dessa pesquisa foi publicado em 1970; foram encontrados: o tipo produtivo-açambarcador – os proprietários de terra; o tipo produtivo-explorador – os comerciantes; e o tipo improdutivo-receptivo – os trabalhadores pobres.

Na linha dessa mesma abordagem culturalista, é importante referir a médica alemã Karen Horney (1885-1952) que também trabalhou no Instituto Psicanalítico de Berlim e nos Estados Unidos, como diretora do Instituto Psicanalítico de Chicago. Depois, onde ensinou no Instituto Psicanalítico de New York, até romper com a psicanálise freudiana e criar o Instituto Americano de Psicanálise. Apesar de divergir da teoria psicanalítica ortodoxa, Horney reconhecia que o desenvolvimento da psicologia e da psicoterapia muito devia aos estudos de Freud (HALL; LINDZEY; CAMPBELL, 1998). A principal divergência era em relação ao componente sexual reprimido das neuroses. Horney preferiu chamar a atenção para aspectos culturais relevantes, mostrando como, ao internalizar certos estereótipos, os indivíduos criam um quadro de ansiedade, assim como vivenciam conflitos internos. Daí as tendências neuróticas como formas de lidar com a vida em meio à insegurança, aos medos, aos episódios de rejeição, de superproteção nas famílias e aos castigos recebidos pelas crianças no processo de educação recebido dos pais. Horney concorda com a visão adleriana do sentimento de inferioridade experimentado pelas crianças, em função da vulnerabilidade que as caracteriza. Se não houver uma proteção amorosa que as oriente a lidar com as diversas ameaças impostas pela sociedade e também pela natureza, as crianças desenvolvem quadros de ansiedade básica (o conceito mais notável de sua teoria) (HALL; LINDZEY; CAMPBELL, 1998).

A situação de fragilidade da criança faz com que ela desenvolva o que Horney classifica como uma hostilidade básica, que geralmente não é expressada por causa do medo de perder o amor dos pais. Ao reprimir a hostilidade, o conflito interno se intensifica, produzindo uma necessidade interna de busca exagerada de afeição, o que invariavelmente leva a um sentimento de rejeição toda vez que a afeição for negada; com isso, o nível de ansiedade só faz aumentar, criando assim um círculo vicioso que aumenta progressivamente até a idade adulta. A criança ansiosa tanto pode se tornar agressiva como pode adotar um comportamento extremamente submisso, criando fantasias idealistas como forma de

compensar o sentimento de inferioridade. No afã de obter aprovação e o afeto dos outros, pode criar inúmeras estratégias, como tornar-se agressiva em relação aos outros ou contra si mesma, tentar ter poder sobre outras pessoas, adotar a postura de vítima ou tornar-se profundamente competitiva (HALL; LINDZEY; CAMPBELL, 1998).

Um dos aspectos mais interessantes da obra de Karen Horney é o que focaliza as necessidades neuróticas, as quais podem predominar na personalidade como forma de resolver relacionamentos conturbados (HALL; LINDZEY; CAMPBELL, 1998, p.136): necessidade neurótica de afeição e aprovação, que se traduz pela tentativa de sempre agradar os outros e atender às suas expectativas; necessidade neurótica de um parceiro que se responsabilize pela pessoa, o que evidencia um extremo medo de ser abandonada; necessidade neurótica de pensar pequeno, com poucas exigências, muita modéstia e acomodação; necessidade neurótica de poder, que se expressa numa forma desmedida de ambição, num desejo de suplantar os outros e num desprezo a pessoas consideradas inferiores; necessidade neurótica de explorar os outros, que revela uma natureza manipuladora, pois busca benefícios às custas de sacrifícios alheios; necessidade neurótica de prestígio, por meio da qual o reconhecimento externo é amplamente demandado; necessidade neurótica de admiração pessoal, que obriga a pessoa a criar estratégias para ser bem vista e querida pelos outros; necessidade neurótica de realização pessoal, que também obriga a pessoa a empreender esforços descomunais para ser a melhor; necessidades neuróticas de autossuficiência e independência, que caracterizam as pessoas solitárias, cujo afastamento se deve à dificuldade que têm de estabelecer relacionamentos afetivos; e necessidade neurótica de perfeição, que caracteriza as pessoas obsessivamente empenhadas em não cometer erros, motivo pelo qual tornam-se muito exigentes em relação a si mesmas.

Nos estudos de Horney, as pessoas portadoras dessas neuroses nunca estão satisfeitas e, por isso, são responsáveis pela grande parte de seus conflitos internos. Posteriormente, Horney condensou essas categorias em três modalidades: necessidade de amor (ou de criar relacionamentos com as pessoas); necessidade de independência; e necessidade de poder.

Na concepção de Horney, todos os indivíduos possuem conflitos internos, embora para alguns eles sejam mais acentuados, devido a episódios vivenciados de rejeição, abandono ou superproteção, podendo resultar em ações antissociais (HALL; LINDZEY; CAMPBELL, 1998).

Um novo capítulo da teoria da personalidade foi proposto pelo psicanalista alemão Erik Erikson (1902-1994) criador da Teoria Psicossocial do Desenvolvimento. Tendo

começado a vida como artista plástico, Erikson encontrou em 1927, em Viena, Anna Freud, filha do criador da psicanálise, através de quem conheceu e estudou a teoria, tendo se tornado psicanalista. Não demorou, entretanto, para divergir da teoria ortodoxa, sobretudo no que concerne às lacunas existentes quanto ao relacionamento que os seres humanos criam com o meio. De todo modo, Erikson pode ser considerado um continuador de Freud, visto que desenvolveu um trabalho de reformulação da teoria psicanalítica de modo a torná-la compatível com o mundo moderno. Cumpre registrar, por conseguinte, na história da literatura psicanalítica, meio século que se passou entre a publicação de *A interpretação dos sonhos*, de Freud (1972) e o livro de Erikson, *Infância e sociedade* (1963).

Erikson fez sua vida profissional nos Estados Unidos, para onde se transferiu em 1933, tendo lecionado nas universidades de Berkeley, Yale e Harvard. É interessante relatar o período em que ele conviveu com os índios Sioux, o que veio a enriquecer a sua obra com achados psicossocioantropológicos da situação de isolamento imposta aos nativos americanos, que perderam suas raízes após a entrada em cena do homem branco civilizado. A influência dos fatores culturais presentes numa comunidade passa a ter importância relevante na formulação de uma teoria voltada para o desenvolvimento psicológico.

A teoria psicossocial de Erikson focaliza estágios de vida das pessoas desde o nascimento até a maturidade e velhice; em cada estágio, os fatores de ordem cultural interagem com o indivíduo no seu processo de crescimento e de amadurecimento. Nesse ponto convém lembrar que tanto Freud, com os estágios de desenvolvimento da libido (energia psicosexual) quanto Piaget, que trata do desenvolvimento cognitivo, dialogam com Erikson, que, em sua teoria, considerou oito estágios: Na teoria de Erikson, são considerados oito estágios: Período de bebê, quando deve haver forte presença da figura materna, em termos de cuidados, afago e proteção; na falta destes, diversas patologias podem ser criadas, gerando, sobretudo, formas de retraimento e agressividade; infância inicial, em que as relações com os pais e outros membros da família se intensificam e as normas e regras começam a ser introjetadas de modo a facilitar a contenção dos impulsos; idade de brincar, quando a criança fortalece o relacionamento com outras crianças e aprende a socializar; nessa fase, algumas inibições podem ser percebidas; a idade escolar marca um longo período, no qual, além da socialização, os deveres e responsabilidades se impõem e fases de atividade e de inércia se alternam; a adolescência marca a fase de procura da identidade própria, quando o indivíduo se sente confuso perante os modelos que deseja assumir, diante de sentimentos de fidelidade ou repúdio aos modelos parentais; idade adulta jovem, caracterizada pelos

relacionamentos com amigos, colegas de trabalho, nos quais sentimentos de cooperação e competição podem brotar, assim como o que concerne ao amor e ao sexo; idade adulta, cuja característica principal é o compartilhamento de tempo entre atividades dirigidas ao trabalho e à família; e a velhice, que normalmente traz doses salutares de sabedoria.

É importante assinalar que, segundo Erikson (1963), não existe uma demarcação rígida para cada um desses ciclos de vida; da mesma forma, cada estágio, seja ele bem vivenciado ou não, contribui para a formação da personalidade, de tal modo que as crises podem se originar em estágios anteriores e vir a demonstrar efeitos em estágios posteriores.

A esse respeito, merece referência o trabalho do terapeuta argentino Del Casale (1986) seguidor da Análise Transacional criada por Berne, ele próprio um ex-psicanalista freudiano, que também valoriza a compreensão dos estágios de desenvolvimento apresentados por Erikson. Em seu livro *Ajuda-me a crescer*, afirma que “a estrutura da personalidade é resultante da interação entre a programação genética e a programação social.” (DEL CASALE, 1986, p.26). A criança nasce com uma determinada programação genética que seria cumprida na íntegra se não houvesse o impacto de fatos sociais, históricos e culturais que promovem algumas modificações – “do confronto entre a manifestação emocional da Programação Genética e a Programação Social derivam todas as alterações da vida emocional” (DEL CASALE, 1986, p.28) aí incluídas as neuroses e psicoses que podem se criar no processo de desenvolvimento do indivíduo.

As etapas de desenvolvimento de Del Casale (1986) são as seguintes: Fase de sensibilização (0 a 3 meses) – quando não há separação entre o eu-objeto e as necessidades básicas de alimentação, higienização, sono e contatos físicos precisam ser atendidas. Caso isso não se dê, a criança poderá desenvolver na idade adulta tendência à obesidade ou anorexia, tendências suicidas, dificuldade para desfrutar da vida, de receber e retribuir afagos; Fase de sensibilização (3 a 6 meses) – as necessidades são as mesmas, acrescentando-se a aprendizagem de uma nova forma de ingerir alimentos sólidos, assim como o início da imposição de limites. Na falta dessa estimulação, no futuro, retraimento, confusão e insociabilidade poderão se fazer presentes; Fase de sensibilização (6 meses a 1 ano) – as necessidades básicas prevalecem, mas inicia-se uma compreensão rudimentar das suas ações e brincadeiras, assim como prossegue a imposição de limites; dessa fase, podem resultar, de forma negativa, a insegurança, a falta de criatividade, a confusão e o retraimento, sobretudo se a criança se vê impedida de explorar espaços; Fase de sensibilização (12 a 18 meses) – esta fase se torna especial por causa da curiosidade da criança em relação aos fatos da vida e a sua

busca de respostas. Dificuldades nesta fase podem fazer aparecer, no futuro, psicopatias, falta de ambição e hipocondria; Fase de sensibilização (18 a 24 meses) – torna-se aqui de importância crucial o momento em que a criança se separa da mãe – o início do processo de identidade, assim como se inicia o processo de socialização (com colegas da escola) e a aprendizagem de dividir (o que é seu, o que é do outro, o que é coletivo). Maus resultados herdados desta fase podem resultar em agressividade, falta de respeito aos outros, preguiça, desconfiança e retraimento; Fase de sensibilização (2 a 3 anos) – as brincadeiras prevalecem, surgem fantasias e a criança se interessa por histórias.

A partir dessa fase, é possível que a criança desenvolva o autoritarismo, torne-se ciumenta, agressiva ou submissa, medrosa ou rebelde; Fase de estruturação (3 a 5 anos) – a criança desenvolve uma intensa curiosidade sobre a origem das coisas e exige explicações sobre quase tudo. Caso não passe emocionalmente bem por esta fase, poderá se tornar irresponsável, tender para o uso de bebidas e/ou drogas, guardar muito ressentimento, tornar-se um indivíduo agressivo ou desconfiado; Fase de estruturação (5 a 7 anos) – quando as necessidades de reconhecimento e de pertencimento apresentam-se com intensidade, caso contrário, o adulto poderá se mostrar injusto, egoísta, agressivo, retraído, desconfiado e até mesmo sádico e psicopata; Fase de atuação (7 a 10 anos) – a criança busca ser ouvida e compreendida, precisa de elogios, mas também de correções, demanda respeito às suas expressões emocionais e começa a incorporar valores familiares e sociais; o resultado negativo dessa fase é o adulto que não sabe respeitar os outros e as regras, poderá revelar timidez e tender ao fracasso; Fase de 10 a 12 anos – a característica desta fase são as constantes mudanças físicas, que regerão as mudanças de comportamento, daí os episódios de confusão que poderão eclodir no meio familiar, escolar e social, demandando intensa atuação e orientação por parte dos pais. Os resultados negativos incluem irresponsabilidade, falta de respeito aos outros, insegurança, dependência, desorganização, tendência a ser violento; e Fase de revisão, confirmação ou retificação (13 a 16 anos) – os estudos predominam, assim como as atividades esportivas e artísticas, geralmente envolvendo a atuação em grupos; o adolescente busca respeito a seus momentos de silêncio e isolamento, a seus amigos, às suas ideias, a seu projeto de vida; se a fase for mal vivenciada, poderão surgir apatia, egoísmo, tendência à solidão, dependência, retraimento e sentimentos de inadequação.

Como visto, cada fase apresenta suas peculiaridades, algumas necessidades que precisam ser atendidas, de tal modo que se as condições do meio forem hostis às suas

necessidades, (o indivíduo) reafirma mandatos inibitórios para o seu desenvolvimento pessoal e social (BERNE, 1986).

Quando há o atendimento das necessidades, o desenvolvimento vai se desenrolando de uma forma socialmente controlada, enquanto que, na falta dos estímulos adequados, a personalidade poderá sofrer distorções muitas vezes irreparáveis, que comprometerão a sua atuação na vida coletiva.

A relação dos psicólogos citados anteriormente é porque eles trabalham com a mudança de consciência do indivíduo (chamada paz consigo próprio), pois o indivíduo precisa transformar-se para ser um agente de transformação.

2.3 RAÍZES SOCIAIS – BRASIL - BAHIA

Consideramos importante discutir um pouco sobre as raízes sociais pois a questão da paz com o outro, se refere na sociedade. A paz consigo próprio e com o meio ambiente já foram definidas, portanto, estes são tripé (eu, outro e o meio ambiente) cerne desta pesquisa.

Neste tópico, abordaremos breve resenha histórica, em que consistem os fundamentos das relações sociais e como a *polis* (ordem jurídico-política ou ordem pública), um dos legados da cultura grega, evoluiu no mundo ocidental.

Em nosso entendimento, a psicologia, a sociologia e a antropologia fazem parte do que conhecemos como ciências humanas, distintas em tudo e por tudo das ciências da natureza, a física e a química, e da única ciência exata e pura, a matemática, considerada as ciências duras. Enquanto a psicologia estuda o comportamento humano do ponto de vista, sobretudo, da subjetividade, a sociologia tem por objeto a análise das relações sociais nas sociedades letradas e a antropologia estuda o modo de ser das sociedades mais antigas, porque ágrafas, seus mitos fundadores, ritos e regras de toda ordem. Muito devem as ciências humanas, em sua configuração epistemológica atual, aos conceitos criados por vários filósofos.

Retomando a Idade Média, que se estendeu de 476 d.C., ano da queda do Império Romano do Ocidente até 1453, quando os turcos otomanos conquistaram Constantinopla, duas instituições começaram, aos poucos, a conquistar espaço e firmar seu poder na Europa – a ação do Estado. A Igreja Católica Apostólica Romana, nascida dos ensinamentos do Cristo que viveu na Palestina durante a dominação romana, foi intensamente perseguida em seus primórdios, mas acabou sendo legitimada como religião oficial no reinado de Teodósio (379-394 d.C.). Cresceu em importância na Idade Média, para atingir o seu apogeu na Idade Moderna (1453–1789) com os papas detentores de poder hegemônico, inclusive temporal. Os religiosos tiveram um papel importante na História, ao se tornar os guardiões do

conhecimento advindo das civilizações grega e romana, em meio ao caos criado na Europa devido à queda de Roma e às invasões de hordas de bárbaros nômades. Além disso, os religiosos também exerceram uma talentosa habilidade administrativa, ao juntar os fiéis em suas igrejas e ser responsáveis pelo registro de suas atividades, sobretudo quando referentes a nascimentos, casamentos e óbitos. Finalmente, tornaram-se grandes educadores, estando presentes na criação de escolas e no ensino nas primeiras universidades europeias.

Por outro lado, temos a concepção de que o sistema feudal foi sendo substituído, gradativamente, pelo fortalecimento do poder real, com a unificação de territórios e a constituição das nações europeias. O Estado precisava exercer um certo controle sobre os cidadãos, sobretudo quando havia a necessidade de convocá-los em situações de guerras, o que era muito frequente, e na cobrança dos impostos que mantinham a realeza e a corte. Para ordenar a vida dos habitantes dos burgos, que rapidamente se expandiam, o Estado criou registros civis, mas também instituições que cresceram, como as escolas, as prisões, os hospitais, os hospícios e, com a ascensão da burguesia e dos primeiros empreendedores, propiciou a Revolução Industrial, a partir do século XVIII, o que exigiu a implantação de fábricas.

Portanto nossa crença é a de que, com o fortalecimento das instituições sociais, sobretudo após a Revolução Francesa (1789) e a consequente conquista dos direitos civis, uma noção, a de contrato, passou a ser de interesse dos pensadores do século XVIII. Distinto em seu arcabouço da tradição da herança, o conjunto de princípios jurídicos que disciplinam a transmissão do patrimônio (bens, direitos e obrigações), de uma pessoa que morreu, a seus sucessores legais, o contrato passou a normatizar a produção fabril nascente e a movimentação de mercadorias, a necessidade de novas regras de natureza econômica e formal se impôs.

Vários pensadores dedicaram-se a estudar as relações sociais, à luz do que é coercitivo, as regras e limitações impostas pelo Estado. Hobbes (1588-1679) filósofo inglês, em seu livro *Leviatã* (1651) discorreu sobre a natureza humana e sobre a propensão humana de formar sociedades organizadas por meio de um contrato social, como forma de impedir a desordem e a violência. No entendimento de Hobbes (2003) o respeito a uma autoridade central poderá garantir a manutenção da ordem e da paz, por meio do estabelecimento de normas de convivência e de defesas contra a agressão de inimigos. Essa autoridade pode ser vista na pessoa de um rei ou imperador, mas também sob a forma de uma assembleia de pessoas representativas da sociedade, como aconteceu na democracia ateniense e no Senado

romano. Assim, Hobbes acreditava que, para assegurar a paz, as pessoas precisavam submeter sua liberdade individual a um poder maior, a autoridade, representada principalmente pela Igreja e pelo Estado, os quais, em perfeita interação, seriam capazes de conduzir as ações da coletividade em busca de relações harmônicas e de cooperação. Conforme essa crença, se deixado à sua própria sorte, o indivíduo seria regido por seus instintos e operaria como um verdadeiro animal frente a seus semelhantes.

O filósofo Rousseau (1996) em sua obra *Contrato Social* preconizava um Estado que fosse legítimo, dotado de autoridade, mas concebido e gerido segundo a vontade dos cidadãos. Rousseau defendia a existência de direitos civis bem regulamentados, criados como forma de defesa dos direitos naturais da pessoa, certamente numa tentativa de embasar a sua crença de que os seres humanos nascem bons, mas são corrompidos na sua vida em sociedade. Neste sentido, a interpretação é a de que Rousseau se contrapôs a Hobbes, que se referia à natureza animal do ser humano, donde a necessidade de uma autoridade dotada de força política para disciplinar a convivência social.

O ser humano, na visão de Rousseau (1996), é um produto da natureza, com a qual convive harmoniosamente, em seu estado natural. Porém, dotado de uma natureza individualista, o homem não possui a necessidade de promover associações; isso acontece quando o instinto natural é superado pela razão, que propicia a sua inserção num meio social coletivo. Daí a necessidade do contrato social, para que a liberdade individual seja defendida e os direitos das pessoas possam ser garantidos – o que se faz através da escolha dos governantes pelo povo, numa espécie de assembleia na qual a vontade popular deverá ser respeitada. Rousseau (1996), ainda se detém na análise das possíveis formas de governo, indicando a aristocracia, a monarquia e a democracia, sendo esta última a sua preferida, como forma de impedir os abusos e a centralização do Estado e garantir os direitos dos indivíduos. Nosso teor conclusivo é o de que para que uma sociedade seja tida como verdadeiramente livre, é necessário que o contrato seja aceito por todos, pois, de outra forma, um tirano ou um grupo dotado de extraordinário poder acabaria por se impor, ditando as suas próprias regras.

O inglês Smith (1723-1790) pode ser considerado tanto o primeiro economista de renome quanto um dos precursores da moderna ciência social. Em 1776, Smith publica a sua obra mais conhecida, *Investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*, que se tornou clássica por apresentar uma completa análise da economia de mercado, à época. A pesquisa inicial de Smith (1976) baseou-se no fato de que desejava desvendar a capacidade demonstrada pelas pessoas de criar um mercado organizado e estável, no qual as compras e

vendas eram realizadas. Daí surgiu a concepção da chamada “mão invisível” que guia o mercado de tal modo que as ações dos indivíduos são capazes de conferir à sociedade aquilo que ela busca, ou seja, a divisão do trabalho.

Na ótica de Smith (1976) a própria mão invisível pode ser considerada responsável pelo crescimento econômico, já que a produção de bens aumenta graças a novas formas de organização do trabalho e o consumo, em consequência, também se intensifica – o que possibilita a expansão dos mercados, assim como novas oportunidades de emprego. A isso se soma uma acumulação do capital como resultado da poupança e da obtenção de lucro. Smith (1976) elaborou a noção do chamado “homem econômico racional”, (*homo economos*) aquele que toma decisões tendo em vista o seu próprio bem ou o seu interesse próprio, sem se importar com o bem da coletividade. Segundo esse entendimento, a concepção de fato e de verdade é que o indivíduo parece transitar entre dois polos distintos – o moral e o egoísta; o primeiro define a atuação do indivíduo como ser social, pertencente a uma comunidade, enquanto que o segundo rege os prazeres na órbita da individualidade, assim como a ambição, que pode tomar formas não éticas. Desse modo, os interesses individuais se multiplicam e é no processo de troca no mercado que as ações se harmonizam.

Em sua relação com a economia de livre mercado, Smith (1976) desenvolveu outros temas, como a divisão do trabalho e o valor do trabalho na economia como um todo. Nosso olhar é o de que sua obra teve grande importância no período em que a Revolução Industrial progredia a largos passos, incorporando novas tecnologias e colocando uma massa de assalariados na produção de bens. Smith (1976) mostrou também o papel do governo na nova situação de sociedade industrializada, defendendo uma restrição do papel do governo na condução da atividade econômica.

O político, filósofo e escritor Montesquieu (1689-1755) que pode ser considerado um dos pioneiros da sociologia, deixou para a posteridade uma obra valiosa, *O Espírito das Leis* (1748) que é um verdadeiro tratado de teoria política, em que fundamenta a necessidade de separação dos poderes, atualmente consagrada em muitas das modernas constituições internacionais. No entendimento de Ferréol e Noreck (2007, p.16) Montesquieu desenvolve “um primeiro paradigma sociológico”, ao organizar e buscar as relações entre fatos sociais, políticos e culturais, o que transforma isso em um sistema e sugere possíveis interpretações.

A interpretação é a de que à medida que o século XIX avançava, os estudos sociológicos progrediam, tendo tido nas figuras de Comte, Durkheim e Marx os seus principais representantes. Ainda de acordo com Ferréol e Noreck (2007, p.16) esses três

autores, numa análise mais crítica, ao refutar a tendência de explicação de questões sociais baseando-se em questões individuais, buscam utilizar uma abordagem holística, porque priorizam o todo em detrimento das partes. Assim, o grupo e a sociedade sobressaem em relação ao indivíduo. Por outro lado, procuraram formular leis que fossem capazes de melhor esclarecer as questões relativas às sociedades humanas, sua natureza e a forma como evoluíram.

Comte (1798-1857) é o criador do termo sociologia, que veio a substituir o então utilizado “física social”. Comte colocou-a num nível proeminente, como a “disciplina total do entendimento humano” (FERRÉOL; NORECK, 2007, p.17) aquela que teria a competência para explicar as outras ciências, apesar de recolher delas valiosos subsídios para os seus estudos, como a biologia, por exemplo, que fornece conteúdo para que os fatos sociais sejam mais bem compreendidos. Biológica e sociologicamente, o entendimento do todo é crucial para que as partes possam ser analisadas. Comte concebeu a sociologia dividida em dois ramos – a estática, que se ocupa da anatomia da sociedade, e a dinâmica, que estuda a sua fisiologia, ou seja, a sua evolução. De acordo com os autores citados, Comte defende que “a decomposição da humanidade em indivíduos não constitui senão uma análise anárquica tão irracional como imoral”, por ser ela “tão viciosa em sociologia como o seria, na biologia, a decomposição química do indivíduo em moléculas irreduzíveis, cuja separação jamais acontece no curso da vida.” (Em *Discursos sobre o espírito positivo*, 1844) (FERRÉOL; NORECK, 2007, p.17).

Comte acreditava que ciências como a física, a química, a biologia e a matemática já haviam atingido um estágio de “positividade”, o que ele desejava que acontecesse com a denominada “física social”, de tal forma que sugeria o uso de métodos como a observação, a experimentação, a comparação e a classificação para que os fenômenos sociais pudessem ser compreendidos, já que eles também obedeciam a leis de cunho geral. O ponto central do pensamento de Comte é atribuir ao “pensamento positivo” (núcleo de sua filosofia positiva) a previsão científica, ou seja, para se adquirir o espírito positivo deve-se lançar mão da ciência a fim que a realidade possa ser estudada.

Do ponto de vista da sociologia estática, Comte defende a supremacia do grupo em relação ao indivíduo: “A sociedade humana compõe-se de famílias e não de indivíduos”, conforme citado por Ferréol e Noreck (2007, p.19). Em relação à sociologia dinâmica, preconiza três estados, tendo em vista a evolução da humanidade: A Lei dos 3 Estados: o estado teológico, que existe quando os indivíduos acreditam na influência de forças

sobrenaturais sobre diversas situações existentes, como aconteceu entre as sociedades supersticiosas da Antiguidade e da Idade Média; o estado metafísico, semelhante ao anterior, mas quando se dá a substituição das forças sobrenaturais por forças abstratas, igualmente responsáveis por criar os fenômenos existentes (os melhores exemplos aparecem na época do Renascimento e do Iluminismo); e o estado positivo, quando os indivíduos buscam observar e compreender as causas dos fenômenos, utilizando para isso a razão, o que aconteceu após a Revolução Industrial, e o uso intensivo da ciência em todos os setores do conhecimento.

A concepção é a de que Ferréol e Noreck (2007) problematizam o pensamento comtiano da seguinte forma: Como conciliar a hipótese de leis invariáveis e a liberdade humana? Para o fundador da sociologia e do positivismo, o que justifica o predomínio do coletivo é o advento de uma religião fundada sobre o amor da humanidade. “Esse amor, liberado de qualquer subjetividade, não é dado por um axioma moral, mas tido como o objeto deduzido de um sistema de pensamento.” (FERRÉOL; NORECK, 2007, p.21).

Durkheim (1858-1917) considerado o pai da escola francesa de sociologia, criou métodos importantes para desenvolver pesquisas nesse domínio científico, tendo se tornado, graças a isso, um conceituado teórico de tópicos relevantes dos estudos sociológicos. Foi o responsável pela implantação da disciplina de Sociologia na universidade, assim como criou a revista *L'Année Sociologique* (1896) que se tornou bastante conhecida na época. Durante o tempo em que cursou a universidade, conheceu os trabalhos de Auguste Comte, pelos quais se entusiasmou, a tal ponto que, tendo se graduado em Letras, na verdade dedicou sua vida aos estudos da sociologia (FERRÉOL; NORECK, 2007).

Comte havia se referido ao problema do individualismo, que veio a se acentuar no século XIX, comparando-o a uma doença, a da solidão e insatisfação. Durkheim, ao aprofundar a análise do tema, mostra que o egoísmo humano impede a formação de uma sociedade estável, pois aquele que procura satisfazer suas vontades de forma egoísta, acaba por se entregar a paixões inferiores. “O interesse individual, excessivamente fluido e vago, não pode assegurar a perenidade do elo social.” (FERRÉOL; NORECK, 2007, p.22). Por isso, Durkheim refere-se à “consciência coletiva” existente na sociedade que representa, em última análise, um “conjunto de crenças, de sentimentos, de representações e de práticas que associam os homens entre si.” (FERRÉOL; NORECK, 2007, p.22).

Segundo esses autores, a sociologia se “tornou a ciência que estuda o modo pelo qual se reproduz essa realidade coletiva por meio dos valores e das regras historicamente determinadas” (FERRÉOL; NORECK, 2007, p.22) apesar dos inúmeros conflitos que

dificultam a existência humana, sejam eles de natureza externa (brigas, disputas, guerras provocadas por diferenças de todo tipo) ou de natureza interna (pulsões, emoções, frustrações). Isso cria uma espécie de missão para a sociologia, no sentido de determinar como os indivíduos serão capazes de viver em grupos de forma harmoniosa, sabendo-se, porém, esses conflitos são inevitáveis.

Tanto quanto Comte, Durkheim também almejava aplicar o método experimental com a metodologia documental suicida, amplamente utilizado nas ciências exatas ao fato social, que ele explicava como sendo as formas usadas pelos indivíduos para pensar, sentir e agir nos diversos papéis vivenciados em suas vidas (pais, filhos, profissionais etc.), de acordo com normas e regras impostas nos diversos grupos sociais existentes. Esses grupos sociais (família, entidades religiosas, associações diversas) ou instituições constituíram o núcleo de interesse dos estudos de Durkheim, em função do comportamento grupal, distinto do comportamento individual por causa das regras, normas, valores, sanções e punições adotados como forma de convivência.

Nosso entendimento é que Durkheim valeu-se dos métodos estatísticos para tratar os fatos sociais, como fez em sua obra *O suicídio*, usando dados como sexo, idade, estado civil e residência para estudar como as taxas de suicídio se comportavam num determinado tempo e lugar, na crença de que dados relativos a certos fatos sociais seriam reveladores de tendências coletivas. No caso do suicídio foi possível comprovar que havia um aumento do número de casos entre homens, pessoas mais velhas, pessoas sozinhas e na cidade (Paris) em relação às cidades do interior. Por outro lado, observamos que foi possível para Durkheim averiguar que pessoas divorciadas tinham maior propensão ao suicídio, dando a entender que os laços matrimoniais e a vida em família mantinham vínculos importantes, assim como controlavam pulsões sexuais que poderiam se mostrar desenfreadas. Na concepção de Merton (1963, p.40) “a coesão social fornece um apoio psíquico aos membros do grupo sujeitos a tensões e a ansiedades violentas.”

É fundamental que ressaltemos em suas obras, as formas elementares da vida religiosa, na qual Durkheim (2002) estuda sociedades mais antigas a fim de nelas encontrar o que explique a evolução da sociedade humana em geral. Em todas elas, encontra o fator religioso como fenômeno presente, continuamente, revelando a reverência ao sagrado, a existência de um código moral a delimitar e prescrever o que é e o que não é permitido, de tal modo que a unidade grupal pode ser preservada se as normas forem observadas. Durkheim (2002) interessa-se também pelas cerimônias coletivas, concluindo que, no decorrer dos cultos, o que

se reverencia não são os deuses, mas sim a própria existência da comunidade. Assim, a sociedade moderna, que permite o afrouxamento dos cultos religiosos, promove também o enfraquecimento dos laços que envolvem a comunidade, o que pode justificar, por exemplo, o aumento no número de suicídios, de divórcios e de atos violentos.

Marx (1818-1883) economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista alemão, tornou-se conhecido como grande crítico do capitalismo ao lançar, em 1848, *O Manifesto Comunista*, escrito com Friedrich Engels (1820-1895) seu colaborador, embora reconhecesse que esse modo de produção seria uma etapa natural que sucedeu ao feudalismo e ao mercantilismo, mas fadado a desaparecer.

Nossa crença corrobora que o filósofo Marx pode ser visto primordialmente como um economista e também como um sociólogo, devido à visão da História que formulou, como uma sucessão de diferentes sistemas econômicos, que acabavam por moldar distintas formas de organização social. Segundo Marx e Engels, no âmbito da História, é possível observar a luta de classes, a dos exploradores, que detém a propriedade privada dos meios de produção, e a dos explorados – homens livres e escravos (como na Grécia, por exemplo), patrícios e plebeus (em Roma), senhores feudais e servos da gleba (na Idade Média), burgueses (na França do Antigo Regime). A luta de classes seria, assim, o motor da História, por causa da propriedade privada dos meios de produção, que passou a existir após a experiência da comunidade primitiva, o modo inicial de convivência entre os homens. Em todas as formações sociais verificamos, pois, a relação existente entre as classes (os exploradores e os explorados), assim como os diversos aspectos de violência que essa desigualdade enseja.

De fato, o entendimento é de que Marx e Engels são criadores do que passou a se chamar socialismo científico e materialismo histórico, visto que estudaram diversos regimes econômicos para chegar à conclusão de que o capitalismo era um modo de produção transitório, fadado a desaparecer por causa de suas próprias contradições. Segundo esse pensamento, a sociedade evoluiria para um modo de produção socialista. Já que o Estado se encontra permanentemente a serviço das classes dominantes, seria necessário que as classes operárias (o proletariado) se unissem para a luta armada contra a burguesia (cuja ascensão social se deu com a Revolução Francesa, em 1789), detentora do capital e, portanto, da propriedade privada dos meios de produção.

Marx (1967) publicou o primeiro volume de *O Capital*, em que explica suas teorias a respeito da mais-valia. Assim como na economia clássica de Smith, o valor dos bens é aferido pela quantidade de trabalho empregada na sua produção. Uma vez que a força de trabalho tem

um valor e este valor é relacionado à subsistência do trabalhador – alimento, vestuário, moradia, transporte etc., se ele trabalhar um maior número de horas, estará recebendo um salário, que corresponde ao trabalho produzido acrescido de mais-valia, que não remunera o trabalhador e, sim, favorece o capitalista. Só que, para manter os lucros, o capitalista procura manter baixos os salários, além de sujeitar os trabalhadores a jornadas monótonas e desinteressantes quando não os desemprega. Essa alienação do trabalhador, em face da expropriação de seu trabalho, acabaria por gerar insatisfação e seria o estopim da mudança pela insurreição social.

Marx (1967) ao analisar o capital, assinalou que: por causa da concorrência, as empresas procuram oferecer preços mais baixos; com isso, algumas enfrentam o fracasso e até mesmo finalizam suas operações, enquanto outras enriquecem e monopolizam o mercado. Isso degenera numa concentração de riqueza e no surgimento de monopólios capazes de explorar trabalhadores e consumidores; a busca frenética de lucros pode levar ao aumento insensato da produção, à superprodução, ao desperdício e, finalmente, ao declínio do modo de produção capitalista; a fragilidade do capitalismo se deve, pois, a crises frequentes, cujos resultados serão sentidos, sobretudo, pelo proletariado; as contradições desse modo de produção teriam explicação na dialética de Hegel (1770-1831) filósofo alemão, cuja lógica é assim formulada: a tese (o capitalismo) contém em si a própria antítese (os trabalhadores que são explorados), o que, inevitavelmente, por causa do grau de insatisfação, levaria à síntese – o comunismo; e a “ditadura do proletariado” resultaria numa mudança política revolucionária, em que a maioria (o proletariado) deteria o poder econômico em detrimento da minoria (os capitalistas), transformando-se então a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva; haveria então duas etapas, a primeira seria a de construção de uma sociedade socialista, com a coletivização de todas as forças produtivas (terras, fábricas, capital e trabalho); a segunda etapa seria a da sociedade comunista, que se estruturaria segundo o princípio “de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”. No comunismo, a etapa final do desenvolvimento histórico, não haveria mais classes sociais e o próprio Estado desapareceria.

Ainda segundo Marx (1967) as pessoas se sentem felizes quando se relacionam com outras e isso pode ser verificado no ambiente de trabalho. Ao produzir bens e vendê-los, aquele que produz em princípio sente-se feliz porque está favorecendo o desejo do comprador. Observou, porém, que o capitalismo destrói essa sensação de felicidade, porque distancia o trabalhador do que ele produz. Já que o trabalhador executa um trabalho tedioso

no qual não consegue visualizar o produto final, este lhe parece estranho, donde o fenômeno da alienação. Marx, ao analisar o capital, observou que a mercadoria (manufatura) quando finalizada, não mantinha o seu valor real de venda, que era determinado pela quantidade de trabalho materializado em sua produção, mas que adquiria uma valoração de venda irreal e infundada, como se não fosse fruto do trabalho humano e nem este pudesse ser mensurado. A mercadoria, então, parecia perder sua relação com o trabalho e ganhava vida própria. A esse fenômeno, que tem íntima relação com a alienação do trabalhador, Marx chamou de “fetiche da mercadoria”.

O historiador e escritor francês Tocqueville (1805-1859) é autor de duas importantes obras, *Da Democracia na América* e *O Antigo Regime e a Revolução*, nas quais se revela um pensador político. Desde cedo combateu a escravidão, assim como enfatizou a existência de instituições políticas liberais, tornando-se ardoroso defensor das liberdades individuais. Na primeira de suas obras citadas, analisa as instituições americanas (1835), sendo que, na segunda parte, suas considerações referem-se à democracia em si (1840). No segundo livro, que data de 1856, volta-se para questões relativas à democracia na França e à centralização que caracteriza o seu regime. Fervoroso apologista da democracia, Tocqueville polemiza em torno da relação que pode existir entre liberdade e igualdade, mostrando que elas podem ser contraditórias. “A liberdade leva à diferenciação, ao passo que a igualdade tende à uniformização.” (TOCQUEVILLE, 1856 apud FERRÉOL; NORECK, 2007, p.35). A liberdade representa o valor maior para Tocqueville e, para conciliar os dois valores, procura demonstrar que os indivíduos “querem a igualdade na liberdade” (GALIMARD, 1975, p.206 apud FÉRREOL; NORECK, 2007) mesmo reconhecendo a dificuldade de equilibrar os dois eventos. Na eventualidade da falta de liberdade, Tocqueville considera que os indivíduos estarão em busca da igualdade, mesmo havendo condições adversas, como a escravidão.

Tocqueville também estudou o fenômeno religioso. O entendimento é que ele reconheceu a função social das práticas religiosas, sobretudo quando se trata da integração das pessoas numa comunidade. Não aceita a interferência da chamada “mão invisível do mercado”, preconizada por Adam Smith (1976), mas entende que a própria comunidade aspira e consegue dar efetividade aos valores ditos democráticos.

Tendo viajado para os Estados Unidos em 1831, por indicação do governo francês, com a missão de observar o sistema prisional americano, em nove meses, Tocqueville realizou centenas de anotações sobretudo o que pôde apreciar na sociedade americana, daí resultando a sua obra mais conhecida, *Da Democracia na América*. Impressionou-o a forma

como a comunidade participava dos governos locais, o que o levou a fazer comparações com as características da democracia francesa, que ainda preservava características do Antigo Regime, centralizador por natureza. Tocqueville enaltece, então, o respeito existente pelos direitos individuais, o equilíbrio verificado entre os poderes e a importância dada à formação religiosa, à liberdade de imprensa e de associação.

Sublinhe-se que o sociólogo, filósofo e ensaísta político francês Aron (1905-1983) fez uma releitura da obra de Tocqueville, e o considerou como um pensador que soube analisar a experiência política das sociedades ocidentais, nas quais veio a prevalecer a democracia, mas referiu-se aos perigos inerentes a este regime, cercado “de contradições internas”, o mais grave dos quais é a tentação totalitária, pois, embora as massas pareçam estar satisfeitas, estão, na verdade, anestesiadas, como já havia sido observado por Marx. Daí que, para Tocqueville, “as sociedades democráticas podem evoluir seja rumo a uma tirania, suave ou dura, seja rumo a uma sociedade ‘virtuosa’ que realizaria a combinação ideal entre igualdade e liberdade.” (FERRÉOL; NORECK, 2007, p.40).

Um dos nomes mais significativos do pensamento sociológico moderno foi o alemão Weber (1864-1920) formado em Direito, História, Economia, Filosofia e Teologia e responsável pela criação da Associação Alemã de Sociologia. Weber mostrou claramente a distinção entre as ciências da natureza, cujo objeto são os fenômenos que não dependem da ação humana e que revelam leis universais, e as ciências sociais ou humanas, em que os fenômenos não se repetem com regularidade, motivo pelo qual devem ser estudados de outra forma. Daí a preocupação de Weber com leis sociais, passíveis de ser identificadas e aceitas globalmente.

Weber (apud FÉRREOL; NORECK, 2007, p.42) visualizou a existência de três tipos de sociedade: tradicional, onde predominam o patriarcado, as práticas conservadoras, a tradição e o poder normalmente herdado, de que são exemplos, as tribos, as famílias e os clãs; carismática, a qual suscita o aparecimento de grupos revolucionários e de líderes que, de imediato, obtêm a aprovação e a simpatia das massas; e sociedade legal, racional ou burocrática, que caracteriza o modo de ser dos grandes Estados modernos e das grandes empresas, onde existem normas perfeitamente estabelecidas, isto é, em que as decisões não são fundamentadas em fatos ou razões, mas também capazes de alcançar um objetivo ou resolver um problema.

Na expertise de Weber, a racionalidade é o caminho de ordenamento das organizações, sociedades e empresas, um princípio concebido para estar “a serviço de valores que

emprestam sentido à existência humana.” (FÉRREOL; NORECK, 2007, p.42). Weber (1967) enfatiza a importância da ação como o que revela a conduta humana revestida de um significado. Postula que em toda ação humana é possível encontrar a racionalidade, cabendo ao sociólogo buscar compreender os diversos tipos de interação social e aquilo que produzem. Enquanto Marx e Comte procuraram formular uma teoria geral que compreendesse todas as situações sociais, Weber deteve-se na análise das características especiais de cada fenômeno, criando assim modelos apropriados a grupos sociais como a família e outros. Propõe o estudo de ideais-tipo, classificados desde os gerais, como a cidade e o Estado, até os individuais, como o cidadão e o trabalhador. A esses ideais-tipo concernem as seguintes ações: **racionais com relação a valores**: baseadas nos valores do indivíduo, mas sem pensar nas consequências e muitas vezes sem considerar se os meios escolhidos são apropriados para atingi-lo; **racionais com relação a fins**: planejadas e tomadas após avaliado o fim em relação a outros fins, e após a consideração de vários meios (e consequências) para atingi-los. Um exemplo seria a maioria das transações econômicas; **afetivas**: tomadas devido às emoções do indivíduo, para expressar sentimentos pessoais. Comemorar após uma vitória e chorar em um funeral seriam ações emocionais; e **tradicionais**: baseadas na tradição enraizada. Um exemplo seria a prática de lazer aos domingos e o uso de roupas mais leves. Algumas ações tradicionais podem se tornar um artefato cultural.

Cada um desses modelos auxiliará o sociólogo a estudar uma determinada situação. Weber (1967) compreende a mudança social como ações que acontecem em meio a períodos marcados por conflitos, quando se aceita uma nova racionalidade que se contrapõe a outra até então dominante.

Uma das grandes contribuições de Weber foi seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, no qual investiga o sentido da História, as práticas sociais e as influências religiosas na difusão do capitalismo no Ocidente. Weber (1967) enfatizou a questão da legitimidade ligada aos grupos sociais; no caso do capitalismo, visualiza a sua legitimidade sendo conferida pela ética protestante, que conseguiu alienar forças obsoletas e criar novas forças capazes de produzir numa velocidade surpreendente, ao firmar certos valores como a disciplina e a crença no crescimento profissional. Asseveramos que a ambição pelo crescimento e pelo enriquecimento foi visto como natural, em contrapartida à concepção mantida pela Igreja Católica, que abominava a usura, ou seja, a prática de cobrança de juros.

Corroboramos que, o que se chama consciência profissional foi atingindo, aos poucos, diversas camadas da população, que anteviam, por meio do trabalho, a forma de ascender

socialmente. O sucesso profissional tornou-se uma meta que motivou sucessivas gerações de empreendedores, os quais dedicaram seus esforços à construção de um meio empresarial forte e duradouro. À luz dessa análise – do que veio a se configurar na sociedade norte-americana – Weber (1967) mostrou a relação existente entre o sentimento religioso e o ideal de prosperidade, decorrente do crescimento econômico, visto que o protestantismo, em sua vertente calvinista, pregava a realização material terrena como um serviço prestado à glória de Deus – donde a valorização do trabalho e o incentivo à poupança, para possibilitar mais investimento, o que provoca um aumento na acumulação do capital e, em consequência, fortalece o modelo capitalista.

Em nossa revisão de literatura, como se concebeu este tópico, as obras dos autores citados certamente produziram efeitos e influenciaram os estudos que seriam desenvolvidos ao longo dos anos, tendo muitos deles sido revisitados por autores contemporâneos, que problematizaram ou repensaram suas ideias. Como se trata do subcapítulo raízes sociais, a sociedade sendo analisada, consideramos fundamental a partir de então relatar alguns traços de violência, com a desarticulação da família bem como do crescimento das cidades. Assim referendamos as mais relevantes.

Consideramos fundamental fazermos um breve relato da violência no Brasil, visto que os indicadores empíricos são assustadores: nos últimos trinta anos, a violência no país praticamente dizimou uma cidade inteira de grande porte. Cerca de 1,1 milhão de pessoas foram vítimas de homicídio. A média das últimas três décadas é de quatro brasileiros assassinados por hora.

Acreditamos que além da violência, crescente e muito preocupante nos dias atuais, contra os jovens, há que referir a violência, igualmente grave, o que já se observa desde os primórdios da humanidade. Santos e Izumino (2014) ambas cientistas sociais, estudam o problema das diferentes modalidades de violência cometidas contra mulheres no Brasil, focando as linhas teóricas das Ciências Sociais, mostrando que as pesquisas relativas ao assunto datam dos anos 1980, o que resultou na criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, que ainda representam uma das mais importantes políticas públicas de defesa do gênero. Nesse estudo, as autoras consideram três diferentes alternativas: a dominação masculina, que reflete a preponderância do respectivo gênero e suas consequências; a dominação patriarcal, em que a situação da mulher é definida como de inferioridade e submissão; e a corrente relacional, que se caracteriza pelo duplo vínculo em que a mulher é simultaneamente vítima e cúmplice.

As autoras ressaltam que:

o mapeamento das queixas, os debates sobre a posição da ‘vítima’ e as investigações sobre os sistemas policial e judiciário têm-nos revelado que a violência contra as mulheres é um sério problema na sociedade brasileira, merecendo a atenção, não apenas das Ciências Sociais, como também dos poderes públicos. (SANTOS; IZUMINO, 2014, p.12).

Concordamos que a violência urbana, em crescimento vertiginoso, vem interrompendo, sobretudo nos grandes centros urbanos brasileiros, a vida de jovens, principalmente daqueles que se encontram envolvidos com o tráfico de drogas. Nery (2008) sociólogo e também pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade São Paulo (NEVUSP), focaliza em seu estudo as zonas preferenciais de atuação dos jovens envolvidos com quadrilhas de traficantes que frequentemente aparecem como destaque nos noticiários em decorrência dos confrontos diários com policiais que atuam no combate a práticas ilegais. Nery (2008, p.1) declara que “se não se pode afirmar causalidade entre investimento público e violência, a presença do poder público, de forma genérica, é crucial na melhora da infraestrutura local e no desenvolvimento de atividades sociais”. O autor acrescenta ser possível provar que a existência de locais destinados ao lazer e aos esportes seja capaz de inibir os atos violentos, embora se saiba que, quando retirados de situações onde predominam baixa instrução e ociosidade, os jovens tendem a estar mais conscientes de seus direitos e deveres. Nery (2008) também denuncia as abordagens policiais agressivas, relatadas pelos jovens, como fator de repúdio deste grupo à aproximação com as forças da lei; assim, defende a comunidade “como espaço de formação, reflexão e ação cívica”.

Um estudo feito sobre a Vitimização da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) mostrou que 47,2% das pessoas de 10 anos ou mais, o que equivale a 29 milhões de brasileiros, não se sentiam seguras na cidade em que moravam; 8,7 milhões de pessoas de 10 anos ou mais – 7,3% – foram vítimas de roubo ou furto nesse ano; e 2,5 milhões de pessoas – 1,6% – sofreram agressão física.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República também em fins de 2010 lançou o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). No primeiro bloco de questões, os entrevistados deveriam indicar seu temor em relação a vários tipos de incidentes violentos e as alternativas de resposta oferecidas eram: Muito Medo, Pouco Medo, Nenhum Medo. O resultado relativo a Muito Medo revelou: Assassinato – 78,6%; Assalto a mão armada – 73,7%; Arrombamento – 68,7%; Agressão física – 48,7%. São dados, de fato, bastante assustadores: 8 em 10 brasileiros têm muito medo de morrer assassinados e 7 em 10 de ser assaltados com arma em

punho (IPEA, 2011).

Nas análises constantes do Relatório sobre a Segurança Cidadã e Direitos Humanos (UNICEF, 2010) há uma série de críticas às políticas públicas adotadas para o enfrentamento da violência por vários países. O documento foi elaborado em uma parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Escritório das Nações Unidas do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH). Segundo o relatório, as políticas públicas têm se mostrado ineficazes, embora exista responsabilidade clara dos países para que os direitos humanos sejam protegidos e assegurados.

Como assinalamos anteriormente, as taxas de mortes violentas nos principais centros urbanos brasileiros superam as de países que vivem conflitos armados. É sempre importante ressaltar, entretanto, que a qualidade dos dados sobre mortes violentas produzidos no Brasil é variável, havendo Estados que produzem informações mais qualificadas que outros. Por essa razão, os dados revelam grandes tendências, mas podem não ser precisos caso a caso e sugerem que qualquer avaliação definitiva sobre violência letal em cada Estado do país deve ser considerada com cautela. Com efeito, estudos aprofundados da evolução das taxas de homicídio devem utilizar duas fontes: a Polícia Civil, cujos dados são baseados nos registros de ocorrências criminais e o Sistema de Saúde, com dados baseados nos certificados de óbitos.

Oliveira (2006) afirma que no Brasil, país em desenvolvimento, ou dito emergente, há problemas com o planejamento de políticas públicas pela ênfase dada ao tecnicismo, à burocracia, ao controle e às previsões dos economistas. Entendemos, portanto, que o planejamento em políticas públicas deve ser visto como um processo, e não como um produto técnico somente, já que a importância do processo se dá principalmente na implementação, etapa que conduz aos resultados finais das políticas, programas ou projetos. Neste sentido, o planejamento é um processo de decisão político-social que depende de informações precisas, transparência, ética, temperança, aceitação de visões diferentes, vontade de negociar e buscar soluções conjuntas que sejam aceitáveis para toda a sociedade.

A tortura é um tipo de violência presente na história da humanidade há vários séculos, tendo ficado tristemente celebrizada pelo Tribunal da Inquisição que a Igreja Católica instituiu na Idade Média e também na Idade Moderna. Na tese apresentada ao Departamento de Sociologia da USP (NEVUSP), Jesus (2010) estuda práticas de tortura no Brasil, sobretudo as cometidas por agentes do Estado, no contexto do que remonta a todas as épocas históricas de diferentes povos, para documentar o que se verifica, no país, desde o período colonial até a

atualidade. Aborda os aspectos sociológicos da tortura no Brasil, assim como a criminalização e os mecanismos de combate a esse crime, com o registro de diversos julgamentos realizados em território nacional.

Entendemos como outro tema dominante, a família, uma instituição em crise, possivelmente resultante da dificuldade de conciliação entre trabalho e vida doméstica para as mulheres, do aumento do número de divórcios, do aparecimento de outros gêneros (além do feminino e do masculino), da adoção de crianças por casais homossexuais, da constituição de famílias do tipo “eu, você, os meus, os seus e os nossos”, além de fatores característicos da vida na atualidade. Percebemos que numerosas pesquisas dedicam-se ao tema, procurando compreender o processo de desaparecimento da família tradicional, com predominância masculina e submissão feminina, convivência com os filhos sob o mesmo teto, além de outras características pertinentes a uma certa previsibilidade de um casal que decidia por um projeto de vida em comum, bem como outros estudos contemplam a evolução do sistema educacional, o papel da família na educação dos filhos, a lógica social e a lógica curricular do sistema educacional, assim como as práticas culturais e os estilos de vida.

Para Krug (2002) do diretor do Departamento de Prevenção de Ferimentos e Violência da Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência pode ser evitada com uma mudança de atitude:

Não há nada inevitável a respeito da violência e ela não é intrínseca à condição humana. No mundo inteiro, há evidências de que a violência pode ser evitada por uma série de medidas envolvendo indivíduos, famílias e comunidades. (KRUG, 2002, p.1).

Gomes (2008) em seu artigo sobre segurança cidadã, conclui categoricamente que: todos os policiais e servidores da justiça devem, no mínimo tratar os cidadãos que vão até eles, por necessidade ou capturados, como se fossem alguém da família, para não ocorrer as mortes estupros e muitos outros crimes que se vêem todos os dias nos meios de Comunicação.

O mesmo autor complementa que a desorganização espacial, inexistência de serviços públicos ou ineficiência quando existem, que somados a falta de emprego e a dicotomia entre a população e os órgãos de polícia criaram as condições para a explosão de criminalidade nas metrópoles brasileiras que assistimos em nosso dia a dia (GOMES, 2008).

Quanto ao estado das políticas sociais, a situação com que se defronta o Brasil é grave: baixas taxas de crescimento econômico conjugam-se à redução do percentual do gasto com crianças e adolescentes, em relação aos valores globais do gasto público federal e o gasto

social federal. São variados os fatores subjacentes ao problema da criminalidade urbana, que afeta predominantemente os jovens. Merecem destaque os níveis educacionais e o estado do equipamento público de ensino (em termos quantitativo e qualitativo), a pequena disponibilidade de áreas de lazer, o grau de exposição a atitudes pró-violência presentes na mídia (nos filmes, novelas, seriados e clipes musicais), as políticas sociais incompletas voltadas para a criança e o adolescente e as condições econômicas prevalentes no nível macroeconômico.

Só em 2010 foram mortas 50 mil pessoas, numa contabilidade de 137 assassinatos por dia. É mais do que o Massacre da Casa de Detenção de São Paulo, ou Massacre do Carandiru, diariamente: ali, no dia 2 de outubro de 1992, 111 presos foram assassinados pela Polícia Militar do Estado. Uma pessoa foi morta a cada dez minutos no Brasil em 2012, segundo pesquisa do Mapa da Violência do Instituto Sangari (WAISELFISZ, 2013).

A interpretação é que a distribuição das mortes violentas no Brasil, contudo, apresenta dados que precisam ser compreendidos se pretendermos entender as características, a velocidade e a qualidade das políticas públicas criadas para enfrentar o problema da violência e das respostas que a sociedade civil vem produzindo ao longo desse período. Esta situação ensejou planos e ações dos governos federal e estadual para modernizar e adequar os órgãos de segurança pública. Contudo, o crescimento acelerado da criminalidade no país, entre a década de 1980 e 2012, apresenta dados que permitem avaliar os índices de violência em suas diversas dimensões. Segundo o Mapa da Violência (1980-2012) elaborado pelo sociólogo Waiselfisz (2013) no Brasil, considerando-se as mortes por arma de fogo, 42.416 pessoas tornaram-se vítimas (94,5% foram assassinadas), o que perfaz uma média de 116 mortes por dia, no ano de 2012; tendo em vista a coleta de dados entre 1980 e 2012, houve um aumento de 463,6% na morte de jovens por armas de fogo e de 655,5%, considerando-se apenas aqueles que foram assassinados; a taxa de mortalidade da ordem de 20,7, relativa a homicídios que resultaram do uso de armas de fogo, é a mais alta desde 1980, quando teve início a série histórica de levantamentos do Mapa da Violência; em comparação com países de igual porte econômico, a maior taxa, que pertence à Rússia, é próxima da metade da brasileira; das 24.882 pessoas mortas por armas de fogo, 59% tinham idade entre 15 e 29 anos, 94% das quais eram do sexo masculino; considerando-se a comparação entre negros e brancos, em 2012 morreram 142% mais negros do que brancos (mortes por armas de fogo).

Entre os anos de 1980 e 2012, 880.386 morreram como resultado de disparos efetuados por armas de fogo (747.760 assassinadas); de acordo com os números citados, o

Brasil ocupa a 11ª posição na relação de 99 países com ocorrência de mortes por armas de fogo – 21,9 mortes por 100 mil habitantes; comparativamente, países como a Coreia do Sul e o Japão possuem ocorrência zero em mortes causadas por armas de fogo; soma-se à elevada taxa de homicídios a baixa taxa de resolução dos crimes, estando a média nacional em torno de 8%, e a de condenação menor ainda; entre os criminosos condenados, 49.6251 em dezembro de 2010, mais de 25% estão na faixa etária de 18-24 anos e aproximadamente 54% na faixa de 18-29 anos; 6,2% dos criminosos são analfabetos (abaixo da média nacional de 10,9%) e 63% não concluíram o ensino fundamental; 29,6% dos criminosos são brancos e 47,8% negros ou pardos – aparentemente a incidência não caracteriza viés étnico, porém a estatística é baseada na autodeclaração, o que nem sempre é confiável; do total de criminosos, 10% (49.275) foram condenados por crimes contra a vida; 20% por crimes foram relacionados a entorpecentes; 42% dos presos cumprem pena por crimes contra o patrimônio; os dados indicam tendências claras de crescimento; se a taxa do país é elevada, a do Estado da Bahia chega a 39,85 e a de Salvador, 68,34 por 100.000 habitantes (2010). Cumpre sublinhar que parte substancial do crescimento da violência na cidade do Salvador, se deu a partir de 2005 (39,7), segundo Waiselfisz (2013):

- a) o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) registrou que 50% de todos os processos criminais atrasados no país também se encontram na Bahia (CNJ, 2009) e relatórios posteriores indicaram que ainda houve acúmulo por não terem sido cumpridas as metas estabelecidas e mesmo o julgamento dos processos em curso no ano;
- b) segundo os dados do Departamento Nacional de Penitenciárias (Depen) relativos à população carcerária, verifica-se a falta de vagas no sistema prisional baiano – 7.912, em 2013;
- c) crimes de fácil identificação continuam corriqueiros, como o jogo ilegal e o tráfico de drogas, confirmando o imobilismo das investigações e a ineficácia do policiamento preventivo, conforme dados do relatório de 2009 da SSP/BA.

A maior complexidade dos dados indica que as ações prioritárias não incidem sobre as partes constitutivas do problema que mais contribuem para a existência das elevadas taxas de criminalidade.

Assim, as estatísticas confirmam o que assinala Souza (2006):

É, portanto, a realidade desses consensos compartilhados acerca do valor objetivo e diferencial de indivíduos e classes inteiras que explica a existência de todo um aparato legal e jurídico meramente simbólico. (SOUZA, 2006, p.146).

Segundo a OMS, a violência deve ser considerada epidêmica acima de 10 assassinatos a cada 100 mil habitantes por ano. No Brasil, o índice é de 27 homicídios — quase o triplo desse limite. Para se ter uma ideia da enormidade dos dígitos, basta confrontá-los com as estatísticas sobre as guerras ocorridas entre 2004 e 2007 no resto do mundo: 62 conflitos armados provocaram 208.349 mortes. De 2008 a 2011, foram assassinadas no Brasil 206.005 pessoas, 117 mil a mais que a soma das vítimas das guerras do Iraque e do Afeganistão. A interpretação é que o Mapa da Violência também confirma o que os especialistas qualificam de “migração da violência”. Enquanto se multiplicam em regiões consideradas “pacatas” há dez anos, os homicídios desenharam uma curva descendente em antigos redutos da criminalidade.

As constatações feitas pelo Mapa da Violência confirmam que o medo permanece na mesma intensidade, como resultado da sensação de insegurança. Como exemplo, Maceió, a capital alagoana, é uma das quinze cidades que superaram a marca de 100 mortes por 100 mil habitantes. O Estado de Alagoas, tido como o mais violento do Brasil, nos últimos dez anos, o crescimento da criminalidade foi de 146,5%, enquanto que, em 2012, verificou-se uma taxa de 55 mortes por armas de fogo para 100 mil habitantes. No conjunto das capitais, a taxa de homicídios caiu 20,9%, mas subiu 23,6% no interior (WAISELFISZ, 2013).

Nos estudos de Waiselfisz (2013) o crime mudou de endereço em consequência de alterações na paisagem econômica e da falta de investimento em segurança. “A partir dos anos 90, a renda concentrada nas grandes metrópoles passou a migrar para municípios menores”, argumenta. “Essas cidades não estavam preparadas para o crescimento da população, e os sistemas de segurança, que eram compatíveis com o baixo número de habitantes, se mantiveram estagnados.” (WAISELFISZ, 2013, p.22).

Como já citado, no conjunto das capitais, a taxa de homicídios sofreu uma queda de 20,9%, mas, em contrapartida, cresceu 23,6%, nos municípios interioranos, ou seja diminuiu na capital e aumenta no interior. O organizador do Mapa ressalva que essa curva ascendente também foi influenciada pelo aperfeiçoamento do aparelho policial. “Os institutos médicos legais eram muito poucos no país”, exemplifica o sociólogo (WAISELFISZ, 2013, p.23). A contagem dos mortos foi aperfeiçoada, mas continua longe da eficiência desejável, o que permite supor que as dimensões da violência criminosa sejam ainda mais inquietantes.

“Alguns estudos comprovam que crimes banais, como discussões em botecos, matam muito mais que o tráfico de drogas”, observa Waiselfisz (2013). E muitos crimes de morte decorrem da descrença na Justiça. “Como não confiam nos tribunais”, constata, “um número enorme de brasileiros acha mais eficaz fazer justiça com as próprias mãos.” (WAISELFISZ, 2013, p.24).

Em reportagem publicada no dia 30 de setembro, Ramalho (2015) listou a incidência de crimes violentos letais em algumas capitais brasileiras em 2014 (taxa por 100 mil habitantes).

Tabela 1 – Incidência de crimes violentos letais em capitais brasileiras em 2014

Cidade	Taxa (%)
Fortaleza	77,34
Maceió	69,53
São Luís	69,07
Natal	65,89
João Pessoa	61,61
Teresina	53,06
Belém	51,23
Salvador	48,12
Cuiabá	47,44
Aracaju	47,13
Goiânia	46,66
Manaus	41,63
Porto Alegre	40,61
Vitória	38,34

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social dos governos estaduais e do Distrito Federal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2014).

Nota: Com base na Lei de Acesso à Informação o Fórum Brasileiro de Segurança Pública cruzou as estatísticas com informações disponibilizadas pelas mesmas Secretarias em suas páginas na internet.

Desenvolvido pelo Ministério da Justiça em 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) constitui uma iniciativa inédita no enfrentamento da criminalidade no país. O programa articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem descuidar das estratégias de ordenamento social e segurança pública. Entre os principais eixos do PRONASCI destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência (MJ, 2014).

Tabela 2 - Número de homicídios por Unidade da Federação em 2014

UF	Nº de homicídios	Taxa por 100 mil habitantes %
BA	5450	36,0
RJ	4610	28,0
SP	4294	9,8
CE	4144	46,9
MG	3958	19,1
PE	3233	34,8
PA	3232	40,0
RS	2226	19,9
GO	1575	24,1
ES	1528	39,3
PB	1418	36,0
PR	1354	12,2
MA	1353	19,7
MT	1276	39,6
AL	1050	31,6
SE	999	45,0
AM	909	23,5
DF	682	23,9
RN	665	19,5
PI	659	20,6
SC	587	8,7
RO	525	30,0
MS	463	17,7
TO	313	20,9
AC	191	24,2
AP	115	15,3
RR	72	14,5

Fonte: Ministério da Justiça (MJ, 2014).

Estados do Norte e do Nordeste concentraram mais de 50% dos homicídios dolosos ocorridos no Brasil em 2014, embora tenham somente 36,2% da população brasileira, segundo pesquisa divulgada pelo Ministério da Justiça. Juntas, as regiões tiveram 24.328 dos 46.881 assassinatos do país (51,9% do total). No Sudeste, Centro-Oeste e Sul, foram 22.553 homicídios no mesmo período. O levantamento faz parte do *Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios*”, elaborado pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP, 2015) do Ministério da Justiça. O documento foi elaborado em parceria com Estados e municípios a fim de ser usado como ferramenta para desvendar os motivos que levam aos homicídios e para elaborar políticas públicas de combate à violência. De acordo com a pesquisa, o Nordeste é também a região com a maior taxa de mortes no país por grupo de 100 mil habitantes, com índice de 33,76. Esse índice é mais do que o dobro da região Sul: 14,36. A região Norte fica em segundo lugar, com 31,09 homicídios por grupo de 100 mil habitantes, seguida do Centro-Oeste, com 26,26, e Sudeste, com 16,91. Segundo o levantamento, países com históricos de

guerra civil, como o Congo, e com altas taxas de homicídio associadas ao narcotráfico, como a Colômbia, possuem índices menores que o do Nordeste brasileiro. No país africano, a taxa é de 30,8 assassinatos para cada 100 mil habitantes; no sul-americano, 33,4 (SINESP, 2015). A incipiência do ser humano para a cultura da paz, o não investimento em educação, são fatores que se deve a essa realidade.

De acordo com a Tabela 2, a Bahia teve 5.450 mortes em 2014 e ocupa o primeiro lugar em números absolutos de homicídios no país. O Rio de Janeiro ocupa o segundo lugar, com 4.610 casos; em seguida aparecem São Paulo, com 4.294 mortes; Ceará, com 4.144; e Minas Gerais, com 3.958 homicídios (SINESP, 2015). De janeiro a setembro de 2015, a taxa de homicídios na capital do Estado, Salvador, caiu 3,6% em comparação com a do ano anterior. Em números proporcionais à população, o Estado com a maior taxa de assassinatos é o Ceará, com 46,9 mortes por grupo de 100 mil habitantes. Sergipe vem a seguir, com 999 homicídios – taxa de 45. O Pará teve 3.232 homicídios e índice de 40. São Paulo tem um dos índices mais baixos, proporcionalmente: 9,8. O índice do Rio de Janeiro é 28. No Nordeste, há Estados com índices considerados baixos, mas que possuem municípios com altas taxas de homicídios, comparadas às maiores do mundo, segundo o estudo. Um exemplo é o Piauí, com um dos índices mais baixos da região – 20,6. Mas a capital, Teresina, tem taxa de 48,2 mortes por grupo de 100 mil habitantes. No Maranhão, que possui o segundo menor índice da região (19,7), o município de São José de Ribamar tem 70,2 mortes por 100 mil habitantes. Municípios na Bahia também apresentam situações graves, como Porto Seguro e Simões Filho, com índices de 86,5 e 84,3, respectivamente (SINESP, 2015).

Dados do Censo de 2010 do IBGE (2010) apontam que a somatória de pretos e pardos representa 50,7% da população brasileira. Em 2013, esse grupo representou 72% das vítimas de homicídio no país. Entre brancos e amarelos, o índice foi de 26%. De acordo com o levantamento, a taxa de jovens negros vitimados é de 79,4 por cada 100 mil habitantes (SINESP, 2015). Nas regiões Nordeste e Norte, os negros representaram 83,3% das vítimas com idade entre 15 e 29 anos em 2013 (SINESP, 2015).

Embora o estudo não traga informações sobre o número total de homicídios por gênero, sua conclusão afirma que a taxa de morte violenta entre mulheres é relativamente pequena quando comparada à dos homens, mas tem número absoluto “considerável” na comparação com outros países. Mulheres negras são as maiores vítimas de homicídios: a taxa é de 7,2 para cada 100 mil habitantes – mais do que o dobro do índice de mulheres brancas (3,2). O diagnóstico aponta que as mulheres são vítimas, em maior parte, de parceiros íntimos e de conflitos familiares. No Nordeste, os municípios com taxas mais altas de mortes de mulheres são Lauro de Freitas (14,76 mortes por

grupo de 100 mil habitantes) e Simões Filho (17,81), ambos na Bahia. As menores taxas estão em Anápolis (9,13) e Luziânia (10), em Goiás, Rondonópolis (11,92), no Mato Grosso, e Serra (15,84), no Espírito Santo. As taxas de homicídios de idosos e crianças por 100 mil habitantes também foram destacadas na pesquisa. Cabo Frio (RJ) e os municípios capixabas de Vila Velha, Cariacica e Serra apresentaram altas taxas em todos os casos. As taxas de homicídios de crianças se apresentaram elevadas em vários municípios – Fortaleza (8,86), Cabo Frio (8,60), Juazeiro do Norte, no Ceará (7,31). No Centro-Oeste, Goiânia lidera, com 3,61, seguida do Distrito Federal (3,03) e Anápolis (2,50). Os índices de homicídio de idosos mais altos estão em Juazeiro do Norte (18,52), Maceió (18,56), Mossoró, no Rio Grande do Norte (28,13). A mais alta é em Luziânia (GO) com 68,94 (SINESP, 2015).

O Diagnóstico dos Homicídios no Brasil (SINESP, 2015) usa também dados da Pesquisa Nacional de Vitimização publicada em 2013. O levantamento aponta o índice de agressões e extorsões sofridas pela população por policiais. Os dados indicam as regiões com altas taxas de conflito entre policiais e a população.

Os piores percentuais, entre os entrevistados que declararam ter sofrido agressão ou extorsão por policiais militares ou civis alguma vez na vida, foram identificados no Pará – 14,7% do total. No Amazonas e no Amapá a taxa foi de 13,8% e 13,4%, respectivamente. O Rio de Janeiro apresentou índice de 13,1%. As menores taxas foram no Rio Grande do Sul, com 3,9%, e em Tocantins, 3,5%. De acordo com o estudo, as unidades da federação que apresentam percentuais iguais ou maiores que 10% devem estar atentas ao monitoramento de seus profissionais, bem como de suas políticas de pessoal, seja por meio de capacitações, de melhoria das condições de trabalho, de respeito aos direitos humanos, profissionais e trabalhistas de seu quadro, seja por meio das políticas de correção (SINESP, 2015).

O diagnóstico do SINESP (2015) apresenta indicadores referentes à identificação dos fatores de risco que levam ao cometimento de crimes, como a presença de gangues e drogas, violência patrimonial, violência interpessoal e violência doméstica. O levantamento também apresenta dados sobre problemas como taxas de evasão escolar, morte por abuso de drogas ilícitas e consumo de álcool. A pesquisa deverá ser usada para orientar na elaboração de políticas públicas de prevenção da violência.

Ainda na ótica de Pedrão (2009) a Bahia chegou em 2010 com cerca de 40% de seu Produto Interno Bruto (PIB) concentrado em seis empresas, todas elas com seu centro de decisões fora do Estado.

Diante dessa constatação, compreendemos que é essencial abordar mesmo que superficialmente a formação econômica da Bahia. O Brasil nasceu originalmente no século XV, no Atlântico Sul, com a colonização portuguesa, como um território virgem, habitado por povos nativos. Na Bahia, em 1500, aportaram as naus comandadas por Pedro Álvares Cabral, e, em 1549, com planejamento urbano trazido de Lisboa pelo primeiro Governador-Geral, Tomé de Sousa, foi construída Salvador, a capital do Brasil Colônia.

Plantada à beira da Baía de Todos os Santos, Salvador foi uma cidade planejada em função de sua topografia, com uma “Cidade Alta”, onde se concentravam o poder civil e as ordens religiosas, e uma “Cidade Baixa”, sede de atividades comerciais que foram sendo desenvolvidas com o passar do tempo. O porto de Salvador tornou-se movimentado, sobretudo, como escoadouro, para Portugal, da produção de açúcar, cuja cultura canieira estendia-se por toda a região do Recôncavo. E sua subsequente exportação para Portugal. Em face das ameaças a que estava sujeita a nova colônia portuguesa, concretamente quando se verificou, em 1624, a invasão de Salvador pelos holandeses, a cidade foi transformada numa fortaleza, isto é, um cinturão de instalações militares (fortes) com duas ou mais baterias de artilharia (canhões) e com largo intervalo entre si, construídas nos dois níveis (Cidade Alta e Cidade Baixa), a fim de garantir a proteção da baía contra o assalto de tropas estrangeiras.

Como é do nosso conhecimento histórico, em 1763, a capital da Colônia foi transferida para o Rio de Janeiro, cidade que se tornou estratégica devido à proximidade de seu porto das jazidas de ouro, que deram início ao novo ciclo econômico, em Minas Gerais, o que favorecia o escoamento dessa riqueza para Lisboa. Com isso, perdeu Salvador a grande importância que tivera até então, já que de seu porto era exportada a produção açucareira desde meados do século XVI. Em nossa concepção, esse fato pode explicar, em parte, em termos históricos, sociopolíticos e econômicos, o conjunto de fatores responsáveis pelo subdesenvolvimento registrado em Salvador e no Estado da Bahia nos séculos posteriores. Quando se analisa o processo de desenvolvimento do Estado, constatamos que o crescimento econômico, notadamente o industrial, até o início dos anos 1970, resultou de uma simples ampliação da capacidade de produção, baseada na renovação da capacidade instalada de fábricas já existentes e na implantação de processos industriais de transformação complementares e também de empreendimentos agropecuários.

À luz do estudo de Spínola (2009) a raiz desse problema econômico está na pobreza da população baiana, originada ao longo dos três séculos do modo de produção escravista que só fez dificultar as condições de possibilidades de um mercado interno com elevado poder de

compra. As limitações impostas pelo sistema educacional, tanto durante o século XIX quanto no século XX, são vistos como o ponto crítico desse processo de desenvolvimento. Com a colonização portuguesa, apoiada no controle dos nativos indígenas e na escravização de africanos, utilizados nos engenhos de açúcar e na exploração da terra, fortaleceu-se uma aristocracia detentora de terras e de privilégios, aí também incluídos os representantes do clero. Documentos vários e trabalhos de pesquisa histórica descrevem as famílias tradicionais e a influência que exerceram na sociedade, na política e na economia baiana, a exemplo de Salões e Damas do Segundo Reinado e de História de um Engenho do Recôncavo, do historiador baiano José Wanderley de Araújo Pinho (1890-1967).

Em descompasso com o processo de industrialização no Sudeste do país, sobretudo em São Paulo, que se inicia em fins do século XIX, a Bahia começou efetivamente a produzir bens secundários a partir dos anos 1960, após a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1967, e, principalmente, com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1978, no município de mesmo nome. Devido à seca que assolava grande parte do Nordeste, o governo federal já havia criado uma autarquia, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, com o objetivo de minorar as consequências de estiagens prolongadas, como a extrema pobreza existente na região, através do financiamento de grandes projetos industriais. Entretanto, o desenvolvimento do Nordeste mostrou-se tímido em comparação com o verificado nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, talvez devido à falta de políticas públicas adequadas, o que se traduziu na insuficiência de incentivos para incrementar a indústria e contribuir, assim, para solucionar os problemas relacionados à necessidade de aumento da oferta de empregos, com o que seria possível elevar o nível de renda da população.

Para Pedrão (2009) historicamente, a Bahia se expandiu e se consolidou como província do Império e como unidade federativa da República. Mas, desde o período colonial, a economia baiana se caracterizou pela concentração de capitais, como se verificou com sua indústria têxtil, que chegou a ser próspera no século XIX, mas entrou em declínio no século XX. Igual fenômeno também se observa com seu parque petroquímico. Dos 417 municípios, somente cerca de 60 detinham condições econômicas mínimas para se desenvolver, sendo que a maior parte da população sobrevive de bolsas e pensões. Acreditamos que a inexistência de políticas efetivas de desenvolvimento reflete-se na perda de posição da economia baiana no Nordeste, principalmente por falta de iniciativas que estimulem o crescimento do Estado na

região, considerando-se as perspectivas de geração de oportunidades que permitam aos municípios baianos um desenvolvimento sustentável a partir de um desenvolvimento regional.

Do ponto de vista da violência, segundo as estatísticas, a capital baiana (isolada da Região Metropolitana) está à frente da maior cidade do país, São Paulo, em números absolutos. Mesmo com uma população de 11,2 milhões de habitantes, em comparação com 2,6 milhões em Salvador, São Paulo registrou, de janeiro a maio de 2014, 414 vítimas em homicídios, segundo o portal do Instituto Sou da Paz (2015). Em Salvador, no mesmo período, foram 642 mortos— 55% a mais.

Estudo realizado em 2008, pelo Instituto Sangari, vinculado ao Ministério da Justiça, mostrou que, naquele ano, Salvador, com taxa de 60,1 homicídios por 100 mil habitantes, era a quarta capital mais violenta do país, atrás somente de Vitória (73,9), Recife (85,2) e Maceió (107,1). A projeção para 2011, com base nos dados até maio, mostrava que Salvador encerraria o ano com 57,37 homicídios/100 mil habitantes. Na RMS, a taxa é maior— 65,82.

O Mapa da Violência divulgado pelo Instituto Sangari (2015) aponta quatro municípios baianos entre os dez com as mais altas taxas de homicídios do Brasil até 2010. Com índice de 141,5 assassinatos para cada 100 mil habitantes, Simões Filho figura em primeiro lugar no ranking dos municípios com mais de 20 mil habitantes. Lauro de Freitas aparece em terceiro, com 106,6 mortes; Porto Seguro está na sexta posição, com 91,4; e Eunápolis em oitavo lugar, com 87,4 homicídios. Na comparação entre os estados, a Bahia aparece na quarta posição, com 34,4 assassinatos por 100 mil habitantes, atrás apenas do Pará (34,6), Espírito Santo (39,4) e Alagoas (55,3). Em 2012, a Bahia aparecia na pesquisa com a taxa mais alta (37,7 homicídios), mas ocupava a sétima colocação, o que representa uma melhora do índice em relação aos Estados da Paraíba, Amapá e Pernambuco, que apareciam à frente. A Bahia também está em quarto lugar entre os Estados com maiores taxas de crescimento de mortes por arma de fogo entre 2000 e 2010: 195%. Entre as capitais, Salvador figura, ainda, em quarto lugar, com 59,6 mortes por arma de fogo para cada 100 mil habitantes.

A nossa ótica nos faz interpretar que a ocorrência da violência é significativa no mundo, tanto nos países ricos quanto nos pobres. Ela tem sido atribuída ao narcotráfico, à pobreza que gera a fome e ao fanatismo sob todas as suas formas, sejam elas ideológicas, políticas, religiosas, raciais, etc. Os dados mostram existir correlação entre o narcotráfico e o fenômeno da violência, atribuindo a esse comércio a responsabilidade pela prática de atos violentos, e apontam para o envolvimento de adultos, de mulheres e até mesmo de crianças

envolvidas com esse problema. O crescimento da criminalidade no Nordeste tem sido vertiginoso, devido, em grande parte, à migração do narcotráfico para a região, ante a repressão policial melhor aparelhada e mais intensa no Rio de Janeiro e São Paulo. Entre outras partes do país para onde o narcotráfico se deslocou, o Nordeste avulta, donde as guerras por territórios de venda, que contribuíram para o aumento dos homicídios.

A propósito desses dados, ainda que muito insuficientes, nos cabe uma breve reflexão sobre a diferença entre crescimento e desenvolvimento. É fato sociologicamente comprovado que o crescimento econômico não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça social, pois está centrado no aumento do produto interno bruto ou no somatório de toda a produção de um dado território, por conseguinte observando com menor prioridade aspectos concernentes à melhoria da qualidade de vida, mas tão somente focando o acúmulo de riquezas. O desenvolvimento, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas, mas tem por objetivo ou eixo central o seu emprego para a melhoria da qualidade de vida de toda a população, o que pode significar, também, melhoria da qualidade ambiental do planeta.

2.4 RAIZES AMBIENTAIS

É sabido que as mudanças impactantes do meio ambiente, assim como fenômenos naturais os mais diversos, fazem parte da história do planeta Terra desde os seus primórdios – erupções vulcânicas, furacões, enchentes, secas prolongadas etc. Afirmamos categoricamente que no cenário mundial de desastres ecológicos, entretanto, inúmeros acidentes causados pela ação antrópica provocaram danos muitas vezes irreparáveis à natureza, em um curto espaço de tempo. Segundo a naturalista brasileira Dejanira de Franceschi de Angelis professora da Universidade Estadual Paulista de Rio Claro (apud RATIER, 2010, p.1), “são catástrofes sérias por causa das perdas de vidas, mas são desastres pontuais; as verdadeiras tragédias ambientais ocorrem durante décadas e destroem ecossistemas locais”, como a poluição do ar nas grandes cidades, a poluição dos rios e mares por causa do lançamento de efluentes industriais não tratados, o esgotamento do solo devido a queimadas ou a ausência de práticas modernas de agricultura, a devastação de florestas ou o chamado “efeito estufa”, que pode ser um dos fatores responsáveis pelas mudanças climáticas verificadas no planeta.

Segundo Souza (2003)

Existem alternativas viáveis em relação à produção de riqueza, no entanto, a visão de produtividade, lucratividade e eficiência econômica acaba promovendo uma exposição do povo e dos animais aos perigos da forma errônea de ver os recursos naturais. (SOUZA, 2003, p.59).

Uma retrospectiva de desastres ocorridos no planeta permite compreender o grave problema da destruição ambiental. O primeiro grande desastre nuclear foi, sem dúvida, o lançamento da bomba atômica sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, no final da Segunda Guerra Mundial, em 6 e 9 de agosto de 1945. A bomba de Hiroshima, com uma carga de 60 toneladas de urânio, foi detonada a pouco menos de 600m do solo. O cogumelo que se formou chegou a nove mil metros de altura, tendo provocado fortes ventos de até 970km/h, temperatura de cinco milhões e meio de graus Celsius, provocando uma completa destruição no entorno de 2km. Dos 330 mil habitantes da cidade, cerca de 50 mil pereceram na hora, enquanto que aproximadamente 80 mil sobreviveram com graves ferimentos, sobretudo queimaduras (cerca de 130 mil habitantes vieram a morrer posteriormente, o que elevou o número de vítimas para pouco mais de 220 mil pessoas). Algumas horas depois da catástrofe, uma chuva negra de material radioativo se precipitou sobre a cidade, o que acentuou a tragédia vivida pelas pessoas que desconheciam o fenômeno e suas consequências. Além das queimaduras, os resultados relatados incluíram dificuldade de coagulação do sangue dos sobreviventes, baixa na quantidade de glóbulos brancos, o que permitia o ataque de bactérias, aparecimento de manchas na pele, perda dos cabelos, náuseas e vômitos. A bomba jogada na cidade de Nagasaki foi igualmente letal – prédios ruíram, o calor insuportável se fez presente e a radioatividade causou os mesmos danos ocorridos três dias antes em Hiroshima.

Em 09 de abril de 1979, uma falha humana associada a uma falha mecânica provocou o acidente ocorrido na usina nuclear de *Three Miles Island*, no Estado americano da Pensilvânia. Gases radioativos foram lançados na atmosfera, sem que a população local tivesse sido avisada, o que só se fez dois dias depois da ocorrência.

Muito mais danoso e dramático do que o acidente americano foi o ocorrido em Chernobyl, na Ucrânia, em 26 de abril de 1986, quando uma falha no sistema de resfriamento causou uma explosão em um dos reatores da usina nuclear. Em certas partes da Europa, foram sentidos os efeitos da radioatividade (equivalente a noventa bombas de Hiroshima). Possivelmente o acidente ocorreu quando os funcionários da usina realizavam um teste que tinha por finalidade verificar como o reator funcionaria com baixa energia – para isso, o sistema hidráulico de resfriamento interno foi desligado, o que gerou um superaquecimento que não pôde ser controlado. Entretanto, o governo soviético demorou cerca de trinta horas para evacuar os habitantes da localidade, o que provocou a contaminação de centenas de pessoas. Não há estimativa da quantidade de pessoas afetadas (cerca de dez mil mortas e

quarenta mil acometidas por doenças), assim como dos casos de câncer que surgiram posteriormente.

Em 13 de setembro de 1987, foi a vez de o Brasil sofrer um grave acidente radioativo, causado pelo isótopo 137, em Goiânia, o que resultou na morte de onze pessoas e na contaminação de cerca de seiscentas. Um aparelho de radioterapia, que havia sido abandonado, fora encontrado por dois catadores e vendido para o dono de um ferro-velho, que, após tê-lo desmontado, deparou-se com um pó de cor esbranquiçada que emitia um estranho brilho azul no escuro. Era o cloreto de céσιο-137, capaz de causar enormes danos ao funcionamento do organismo humano, o que de fato aconteceu, porque o dono do ferro velho mostrou-o a familiares e amigos que vieram a se contaminar, apresentando sintomas da intoxicação: náuseas, vômitos, tonturas e diarreia.

Além da radioatividade, outros produtos como o petróleo também geram danos ambientais de grande porte. Um dos maiores desastres marítimos envolveu o petroleiro Exxon Valdez, que encalhou nas costas do Alasca, em 24 de março de 1989 e descarregou cerca de 40 milhões de litros de óleo bruto no mar, o que resultou na destruição da fauna local (cerca de 200 mil pássaros marinhos, mais de duas mil lontras marinhas, mais de duzentas águias, orcas, além de bilhões de ovos de salmão), num raio de cerca de dois mil quilômetros de costa (a limpeza das praias contou envolveu a participação de cerca de dez mil pessoas).

Em 1991, eclodiu a chamada guerra do Golfo, com a resposta do governo americano de George Bush, pai, à invasão do Kuwait por tropas do governo iraquiano de Saddam Hussein. Antes, porém, da retirada de suas tropas, Hussein ordenou que os poços de petróleo do Kuwait, cerca de seiscentos, fossem explodidos – o que resultou em incêndios que perduraram por alguns meses, com lançamento de fumaça tóxica, fuligem e cinzas, além da temida “chuva negra”, que causou inúmeros casos de intoxicação, seguidos de morte. Cerca de vinte mil aves foram exterminadas e uma faixa litorânea de seiscentos quilômetros conheceu os efeitos do derramamento de mais de um milhão de litros de óleo no mar.

Em novembro de 2002, o litoral da Galícia, na Espanha, conheceu um desastre ecológico de graves proporções, quando o petroleiro grego Prestige, após ter naufragado, espalhou onze milhões de litros de óleo no mar, afetando com isso cerca de setecentas praias espanholas e a sobrevivência de cerca de vinte mil aves, que vieram a perecer.

O maior derramamento de óleo nos Estados Unidos foi resultado de uma explosão ocorrida na plataforma de petróleo da *Deepwater Horizon*, que tinha sido arrendada pela *British Petroleum*. O acidente aconteceu no dia 20 de abril de 2010, no Golfo do México, com

vazamento de petróleo cru da plataforma que submergiu. Além de aniquilar a fauna marinha, o acidente teve um impacto significativo nas atividades turísticas locais, incluindo a pesca esportiva.

Além desses desastres, existem outros, com produtos letais: O mercúrio e outros metais pesados são capazes de provocar o envenenamento de peixes e mariscos e com isso conseguem afetar a saúde de populações que deles se alimentam, como aconteceu em Minamata, Japão, em 1954, quando os gatos começaram a apresentar convulsões, lançando-se ao mar; logo em seguida, os habitantes do local também manifestaram sintoma semelhante, assim como progressiva perda das funções motoras (mais de três mil pessoas adoeceram gravemente, enquanto que centenas morreram). O desastre foi responsabilidade da indústria de fertilizantes *Chisso Corporation*, que, durante quarenta anos, lançou no mar cerca de vinte e sete toneladas de mercúrio. Em 10 de julho de 1976, em Seveso, norte da Itália, uma explosão numa fábrica de produtos químicos espalhou uma nuvem que cobriu a cidade, resultando na morte de animais e danos nos habitantes, como feridas na pele, náuseas e problemas de visão.

Em 1978, um fato estranho assolou uma localidade próxima a New York, quando cerca de 21 mil toneladas de resíduos tóxicos de origem industrial, que haviam sido enterrados há várias décadas, emergiram em porões e quintais de casas, entupindo os encanamentos e provocando intoxicações severas em centenas de famílias locais. Na década de 1980, o Brasil chamou a atenção da imprensa internacional devido ao alto nível de poluição atmosférica em Cubatão, na Baixada Santista (SP). A cidade vivia recoberta por uma neblina densa, que concentrava gases tóxicos expelidos pelas indústrias locais, com consequências preocupantes, como problemas respiratórios na população, sobretudo crianças, que já padeciam porque nasceram com graves deformidades físicas. Além do ar, a água e o solo também apresentavam problemas, sobretudo devido ao surgimento das chamadas “chuvas ácidas”. Houve posteriormente controle da poluição industrial, mas estudiosos afirmam que Cubatão não pode ser considerado um local completamente seguro e livre de impurezas.

Poucos acidentes no mundo se equiparam ao que aconteceu em 2 de dezembro de 1984, em Bhopal, na Índia, quando houve o vazamento de 45 toneladas de *metil isocianato* de uma fábrica de agrotóxicos da Union Carbide na atmosfera. Morreram cerca de duas mil e quinhentas pessoas por queimaduras e asfixia; cerca de cento e cinquenta mil foram diretamente afetadas por múltiplas causas, como cegueira, distúrbios de equilíbrio, depressão,

fadiga, má formação de fetos, defeitos congênitos e outros. Até hoje há processos na justiça contra a empresa, por indenizações e ressarcimento de despesas com tratamentos de saúde por parte das vítimas. Em 30 de setembro de 1999, nas proximidades de Tóquio, capital do Japão, um acidente provocado por erro humano, numa usina processadora de urânio, afetou um grande número de pessoas que, exposto à radiação, sofreu queimaduras pelo corpo e veio a apresentar náuseas.

No ano seguinte, em 04 de outubro de 2010, na cidade de Ajka, na Hungria, ocorreu um acidente num dique de contenção de uma fábrica de alumínio, o que resultou o derramamento de um milhão de metros cúbicos de substâncias tóxicas nos terrenos vizinhos. Formou-se um “barro vermelho”, que atingiu cerca de dois metros de altura, destruiu casas e carros, matou algumas pessoas e deixou inúmeras outras feridas. A população foi evacuada devido aos riscos de contaminação pelo chumbo, de alta gravidade.

No longo caminhar histórico, ainda que se caracterizasse como um fenômeno da natureza, sem nenhuma ação antrópica, o acidente nuclear de Fukushima, causado pelo terremoto de 11 de março de 2011, poderia ter sido amenizado se as medidas de segurança que cercavam a Central Nuclear dessa província do Japão tivessem sendo mantidas em nível apropriado. Com o terremoto, três dos seis reatores, que funcionavam plenamente, tiveram de ser isolados e alguns geradores de emergência foram ativados para que as bombas de água permanecessem em funcionamento, de modo a resfriar o conjunto. Contudo, a chegada de fortes ondas de cerca de 14 metros de altura inundaram o local, e, com isso, os geradores de emergência não puderam funcionar. Em consequência, houve superaquecimento e uma explosão que liberou para a atmosfera substâncias extremamente perigosas.

A decisão de drenar pântanos nas vizinhanças do Iraque e do Irã a fim de aproveitar as terras para a agricultura resultou na destruição de parte considerável da biodiversidade local. Dos três pântanos que existiam na região, dois perderam por completo a sua cobertura aquosa, enquanto que o terceiro permaneceu quase que completamente seco. Isso causou um tremendo prejuízo para os habitantes ribeirinhos, que, de 500 mil em 1950, foram reduzidas a cerca de 20 mil, segundo a ONUBR (2016).

O mesmo processo ocorreu na fronteira entre o Cazaquistão e o Uzbequistão, onde o quarto maior lago do mundo – o mar de Aral – perdeu 90% das suas águas no período de noventa anos. Tudo começou com a decisão do governo soviético de aproveitar os rios que ali desembocavam para projetos de irrigação de lavouras. Nos dias atuais, a mesma situação pode

ser verificada no Mar Morto, entre Israel e Jordânia, que também vem decrescendo de nível em decorrência do desvio das águas do rio Jordão para a agricultura.

O aquecimento oceânico, trata-se de mais uma das consequências da ação antrópica; vem apresentando efeitos secundários, como a elevação do nível dos mares, modificação do grau de salinidade e de oxigenação das águas, com danos à biodiversidade, além de fenômenos outros como ventos e chuvas intensificados e inesperados, recrudescimento de tufões e furacões. Impactos ecológicos dessa magnitude resultante em mudanças na saúde física, econômica e social do planeta, provocando alterações na vida das populações atingidas.

O aquecimento oceânico é um subproduto do aquecimento global, um fenômeno global que pode ser atribuído à ação antrópica, por meio da queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, lançamentos de gases na atmosfera, desmatamentos, sobretudo em países do Terceiro Mundo, poluição provocada pela atividade industrial nas grandes cidades, além de outros fatores. O efeito estufa, daí resultante, é um processo que ocorre quando uma parte da radiação infravermelha emitida pela superfície terrestre é absorvida por determinados gases presentes na atmosfera. Por isso, o calor fica retido, não sendo libertado para o espaço.

Desde 1990, conta-se com os informes fornecidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), órgão criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que reúne mais de dois mil cientistas de vários países para a avaliação dos efeitos das mudanças climáticas.

Um dos estudos mais relevantes vem sendo realizado sobre a elevação do nível dos oceanos, devido à intensificação térmica, fenômeno que tem sido verificado em várias regiões do planeta. Segundo o IPCC, o nível médio dos oceanos mostrou uma elevação da ordem de 19 centímetros entre os anos de 1901 e 2010. Tal ocorrência tem resultado em maior intensidade das marés altas, aparecimento mais frequente de erosões nas regiões costeiras, o que provoca o desabamento de construções edificadas nesses locais, além de contaminação de lençóis freáticos, quando a água do mar invade a foz dos rios.

As previsões para as próximas oito décadas são muito preocupantes, sobretudo se a emissão de gases permanecer nos níveis atuais, o que poderá determinar uma elevação do nível dos mares em cerca de dois metros até o final deste século (IPCC, 2014). Tais advertências, porém, ficam na dependência da reação dos governos e dos organismos internacionais em relação às previsões dos estudiosos. Salientamos que uma grande parcela da população mundial reside junto à costa marítima, e poderá brevemente começar a sentir os efeitos desta realidade. O avanço das águas abala os ecossistemas costeiros, trazendo

mudanças inesperadas à sua biodiversidade, como demonstra a fragilidade de certas espécies já ameaçadas de extinção, com dificuldade de adaptação a um habitat em constantes modificações. Pescadores e marisqueiros já sofrem a interferência de novos fatores que inibem a prática de suas atividades tradicionais.

Além da emissão de gases advindos da produção industrial, pode-se notar a presença do gás metano contido em rochas sedimentares existentes no fundo dos oceanos e que vem sendo liberado por causa da elevação da temperatura das águas. Isso representa um risco adicional, uma vez que o metano tem maior capacidade de aumentar o efeito estufa do que o tradicional gás carbônico, além de acidificar e desoxigenar as águas. Alguns pesquisadores anteveem um cenário apocalíptico no caso de aumento da liberação do gás metano na atmosfera.

Talvez um dos aspectos mais conclusivos em relação à elevação das águas sejam as medições efetuadas no Ártico, em relação à sua cobertura de gelo. Fotografias tiradas em épocas distintas revelam o desaparecimento de vastas áreas, como a plataforma Larsen B, na Antártida, cujo tamanho equivalia ao do Estado americano de Rhode Island (IPCC, 2013). O desaparecimento de grandes camadas de gelo tem tido um impacto considerável na preservação da rica fauna local, ameaçando a sobrevivência de algumas espécies, como o urso branco polar, com dificuldades de acesso às fontes tradicionais de alimentação. Por outro lado, o desaparecimento de certas áreas brancas dificulta a devolução que o planeta faz da radiação recebida para o espaço, o que representa mais um fator negativo a se refletir no aquecimento global.

Segundo o IPCC (2014) o gelo flutuante, que serve de plataforma para que focas e ursos polares pesquem, tem tido uma taxa de redução de 3,5 a 4,1% a cada década, desde 1979, equivalente a cerca de cinquenta mil quilômetros quadrados em cada década. Na Antártida, a situação é melhor, já que a maior parte do gelo fica em terras altas. Tem mesmo havido expansão em certos locais, enquanto que, em outros, verifica-se redução.

Também no contexto planetário das alterações climáticas, um dos efeitos danosos tem sido o extermínio de populações de peixes, cuja sobrevivência se encontra em risco; acostumados a certas condições ambientais, muitas espécies estão migrando para outros ambientes, onde às vezes são consideradas “invasoras”. A migração, entretanto, afeta a atividade pesqueira de muitas regiões, fato que já vem sendo notado em várias partes do globo. Cerca de quinhentos milhões de pessoas dependem do mar para suas atividades econômicas e de sobrevivência, enquanto que cerca de quatorze milhões exercem atividade

pesqueira. Se for considerado que a elevação da temperatura das águas resulta em mais intenso consumo de oxigênio, entende-se por que algumas espécies apresentam doenças e malformação congênita, com alteração nos ciclos regulares de reprodução e padrões de crescimento. Não somente a elevação da temperatura acarreta impactos negativos, posto que se acrescentam outros fatores críticos, como a diminuição do oxigênio, a acidificação, a poluição em geral das águas marinhas, o lixo urbano e o esgoto de muitas cidades.

Se o meio ambiente marinho continuar a sofrer agressões sistemáticas e se persistir o adiamento de efetivas medidas de proteção por parte dos governos de muitos países, ainda não plenamente conscientes das perdas que vêm sendo regularmente monitoradas e avaliadas, a biodiversidade dos oceanos, que vem sendo gradativamente comprometida, correrá o risco de efeitos inimagináveis. A diminuição de peixes, moluscos, crustáceos e algas sempre tem e terá consequências danosas para as populações cuja fonte de alimentos é o mar.

Os oceanos recobrem 70% da superfície do planeta Terra, um território duas vezes mais extenso que a superfície da Lua e de Marte juntas. Com profundidade média de 3,9 quilômetros constituem um ambiente tridimensional contínuo, com cerca de 1.370 milhões de quilômetros cúbicos, que abriga 95% da biosfera da Terra e, em termos genéticos, a maior parte de sua biodiversidade. Foi nesse vasto ambiente que a vida surgiu há bilhões de anos e onde, desde então, se diversificou sofrendo incontáveis episódios de expansão e retração.

Apesar desse histórico de constante mudança, alterações recentes nos padrões de biodiversidade marinha, em escalas temporais muito menores, têm constituído um foco de inquietude para a humanidade. Isso porque a espécie humana encontra-se submetida às condições ambientais globais fortemente influenciadas pela "saúde" física e biológica dos oceanos (clima, disponibilidade de oxigênio, reserva de carbono etc). Mais do que isso, superpopulosa, nossa espécie também depende diretamente da diversidade marinha como fonte de alimento, além de outros recursos que, apenas recentemente, consegue reconhecer (por exemplo, a diversidade genética). Acredita-se que, no futuro, essa será uma "herança" crucial para a persistência do homem no planeta, herança que hoje, se teme, poderia estar ameaçada.

Entretanto, persiste o adiamento de efetivas medidas de proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros por parte dos governos de muitos países, ainda não plenamente conscientes das perdas que vêm sendo regularmente monitoradas e avaliadas por pesquisadores.

No Brasil, podem ser citadas inúmeras ocorrências de desastres ambientais relacionados com a ignorância da população, mas em grande parte também devidos à falta de programas educativos (ou à sua ineficácia), de responsabilidade dos governos em seus três níveis, a fim de evitar o descarte inadequado de lixo, o entupimento de bueiros quando há intensa precipitação pluviométrica, assim como a construção de moradias em encostas sem cobertura vegetal e com risco de deslizamento. A constância de tais problemas só evidencia a falta de fiscalização das gestões federal, estadual e municipal. Nesse quadro crescente de degradação ambiental, há que referir a devastação de matas ciliares e a poluição das águas e das nascentes dos rios.

A falta de conscientização leva aos inúmeros desastres ocorridos em solo brasileiro, como a tragédia que assolou a região serrana do Rio de Janeiro, em 2011, e que provocou mais de novecentas mortes, assim como o desaparecimento de mais de trezentas pessoas; ou os deslizamentos de terra em Angra dos Reis, em 2013, ocasião em que casas construídas em encostas foram totalmente destruídas.

Nos anos 1990, a bela lagoa de Araruama, ao norte do Estado do Rio de Janeiro, registrou a presença de algas cianofíceas, que dão uma cor esverdeada às águas. O fenômeno, que constitui um desequilíbrio ecológico e pode ser verificado em outros locais do planeta, é provocado pela ação antrópica. As algas são resultado do lançamento de lixo doméstico na lagoa – a presença de amônia, nitrogênio e fósforo causa o seu crescimento desordenado, provocando a diminuição de oxigênio e a conseqüente morte de organismos vivos.

Reis (2012, p.106) alertou para a contaminação da Ilha de Maré localizada na parte leste da Baía de Todos os Santos, onde a poluição causada pelo funcionamento do porto de Aratu, do Complexo Petroquímico de Camaçari e da Refinaria Landulpho Alves, vem provocando uma série de transtornos à população local, que vive da agricultura e da pesca. Além da mortandade de peixes, os mariscos encontrados nos manguezais da ilha têm sido contaminados por chumbo e cobre, trazidos do Terminal de Granéis Sólidos do vizinho porto de Aratu. O nível de poluição existente é tão intenso que a saúde dos habitantes da ilha vem sofrendo graves transtornos, assim como as atividades econômicas da população têm decrescido. Até mesmo a agricultura se ressentida da presença de um “pó preto”, que, trazido pelos ventos, dizima as plantações. Um cheiro intenso de amônia dificulta a respiração, provocando constantes surtos de problemas respiratórios. Assim, ar, águas e solo sofrem com a incidência de constante contaminação.

Muitos autores têm se debruçado sobre o tema ambiental, a maioria dos quais mostra, com dados e estatísticas confiáveis, o estado de mau trato em que se encontra o planeta, consequência, sobretudo, da nefasta ação antrópica, que agride a natureza e exaure seus recursos. Dentre esses autores, Brown (2009) que continua a clamar por providências urgentes em benefício da sobrevivência da espécie humana no planeta. O perspicaz pesquisador salienta que a escassez de alimentos foi responsável pelo declínio de diversas sociedades, desde a Antiguidade. O aumento dos preços, os fenômenos climáticos que se alternam com maior frequência, como secas devastadoras, incêndios descontrolados, tempestades catastróficas, incidência de inundações, tufões e furacões, desgaste e erosão dos solos, diminuição de volume dos rios: estes fatores fazem com que colheitas sejam aniquiladas ou parcialmente perdidas em diversas partes do globo. Com isso, a fome se espalha e o número de famintos aumenta em todos os lugares do planeta. Visto que a população humana prossegue em sua tendência de crescimento, a demanda por alimentos é cada vez maior, ao mesmo tempo em que estes problemas ameaçam a oferta de comida, alguns deles parecendo ser insolúveis a curto prazo. Em vários locais, verifica-se diminuição das áreas agriculturáveis, grande dificuldade em contar com suprimentos de água para a irrigação, assim como frequência inusitada de catástrofes ambientais.

Eis o que Brown (2009, p.25) assinala: Estados Unidos e Canadá são os países que mais demandam alimentos (consumo de 800 quilos de grão/ano); em todo o mundo, existe uma frota de cerca de 910 milhões de veículos movidos a combustível de origem mineral (petróleo) ou vegetal (milho e cana de açúcar); a erosão dos terrenos vem comprometendo a agricultura em certas regiões do planeta, como em Lesoto, na Mongólia, e no Cazaquistão; as tempestades de poeira estão se repetindo com maior frequência na China, na Mongólia e na Ásia Central; os lençóis aquíferos (subterrâneos) vêm sendo sistematicamente bombeados e alguns já se encontram esgotados, como acontece na Arábia Saudita, ou são indevidamente explorados, como na Índia e na China; o Oceano Ártico teve sua área reduzida em 14%, além da camada de gelo ter se tornado 40% mais fina. A Antártida, por sua vez, perdeu 3 mil quilômetros quadrados de extensão, em consequência de um aumento de 2,5 °C desde 1940.

Com o derretimento das calotas do Ártico e da Antártica, uma grande camada de água, proveniente do gelo, fluirá para os oceanos, podendo contribuir para a elevação de seu nível, o que, além de comprometer a produção de grãos no sudeste asiático, ameaça milhões de pessoas em todo o mundo; o aumento da temperatura e a redução da quantidade de gelo acumulado nas montanhas da China e Índia afetam consideravelmente a agricultura nesses

países, pois seus rios recebem menos água; a atividade pesqueira aumentou exponencialmente nas últimas cinco décadas, mas, com a diminuição de espécies, devido a inúmeros fatores, tem se intensificado a construção das chamadas fazendas de pesca. Na medida em que esta atividade e realiza acima do limite aceitável, as espécies não têm o tempo necessário para se reproduzir. A pesca excessiva de bacalhau no Canadá, por exemplo, inviabilizou uma das áreas mais ricas do planeta); a desertificação vem ameaçando terrenos outrora férteis na África, no Oriente Médio, na Ásia Central e na China, o que tem forçando a transferência de famílias para outras localidades; na China tradicional fornecedor, a produção de arroz vem decaindo ao longo dos anos; devido aos processos danosos que inviabilizam ou fazem decrescer as plantações, muitos países, como a China, a Coreia do Sul e outros têm procurado um uso alternativo – a aquisição ou o arrendamento de terras em outros países para que a produção de alimentos não seja descontinuada; e um estudo realizado por Wackernagel (apud BROWN, 2009, p.36) revelou que, já em 1980, a capacidade do planeta de se regenerar foi superada pelas demandas apresentadas por seus habitantes.

Em face desses indicadores tão críticos, esse pesquisador norte-americano questiona:

Se continuarmos a agir da maneira tradicional – bombeando excessivamente, lavrando a terra acima do adequado, abusando do uso das pastagens, pescando além dos limites e lotando a atmosfera com dióxido de carbono –, de quanto tempo disporemos até que a economia mundial desmorone e o colapso se estabeleça? (BROWN, 2009, p.38).

Brown (2009) cita o estudo de Stern (2006) sobre os custos que as mudanças climáticas trariam para a economia mundial, que poderiam equivaler a muitos trilhões de dólares. Escreve Brown (2009, p.40) “Hoje carecemos de uma visão realista sobre o relacionamento entre a economia e o ambiente. Também necessitamos, mais do que nunca, de líderes políticos que possam olhar a situação como um todo”.

Outra denúncia feita pelo autor diz respeito à chamada “falência do Estado”, situação que ocorre quando os governos centrais perdem a capacidade de governar, deixando de fornecer os serviços básicos, como educação, saúde, transportes e segurança. Entendemos que nesses casos, por falta de credibilidade suficiente, possivelmente a arrecadação tenderá a baixar e, muito provavelmente, a guerra civil será instalada, com facções contrárias entrando em luta aberta. Existem numerosos exemplos de falência do Estado em países, notadamente africanos, onde houve guerra civil, como em Ruanda, Sudão (os massacres em Darfur) e outros. Em países assim, viceja o terrorismo, que estabelece suas bases de treinamento, como no Afeganistão, Paquistão e Iraque, além do narcotráfico, que se vale do estado de desordem para também ocupar territórios, como vem se verificando no México, especialmente na cidade

de Juárez, província de Chihuahua. Talvez um triste exemplo de governo seja o do Haiti, assolado pela presença de grupos armados, o que motivou uma intervenção da ONU, da qual participaram tropas brasileiras.

O Fundo de Paz, associado à revista *Foreign Policy*, vem acompanhando o cenário de tais países, onde viver é sinônimo de extremo risco e cuja classificação obedece a certos critérios, sobretudo “sua vulnerabilidade aos conflitos violentos internos e deterioração social” (BROWN, 2009, p.43) tendo assim se desenvolvido o índice de estados fracassados. Algumas características revelam a situação econômica, social e ambiental desses países: é comum haver uma taxa de crescimento populacional elevada (cerca de 3% ao ano); a média de filhos também é alta – cerca de seis filhos por mulher; a população jovem e improdutiva é numerosa (cerca de 40% abaixo dos 15 anos); existe dificuldade de obtenção de emprego para a população jovem; são insuficientes as escolas construídas; poucas terras propícias para a agricultura e escassez de água; acentuada deficiência em infraestrutura – estradas intransitáveis, problemas no fornecimento de energia, falta de esgotamento sanitário etc.; os sistemas naturais encontram-se debilitados; e quase todos dependem de ajuda externa para garantir a sobrevivências de suas populações.

Brown (2009, p.46) sublinha, “em uma época de crescente globalização, o funcionamento dos sistemas globais depende de uma rede de cooperação de Estados nacionais que funcionem.” Mesmo os organismos mundiais como a ONU encontram dificuldades para lidar com a magnitude e intensidade das crises – fome, guerras civis, proliferação de epidemias, incapacidade de governar, dívidas internacionais, terrorismo, destruição ambiental e outras calamidades. “A instabilidade política disseminada pode vir a provocar uma ruptura no progresso econômico global, sugerindo que precisamos nos concentrar nas causas do fracasso do Estado com um elevado senso de urgência.” (BROWN, 2009, p.47).

Castell (1999) conclui de forma sábia e profunda afirmando que estamos entrando em novo estágio em que a cultura tem suplantado a Natureza a ponto de ela ser renovada (“preservada”) artificialmente como uma forma cultural: de fato, este é o sentido do movimento ambiental, reconstruir a natureza como uma forma cultural ideal. Em razão da convergência da evolução histórica e da transformação tecnológica, entramos em um modelo genuinamente cultural de interação e organização social. É o começo de uma nova existência, e sem dúvida, o início de uma nova era, a era da informação. Acrescentaríamos, a era da sociedade em redes, rede sobre rede que se debruça na pós-modernidade para a destruição,

contudo a conexão da Cultura de Paz quer o inverso, a interconexão de redes para não mais a roda da destruição, mas para a roda da paz.

Diante do exposto sobre as condições ambientais, podemos inferir a sua relação direta com as condições favoráveis a cultura da guerra, porém esta tese defende que a violência pode ser minimizada, e mesmo evitada, ao adotarmos uma postura de paz consigo mesmo que gerará a paz para com a sociedade e, desta forma, a paz com o meio ambiente. Contudo, urge a necessidade de implementar políticas públicas que além de eficientes sejam também eficazes, não contendo apenas a violência, mas eliminando-a, pois, até agora estas políticas têm sido ineficientes, resultado em vítimas e apenados que não abandonam ou superam as raízes ambientais da violência que viveram devido a falência do Estado.

A seguir trataremos das diferentes possibilidades de abordar o tema da paz através de suas múltiplas faces.

3 AS MÚLTIPLAS FACES DA PAZ

Assim como a violência, a paz é um conceito complexo. A maioria das pessoas se refere a Paz como ausência de guerra, que se obtém por meio de acordos políticos e tratados. Mas esta é apenas uma visão da Paz, limitada ao aspecto social e internacional. Na ótica de Weil (1990) a Paz é um estado de harmonia que se manifesta em três direções: Consigo mesmo ou Paz Individual; Com os outros ou Paz Social; Com a natureza ou Paz Ambiental.

3.1 CULTURA DE PAZ: UM NOVO CENÁRIO DE VALORES

O termo Cultura empregado nesta tese assume conteúdo diferente do entendimento estritamente sociológico do conjunto de crenças, opiniões, atitudes e hábitos que regem o comportamento dos indivíduos de determinada sociedade, como também da expressão do nível de evolução de indivíduos, de sociedades e da relação com a natureza. O conceito que cabe a nossa proposta é o da Paz como um valor inclusivo e a cultura como o modo coletivo de sentir, pensar e agir na busca da paz. É mais abrangente, incluindo e integrando o sentido da Paz: a Cultura Individual da Paz; a Cultura Social da Paz; a Cultura Ambiental da Paz.

Consideramos também essencial definir o conceito de cultura na ótica de Geertz (2003) que afirma: A cultura não é nunca particular, mas sempre pública e um fenômeno social. A cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos. A gênese da cultura, na manutenção e transmissão estão a cargo dos atores sociais. Geertz (2003) ainda acredita que se deve enfatizar a importância do conceito de estrutura cultural guiadora de ação, para compreender os conflitos entre grupos.

Refletindo-se sobre ação, o Programa Gente que faz a Paz, parte empírica desta tese, é um programa em ação que poderá ser a mudança de consciência no Brasil para uma Cultura de Paz, com mobilização, formação, pós-formação, isto é, algo que integre a cultura e seja processual.

Nesse sentido, a Cultura de Paz enquanto política é a “arte e ciência de bem governar, de cuidar das questões de interesse público, da sociedade.” (DISKIN, 2010). Este é um conceito inovador no profundo estudo de Diskin (2010) em seu artigo *Cultura de Paz – Uma política inadiável* é o resultado de um conjunto de práticas do Estado e da sociedade. O sentido de política pública se estrutura quando o objetivo é a garantia do pleno atendimento dos direitos universais da humanidade e da sustentabilidade dos recursos naturais. A Cultura de Paz se reafirma politicamente quando esses direitos são preservados.

Na profunda análise de Boaventura (2002) um enfoque é dado aos direitos humanos, cultura da paz, meio ambiente, desenvolvimento sustentado, compreensão mundial e que desenvolver uma cultura para a paz e um processo constante de confiança e cooperação entre os povos, que pode e deve conduzir à resolução dos conflitos pela palavra não pelas armas. Portanto, em suas palavras:

Em face da globalização, é necessário fazer crescer o sentimento distributivo da justiça social e de uma educação compensatória, por exemplo, a educação ambiental passa a ser exercida formalmente na escola e fora da sala de aula. Essa educação relativa ao meio ambiente induz o respeito aos animais, às árvores, às plantas, ou, como nomeia a Bíblia, aos seres da natureza. Ao contrário, a educação global, planetária e mundial enfatiza o desenvolvimento sustentado: crescer sem depredar é considerar a sustentabilidade do meio ambiente. (BOAVENTURA, 2002, p.27-28).

Segundo a UNESCO (apud COMITÊ DA CULTURA DE PAZ, 2015) “a Cultura de Paz é uma iniciativa de longo prazo que deve levar em conta os contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais de cada ser humano”. Consideramos que é necessário aprendê-la, desenvolvê-la e colocá-la em prática no dia-a-dia familiar, social, e ambiental regional ou nacional. É um processo sem fim. A paz não é um processo passivo: a humanidade deve esforçar-se por ela, promovê-la e administrá-la.

Para Kant (1795 apud CAVALLAR, 1997, p.78) a paz é o objetivo de toda ação política e como tal é um processo de produção humana. É também uma fundação jurídica e por isso a seguridade da paz deve ser uma das tarefas principais da política. O projeto de paz perpétua em Kant tem fundamentação filosófica e política. Se em Hobbes produzir paz seria a mais importante lei da natureza sobre a qual o Estado se basearia politicamente para conquista da segurança pacífica, em Kant (1795) a paz deve ser instaurada como construção da razão, contrariando o caráter natural como sugere Hobbes (CAVALLAR, 1997). Nesse sentido, a PAZ é a *prima mater* política e deve ser fundada. É uma instituição de direito que, em nossa concepção, vai além dos conceitos kantianos e hobberianos e, portanto, muito além da paz que visa somente à segurança nacional.

Segundo a advertência do filósofo francês Ricoeur (1968):

Não se faz ideia de tudo quanto se vai encontrar ao prospectar o império da violência; eis porque uma anatomia da guerra que se gabasse de ter descoberto três ou quatro grossos cordéis, que bastaria cortar para que as marionetes militares caíssem inertes no tabuado do palco, condenaria o pacifismo à superficialidade e à puerilidade. (RICOEUR, 1968, p.65).

A contribuição do pensamento francês sobre o tema, focado na linha de Weil (1990) consideramos que é um legado fundamental para a construção de uma Cultura de Paz.

Baseado nos saberes orientais no conhecimento do ser humano ocidental, o pensamento tem como fundamentos os valores de amor e compaixão por todos os seres humanos, a criatividade de um trabalho em equipe com solidariedade e cooperação, a melhoria da autoestima, a escuta ativa, o cuidado com o meio-ambiente, a quebra dos condicionamentos e preconceitos destrutivos e a supressão da competição exagerada. A prática metodológica de nossa proposta está centrada na preservação da individualidade de um ser total e, ao mesmo tempo, na consciência da unidade, no pertencer ao todo, e na coletividade, entre outros.

Já Espinosa, no século XVII, afirmava que a paz consiste na concórdia, prevenindo para não se denominar com este nome um estado de inércia ou a ausência de movimento de armas. Consideramos, também importante concordar com Lequan (1998, p.26) para quem “um pacifismo consequente não se reduz jamais a uma crítica da guerra, mas indica como realizar a paz”. Na busca deste pacifismo consequente, faz-se necessário vincular e explorar os laços da noção de paz com as de direitos humanos e de democracia.

Em nossa introspecção, a paz não é um estado dado, mas algo a ser instaurado e construído pelas pessoas, daí a importância de compreender a paz, não como um objeto do qual se apropria e se transmite, mas como horizonte no qual se move, da qual somos seus sujeitos e co-criadores.

Boulding (2000) em seu livro “*Culturas de Paz – o lado escondido da história*” insiste em usar o termo no plural, transcendendo um ponto de vista europeu e reconhecendo a criatividade inerente na diversidade cultural. Na ótica desta autora, “a diversidade cultural é tão importante para a sobrevivência do planeta quanto à biodiversidade.” (BOULDING, 2000, p.5).

Creemos que para a compreensão de paz vinculada à noção de ordem é preciso uma ressignificação de conceitos tais como agressividade, conflito, luta e desobediência, para a inclusão de elementos que a caracterizariam como um processo dialógico-conflitivo e para a superação do modelo de paz existente. Já constatava Muller (1995, p.19) que certo discurso da paz “ilude-se e perde-se no idealismo, quando estigmatiza o conflito em favor de uma apologia exclusiva do direito, da confiança, da fraternidade, da reconciliação, do perdão e do amor”.

O conceito nietzschiano de guerra e sua crítica do conceito de paz, mais do que uma atitude pró-guerra e anti-paz, aponta exatamente para esta dimensão dinâmica: a paz deve ser como a guerra, ativa, e não a ausência inerte das forças vitais. Segundo Muller (1995) é a agressividade e não a violência que está inscrita na natureza humana. A agressividade é

necessária para o movimento humano de se desenvolver e ter ações práticas no dia-a-dia, portanto, ela não se opõe à paz, ela é necessária como expressão da vontade de agir em prol da paz.

Numa sociedade onde as pessoas são despersonalizadas e massificadas, a temática da paz interior pode ser interpretada como uma reivindicação a se tomar a sério a dignidade humana. O paradigma da consciência e da subjetividade está esgotado e é preciso pensar a paz sobre a égide da intersubjetividade [...] Trata-se mais fundamentalmente, de estabelecer relações e desenvolver o sentimento de pertencimento mais do que o de posse. (MULLER, 1995, p.18).

Galtung (2006, p.96), constata que a questão é como se resolvem os conflitos: “Para construir uma Cultura de Paz é preciso mudar atitudes, crenças e comportamentos, até se tornar natural resolver os conflitos de modo não violento (por meio de acordos) e não de modo hostil.”

Weil (1990) contextualiza que o movimento pacifista possui uma agenda comum, com várias frentes de ação, tais como: o conhecimento profundo das causas da guerra e da Cultura de Paz; instituições e leis de direitos humanos; prevenção, resolução e transformação de conflitos violentos; desarmamento e segurança humana, como possibilidade e caminho para a paz.

Gandhi (1869-1948) considerado o grande pacifista e modelo do movimento pacifista atual, recusava-se a acreditar que fosse necessário recorrer à violência para combater a violência, por entender que o efeito produzido corria o risco de ser contrário àquilo que se pretendia: “A não-violência é a completa ausência de mal querer para com tudo o que vive. A não-violência, sob a sua forma ativa, é boa vontade para com tudo o que vive. Ela é amor perfeito.” (GANDHI, 1999).

Muitas metodologias de Cultura de Paz têm sido desenvolvidas e integradas a projetos e programas e tem sua eficácia sentida no ambiente familiar, escolar e comunitário.

O programa desenvolvido pela Universidade Holística de Brasília propõe a compreensão da Cultura de Paz fundamentada nos 6 Ds: **D** de **Democracia** sinalizando que a melhor forma de conviver ou viver em paz é participação de todos nas decisões a serem adotadas; **D** de **Desenvolvimento Sustentável** enfatizando que qualquer forma de degradação do meio ambiente levará fatalmente a perda da harmonia entre as pessoas pela disputa pelos meios decrescentes; **D** de **Direitos Humanos** afirmando que sem o respeito a condição humana de igualdade independente de raça, cor, religião, ideologia, origem não existirá paz; **D** de **Desarmamento** como ideal de abolição das armas e assim das condições de guerra; **D** de

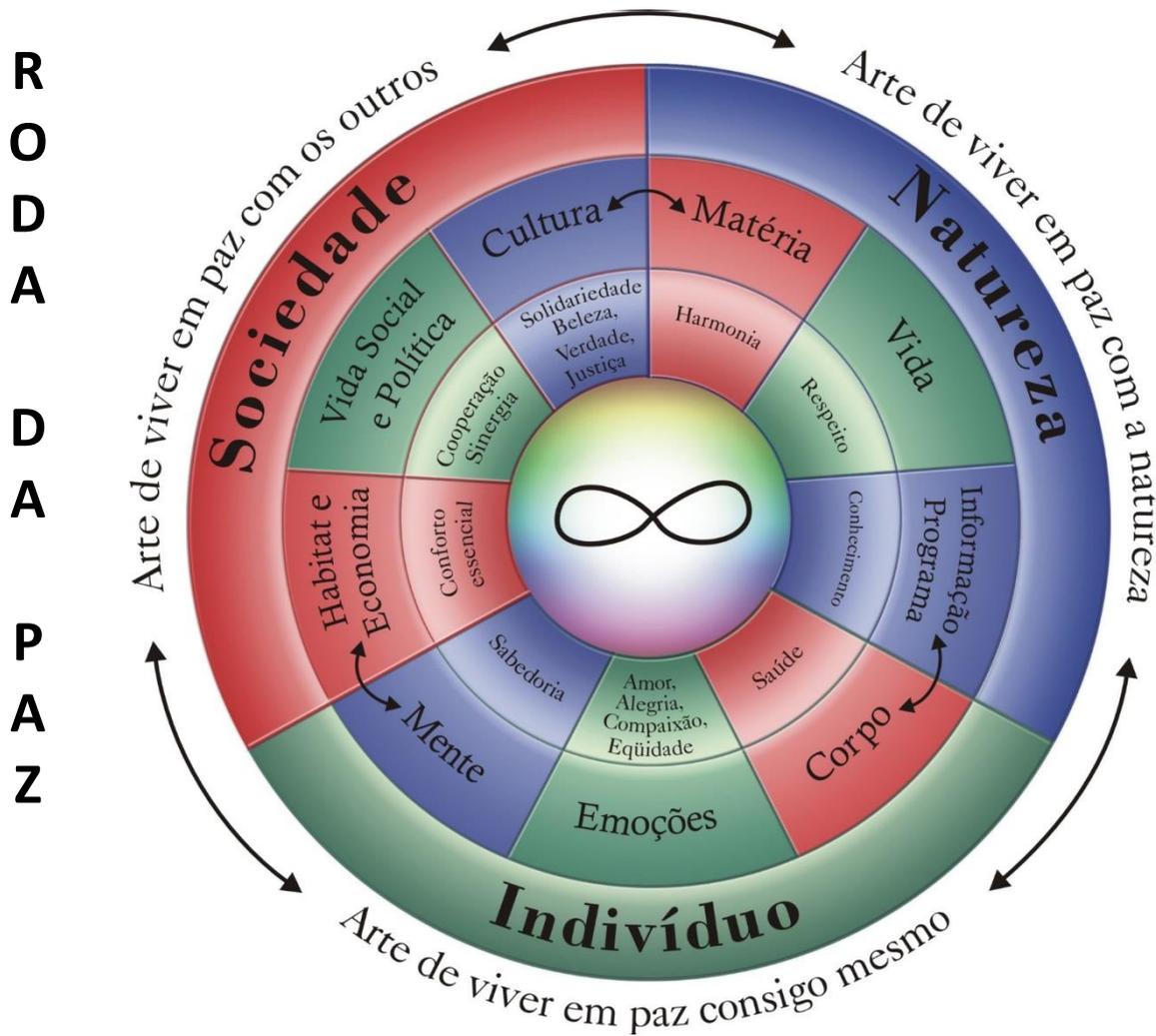
Dialogo como base da construção da paz; e, concluindo, **D** de **D**iversidade para assinalar que sem a aceitação das diferenças ou do pensar diverso do outro não existe possibilidade de promoção do diálogo em busca da paz. Além disso, também estão eles norteados por princípios básicos: Aprender com a cultura local; compartilhar o compromisso com a paz; exercitar a escuta e o diálogo; respeitar e valorizar as diferenças; estimular a criatividade para a paz; praticar a paz no cotidiano.

Segundo Weil (1990) a paz existe em cada um de nós e precisa ser, primeiramente, despertada em nosso interior, o que requer educação com este propósito. Acreditamos que diferentes abordagens em psicoterapia e técnicas de meditação podem ser coadjuvantes deste processo, quando a expressão de emoções negativas se faz presente com muita frequência.

Creemos cada vez mais, além do programa Educação pela Paz, que a Cultura de Paz é alcançada através da prática de valores universais como a justiça, a tolerância, a liberdade e a solidariedade. Em muitos países, os preconceitos estão sendo combatidos, a humanidade é consciente dos efeitos trágicos das guerras, embora elas ainda estejam presentes em algumas localidades, assim como regimes totalitários. Assim como a paz social poderá ser alcançada mediante o desenvolvimento do espírito de cooperação e de sinergia a serviço de propósitos superiores. Para tanto, os organismos e as empresas procuram usar o gerenciamento participativo, a união da efetividade masculina com a afetividade feminina, e no tratamento dos conflitos, a mediação e o diálogo com esforço de compreensão mútua. A paz nos setores econômicos poderá ser obtida como erradicação da miséria, pelo incentivo à simplicidade voluntária e ao conforto essencial, pelo desenvolvimento de comunidades autossustentáveis, tais como ecovilas, pela redução do consumo dos países ricos em níveis ecologicamente viáveis, pela pesquisa e experimentação de novos sistemas econômicos integrados.

Concordamos que a paz no plano ambiental pressupõe relação harmoniosa com todas as formas de vida, pesquisa aprofundada da programação genética e nuclear, visando-se a evitar erros danosos, recuperando-se o que foi deteriorado, num constante programa de proteção ecológica. Dessa maneira, afirma Weil (1990) que será possível transformar a Roda da Destruição, por ele concebida, na chamada Roda da Paz:

Figura 3 – Roda da Paz



Fonte: Weil (1990).

Nota: Adaptação da autora desta tese (2000).

Ainda segundo Weil (1990) a cultura da paz é um processo que possibilita: uma visão de bom senso mútuo para solucionar conflitos; sentido de cooperação, a fim de que as pessoas, mesmo com visões antagônicas; trabalhem juntas e compartilhem projetos comuns de desenvolvimento sustentável; ênfase a alternativas não violentas da ação militar; compatibilização da economia com preservação do meio ambiente; estímulo e apoio a iniciativas e movimentos de igualdade entre os sexos, raças e culturas; recuperação de memórias históricas de paz.

3.2 A ABORDAGEM HOLÍSTICA TRANSDISCIPLINAR

Conseguimos visualizar que na pós-modernidade, surgem e se desenvolvem conceitos ligados a mudanças de paradigmas e ao que favorece uma abordagem holística transdisciplinar.

São problematizadas as delimitações clássicas dos diversos campos científicos, onde disciplinas desaparecem, inovações se produzem e passa a valorizar sua interface. “A hierarquia especulativa dos conhecimentos dá lugar a uma rede imanente e, por assim dizer, ‘rasa’, de investigações cujas fronteiras não cessam de se deslocar.” (LYOTARD, 1998, p.71).

À luz dessa reflexão de Lyotard (1998) buscamos compreender, nesse processo, como a perspectiva holística transdisciplinar propicia pontos de intercessão na rede dos saberes e como essa concepção constitui uma mudança de paradigma.

Do ponto de vista sistêmico, tudo o que se refere à matéria é sistema (átomo, molécula etc.); toda substância vital é sistema vivo e o que é social, sistema social. Entretanto, para que seja possível entender o conceito de redes sistêmicas, aplicado à visão holística, é necessário que se identifique o Paradigma Sistêmico, ou *General System Theory* (MORGAN, 1996).

Inicialmente, temos que a noção de sistema foi sempre uma noção de apoio para definir todo o conjunto de relações entre constituintes, ou partes que formam um todo. A esse respeito, assinala Morin (1998):

Só no nível paradigmático, em que se desabrocha verdadeiramente sua complexidade virtual, a ordem sistêmica poderá abrir-se para uma nova organização (complexa) do pensamento e da ação [...] onde a organização não é instituição, mas uma atividade que comporte necessariamente a autoconsciência e autocontrole. (MORIN, 1998, p.35).

A *General Systems Theory* foi formulada, primeiro, pelo biólogo Ludwig Von Bertalanffy, e parte do princípio de que os sistemas são definidos como um conjunto de elementos em constante inter-relação. Entretanto, a teoria geral dos sistemas tem como objeto a formulação de princípios que são válidos para os sistemas em geral, onde a natureza dos elementos constitutivos e as relações entre eles estão em dinâmica interação (BERTALANFFY, 2010).

A diferença entre a visão holística e a abordagem sistêmica é que, nesta, segundo a teoria dos sistemas, existe uma ruptura com a causalidade linear e o provimento da causalidade em anel (MORIN, 1991). Interpretamos que a presença de sistemas integrados com o meio ambiente cria sua própria causalidade e sua própria autonomia. Por outro lado, a concepção holística pressupõe que a parte está no todo e o todo está nas partes. Portanto, não existe uma alteração de causalidade e sim de deslocamento, porque a causalidade está, no caso do holismo, em ambos: nas partes e no todo. É fato que a abordagem sistêmica provocou uma alteração nos modelos da ciência, possibilitando assim que o holismo se instalasse como ordem paradigmática, assim como em consonância com o paradigma holístico tudo se

encontra interconectado e interligado: matéria e energia, seres vivos e não vivos, mente-corpo e espírito, referindo-se todos eles a diferentes níveis do mesmo sistema unificado.

Nessa perspectiva, cumpre referir as pesquisas de Pribram (1969) tendo como ponto de partida os estudos neurológicos e neurofisiológicos e as pesquisas de Bohn (2005) no domínio da física quântica.

Ao estudar o funcionamento do cérebro, Pribram (1969, p.13) chegou à conclusão de que se trata de um órgão essencialmente holográfico, ou seja, “estruturas cerebrais veem, ouvem, sentem o gosto, cheiram e tateiam por meio de sofisticadas análises matemáticas de frequências temporais e ou espaciais”. Assim, tanto o holograma como o cérebro podem reconstituir informações do todo a partir das partes – onde cada fragmento codificado pode produzir informações do todo. Por exemplo: estando uma parte do cérebro afetada, as funções precípuas a ela concernentes podem ser substituídas por outra que contenha a mesma informação.

Entendemos que as pesquisas de Pribram (1969) deram suporte às mudanças nos conceitos e teorias que já vinham sendo formuladas com relação ao holismo e à constatação da neurofisiologia cerebral, o que possibilitou o diálogo de várias correntes do conhecimento. Uma das áreas que contribuíram para o desenvolvimento dos estudos holísticos e a teoria dos sistemas foi a da pesquisa em física quântica, realizada por Bohn e depois popularizada por Capra (1987).

Na reflexão de Bohn (2005) o holograma é um ponto de partida de uma nova descrição da realidade, por ser o registro fotográfico sem lentes no qual o campo ondulatório da luz espelhado por um objeto é registrado numa chapa sob a forma de padrão de interferência em que qualquer parte do holograma pode reconstituir a imagem inteira.

A interpretação é a de que se, para alguns autores, ainda é prematuro falar em paradigma holístico, para outros, o que surge é a possibilidade de conceber esse paradigma na esfera da complexidade. Ou seja, ainda que se explique a relação entre o todo e as partes de forma interativa e inter-relacional, permanece, em termos epistemológicos, a incompletude do conhecimento. Morin (1991, p.181) um desses autores, observa: “o holismo não é menos simplificador porque negligencia as partes para compreender o todo”. Assim, o holismo só poderá ser recorrente, enquanto mudança e deslocamento de paradigma, se se considerar o princípio de autoprodução e auto-organização. À luz dessa constatação, percebemos que é possível tornar-se o “fim” de conceitos fechados e das especializações segmentadas, o que

aponta para o acolhimento de ambiguidades e até de conceitos antagônicos – ou seja, o holismo contém em si o conceito dinâmico de complexidade.

No universo das coisas simples, é preciso que a porta esteja aberta ou fechada, mas, no universo complexo, é preciso que um sistema autônomo seja aberto e fechado, a um só tempo. É preciso ser dependente para ser autônomo.” (MORIN, 1991, p.184).

Voltando um pouco para a história, compreendemos que o conceito de holismo é subjacente a várias concepções filosóficas ao longo de toda a evolução do pensamento. O termo “holismo”, que, etimologicamente, significa o todo, o inteiro, origina-se do grego *holos*. No século VI antes de Cristo, o filósofo Heráclito de Éfeso preconizava que a parte é diferente do todo, mas também é o mesmo que o todo; a essência é o todo e a parte. Em 1926, foi editado, em Londres, o livro do general sul-africano Smuts que se intitula “*Holism and evolution*”, que, ainda hoje, representa a referência principal em relação ao tema do holismo.

Ainda na reflexão de Smuts (1926 apud GONZAGA, 2000, p.10) “o objeto do movimento holístico é simplesmente o TODO”, e define o holismo como:

A atividade do universo, sintética, ordenadora, organizada e reguladora, que explica todos os agrupamentos e sínteses estruturais que nele existem, desde o átomo e as estruturas físico-químicas até a personalidade humana, passando pela célula, pelos organismos e pela mente dos animais. O caráter de unidade ou totalidade sintética que tudo permeia e que está em constante crescimento nestas estruturas nos leva a um conceito de holismo como a atividade fundamental subjacente e que coordena todas as outras, assim como nos leva a visão do universo com um universo holístico. (SMUTS, 1926 apud GONZAGA, 2000, p.10).

Averiguamos, por conseguinte, que o pensamento holístico é profundamente ecológico, e de acordo com ele, o indivíduo e a natureza não estão separados, mas formam um conjunto impossível de ser dissociado.

Temos a convicção de que, apesar de baseado em ideias muito antigas, que se confundem com as origens do pensamento humano, o movimento holístico se desenvolveu nos movimentos contraculturais e filosóficos da década de 1960. Dessa forma, encontra pontos de contato com o movimento antinuclear, o surgimento da consciência feminista, o movimento de simplicidade voluntária, o renascimento das tradições espirituais, a medicina alternativa, as lutas de libertação étnica, a consciência ecológica. Essas bandeiras de luta têm um caráter comum, que reside na resistência aos padrões predominantes nas sociedades contemporâneas dominadas pelo paradigma mecanicista, onde o ser humano torna-se o predador de seu semelhante. Esses padrões implicam poder, controle e dominação dos outros pela força, numa classe organizada dominante, em posições de poder mantidas de acordo com

hierarquias, na ênfase à competição, e numa tecnologia que tem por meta o controle, a produção em massa e a padronização.

A visão holística de Smuts (1926) segundo a qual há uma continuidade entre matéria, vida e mente, tende a ser confirmada pela descoberta científica, após o conceito de energia formulado por Einstein. Para isto, propõe que se transponha o conceito mecanicista e adote-se uma posição mais flexível de evolução criativa. Matéria, vida e mente, longe de serem descontínuas e distintas, irão aparecer como séries mais ou menos interligadas e progressivas do mesmo grande processo; este processo aparecerá como sendo subjacente e como explicação das características de todas as três e dará à evolução, tanto inorgânica como orgânica, a continuidade que ela parece não possuir de acordo com as ideias científicas e filosóficas atuais.

Smuts (1926) em sua ótica se opõe ao conceito tradicional de matéria inerte, revelando a evolução das noções de tempo e espaço, que deixaram de ser encarados como medidas lineares e passaram a ser vistos como um conjunto inseparável conhecido como espaço-tempo. Ainda para este autor, é feita uma análise do processo de evolução dando ênfase ao processo de variação progressiva ou diversificação, Smuts (1926) também se detém no seu aspecto evolutivo, indo além da psicologia que, segundo ele, só estuda a mente individual. Defende o ponto de vista de que a mente subjetiva individual é apenas um aspecto da mente; o outro aspecto é universal – neste aspecto, a mente é a continuação do sistema de regulação orgânica.

Salientamos que um dos aspectos mais importantes da abordagem holística é que, sendo uma forma de encarar a realidade, seus conceitos podem ser aplicados às mais diferentes áreas do conhecimento. Ao mudar o olhar sobre o mundo, é possível começar a ver possibilidades novas, impossíveis de serem visualizadas antes.

Existem duas possibilidades de vivenciar a visão holística na prática, que podem ser integradas de maneira harmoniosa (WEIL, 1990): a holologia trata do estudo teórico do antigo paradigma cartesiano- newtoniano clássico, do novo paradigma holístico e das consequências que trazem para a vida humana no planeta; a holopráxis diz respeito aos métodos que levam à vivência holística, podendo ser de três tipos: aplicação da visão *holística na sociedade*: engloba grupos ou organismos internacionais, religiosos, culturais, profissionais e políticos; holopráxis da vida cotidiana: prática de uma vida harmoniosa, com abertura, adoção de valores éticos, prática da paciência, perseverança, atenção, discernimento, amor altruísta, compaixão, ajuda aos necessitados, preferência pela alegria de viver e pelo desejo de servir e

proporcionar felicidade aos outros, opção pela equanimidade, tanto na vida pessoal como na profissional e social; e holopraxis íntima: conjunto de métodos orientais e ocidentais, como o yoga, o tai-chi, o aikidô, etc., assim como diferentes formas de meditação.

Weil (2000, p.52) assim resume, num quadro sinóptico, como são percebidos o antigo e o novo paradigma:

Quadro 3 - Axiomática Transdisciplinar

PARADIGMA CARTESIANO-NEWTONIANO	PARADIGMA HOLÍSTICO
Dualidade sujeito-objeto.	Interação ou mesmo identidade, entre sujeito-objeto.
Crença numa objetividade científica.	Toda objetividade é subjetiva.
A mente gerada pelo cérebro.	A mente interdependente e separada do cérebro; relação comparável a um programa e um aparelho de TV.
A mente isolada do resto do universo, e da sua informática. Consciência individual separada.	A mente integrada numa mente universal ou cósmica. Consciência interdependente das outras consciências, integrada na consciência cósmica.
Impossibilidade de comunicação entre mentes individuais, fora da linguagem verbal e gestual.	Possibilidade, em outros estados de consciência, de comunicação direta com outras mentes individuais e acesso a um campo informacional universal.
O real só pode ser percebido e pesquisado em estado de consciência de vigília, através dos cinco sentidos e do raciocínio lógico.	A vivência do real é função do estado de consciência em que se encontra a pessoa. Existem outros estados de consciência, e outros sentidos extra-sensoriais.
As três dimensões do tempo têm realidade absoluta.	As três dimensões do tempo são criações da mente e são características do estado de vigília.
Só existe o inconsciente individual e pessoal.	Além do inconsciente individual existe um inconsciente coletivo e uma superconsciência transpessoal.
A vida mental para depois da morte e inexistente antes do nascimento.	A vida mental continua depois da morte e preexiste na vida intrauterina e nas vidas passadas.
A morte como fim da consciência.	A morte como mudança de estado de consciência.
Ego visto como entidade real e palpável.	Ego como criação da mente e fantasia ilusória.
Limitação aos aspectos pessoais e sociais.	Integração pessoal, social e transpessoal.
Crença limitada a valores materiais de segurança, prazer e poder.	Consciência de escala de valores, tal como descrita por Maslow.
Estudo do espírito relegado à metafísica ou às religiões.	Estudo do espírito suscetível, de abordagem e enfoque científico.
Matéria, vida e informação são independentes.	Matéria, vida e informação são interligados e manifestações da mesma energia.
Disto resulta a fragmentação entre ciências físicas, biológicas e informacionais de um lado, e anatomia, fisiologia e psicologia do outro.	Disto resulta interface entre ciências físicas, biológicas e informacionais de um lado, e anatomia, fisiologia e psicologia, do outro.
Princípio da causalidade.	Princípio da causalidade e princípio de acausalidade e sincronicidade (Jung-Paoli).
Princípio da não-contradição – da lógica formal.	Princípio de contradição e não-contradição em que a não-identidade (por exemplo, partícula-onda) implica na identidade.
A evolução do ser humano para na adolescência e não há evolução além do intelecto.	A evolução pode continuar no adulto, havendo outros estágios além do intelecto (por exemplo, fatores PSI e subfatores PES e PK de Rhine).

Fonte: Weil (1990).

Segundo Weil, D’ambrosio e Crema (1993, p.34) “a transdisciplinaridade é considerada como uma resposta e solução à crise de fragmentação que assola a epistemologia com consequências reparadoras dos danos e ameaças à vida deste planeta”. Com a finalidade de compreender melhor a noção de transdisciplinaridade, torna-se necessário conhecer o resultado do termo disciplina e do paradigma que o institui.

Na ótica da educadora paranaense Luck (2000) do Centro de Desenvolvimento Humano Aplicado (Cedhap):

o termo disciplina é utilizado para indicar dois enfoques relacionados ao conhecimento: o epistemológico, relativo ao modo como o conhecimento é produzido, e o pedagógico, referente à maneira como ele é organizado no ensino, para promover a aprendizagem dos alunos. (LUCK, 2000, p.37).

Ainda segundo a mesma autora, no enfoque epistemológico, a disciplina é uma ciência investigativa e a pedagogia uma atividade de ensino que organiza o comportamento.

Interpretamos que o excesso de especialização provocado pelo paradigma cartesiano e newtoniano esgotou sua capacidade de contribuir para o avanço do conhecimento e da cultura humana. A superação da dicotomia vem sustentar a possibilidade de uma crescente interação no corpo da ciência. Essa interação entre as disciplinas ocorre como uma necessidade de articular e estabelecer coerência entre os diversos campos do saber. Neste sentido, eis o que assinala Luck (2000) para definir a interdisciplinaridade:

O objetivo da interdisciplinaridade é, portanto, o de promover a superação da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, ao mesmo tempo resgatando a centralidade do homem na realidade e na produção do conhecimento, de modo a permitir ao mesmo tempo uma melhor compreensão da realidade e do homem como o ser determinante e determinado. (LUCK, 2000, p.60).

A interdisciplinaridade é diferente da pluridisciplinaridade. Ela diz respeito à transferência dos métodos de uma disciplina para outra. Na reflexão de Nicolescu (1999a) podemos distinguir três graus de interdisciplinaridade: Um grau de aplicação: a transferência dos métodos da física nuclear para a medicina, por exemplo, leva à descoberta de novas formas de tratamento do câncer; Um grau epistemológico: a transferência dos métodos da lógica formal para o domínio do direito, por exemplo, dá origem a interessantes análises na epistemologia do direito; Um grau de criação de novas disciplinas: a transferência dos métodos da matemática para o estudo dos fenômenos meteorológicos ou da bolsa, por exemplo, gerou a teoria do caos. Entendemos que assim como a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade ultrapassa igualmente os limites das disciplinas, porém sua finalidade também continua inscrita na pesquisa disciplinar.

Temos a plena convicção de que a pluridisciplinaridade diz respeito ao estudo de um objeto de uma única e mesma disciplina efetuado por diversas disciplinas ao mesmo tempo. Por exemplo, a filosofia marxista pode ser estudada sob a visão cruzada da filosofia e da física, da economia, da psicanálise ou da literatura. O objeto sai assim enriquecido pelo cruzamento de várias disciplinas. O conhecimento do objeto em sua própria disciplina é aprofundado mediante uma fecunda contribuição pluridisciplinar. A pesquisa pluridisciplinar adiciona um algo mais à disciplina em questão (a filosofia, no exemplo citado), mas esse “algo mais” está a serviço exclusivamente daquela própria disciplina. Em outras palavras, o procedimento pluridisciplinar ultrapassa os limites de uma disciplina, mas sua finalidade permanece restrita ao quadro da pesquisa disciplinar em questão.

Já a transdisciplinaridade, conforme indica o prefixo “trans”, envolve aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de toda e qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (NICOLESCU, 1999a, p.46). Estamos conscientes de que o advento de uma cultura transdisciplinar, capaz de contribuir para eliminar tensões que ameaçam a vida em nosso planeta, é impossível sem um novo tipo de educação, que leve em conta todas as dimensões do ser humano.

As diferentes tensões – econômicas, culturais, espirituais – são inevitavelmente perpetuadas e agravadas por um sistema de educação baseado em valores cuja defasagem em relação às mudanças contemporâneas se acentua de forma acelerada. A guerra mais ou menos embrionária das economias, das culturas e das civilizações não deixa de provocar conflitos reais em alguns pontos do planeta. No fundo, toda a nossa vida individual e social é estruturada pela educação. As perturbações que ocorrem no campo da educação em alguns países são apenas sintomas de uma única e mesma lacuna entre os valores e as realidades de uma vida mundial em mutação.

Um relatório completo foi elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, vinculada à UNESCO e presidida por Delors (2010). O Relatório põe em grande destaque os quatro pilares de um novo tipo de educação: Aprender a conhecer que significa a aprendizagem dos métodos que ajudam a distinguir o que é real do que é ilusório, e a ter assim um acesso inteligente aos saberes da época. Nesse contexto, o espírito científico, uma das mais altas conquistas da aventura humana, é indispensável. O que permite o acesso ao espírito científico não é a assimilação de uma enorme massa de conhecimentos científicos, mas a *qualidade* daquilo que é ensinado. E *qualidade* significa fazer com que a criança, o

adolescente ou o adulto penetre no próprio cerne da conduta científica, que consiste no permanente questionamento relativo à resistência dos fatos, das imagens, das representações e das formalizações, estabelecendo *pontes* – entre os diferentes saberes, entre tais saberes e sua significação para a vida cotidiana e ainda entre tais saberes e significações e as capacidades interiores das pessoas. Aprender a fazer, que significa escolher uma profissão e adquirir os conhecimentos e técnicas a ela associados. A escolha de uma profissão inclui necessariamente uma especialização. Ninguém será capaz de realizar uma operação cirúrgica sem ter estudado a cirurgia.

Na proposta transdisciplinar, o “aprender a fazer” é um aprendizado da criatividade. “Fazer” significa também fazer coisas novas, criar, pôr em dia as potencialidades criativas. É este aspecto do “fazer” que constitui o contrário do tédio de que padecem tantos seres humanos que, para prover suas necessidades, são obrigados a exercer uma profissão em desacordo com suas predisposições interiores. A igualdade de oportunidades quer dizer também a realização de potencialidades criativas que diferem de uma pessoa a outra. A hierarquia social, tão frequentemente arbitrária e artificial, poderia assim ser substituída pela cooperação entre níveis estruturados de acordo com a criatividade individual. Tais níveis seriam níveis de ser, ao contrário de níveis impostos por uma competição que absolutamente não leva em conta o ser interior. A abordagem transdisciplinar funda-se no equilíbrio entre o ser exterior e o ser interior. À falta desse equilíbrio, “fazer” não significa mais do que “sujeitar-se”. Aprender a conviver que significa acatar as normas que regem as relações entre os membros de uma coletividade. A atitude transcultural, transreligiosa, transpolítica e transnacional pode ser aprendida. Ela é inata, na medida em que existe em cada ser um núcleo sagrado intangível. Um aspecto primordial da evolução transdisciplinar da educação diz respeito à capacidade de reconhecer-se a si próprio na imagem do outro. Trata-se de um aprendizado permanente, que deve começar na mais tenra infância e prosseguir ao longo de toda a vida. E aprender a ser, que surge, à primeira vista, como um enigma insondável. As pessoas sabem existir, mas como aprender a ser? Para alicerçar o ser é necessário proceder, de início, à escavação de certezas, de crenças e de condicionamentos. Questionar, sempre: aqui também, o espírito científico serve de precioso guia. A construção de uma pessoa exige inevitavelmente uma dimensão transpessoal. A inobservância deste acordo imprescindível é em grande parte responsável por uma das tensões fundamentais da época presente - a tensão entre o material e o espiritual.

O questionamento deve ser: Parece existir uma inter-relação bastante evidente entre os quatro pilares do novo sistema de educação: como aprender a fazer aprendendo a conhecer, e como aprender a ser, aprendendo a conviver? Na visão transdisciplinar, existe também uma transrelação, que liga os quatro pilares do novo sistema de educação e que tem sua origem na própria constituição dos seres humanos.

Uma educação viável deve ser obrigatoriamente uma educação integral do homem, de acordo com a precisa formulação do poeta Daumal (1995) isto é, uma educação dirigida à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um único de seus componentes.

Os autores que tratam da educação transdisciplinar sublinham que ela lança uma luz nova sobre uma necessidade que se faz sentir cada vez mais intensamente nos dias atuais: a necessidade de uma educação permanente. Com efeito, a educação transdisciplinar, por sua própria natureza, poderá apresentar bons resultados se for aplicada não apenas nas instituições de ensino, da escola maternal à Universidade, mas também ao longo da vida e em todos os lugares.

Por outro lado, nossa ótica, entende que a perspectiva transdisciplinar pressupõe uma relação direta e incontornável entre paz e transdisciplinaridade. O pensamento fragmentado parece ser incompatível com a busca de paz. A emergência de uma cultura e de uma educação para a paz parece apontar para uma evolução transdisciplinar da educação e, muito particularmente, da Universidade. Assim como a penetração do pensamento complexo e transdisciplinar nas estruturas, nos programas e na área de irradiação da influência da Universidade poderá permitir sua evolução rumo à sua missão, hoje um pouco esquecida: o estudo do universal. A Universidade poderá assim vir a ser um local de aprendizagem da atitude transcultural e transreligiosa, e do diálogo entre a arte e a ciência, eixo da reunificação entre a cultura científica e a cultura artística.

Na investigação de Nicolescu (1999a)

esta percepção daquilo que atravessa e ultrapassa as culturas é, à princípio, uma experiência irredutível a qualquer teorização. Porém, ela é rica em ensinamentos para a nossa própria vida e para a nossa ação no mundo. Ela nos indica que nenhuma cultura constitui o lugar privilegiado a partir do qual possamos julgar as outras culturas. Cada cultura é a atualização de uma potencialidade do ser humano, num lugar bem determinado da Terra e num momento bem determinado da História. Os diferentes lugares da Terra e os momentos diferentes da História atualizam as diferentes potencialidades do ser humano, as diferentes culturas. É o ser humano, em sua totalidade aberta, o lugar sem lugar daquilo que atravessa e ultrapassa as culturas. (NICOLESCU, 1999a, p.107).

3.3 PAZ INTERIOR, PAZ SOCIAL E PAZ AMBIENTAL

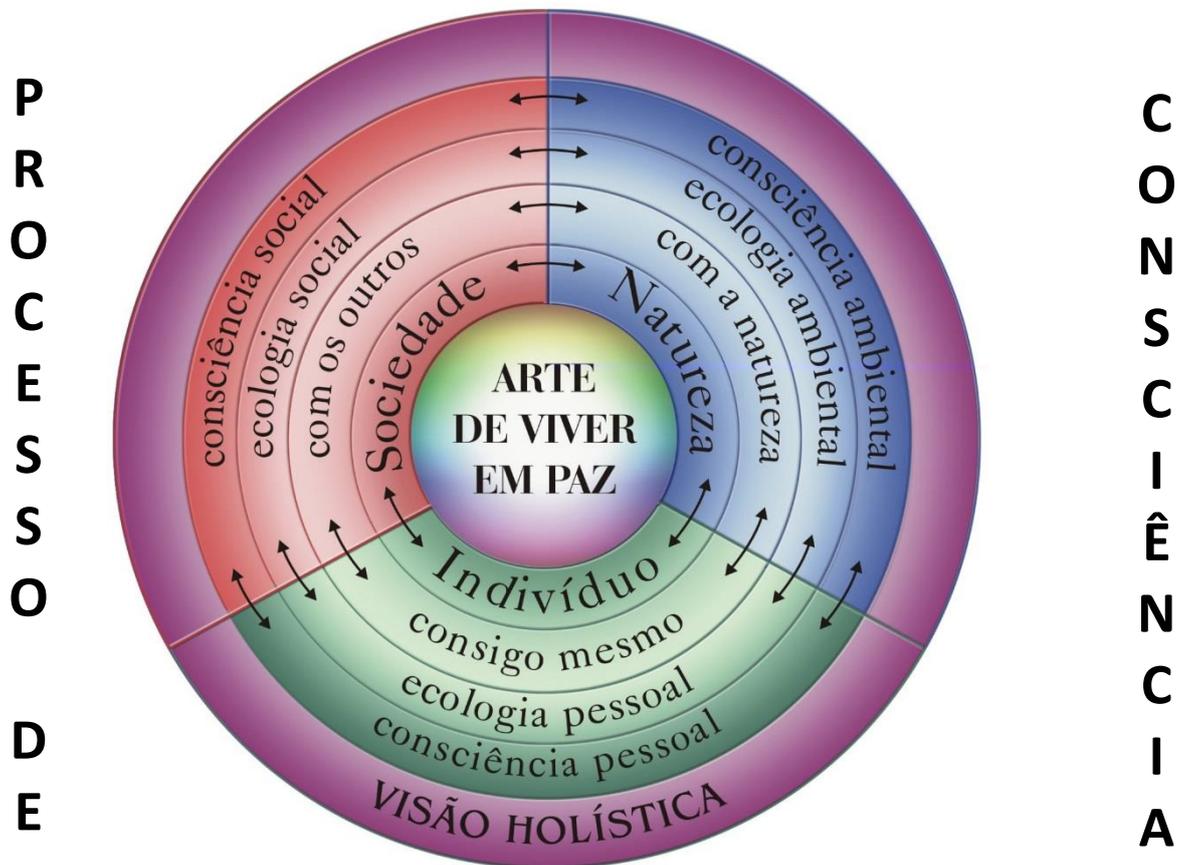
Na Cultura de Paz, a reflexão é a de que, conflito e crises podem ser grandes oportunidades de aprender e crescer. Provavelmente, resultados construtivos poderiam ser colhidos caso fosse possível educar líderes comunitários, professores, policiais e voluntários, entre outros, com as mais modernas técnicas de sensibilização e intervenção para a implementação de uma Cultura de Paz à qual todas as classes sociais pudessem ter acesso. A presença de pacificadores e pacificadoras – cidadãos e cidadãs de boa vontade que voluntariamente se preparam para ser agentes de paz nas suas comunidades – poderia ser um diferencial em todos os meios e círculos sociais. Indivíduos preparados para superar situações conflituosas e aptos a compartilhar e multiplicar seu conhecimento em educação para a paz, poderão ser atores essenciais para contribuir na promoção de uma Cultura de Paz. A participação de cada indivíduo na preparação de um terreno fértil para o surgimento de ambientes mais pacíficos também é fundamental para integrar vários setores da sociedade brasileira na busca de minimização da violência. O saldo do século XX é o aprofundamento das desigualdades sociais, a partir da qual começa a ser construída uma cidadania que busca participar na formação de uma sociedade mais justa.

Por outro lado, percebemos como fundamental, desenvolver uma Cultura de Paz nos próprios indivíduos que, muitas vezes, são os causadores da violência, é tarefa urgente para que as ações dos governos possam encontrar eco nas bases da sociedade por meio da atuação de seus diversos segmentos, os quais passarão a ser sujeitos na implementação dessa cultura e de um novo olhar sobre as questões que promovem a violência. A educação constitui-se, portanto, como um meio fundamental para a promoção de uma consciência em relação aos direitos e responsabilidades humanas. Visualizamos, cada vez mais que um dos principais equívocos cometido, ao se falar sobre a paz, consiste em vê-la sempre como uma aparência, como algo externo ao ser humano. Assim, diz-se que o ser humano vive em paz se ele não está em guerra, se não há conflito evidente. Se a paz é vista apenas dessa forma, as preocupações estarão concentradas no tratamento do conflito e de suas causas específicas. Assim, tudo será feito para que se obtenha um desarmamento geral. Obviamente, este é apenas um dos lados do problema, e, aliás, o menos importante. Nossa investigação, pretende enfatizar que mais do que ausência de conflito, a paz, será considerada como um estado de consciência. Ela não deve ser procurada no mundo externo, mas principalmente no interior de cada ser humano; de nada adianta desarmar todos os homens – eles continuarão a se matar aos socos, se os espíritos não forem pacificados. E, na primeira oportunidade, produzirão

máquinas ainda mais mortíferas para se destruir mutuamente. Tal como a violência, a paz é um conceito complexo.

Estamos cientes de que a maioria das pessoas se refere à paz como ausência de guerra, aquele estado que é obtido por meio de acordos políticos e tratados. Mas esta é apenas uma visão da paz limitada ao aspecto social e internacional do que se entende por Cultura de Paz. Na profunda análise de Weil (1990) a paz é um estado de harmonia que se manifesta em três direções: consigo mesmo, ou paz individual; com os outros, ou paz social; e com a natureza, ou paz ambiental, onde a mudança do ser como agente de transformação, poderá vir a ser uma luz no fim do túnel para o nascer de uma nova consciência.

Figura 4 – Roda da consciência



Fonte: Weil (1990).

Nota: Adaptação da autora desta tese (2000).

Neste sentido, a Cultura de Paz enquanto política é a “arte e ciência de bem governar, de cuidar das questões de interesse público, da sociedade.” (DISKIN, 2010, p.43). Interpretamos que este é um conceito inovador que Diskin (2010) em elaboração e concepção do ciclo temático Multiplicadores de Cultura de Paz em Políticas Públicas: Cultura de Paz – uma política inadiável, apresenta e conclui como sendo o resultado de um conjunto de práticas do Estado e da sociedade. Entendemos que o sentido de política pública se estrutura quando o

objetivo é a garantia do pleno atendimento dos direitos universais da humanidade e da sustentabilidade dos recursos naturais. A Cultura de Paz se reafirma politicamente quando esses direitos são preservados.

Segundo a UNESCO (apud COMITÊ DA CULTURA DE PAZ, 2011), “a Cultura de Paz é uma iniciativa de longo prazo que deve levar em conta os contextos histórico, político, econômico, social e cultural de cada ser humano.” Temos a plena convicção de que é necessário aprendê-la, desenvolvê-la e colocá-la em prática no dia a dia familiar, regional ou nacional. É um processo sem fim. A paz não é um processo passivo: a humanidade deve esforçar-se por ela, promovê-la e administrá-la.

A contribuição do pensamento francês sobre o tema, focada na linha de Pierre Weil (1990), é um legado fundamental para a construção de uma Cultura de Paz. cremos que, baseado nos saberes orientais e no conhecimento do ser humano ocidental, o pensamento deve ter como fundamentos, os valores de amor e compaixão por todos os seres humanos, a criatividade de um trabalho em equipe com solidariedade e cooperação, a melhoria da autoestima, a escuta ativa, o cuidado com o meio ambiente, a superação dos condicionamentos e preconceitos destrutivos e a supressão da competição exagerada. Eis, de acordo com essas reflexões, a advertência do filósofo francês Ricoeur (1968):

Não se faz ideia de tudo quanto se vai encontrar ao prospectar o império da violência; eis por que uma anatomia da guerra que se gabasse de ter descoberto três ou quatro grossos cordéis, que bastaria cortar para que as marionetes militares caíssem inertes no tablado do palco, condenaria o pacifismo à superficialidade e à puerilidade. (RICOEUR, 1968, p.52).

O filósofo Espinosa (1632-1677) entendia que a paz consiste na concórdia, prevenindo para não se denominar com este nome um estado de inércia ou a ausência de movimento de armas. Nossa crença é que a ressignificação da não violência incluiria também a passagem de uma compreensão de paz vinculada à noção de ordem para a inclusão de elementos que a caracterizariam como um processo dialógico-conflitivo. A esse respeito, observa Muller (2006, p.100) “a cultura da não violência é mais difícil, requer mais atenção e maiores cuidados que a da violência. Leva muito tempo para que os deliciosos e vivificantes frutos da não violência cresçam e amadureçam, muito mais que os frutos amargos e mortais da violência”.

O conceito do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) sobre guerra e sua crítica ao conceito de paz, mais do que uma atitude pró-guerra e antipaz, aponta exatamente para esta dimensão dinâmica: a paz deve ser ativa, e não a ausência inerte das forças vitais. Acreditamos que a superação deste modelo da paz como ordem para um modelo dialógico-

conflitivo exigiria a inclusão e a reavaliação de conceitos tais como agressividade, conflito, luta e desobediência.

Em uma análise com mais veemência, asseveramos que numa sociedade onde as pessoas são despersonalizadas e massificadas, a temática da paz interior pode ser interpretada como uma reivindicação a se tomar a sério, em termos de dignidade humana. Trata-se, mais fundamentalmente, de estabelecer relações e desenvolver o sentimento de pertencimento mais do que o de posse.

Na reflexão de Galtung (2006, p.484) “para construir uma Cultura de Paz é preciso mudar atitudes, crenças e comportamentos, até se tornar natural, resolver os conflitos de modo não violento (por meio de acordos) e não de modo hostil.”

Gandhi (1999) o idealizador e fundador do moderno Estado indiano e o maior defensor do *Satyagraha* (princípio da não agressão, forma não violenta de protesto) como um meio de revolução pacífica, também inspirou gerações de ativistas democráticos e antirracistas, como Martin Luther King Jr. e Nelson Mandela. Seu argumento contrário ao recurso da violência era o de que o efeito produzido para combatê-la corre o risco de ser contrário ao que se pretende. Daí, uma de suas exortações: “A não violência é a completa ausência de malquerer com tudo o que vive. A não violência, sob sua forma ativa, é boa vontade para com tudo que vive.” (GANDHI, 1999, p.36).

Embora a educação para a paz constitua-se num conceito abrangente, abrigando as mais diversas experiências, tanto na educação formal como não formal, sob os mais diversos títulos – educação para a paz, investigação para a paz, educação para a sobrevivência, educação para a responsabilidade global, educação planetária, educação para o desarmamento, educação para a não violência, educação para a compreensão, cooperação e a paz internacional – pode-se, sob estas diversas denominações, encontrar um núcleo de preocupações comuns, tais como: criar referenciais não violentos; fortalecer conexões comunitárias; renovar sentimentos de esperança; formar consenso para a paz, enquanto uma construção coletiva; incentivar pessoas a ser ativistas da não violência; lutar contra as desigualdades sociais; recusar preconceitos e estereótipos; instrumentalizar a resolução não violenta; diminuir o potencial de agressão; opor-se à violência com atitudes antimilitaristas.

Estes elementos estão presentes na experiência, pois eles foram comprovados no estudo empírico. Acreditamos que a educação seja o fator essencial de dinamização do desenvolvimento; que, como um de seus pressupostos, deve-se respeitar as especificidades locais, e que essa atitude favorece a interação dos agentes locais na difusão do conhecimento

e na geração da inovação, torna-se possível dinamizar a exploração das atividades produtivas (indústria, comércio e serviços) a fim de que o desenvolvimento esteja em consonância com os cuidados necessários à sustentabilidade ambiental e à preservação das culturas locais. Essas atividades devem ser encorajadas de forma coerente com a base de recursos naturais dos países. Desses recursos depende não só a existência humana e a diversidade biológica, como o próprio crescimento econômico. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos industrializados e o aumento da reutilização e da reciclagem.

Admite-se ser algo muito complexo, obter o desenvolvimento sustentável, um dos pilares da Cultura de Paz, a participação, a organização, a educação e o fortalecimento das pessoas. Deve ser apropriado não só aos recursos e ao meio ambiente, mas também à cultura, à história e aos sistemas sociais do local onde ele ocorre. Acrescentamos, ainda, a necessidade de análise específica das manifestações de violência e a sua articulação com o todo, e a indicação de que os processos subjetivos devem ser, ao mesmo tempo, incluídos na análise e contextualizados no âmbito sócio-histórico. Buscamos, portanto, a inteligibilidade desse fenômeno, considerando-o de forma complexa, histórica, empírica e específica.

Esta tese assume que a Paz e a estabilidade são elementos fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável. Ambos os termos, em sua acepção mais ampla e profunda, constituem o essencial da mensagem deixada pelos participantes do debate realizado pela Assembleia-Geral da ONU, em New York, que terminou em dia 25 de abril de 2014. No encontro, foram apresentados possíveis temas para a agenda da ONU pós-2015, quando será finalizado o prazo para o cumprimento das metas de combate à pobreza conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). O antropólogo Rubem César Fernandes, diretor executivo do Viva Rio, um dos debatedores do evento, observou que

Comunidades vulneráveis não são características apenas de sociedades em desenvolvimento. Elas se encontram em todas as regiões do planeta e parecem estar se multiplicando na medida em que ocorrem migrações e as cidades se tornam mais complexas. “Enxergo o tema sob uma perspectiva de baixo para cima, onde as questões do desenvolvimento, a paz e a estabilidade se tornam um assunto dos bairros. [...] uma das chaves para a propagação da paz é a interpretação das diversidades culturais mesmo em populações relativamente homogêneas. O fundamentalismo liberal pode nos impedir de ver as possibilidades existentes de troca e entendimento, daí a necessidade da comunicação intersetorial. (VIVA RIO, 2014, p.1).

Segundo o antropólogo, duas questões retardam processos de estabilidade e instalação da Cultura de Paz: a guerra às drogas e a comercialização das armas de fogo. Por isso,

acrescentou: “A proibição legal de entorpecentes não reduziu o consumo e, paradoxalmente, está sustentando o domínio do mercado por traficantes. Esses grupos transformam-se em poderes paralelos instrumentalizados por armas de fogo.” (VIVA RIO, 2014, p.1).

Em virtude dos fatos mencionados, a Cultura de Paz está compreendida nos 6Ds (Democracia, Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Desarmamento, Diálogo e Diversidade). A roda da paz veio para minimizar a roda da destruição. Esta roda destrutiva está para o paradigma cartesiano, que fragmenta o ser humano, fruto do capitalismo. Enquanto a roda da paz está o paradigma holístico transdisciplinar, que integra o ser.

No próximo capítulo será abordado o assunto Políticas Públicas e como poderá interagir com a Cultura de Paz aqui defendida.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Entendemos por diretrizes de políticas públicas, a soma das atividades dos governos que, de modo direto ou por delegação, influenciam a vida dos cidadãos. De modo mais abrangente, pode-se considerar as políticas públicas como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer." Vargas Velásquez (2001, p.56) define o termo como "conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e ações do regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a sua resolução, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis."

4.1 APROXIMAÇÃO CONCEITUAL EMPREGADA NESTA TESE

No contexto brasileiro, as ações direcionadas pelas políticas públicas são concebidas como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, nas escalas federal, estadual e municipal, a fim de atender a determinados setores da sociedade civil. Elas podem ser desenvolvidas em parceria com organizações não governamentais e, como se verifica mais recentemente, com a iniciativa privada. Tradicionalmente são compostas com base em quatro elementos centrais: dependem do envolvimento do governo, da percepção de um problema, da definição de um objetivo e da configuração de um processo de ação.

As demandas comuns em políticas públicas podem ser classificadas em: demandas novas: as que resultam do surgimento de novos fatores políticos ou novos problemas; recorrentes: aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos e reprimidas: as constituídas sob um estado de coisas ou por não decisão.

No que se referem as tipologias de políticas públicas em sua maioria, os modelos de análise inspiram-se no modelo sugerido por Lowi (1972) de acordo com o qual as políticas públicas são divididas em quatro tipos: distributivas; regulatórias; redistributivas; e constitutivas.

As arenas de políticas públicas, compreendem espaços dedicados a debates, disputas ou mesmo contendas políticas, os quais podem ser virtuais (campanhas políticas), reais (debates televisionados) ou midiáticos, onde os políticos/candidatos são notícia, compram determinado tempo ou usam os direitos constitucionais para se defender de eventuais acusações.

As fases ou ciclos das políticas públicas podem ser compreendidas como um sistema-conjunto de elementos que se interligam, são sempre direcionadas ao bem-comum da população a quem se destinam, ou mesmo como um processo, pois têm ritos e passos objetivando uma finalidade. Estes normalmente estão associados a etapas importantes, como a

sua concepção, a negociação de interlocutores úteis ao desenvolvimento (técnicos, patrocinadores, associações da sociedade civil e demais parceiros institucionais), a pesquisa de soluções aplicáveis, uma agenda de consultas públicas (que é crucial no processo de legitimação do programa no espaço público democrático), a eleição de opções razoáveis e aptas para o atingimento da finalidade, a orçamentação e busca de meios ou parceiros para o suporte dos programas, oportunidade em que se fixam os objetivos e as metas de avaliação. Finalmente, a implementação direta e/ou associada, durante o prazo estimado e combinado com os gestores e financiadores, o monitoramento (acompanhamento e reajustamento de linhas – refinamento) e a sua avaliação final, com dados objetivamente mensuráveis (FARIA, 2003).

Os atores políticos são as partes envolvidas nos conflitos. Entretanto, nem sempre as políticas públicas emergem de conflitos. Elas são, no fundo, um processo, com múltiplos atores sociais, que atuam de modo concertado. Daí o termo "concertação" muitas vezes encontrado na literatura sobre o tema. Esses atores, ao atuar em conjunto após o estabelecimento de um projeto a ser desenvolvido onde estão claras as necessidades e obrigações das partes, chegam a um estágio de harmonia que viabiliza a política pública (FERREIRA, 1990). São atores públicos, os políticos com mandato eletivo, burocratas, tecnocratas etc. São atores privados, os empresários e trabalhadores, entre outros.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: HISTÓRIA E TEORIAS

Compreende-se que os primeiros estudos sobre políticas públicas começaram nos Estados Unidos, embora, na Europa, numerosas pesquisas já tratassem de questões relacionadas ao papel do Estado e suas instituições. Nos Estados Unidos há uma ênfase em trabalhos acadêmicos voltados para as ações empreendidas pelos governos. Em alguns países dotados de democracias estáveis, políticas públicas são objeto de uma nova disciplina, cujo âmbito é o da ciência política. Se se considerar o próprio governo, como decorrência do período em que se desenrolou a chamada Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, as políticas públicas passam a ser valorizadas do ponto de vista da tomada de decisões. Um grande defensor de sua implantação foi o Secretário de Defesa (1961-1968) Robert McNamara, responsável pela criação da *Rand Corporation*, uma organização não governamental que recebia subsídios governamentais e reunia engenheiros, analistas de sistemas, matemáticos, cientistas políticos e outros (todos influenciados pela teoria dos jogos de Neumann, com aplicação a conflitos).

Alguns teóricos podem ser citados como responsáveis pelos estudos nesse domínio: o cientista político Lasswell (1902-1978) aluno de Yale e participante da Escola de Chicago, criou teorias a respeito do poder da mídia de massa, tendo cunhado a expressão *policy analysis* nos anos 1930, o que possibilitou o diálogo criado entre o governo, os cientistas sociais e pessoas interessadas; o economista Simon (1916-2001) para quem “a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse dos decisores etc.” (SOUZA, 2006, p.23); Charles Edward Lindblom, nascido em 1917, professor de Ciência Política em Yale, defendeu o incrementalismo em política e na tomada de decisões, incorporando, com isso, novos elementos, como os partidos políticos, as eleições e outros; o canadense Easton (1917-2014) professor de Ciência Política na Universidade de Chicago, trabalhou com a teoria sistêmica no estudo da ciência política, amplamente usada em pesquisa comportamental.

Eis algumas definições de política pública: Mead (1995) professor de Políticas Públicas da Universidade de New York, concebe-a como um campo inserido no campo da política e que trata do governo, considerando especialmente as questões de ordem pública; Lynn (1980) professor de Gestão Pública da Universidade de Chicago, prefere vê-la como um aglomerado das ações que serão encetadas pelo governo e terão resultados específicos; Peters (1986) enfatiza as diversas atividades do governo, especificamente aquelas que possuem influência sobre a vida dos cidadãos.

A definição mais pragmática e mais plenamente aceita, entretanto, continua sendo a de Lasswell (1958) cujas respostas às perguntas – *what?when? how?* (o quê? quando? como?) – podem explicar as decisões tomadas nesse domínio das ações governamentais.

O presente trabalho identifica-se com o que assinala Souza (2006)

[...] apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. (SOUZA, 2006, p.25).

Por outro lado, interpretamos que se trata de um campo multidisciplinar, no qual conceitos advindos da economia, da ciência política e da sociologia interagem, para explicar as múltiplas relações existentes entre o Estado, a economia, a sociedade e a política, o que vem sendo objeto de atenção por parte de estudiosos e pesquisadores de diversos ramos do saber e que considerando-se a possibilidade de conceber a política pública num campo holístico, isso possibilita abordagem mais rica, onde podem conviver diversas teorias e disciplinas. Do mesmo modo, é importante ressaltar que ela dispõe de coerência teórica,

apesar de sua larga abrangência. Finalmente, depois de elaboradas, as políticas públicas expressam-se por meio de planos, programas, projetos etc, que podem ser acompanhados e avaliados. Entendemos que os estudiosos em geral analisam, de um lado, o papel do governo na elaboração de políticas públicas, e, de outro, o papel dos grupos de interesse ou a pressão exercida pelo grupo que se encontra no poder, ou, ainda, o peso de algumas classes sociais. Atualmente, opta-se por defender a existência de uma autonomia do governo, de tal modo que este possua de fato, liberdade de ação, conquanto venha a sofrer diversas influências que existem no meio interno (grupos de interesse, movimentos sociais etc.), assim como no externo.

Tendo em vista esses fatores, alguns modelos foram desenvolvidos com a finalidade de analisar as ações advindas dos governos que terão impacto na vida da população, como será visto a seguir. Theodor Lowi (1964-1972) propõe quatro possibilidades de políticas: distributivas – as que buscam atender as necessidades de certas regiões ou de alguns grupos sociais, preferencialmente; regulatórias – aquelas que trazem maior transparência para os cidadãos; redistributivas – as que têm maior abrangência, envolvendo um certo número de políticas sociais, como as que envolvem tributos e previdência; e políticas constitutivas – aquelas que, por causa da adoção de certos procedimentos, serão atrativas ou não para determinados grupos de interesse.

Lindblom (1979 apud SOUZA, 2006, p.29) professor de Ciência Política em Yale, aderiu ao incrementalismo, segundo o qual, “os recursos governamentais para um programa, órgão ou uma dada política pública não partem do zero e, sim, de decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou mudanças substantivas nos programas públicos.”

Contudo, cremos que várias medidas propostas de ajustes fiscais, por exemplo, vieram a provocar reformas, ainda que o incrementalismo se mantenha quando algumas decisões formuladas no passado influenciam decisões futuras, chegando a intervir na capacidade que tem o governo de adotar novas políticas públicas ou de modificar algumas vigentes no momento presente.

Este trabalho emprega uma vertente que aborda a política pública num ciclo deliberativo, constituído por estágios diferentes, segundo um processo que pode ser percebido como dinâmico e esclarecedor. Os estágios contemplados são: definição de agenda – comporta uma indagação sobre as questões que integram uma agenda política em detrimento de outras; identificação de alternativas possíveis de resolver os problemas apresentados;

avaliação das opções, ou seja, análise de cada uma delas, tendo em vista o custo/benefício; seleção das opções, aquelas que melhor respondem aos problemas em questão; implementação e avaliação.

Também são focalizados aqueles que participam do processo de decisão, assim como o processo escolhido para a elaboração de políticas públicas. Existe uma ênfase na construção de uma consciência coletiva, o que pode resultar na convocação de um processo eleitoral, na alternância de partidos políticos ou na substituição de determinadas ideologias.

Cohen (1972 apud SOUZA, 2006) associado a James March e Johan Olsen, formulou um outro modelo que intitulou de *garbage* (lata de lixo, em português), segundo o qual, na escolha de tais ou quais políticas públicas, as alternativas parecem estar numa “lata de lixo”, uma vez que os problemas são numerosos e as soluções, escassas. Assim, as organizações seriam “formas anárquicas que compõem um conjunto de ideias com pouca consistência.” (COHEN, 1972 apud SOUZA, 2006, p. 31). Sabatier e Jenkins-Smith (1993) por seu turno, defendem a existência de valores, crenças e ideias no decorrer do processo de elaboração de políticas públicas, o que os faz diferir dos autores anteriormente citados. Este é o chamado modelo da coalização de defesa. Outro modelo é o das arenas sociais, que trata das *policy communities*, aquelas comunidades formadas por pessoas para as quais as políticas públicas irão atender as suas necessidades. Isto se dá por meio da apresentação de um determinado problema (ou problemas), sobretudo quando suas causas se repetem com certa frequência, o que desnuda as falhas existentes na política vigente. Este modelo pressupõe a existência de redes sociais, onde acontecem relações, trocas e vínculos que são formados entre indivíduos e organizações.

Utilizando noções de biologia e de ciência da computação, Baumgartner e Jones (1993) criaram o modelo do “equilíbrio interrompido”, que defende a existência de períodos de estabilidade e de instabilidade capazes de modificar as políticas públicas; nos períodos de implementação e avaliação, as políticas podem ser mudadas – uma mudança mais consistente, entretanto, deverá acontecer durante os períodos de instabilidade. Dessa maneira, o incrementalismo se faz sentir, ao manter o *status quo*, assim como mudanças mais profundas podem ser verificadas em ocasiões especiais.

Na introspeção de Souza (2006) uma nova fase surgiu quando se tornou imprescindível o gerenciamento público, em função de uma política fiscal de limitação de gastos, o que denota uma busca de eficiência. Novos formatos foram introduzidos, ao tempo em que instituições dotadas de independência política tornaram-se responsáveis pela

formulação de políticas públicas. Olson Junior (1965 apud SOUZA, 2006) chama a atenção para o fato de que o interesse demonstrado por grupos minoritários normalmente exerce pressão mais consistente do que interesses disseminados numa coletividade; a partir destes pontos nasceram as políticas de desregulamentação e outras reformas, como a privatização. Outro fator ganhou destaque – a credibilidade, especialmente quando se trata de políticas que envolvem questões financeiras, em que a transparência e as regras claras são fatores que afastam a influência dos partidos políticos. Com isso, verificou-se uma tendência a conferir um caráter participativo à formulação de políticas públicas, com o convite a grupos sociais e grupos de interesse, como é o caso dos conselhos comunitários no Brasil.

Na versão de Souza (2006, p.36) estes são os principais elementos das políticas públicas: possibilidade de distinguir o que o governo promete fazer e o que de fato faz; participantes formais e informais no processo decisório; caráter abrangente; objetivos que devem ser alcançados a longo prazo, embora alguns efeitos possam ser percebidos a curto prazo; fases de implementação e avaliação.

4.3 PANORAMA BRASILEIRO

Esta tese adota como os primeiros sinais de políticas públicas (dentro da aproximação conceitual adotada) os acontecimentos da década de 1930, que contribuíram para modernizar o Brasil, mudando-o da posição de país produtor de bens primários para a de início de um período de industrialização, que começou efetivamente no governo Vargas, no processo conhecido como “substituição de importações”.

Além das funções básicas naturais como as áreas de educação, saúde e segurança, o Estado brasileiro também proporcionou vultosos investimentos em infraestrutura, como a construção de portos e estradas, o desenvolvimento das telecomunicações, assim como o suporte e incentivos ao processo de industrialização. O governo Vargas tornou-se conhecido pelas conquistas trabalhistas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a adoção do salário mínimo, a definição de jornadas de trabalho, a criação de férias remuneradas, a proibição de demissão sem justa causa (trabalhador que já estivesse há mais de dez anos no emprego), a instituição da carteira de trabalho etc. Ao governo Vargas, em seu último período (1951-1954), também se deve a criação da Petrobras, da Eletrobrás, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDEs), Banco do Nordeste (BNB), Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (Capes), entre outros.

Entre fins dos anos 1980 e início do decênio de 1990, um fenômeno afetou sensivelmente a economia brasileira mostrar – a globalização e seus impactos sobre o trabalho e os trabalhadores, trazendo uma mudança na relação capital-trabalho, obrigando as organizações a buscar novos modelos de gestão da força de trabalho. Wanderley (2000, p.62) entende a globalização “como um processo crescente de mudanças que mundializa os mercados, as finanças, a informação, a comunicação, os valores culturais, criando um sistema de vasos comunicantes entre os países e continentes”. Isto se dá, segundo alguns autores, por meio do aparecimento de organizações extraterritoriais dotadas de completa independência e com pouca ou quase nenhuma responsabilidade em relação aos poderes das regiões onde estão operando. Cremos que o resultado, em muitos casos, tem sido a flexibilização das relações de trabalho e alguns efeitos danosos, como o fechamento de unidades de produção tão logo as condições propícias tenham se mostrado adversas (ou maiores benefícios sejam ofertados em outras localidades). Em consequência, os mecanismos governamentais, sobretudo aqueles que concernem à política econômica, passam a sofrer distorções, em face de capitais que possuem maior liberdade e maior volatilidade.

Comungamos a ideia de que o próprio capitalismo demonstra mudanças, assim como novas formas de produção, decorrentes da revolução científico-tecnológica. Segundo Harvey (1996) grandes modificações foram implementadas desde o modelo fordista de produção em massa até a chamada produção flexível, caracterizada por novas técnicas de produção e de agrupamento dos trabalhadores – como, por exemplo, o *multi-tasking*, em que os trabalhadores recebem responsabilidades extras por tarefas complementares; ou o sistema *kaizen*, adotado no Japão e amplamente imitado, tendo em vista a melhoria da qualidade da produção; ou a preferência pelo trabalhador do tipo *multi-skilling*, dotado de visão holística, com domínio do conhecimento técnico, mas sabendo compreender o processo produtivo na sua inteireza. Deduz-se que não só essas, mas também novas práticas e modalidades da economia globalizada exigem do governo a elaboração de políticas públicas atualizadas.

Devido a tantas mudanças nos campos econômico, político e social, é lícito aduzir que a própria população pressione por medidas que garantam sobretudo o bom funcionamento do Estado, especialmente no provimento das garantias individuais como a segurança pública, não apenas no âmbito federal, mas também nos Estados e Municípios, assim como na própria sociedade através de algumas organizações não governamentais, têm surgido novas formas de organização e gestão das questões coletivas, levando-se em conta, sempre, a intensa heterogeneidade do país. Um exemplo pode ser dado pela constituição dos Conselhos

Municipais, sobretudo na área da saúde, embora seja sabido que um município isolado se torna pequeno para enfrentar a quantidade de demandas sociais existentes, donde a necessidade de se refletir em termos de integração das políticas públicas nos três níveis – federal, estadual e municipal.

Esta integração de políticas públicas tenta solucionar o âmago da questão, o cerne, o coração, que é tornar possível a dignidade humana, como dito por Rivabem (2008) que a dignidade não é só um valor intrínseco do ser humano e muito menos exclusivo do ordenamento constitucional brasileiro. Na atualidade a dignidade da pessoa humana constitui requisito essencial e inafastável da ordem jurídico-constitucional de qualquer Estado que se pretende Democrático de Direito, assim como complementamos com a sábia introspecção de Bastos (2000) asseverando que: a raiz etimológica da palavra “dignidade” provém do latim: *dignus* é aquele que merece estima e honra, aquele que é importante. A ideia de sujeito como pessoa é portanto, portador de especial dignidade foi concebida pelo Cristianismo em que a dignidade é próprio do homem “é inerente ao homem como espécie, e ela existe *in actu* só no homem como indivíduo, passando desta forma a residir na alma de cada ser humano.”

4.4 CULTURA DE PAZ NO BRASIL

O entendimento é que a educação para a paz tem emergido, na interlocução da comunidade internacional, como uma alternativa significativa e eficaz ao problema da violência. Tarefa mundial, exigência indiscutível, componente importante dos programas educativos, entre outros, são alguns dos atributos referidos à educação para a paz, visto que não basta estigmatizar a violência: torna-se imperioso potencializar os esforços de paz e de mudança presentes nas pessoas. Geralmente, vítimas e criminosos tendem a ser tratados como partes de um problema destituído de humanidade, de urgência, de civilização, de direitos e cidadania, como se não existissem na mesma realidade dos gestores dos diferentes órgãos e serviços ligados à segurança pública (GOMES, C.; GOMES, G., 2011).

Para o diretor do Departamento de Prevenção de Ferimentos e Violência da OMS, Krug (2002) as mortes podem ser evitadas com uma mudança de atitude. A análise reflete que não há nada inevitável a respeito da violência e ela não é intrínseca à condição humana. No mundo inteiro, há evidências de que a violência pode ser evitada por uma série de medidas envolvendo indivíduos, famílias e comunidades.

Na reflexão de Balestreri (2010)

a causa *mater* da violência é o somatório de um tripé absolutamente explosivo: a péssima distribuição de renda, a ideologia consumista

(especialmente predominante nos segmentos mais jovens, independentemente de classe social, os mais vitimizados e mais perpetradores de crimes) e a quase ausência do mundo adulto na condição educadora. (BALESTRERI, 2010, p.36).

O mais grave que se pode inferir quando se analisa a insegurança da população, ainda de acordo com Balestreri (2010) é a certeza de que ela produz um aprofundamento da injustiça social, uma vez que há correlação direta entre segurança pública e desenvolvimento. Por outro lado, cabe reiterar o que já foi sublinhado neste estudo: na implementação do processo de construção da Cultura de Paz deve-se refletir na diferença entre crescimento e desenvolvimento. Entendemos que o crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça social, pois não considera nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, que é concentrado; já o desenvolvimento, que se preocupa com a produção de riquezas procura distribuí-las, ao priorizar a melhoria da qualidade de vida de toda a população e sem descurar a atenção à qualidade ambiental do planeta.

Ao longo dos doze anos em que foi o diretor-geral da UNESCO, entre 1987 – 1999, Federico Mayor Zaragoza se empenhou para tornar esse organismo das Nações Unidas uma instituição a serviço da paz, da tolerância, dos direitos humanos e da convivência pacífica. Seguindo as orientações de Mayor, a UNESCO criou o Programa Cultura de Paz, cujo trabalho se organizou em quatro vertentes principais: a educação para a paz, os direitos humanos e a democracia, a luta contra a exclusão e a pobreza, a defesa do pluralismo cultural e diálogo intercultural e a prevenção de conflitos e a consolidação da paz.

Alguns autores franceses dedicaram-se ao estudo sobre o problema da violência nas escolas, entre eles Debarbieux (2006) que a considerou como um desafio mundial, tendo exposto inúmeros relatos sobre furtos, assaltos, tráfico de drogas, assim como episódios de abuso moral e maus tratos físicos (entre colegas), todos eles acontecidos no âmbito das escolas, o que vem criando um sentimento generalizado de insegurança na comunidade.

O também francês Charlot (2001) que, entre outros temas, classifica a violência praticada por jovens em modalidades como a que constitui delinquência (vandalismo, furto, roubo, abuso sexual etc.); incivildades (que abrangem a falta de respeito pelo outro, o uso de palavras ofensivas, atos que são humilhação pública a terceiros etc.) e violência institucional (a exemplo da que se manifesta em estabelecimentos de ensino, como a não observância de regras de convivência no ambiente escolar e agressão a professores e colegas). É importante também lembrar a violência do *Bullying* nas escolas, de forma física e psicológica que aumenta a cada dia.

Na profunda análise de Sen (2007) o conflito e a violência são hoje sustentados pela ilusão de que os seres humanos se definem exclusivamente, ou sobretudo, a partir de uma única identidade. Este autor ainda salienta a necessidade de uma compreensão clara da liberdade humana e da eficácia de uma voz pública construtiva na sociedade civil global. Ele acredita que o mundo pode ser conduzido para a paz tão firmemente como, em tempos recentes, tem caído numa espiral de violência e guerra assim como, a paz no mundo contemporâneo dependam do reconhecimento da pluralidade das nossas aflições e do uso da reflexão, assumindo-nos enquanto vulgares habitantes de um vasto mundo e não como reclusos encarcerados em pequenos compartimentos.

Uma indagação nos parece pertinente: comportamentos violentos seriam uma predisposição que caracteriza determinados indivíduos, sem relação necessariamente com o ambiente e experiências pessoais? Quanto a saber se o inconsciente coletivo inclui conteúdos pessoais, Jung (1991) esclarece que só inclui conteúdos coletivos

 Ou aqueles que não pertencem apenas a um determinado indivíduo, mas a um grupo de indivíduos e, em geral, a uma nação inteira ou mesmo toda a humanidade. Esses conteúdos não foram adquiridos durante a vida do indivíduo; são produtos de formas inatas e dos instintos. Embora a criança não tenha ideias inatas, possui, contudo, um cérebro altamente desenvolvido, com possibilidades de funcionamento bem definidas. Este cérebro é herdado de seus antepassados. É a sedimentação da função psíquica de todos os seus ancestrais. A criança nasce, portanto, com um órgão que está pronto para funcionar pelo menos da mesma maneira como funcionou através da história da humanidade. É no cérebro que foram pré-formados os instintos e todas as imagens primordiais que sempre foram à base do pensamento humano, ou seja, portanto, toda a riqueza dos temas mitológicos. (JUNG, 1991, p.589).

Na teoria analítica de Jung (1991), como já visto, além do consciente e inconsciente pessoais, estudados por Freud, existiria uma zona ou faixa psíquica onde estariam as figuras, símbolos e conteúdos arquetípicos de caráter universal, frequentemente expressos em temas mitológicos. Compreendemos que enquanto o inconsciente pessoal consiste fundamentalmente de material reprimido e de complexos, o inconsciente coletivo é composto fundamentalmente de uma tendência para sensibilizar-se com certas imagens, ou melhor, símbolos que mobilizam sentimentos profundos de apelo universal, os arquétipos. Em certo nível energético sutil, toda a informação acumulada por aqueles que nos precederam pode ser universalmente representada no sistema de memória de cada célula de nosso corpo. O pensamento é de que considerando as redes psicossociais afetivas, cada indivíduo em princípio faz-se agente de transformação social, caracterizando o processo de corresponsabilidade. À luz da observação e pesquisa dos grupos com todas as suas

propriedades e com sua capacidade de sobrevivência, podem ser considerados prevalentemente três momentos: o individual, o social (grupal) e o ambiental.

A ótica é que este processo obedece a um curso evolutivo, no qual primeiramente se observa a troca na relação em função das necessidades orgânicas, tais como fome, sono, sede e outras. Em seguida, configuram-se as necessidades sociais, a fim de que se possa internalizar modelos, sentimentos de pertencimento, conceitos e valores. No nível sociodinâmico pode-se observar, ainda em nosso entendimento que esta classificação é apenas didática, uma vez que qualquer dos papéis desempenhados aparece em diversos momentos da vida conforme o padrão de interferência que se estabeleça do homem com o mundo. Naturalmente que a presença dos papéis que vivemos confere os aspectos observáveis do comportamento e constitui o código de linguagem comum a todos, ou seja, o que se espera culturalmente do desempenho de determinado papel. Ninguém é totalmente bom e ninguém é totalmente mau, já que muitas vezes um comportamento social pode gerar conflitos para alguns e gerar sensações agradáveis felicidade para outros.

Entretanto, é do conhecimento de todos que a violência que se verifica nas escolas, por exemplo, independe de local e/ou classe social. Pode-se argumentar que nas escolas de periferia das grandes cidades no Brasil a realidade do crime é mais contundente que nas escolas privadas de elevado nível dos melhores bairros, porém, como questiona Caldas (2002) esta realidade é devido a cultura da escola ou devido a existência de aparato de contenção (vigias, bedéis, aparelhos etc.). Além disso, a violência está presente nas escolas em toda parte, tanto nos países mais pobres quanto nos países ricos, segundo os noticiários recentes – chacinas frequentes de estudantes e professores têm preocupado muito o governo dos Estados Unidos. Daí algumas medidas têm sido implementadas, como a adoção de mais policiamento em estabelecimentos de ensino em geral instalação de câmaras de vídeo, assim como o uso de detectores de metal no ato de acesso a esses estabelecimentos; por outro lado, as escolas têm buscado estabelecer vínculos mais próximos com as famílias, promovendo, muitas vezes, programas culturais destinados a estimular a presença dos membros da comunidade local. Em alguns lugares dos EUA já é possível vislumbrar projetos dedicados à implantação de uma Cultura de Paz, por meio da educação para a paz.

De todo modo, percebe-se que ainda não é possível vislumbrar uma perfeita integração de políticas públicas relativas à violência observada nas escolas. Segundo Sposito (2001, p. 1) a realidade mostra “um considerável acúmulo de experiências que demandam estudos sistemáticos capazes de avaliar sua eficácia e proporcionar elementos para a formulação de

novas orientações”. É possível haver correlação entre a violência praticada por jovens e fatores como seu consumo de álcool e drogas, determinados tipos de lazer preferidos, problemas de autoestima, desestruturação familiar, agressões domésticas, abusos sexuais, entre outros. Milani (2004), médico hebeatra e pesquisador em Saúde Coletiva, reflete a esse respeito:

Na nossa sociedade a adolescência tem cada vez se transformado numa coisa muito complicada e complexa, principalmente porque está sendo manipulada por interesses econômicos. Quanto mais o adolescente se rebelar contra os pais, ou for “do contra”, não importa contra o quê, quanto mais os adolescentes forem subdivididos em tribos e galeras, e, finalmente, quanto mais precocemente se iniciarem esses fenômenos e mais tardiamente se encerrarem, melhor será para os interesses econômicos da indústria do consumo, da diversão, do lazer. É exatamente isso que está sendo promovido. Então, essa história de ‘pré-adolescente’ é uma invenção extremamente recente. Aconteceu na frente dos nossos olhos. Isso não existia há cinco anos atrás e, ‘de repente’ meninos e meninas de oito e nove anos de idade começaram a dizer ‘eu sou pré-adolescente’. Ora, isso não partiu de nenhum deles em específico, isso foi induzido pela propaganda, pela mídia e por outros mecanismos e estratégias. Mas com que objetivo? (MILANI, 2004, p.52).

No que se refere especificamente ao papel da escola, Milani (2004) indaga: A escola desenvolve um programa de prevenção ao abuso de drogas, ou adota uma postura de negação ou repressão? Ela promove a integração entre os educandos ou não percebe a si mesma como um espaço e agente de socialização? A escola oferece atividades de lazer supervisionadas por educadores? Os professores atuam conscientemente para fortalecer a autoestima de todos os estudantes ou limitam-se a elogiar apenas os “bem-comportados”? Os valores éticos são trabalhados em sala de aula ou a prioridade absoluta é a transmissão de conteúdos? Gestores e professores têm respeito pelos estudantes e genuíno interesse por seu desenvolvimento ou limitam-se a cumprir suas obrigações formais? Há efetiva participação de estudantes e de pais nos processos decisórios da escola? A escola trabalha em parceria com as lideranças e organizações da comunidade ou se mantém isolada? Os casos de estudantes com indícios de terem sofrido violência doméstica são denunciados ao Conselho Tutelar ou a escola se omite? A escola atua junto aos pais, buscando prevenir maus-tratos e negligência ou limita-se a criticá-los por não saberem educar seus filhos?

Um importante documento, o Manifesto de Sevilha (2001) declara que é cientificamente incorreto acreditar que a propensão para a violência é uma herança ancestral, ou de nossos antepassados animais, assim como não é correto afirmar que existe uma programação genética que torna o ser humano violento. Consoante com esta suposição, Röhrs (1996, p.24) salienta que “a educação para a manutenção e conformação da paz precisa

converter-se em componente importante dos programas educativos na vida cotidiana, na escola e na educação dos adultos.” Nessa perspectiva, Lenhart (1998) elege a educação para a paz como possuidora de caráter mundial, tão importante quanto a educação profissional, a educação cultural e a educação para os direitos humanos. Para White (1993, p.70) entretanto, a educação para a paz não pode ser considerada como um conjunto de “atividades periféricas para as quais devemos buscar incansavelmente uma justificação *ad hoc*, já que ela possui “um lugar central na formação dos cidadãos de uma comunidade democrática.”

Ao analisar possíveis efeitos de ações coordenadas mundialmente visando ao que interessa a todos os povos, Aron (1979, p.647) observa que “quem imagina que uma reforma educacional ou o aumento do orçamento da UNESCO assegurarão a paz, é demasiadamente ingênuo para ser levado a sério”. Neste sentido, mas frisando o que tende a ser meramente retórico, o educador e psicólogo francês Taille (2002, p.20) afirma que “o risco de uma educação para a paz é o de se reduzir a discursos bem-intencionados, com os quais todo mundo concorda, mas cuja inspiração ninguém segue.”

Outros autores apontam para o risco do ceticismo quanto à possibilidade de efetivo desenvolvimento de programas de educação para a paz, como Zdarzil (1978), Zavaleta (1999), Hermon (1997). O espanhol Jares (1999, p.6) adverte: “Ainda que pareça paradoxal, educar para a paz não é nem resulta algo harmonioso, isento de conflitos ou que incite unanimidade.” Outra advertência de Jares (1999) diz respeito aos objetivos da educação para a paz, indagando se são todos os mesmos ou comportam diferenciações.

Burns e Aspeslagh (1983, p.318) estimaram seis metas básicas que deveriam ser cumpridas: Negar a violência, negar atitudes antimilitaristas, rejeitar a violência nos meios de comunicação; diminuir o potencial de agressão; ensinar como é possível minimizar e resolver os episódios de violência; evitar preconceitos e estereótipos de modo a manter um clima de compreensão entre as pessoas; estimular a cooperação e a cidadania no mundo; e capacitar pessoas para construir estruturas benéficas à paz.

Na concepção de Guimarães (2002) a difusão e adoção de valores, comportamentos e atitudes como objetivos das comunidades pode favorecer a educação para a paz, como: criar padrões de não violência; buscar estabelecer relações com grupos e organizações que se dediquem à paz; buscar consensos favoráveis à paz; captar e capacitar pessoas para que trabalhem em prol da causa da paz; rejeitar preconceitos e estereótipos para que seja possível aceitar as diferenças; aceitar os conflitos como existentes e inevitáveis e aprender a resolvê-

los sem violência; minimizar a possibilidade de agressão; e abominar a violência em todas as suas manifestações e possibilidades.

Ainda segundo o que sugere Guimarães (2002) determinadas datas, como o Dia Internacional da Paz, 21 de setembro, assim como era feito em relação a eventos belicosos no passado, poderiam estimular a organização de um calendário pacifista. Guimarães também faz referência a nomes de militares e de batalhas dados a logradouros públicos das cidades, para propor o que afirma ser possível, como, por exemplo, a construção de monumentos alusivos à paz e/ou para celebrá-la.

Habermas (1997), filósofo alemão, destaca o imperativo do bom senso, ao afirmar: “Não temos escolha: se não queremos cair em guerras tribais agora de tipo atômico, temos que nos pôr de acordo sobre regras de uma convivência equitativa e justa.” (HABERMAS, 1997, p.109). Em nosso intuito, refletimos que não se trata apenas de denunciar constantemente o estado de violência no qual se acha mergulhada a sociedade, mas, sobretudo, o de esforçar-se coletivamente por criar meios e modos capazes de lidar com a violência nas cidades, nos bairros, nas escolas e na família. A marca da ação, em situações desse tipo, será sempre impressa na rede criada por grupos irmanados por um mesmo objetivo, organizados e determinados a alcançar o objetivo.

Arendt (1994, p.60) reforça essa premissa ao observar que “muito da presente glorificação da violência é causada pela severa frustração da faculdade da ação no mundo moderno”. Assim como May (1974, p. 23) ao alertar para o fato de que “a violência se nutre da impotência e da apatia”. Por sua vez, Sharp (1973, p.777) quando se refere a ações não violentas, enaltece o poder do empoderamento (*empowerment*), relacionando seus resultados: a superação do estado de submissão; o fortalecimento da coragem ao invés do medo; o crescimento da autoestima; o aumento do estado de satisfação, de entusiasmo e, por isso mesmo, de esperança; a diminuição dos índices de agressões e crimes; o fortalecimento dos grupos empenhados na ação; e o reconhecimento da cooperação como força mestra da dinâmica dos grupos.

Nossa perspicácia é que o empoderamento de pessoas parece ser um dos passos mais decisivos para uma educação para a paz. A maior parte dos autores faz menção ao trabalho a ser realizado em nível pessoal, de tal sorte que um efeito multiplicativo possa gerar a força suficiente para transformar as instâncias do poder público. Williamson-Fien (1993, p.176) sinaliza algumas forças de poder, consideradas como determinantes: encarar o conflito de modo a encontrar soluções para resolvê-lo; autoconhecimento para que as pessoas aprendam a

evitar os jogos de poder competitivos e não produtivos (de valor e resultados); criação de vários degraus ascensionais, ao longo dos quais as mudanças irão repercutir; processos de imaginação e de flexibilidade; criação de alternativas que farão emergir possibilidades de variados caminhos para se obter a solução de problemas; intuição que diminuirá a racionalidade excessiva; sentido de missão a toda ação encetada; destituição daqueles que não demonstraram dignidade ao exercer o que lhes foi confiado.

Guimarães (2002) cita diferentes significados do poder para um grupo italiano, *Pace e Dintorni*, e sugere outros: o poder da palavra que alimenta a comunicação e instaura a capacidade de persuadir; o poder do investimento que se revela em energia para agir, tempo disponível para doar, entusiasmo para transmitir ideias construtivas, fortalecer a confiança etc; o poder da afetividade que se revela em atos de cuidado e zelo, na atenção, na possibilidade de escuta do outro, na ajuda que pode ser prestada etc; o poder cognitivo que se caracteriza pela capacidade de estudar, compreender, analisar, interpretar etc; o poder da experiência que pode ser ensinado aos mais jovens; o poder dos recursos financeiros para realização de ações; e o poder de saber fazer, através do qual a teoria será transformada em ação.

Conclusivamente, percebemos que todos esses recursos, gestos, compromissos e capacidades estimulam as pessoas à criação de trabalhos grupais, baseados na cooperação. Daí, desse sentimento comum, o que viabiliza a realização de projetos locais, desenvolvidos por pessoas da comunidade, não contaminadas pela inércia dos poderes constituídos. A participação coletiva está no cerne do processo de empoderamento, porque propicia inclusão em processos decisivos, assim como na sua execução e nos seus resultados.

4.5 A FERRAMENTA⁵ CULTURA DE PAZ E POLÍTICAS PÚBLICAS

A visão deste trabalho é a de que a teorização e implementação de políticas públicas, com ética via poder público é o mesmo que enxergar uma luz no fim túnel para amenização ou talvez a solução para a complexa violência sobre qual temos discutido até agora, já que não existem políticas sobre esse tema no Brasil e na Bahia, existem apenas alguns estudos da paz em algumas Universidades ligados apenas aos direitos humanos, apenas uma fragmentação da cultura da paz. Portanto, buscamos alguns autores que corroboram com este pensamento.

De forma conclusiva, partilhamos a visão de Frischeisen (2000), que coloca como a responsabilidade principal, o Estado e como força solucionadora, políticas públicas. Ela questiona para que serve o Estado e quais suas funções, enfatizando para a importância da

⁵ Como instrumental para efetivação das políticas públicas.

positivação dos direitos sociais, culturais e econômicos da humanidade e a proteção desses direitos. Para ela, cabe ao Ministério Público a defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, a defesa do cidadão, assegurados na Constituição Federal, visando a promoção do bem Frischeisen (2000), - estar e da justiça social, da dignidade da pessoa humana e da cidadania, mediante políticas públicas visando a ordem social. A referida autora declara ainda que:

Assim, a Constituição, desde o século XIX, passa a ser entendida como o instrumento fundamental de organização do Estado de Direito, garantia dos direitos individuais dos cidadãos e limite à vontade do próprio legislador. O direito, que sempre se faz permear pelos movimentos sociais de cada período histórico, não ficou imune à Revolução Industrial do século XIX e, assim, as Constituições passaram a incorporar não só os direitos e as garantias individuais, mas também os direitos sociais. O próximo passo foi a exigência de que tais direitos fossem de fato garantidos, por ações estatais, seja de intervenção direta, seja de controle e fiscalização, para que o direito à igualdade de oportunidades fosse realmente exercido. (FRISCHEISEN, 2000, p. 23).

Ela, portanto, ressalta os direitos sociais e complementa que as constituições aprofundavam esse princípio de igualdade, transformando o Estado de Direito em Estado Social de Direito, mediante a participação e soberania popular, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e pluralismo político, através de uma sociedade livre, justa e solidária, onde surja para o cidadão o direito a prestações positivas do Estado, que se verifica através das políticas públicas constitucionais.

Ela ainda menciona que na passagem do século XIX para o século XX, os movimentos sociais propugnavam uma ação direta do poder público para garantir os direitos sociais, como educação, entre todos os cidadãos e que o Estado Democrático de Direito, é caracterizado, justamente, por afirmar, garantir e pretender promover direitos iguais para todos sem discriminação de qualquer espécie.

Assim como na ótica de Boisier (1998) e Oliveira (2006), afirma que as políticas públicas são também de responsabilidade dos dirigentes estaduais, pois: "a organização para o desenvolvimento regional, tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais." (BOISIER, 1998, p. 29). Oliveira (2006) acrescenta que não podemos cair no participativismo populista e demagógico que vemos em algumas políticas públicas.

Em nossa ótica, esta aí a responsabilidade de todos que operam o direito, enquanto intérpretes constitucionais para tentar incluir as parcelas marginalizadas da população brasileira, para que o Direito faça sentido para todos e não para poucos, a fim de que a

Constituição cumpra seu papel de reserva de Justiça e instrumento da promoção da igualdade, fazendo valer o artigo 12 da Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão de 1789.

O Programa de Haia pela Paz e pela Justiça para o Século XXI, documento aprovado em maio de 1999, por 72 membros participantes do Apelo de Haia pela Paz e pela Justiça, evento ao qual compareceram organizações e representantes de muitos países: o fracasso dos métodos tradicionais em relação à prevenção de conflitos e à manutenção da paz no mundo; a segurança relativa às necessidades humanas (alimentação, água, abrigo, trabalho) e ecológicas, como forma de preservação da ordem planetária; formas flexíveis de poder, com ênfase na negociação, no diálogo, nas parcerias como forma de deter o poderio de certos grupos dominantes, como governos autoritários, forças armadas e conglomerados econômicos; respeito aos direitos humanos, sejam eles de natureza econômica, social ou cultural, políticos e civis; respeito ao Direito Internacional, sobretudo à Corte Internacional de Justiça e criação de novas entidades de caráter internacional; propostas de iniciativas que visem à manutenção da paz, com a inclusão de jovens e adultos de todas as faixas etárias, organizações e grupos comunitários; denúncias continuadas dos efeitos danosos da globalização que provoca efeitos destrutivos (destruição do meio ambiente, pobreza, miséria, fome, conflitos armados); revitalização dos organismos nacionais e internacionais que se dedicam a promover a paz no mundo, como a Organização das Nações Unidas, que, muitas vezes, sofrem com a escassez de recursos de todo tipo; intervenções rápidas em locais onde os conflitos tomam dimensão aterrorizadora, promovendo genocídio, expulsão de populações dos seus locais de moradia, ou mesmo por efeito de catástrofes e desastres naturais; e promoção do desarmamento e canalização de recursos para iniciativas que visem à paz.

Nessa mesma ocasião, algumas medidas foram propostas: Campanha Mundial de Educação para a Paz a ser implementada em todas as instituições de ensino, com inclusão dos cursos superiores de Medicina e Direito; Campanha Global pela Ratificação do Tribunal Penal Internacional, a ser criado como tribunal permanente como forma de punição a perpetradores de ações de genocídio, assim como autores de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade; Campanha Internacional pelo Banimento das Minas Terrestres, com o objetivo de eliminar esses artefatos plantados em vários territórios, assim como oferecer assistência médica reparadora às suas vítimas; Eliminação das Armas Nucleares, como foi determinado pela Corte Internacional de Justiça, com apoio de inúmeros organismos internacionais; Plano de Ação Mundial para Prevenir a Guerra, que prevê ações globais no sentido de evitar conflitos, manter a paz, promover o desarmamento e promover os direitos

humanos, por meio de uma educação para a paz; e Programas para impedir que crianças com idade inferior a dezoito anos sejam usadas nas forças armadas, não só por governos como por grupos de oposição.

Em decorrência, metas bem específicas foram recomendadas para viabilizar o desenvolvimento da Cultura de Paz: Educação para a paz, para os direitos humanos e para a democracia, a ser implementada em todos os níveis do sistema educacional, com apoio dos Ministérios de Educação, locais para capacitação de professores e produção de material adequado; desenvolvimento de uma campanha de cunho internacional tendo em vista promover o respeito aos direitos trabalhistas, reforma do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de outras instituições financeiras internacionais, a fim de mitigar os efeitos prejudiciais da globalização; apoio do mundo corporativo à adoção dessas metas, no sentido de promover o respeito às normas internacionais; criação de um Conselho de Segurança Ambiental com vistas a monitorar os efeitos danosos ao meio ambiente planetário; cancelamento das dívidas de países pobres; Reconhecimento dos direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito ao desenvolvimento, os direitos das crianças e os direitos das mulheres; fortalecimento do direito ambiental internacional, campanhas de conscientização do consumismo desenfreado em países ricos, com exemplos de privação do consumo de bens essenciais em países pobres e campanhas de combate ao desperdício de recursos hídricos, que se tornam cada vez mais escassos.

Ainda na sequência: medidas de proteção às populações indígenas; promoção do desenvolvimento sustentável em todo o planeta; campanhas de conscientização do manejo de materiais tóxicos, sobretudo pelos países mais industrializados; promover o respeito às diferenças, sejam elas de natureza racial, étnica, religiosa, de gênero ou outras; elaboração de legislação pertinente aos crimes causados por discriminação e/ou homofobia; incentivo à participação feminina em fóruns de discussão, decisão e formulação de políticas; ênfase ao respeito aos direitos das crianças, eliminação do trabalho infantil e garantia da assistência e proteção, sobretudo, na ocorrência de conflitos; fortalecimento de governos democráticos em nível global; fortalecimento de instituições locais promotoras da paz; reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo que sua composição possa ser mais representativa dos países do globo, assim como para que suas decisões sejam transparentes; campanhas educativas visando à diminuição de programas e sites com conteúdos de violência nas mídias eletrônicas e digitais; programas de reinserção de jovens marginalizados, sobretudo aqueles

que se deixaram envolver pela violência; participação de grupos religiosos neste esforço global pela paz; campanhas que estimulem a convivência saudável entre as diversas religiões existentes no planeta.

Do ponto de vista do Direito Internacional e dos Direitos Humanos, o Apelo de Haia propôs: promoção de uma campanha mundial para criar um Tribunal Penal Internacional; incentivo à criação de vínculos entre o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos; apoio às decisões dos Tribunais Penais Internacionais; adoção de jurisdição global para crimes globais; fortalecimento da Corte Internacional de Justiça como um sistema de justiça mais amplo; proteção e assistência às vítimas de conflitos armados; adoção de meios e modos efetivamente capazes de coibir e evitar a violência contra as mulheres, em todos os âmbitos; desencorajamento da utilização de crianças soldados; proteção aos que defendem os direitos humanos e a todos que denunciam violações desses direitos, em face do número acentuado de mortes daqueles que se dedicam ao trabalho humanitário; fortalecimento das organizações de base comunitária, propiciando capacitação para que possam identificar violações dos direitos, de modo a coibi-los e responsabilizar os culpados; Capacitação de cidadãos para que participem de ações, programas e projetos voltados para a promoção do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos; reflexão sobre os sucessos e fracassos das Comissões da Verdade e das Anistias Políticas, como aconteceu na África do Sul, onde vigorou, entre 1948 e 1994, o regime do *apartheid*; e estabelecimento de um sistema mundial do instituto do *habeas corpus*.

Do ponto de vista da prevenção, solução e transformação dos conflitos violentos, o Apelo de Haia sugere: envolver a sociedade civil local no processo de promoção da paz, por ser a instância de ações coletivas voluntárias que melhor conhece os interesses, propósitos e valores de seus cidadãos; fortalecer sempre a Organização das Nações Unidas (ONU) pela capacidade que dispõe de agir mundialmente através das ações das forças de paz; providenciar a consecução e organização de recursos emergenciais no atendimento a populações vitimadas por guerras ou desastres naturais, assim como para programas de prevenção de conflitos; capacitar pessoas de diferentes faixas etárias como promotores da paz em técnicas de negociação e resolução de conflitos; equilibrar o uso de sanções econômicas que penalizam toda a população de um país.

Sequencialmente: fortalecer os mecanismos de intervenção humanitária em zonas de conflito; Incentivar a participação de mulheres em programas de manutenção da paz, assim como capacitar jovens para atuar como voluntários em organizações humanitárias como a

Cruz Vermelha Internacional, Médicos sem Fronteiras e outras; apoiar cidadãos sem representação para que possam iniciar negociações com seus governos em busca de solução de conflitos internos; aproximar organizações existentes na sociedade civil, assim como criar redes para que interajam; fortalecer a atuação de organismos regionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e outros a fim de assumir a sua parte na propagação dos programas voltados para a paz; incentivar a diplomacia por diversos meios, incluindo governos, organizações da sociedade civil, entidades religiosas, mídias, corporações etc., em esforços sinérgicos favoráveis à paz; incentivar as diferentes mídias de forma intensiva para possibilitar a reconciliação de opostos; e avaliar constantemente os efeitos de políticas econômicas sobre os conflitos existentes ou por vir.

Do ponto de vista do desarmamento e da segurança, ainda há outras propostas: Conceber um Plano de Ação Mundial para evitar guerras; empenhar-se para a redução de orçamentos militares, redistribuindo os recursos para programas que objetivem a segurança das pessoas e a educação para a paz; incentivar negociações em torno de um Tratado Internacional para eliminação de armas nucleares no planeta; limitar o uso de armas pequenas pela população; apoiar o Tratado de Banimento de Minas Terrestres de 1997, com pressão sobre os países para que destruam os seus estoques; mobilizar todos os esforços para impedir o desenvolvimento de novas armas, assim como novas tecnologias militares; incentivar os países a participar da Convenção sobre Armas Biológicas e da Convenção sobre Armas Químicas, como forma de abolir todos os artefatos de destruição em massa, o que deve também envolver os cientistas do mundo; e responsabilizar os países que destroem o meio ambiente e colocam em perigo a saúde de populações quando testam armas nucleares, assim como incentivar a recuperação de locais onde esses testes já foram realizados ou aconteceram acidentes nucleares.

Cabe, agora, referir as situações de sucesso e de progresso nos movimentos que se destinaram a promover a paz mundial. Como salienta a estudiosa francesa Denis (2000, p.263) “a Cultura de Paz se apresenta como uma construção a longo prazo, na qual cada um pode participar levando em consideração as estratégias peculiares de cada sociedade ou de cada grupo humano”, ainda que parcimoniosamente, a análise é a de que num mundo de tanta violência, seja possível, em alguns locais, encontrar iniciativas animadoras. Indo a origem de nossa pesquisa, no Brasil, pode-se mencionar a constituição da Rede Internacional UNIPAZ, uma organização sem fins lucrativos, criada em Brasília, em 1987, com a finalidade de disseminar uma Cultura de Paz. A convite de José Aparecido de Oliveira, então governador

do Distrito Federal, Weil, psicólogo francês radicado no Brasil, aceitou a missão de estruturar uma Fundação Cidade da Paz, em propriedade cedida pelo governo. Com a ajuda internacional dos franceses Monique Thoenig, fundadora da Universidade Holística em Paris, e de Jean-Yves Leloup, diretor do *Centre International de la Sainte Baume*, Weil conseguiu formar um grupo de colaboradores brasileiros, entre os quais o psicoterapeuta Roberto Crema, para elaborar os fundamentos de uma Universidade Holística Internacional, inaugurada em 14 de abril de 1987. Em poucos meses a Universidade possuía o arcabouço completo de uma Formação Holística de Base, curso desenvolvido em vários módulos, destinado a formar agentes da paz e que foi ministrado progressivamente em diversas cidades do país. A UNIPAZ veio, assim, consubstanciar as metas definidas na Declaração de Veneza da UNESCO, em 1986, concernentes à construção coletiva de uma Cultura de Paz. Com esse propósito, a UNIPAZ pode ser vista como um processo que não cessou após a morte de Weil, visto que se dissemina por várias cidades brasileiras, bem-estruturado e fortalecido por uma rede de relações.

Na reflexão de Boulding (2000, p.28) a Cultura de Paz pode ser vista como “uma cultura escondida, guardada viva nas rachaduras de uma sociedade violenta.” Boulding (2000, p.57) ressalta que o pacifismo não é novo, já que pode ser encontrado em diversos movimentos religiosos, porém apenas no início do século XIX tomou-se uma iniciativa para a sua estruturação. De volta ao nosso percurso histórico, em Londres, em 1840, foi realizado o 1º Congresso Internacional da Paz, seguido por diversos outros encontros, conferências e publicações, o que ensejou a construção de importantes conceitos e propostas, como campanhas para a abolição de armas, para a primazia dos direitos humanos e das liberdades individuais, assim como um movimento em prol da arbitragem internacional. Apesar da Primeira Guerra Mundial, que ceifou a vida de milhares de europeus, o pacifismo não recrudescer sua influência – em 1914, ano do início do conflito, pacifistas de doze países criaram a Comunidade Internacional de Reconciliação (*International Fellowship of Reconciliation*); em 1915, as mulheres de soldados que participavam da guerra foram as iniciadoras da Liga Mundial das Mulheres para a Paz (*Women's International League for Peace*). Tida como extremamente violenta, a Primeira Guerra constituiu, entretanto, os alicerces para um segundo conflito, que se desenrolou de 1939 a 1945, com envolvimento dos países da Europa, do Japão, que se aliou à Alemanha e à Itália, tendo contado com a participação decisiva dos Estados Unidos e da Rússia. O saldo trágico da Segunda Guerra fez nascer inúmeros movimentos pacifistas ou movimento para a paz após 1945, sobretudo

quando a ameaça nuclear criou um novo terror na mente das pessoas. Não se tratou de um movimento unificado, apesar da criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, para substituir a Liga das Nações; por meio de pregações religiosas, demonstrações de rua, marchas, publicações e outros, os civis demonstravam o seu repúdio à situação de extrema violência que afligiu um número considerável de nações. Paulatinamente, algumas entidades vão surgindo, como a Associação de Pesquisa da Paz da Ásia (*Asia Peace Research Association*) e a Associação Africana de Pesquisa da Paz (*African Peace Research Association*), criadas em 1980. Boulding (2000, p.74) menciona a existência de 22 organizações voltadas para a paz, envolvendo uma gama diversificada de profissionais. Algumas iniciativas são de cunho internacional, como a Confederação Internacional para o Desarmamento e a Paz (1963), o Conselho Mundial da Paz (*World Peace Council*), de 1949. A Conferência do Apelo de Haia, mencionada anteriormente, foi realizada em maio de 1999, tendo reunido mais de dez mil pacifistas pertencentes a cerca de seiscentas organizações, tendo dela resultado o Programa do Século XXI para a Paz e a Justiça.

Ainda historicizando, algumas regiões atingidas por conflitos violentos propiciaram a criação de movimentos específicos, como o Movimento de Crianças para a Paz (Colômbia), o Grupo Pós-Pessimista dos Estudantes de Pristina (Kosovo), o Grupo Peace-Links (Serra Leoa), o Movimento A Paz é Jovem (Equador e Peru), a Rede em Busca da Paz (Brasil) e outros. Da mesma forma, entre as religiões, o movimento pacifista vem ganhando força, como, por exemplo, os esforços encetados pelo Dalai Lama, após a invasão do Tibete pela China, em 1950, o que motivou a sua fuga para a Índia, em 1959. A palavra de paz do Dalai tem ecoado em diversos países que abrem espaços para ouvi-lo, como o Brasil, que já o recebeu duas vezes. Nos Estados Unidos, a cruzada do líder batista Martin Luther King em prol da igualdade de direitos para a população negra teve repercussão internacional, sobretudo após o seu assassinato em abril de 1968. O bispo anglicano Desmond Tutu, ganhador do prêmio Nobel da Paz em 1984, tornou-se o grande defensor da igualdade na África do Sul, país dividido pela crueldade do regime do *apartheid*. A Igreja Católica teve na figura do papa João Paulo II um fervoroso defensor da paz e de sua propagação nas diversas viagens realizadas. No âmbito coletivo, podem ser citados o Parlamento Mundial das Religiões, o Conselho Interreligioso Internacional pela Paz, a Conferência Mundial de Religião e Paz, a Iniciativa de Unidade das Religiões etc. Desde 1966, na Holanda, o Conselho Interconfessional pela Paz reúne as igrejas Católica e a Protestante em atividades de paz,

enquanto que, na Itália, cabe ao Centro Interconfessional pela Paz a concretização de ações pacifistas.

No que concerne ao tema desarmamento, a história nos revela que é possível se observar a movimentação de inúmeros grupos de ação. Talvez um dos mais reconhecidos tenha sido a criação do Comitê para uma Política Nuclear Adequada (*Comitee for a Sane Nuclear Policy*), em 1957, nos Estados Unidos, seguido da Campanha Inglesa pelo Desarmamento Nuclear (*British Campaign for Nuclear Disarmament*), em 1958, na Inglaterra, o que ensejou que o movimento ganhasse força nas décadas de 1970 e 80, culminando na Campanha para Impedir os Armamentos Nucleares, em 1980. Como os países permanecem armados, o movimento conhecido como Abolição 2000, propôs, no início deste século, a proibição de fabricar e estocar armas nucleares, assim como a de usar artefatos nucleares em testes. Nos anos 1990, inúmeras entidades se voltaram para o problema das minas terrestres, cerca de 110 milhões, colocadas em diversos terrenos onde os conflitos se desenrolavam e que mostraram ao mundo o horror de centenas de pessoas mutiladas, sobretudo crianças. O Tratado de Ottawa, de 1997, proibiu a produção, utilização, comércio e estocagem de minas terrestres. Ainda nos anos 1990 foi criada uma Rede de Ação Internacional sobre Armas Pequenas, tendo em vista o aumento assustador de homicídios provocados por armas de fogo. No Brasil, o grupo Sou da Paz, composto de alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e integrantes da ONG carioca Viva Rio, desenvolveu uma campanha a favor do desarmamento.

Do ponto de vista internacional, tem sido muito significativa a ação do Greenpeace, uma organização não governamental de meio ambiente com sede em Amsterdam, nos Países Baixos, e escritórios espalhados em mais de 40 países, na tentativa de controle da poluição ambiental e sobretudo do uso de armas químicas e biológicas. Da mesma forma, foi elaborado o Protocolo de Genebra e a Convenção sobre Armas Biológicas (1972). A Anistia Internacional intervém, vez por outra, para denunciar a indústria de armamentos e os excessivos gastos militares. Países de tendência pacifista, como a Costa Rica e a Islândia, decidiram abolir os respectivos exércitos, embora o exemplo mais desastroso tenha vindo do Tibete, onde uma população de tradição guerreira adotou as crenças pacifistas do budismo e desarmou-se, para sofrer, em 1950, a humilhante ocupação de seu país por tropas da China comunista, fortemente armadas. Com a anexação de seu território aquele país vizinho. Entre 1987 e 1989, tropas comunistas reprimiram com violência qualquer manifestação contrária à sua presença. Há denúncias de violação dos direitos humanos pelos chineses, resultantes de

uma política de genocídio cultural. Canadá e Noruega vêm diminuindo os gastos com armamento, transferindo-os para programa de segurança e desenvolvimento sustentável.

Cumpramos também referirmos outras iniciativas, como a adotada por estudantes americanos da Santa Barbara *City College*, na Califórnia, que promoveram eventos para alertar contra o perigo nuclear (GUIMARÃES, 2002, p.11). Estudantes da Nova Zelândia criaram o Bando da Paz, que realiza eventos sobre os temas propostos pelo Apelo da Paz de Haia. As escolas de *Bloomington*, nos Estados Unidos, propuseram a construção de espaços especiais em sua área, em igrejas, parques e escritórios, onde as pessoas criam o compromisso de proteger o meio ambiente, incentivar a troca intercultural, desenvolver a paz em si mesmas e em suas relações, a criar programas de ajuda aos mais necessitados, a trabalhar por um mundo mais pacífico. Outras escolas, também nos EUA, constroem Murais da Paz, incentivando os estudantes a preenchê-lo com notícias relevantes, informações, temas específicos e outros.

Entretanto, as pesquisadoras Reardon e Cabezudo (2002, p. 66) advertem: “[...] os estudantes deverão compreender que uma Cultura de Paz nunca poderá ser realizada em um mundo poderosamente armado e que o armamentismo mais ameaça que protege a paz”. Entendemos que ambas, porém, criaram uma metodologia completa a ser utilizada em sala de aula por professores capacitados para desenvolver atividades em favor da educação para a paz.

É consenso, entre os que se dedicam a essa educação, que o círculo de pessoas deve estar incluído na metodologia, sobretudo quando se trata de uma roda de conversa, a qual sempre deve ser iniciada por uma etapa de sensibilização, geralmente realizada mediante o emprego de uma técnica dinâmica de grupo; segue-se o debate sobre um tema específico, quando todos são convidados a participar com suas impressões e opiniões. O estudo de textos também pode ser contemplado, seguido sempre de uma discussão aberta, com exposição de ideias e síntese final. Com isso, alguns movimentos adquiriram um cunho específico, muitos deles liderados por jovens – em que é explícita e clara a objeção a mecanismos de cooptação para a atividade militar. Eis alguns exemplos: igrejas que declaradamente possuem caráter pacifista, como a Quacker, a Menonita e a Igreja da Irmandade; o grupo dos Resistentes Internacionais à Guerra (*War International Resisters*) oferece vigoroso apoio aos antimilitaristas; a Argentina extinguiu o serviço militar obrigatório; nos EUA, tem crescido o número de contribuintes que se negam a pagar a parcela dos impostos canalizada para gastos militares; a Campanha Internacional para o Banimento de Minas Terrestres (com cerca de 150

países signatários), surgida nos anos 1990, conseguiu congregiar mais de mil organizações não governamentais, tendo conseguido resultados exitosos a partir de 1999;

Do ponto de vista de esforços desenvolvidos para a prevenção e resolução de conflitos, cabe mencionar: criação de centros de resolução de conflitos em universidades americanas e europeias, como na Universidade de Michigan, EUA; trabalhos de pesquisa, como os desenvolvidos pelo economista inglês, radicado nos EUA, Kenneth Boulding (1910-1993) e o psicólogo e matemático americano, nascido na Rússia, Anatol Rapoport (1911-2007).

Guimarães (2002) sublinha a importância do “contato permanente com esses grupos”, o que significa incentivar a educação para a paz com duas possibilidades: “a de enriquecimento, como educação para e no conflito e, também, como educação para a compreensão internacional”. No nosso conhecimento muitas organizações não governamentais dedicam-se à educação para a paz, oferecem cursos e *workshops*, a exemplo da Universidade Holística Internacional de Brasília, já citada, que possui ramificações em diversos Estados brasileiros. Digno de nota é o fato que o livro mais conhecido de Pierre Weil, *A arte de viver em paz*, recebeu o Prêmio UNESCO (2000), na qualidade de melhor metodologia de Educação para a Paz. No que se refere à capacitação de voluntários para atuar em programas e projetos, surgiram as “oficinas da paz”; no Brasil, algumas organizações não governamentais trabalham com essa metodologia, como a Rede em Busca da Paz, Yázigi Internexus, Universidade de Santa Cruz do Sul e Educadores para a Paz. Essas oficinas geralmente seguem um roteiro que engloba: acolhida e sensibilização; conhecimento do problema ou tema; debate sobre o problema ou tema de modo a aprofundar o conhecimento; síntese das discussões; exercícios e práticas; avaliação do que foi compartilhado; e confraternização final, que pode incluir música, dinâmica de grupo etc.

É importante observarmos que nem sempre a estrutura escolar permite a inserção de programas de educação para a paz, sobretudo devido a questões curriculares. É possível que, em muitas ocasiões, seja apenas realizado um evento, o que se revela insuficiente, em face da grandeza do programa que pode ser desenvolvido, uma vez que práticas e vivências constituem uma parte significativa da metodologia para a paz. Por isso, o espanhol Xesús Jares (1999, p.192) refere-se aos jogos cooperativos em suas diversas modalidades: jogos de apresentação, que têm por objetivo facilitar o contato inicial das pessoas que formam o grupo; jogos de conhecimento, previstos para aumentar o autoconhecimento e fortalecer a comunicação; jogos de afirmação, que ensinam a aceitação dos outros e de suas diferenças; jogos de confiança, que visam a fortalecer a confiança entre os participantes, criar uma

situação de apoio e facilitar a abertura do diálogo; jogos de comunicação, que enfatizam as atitudes e a percepção; jogos de cooperação, que estimulam a participação efetiva de todos os integrantes do grupo.

O parâmetro é que além dos jogos, é possível utilizar exercícios de simulação de uma situação real que deverá ser resolvida, de estudos de caso, de leitura de textos, exercícios relativos à resolução não-violenta de conflitos etc. Neste sentido, a educação para a paz ou a educação para a convivência, como querem alguns, possui a característica de empoderar o indivíduo, assim como estimular a dinâmica grupal, ao mesmo tempo em que estimula a manutenção de uma comunidade na qual o diálogo é soberano.

Hicks (1993, p.31) já referido anteriormente, propõe um currículo de educação para a paz que deverá conter: reflexão crítica, no sentido de que a análise crítica deve ser desenvolvida na mente dos alunos; cooperação, que deve imperar no grupo em todos os instantes, a fim de que a competição seja desestimulada; compreensão por parte dos alunos sobre as diferenças entre pessoas, grupos, culturas e nações; assertividade, que também deve ser desenvolvida nos alunos, de tal forma que a comunicação possa ser emitida com clareza; solução de conflitos – os alunos deverão analisar alguns exemplos, buscando para eles diversas soluções possíveis; e alfabetização política, para que sejam capazes de entender características de suas comunidades, assim como questões mais amplas, nacionais e internacionais.

Da mesma forma, Hicks (1993) enumera atitudes que deverão ser desenvolvidas no grupo: Autoestima – para que os alunos reconheçam o próprio valor assim como valorizem o seu legado social, cultural e familiar; respeito pelos outros; preocupação com questões relativas ao meio ambiente; mente aberta e pronta para discutir assuntos considerados relevantes; visão – relativamente à possibilidade de construção de um mundo melhor e mais justo; e compromisso com a justiça e respeito aos princípios democráticos.

Do ponto de vista dos conhecimentos, deverão ser incluídos: tópicos relativos a conflitos contemporâneos, desde os que acontecem no âmbito doméstico até os que são de natureza internacional; conceitos de paz, à luz do conhecimento histórico de iniciativas já implementadas em território nacional e no mundo; violência, guerra e militarismo em suas diversas formas, causas, consequências, possibilidades de superação; desarmamento – o que pressupõe conhecer os diversos tipos de armas (convencionais, químicas, biológicas, nucleares etc.), assim como as iniciativas capazes de promover o desarmamento; Justiça e Direitos Humanos, especialmente a Declaração Universal de Direitos Humanos; poder –

como é exercido na contemporaneidade e suas diversas formas; gênero – as diversas formas existentes de discriminação relativa a gênero, sobretudo quando se trata dos maus tratos infligidos a mulheres; raça – idem em relação à discriminação relativa à raça; meio ambiente – considerações sobre ecologia, agressões sofridas por diversos ecossistemas no planeta e seus efeitos letais sobre os seres vivos; futuro – projeções que poderão ser feitas relativamente a um futuro mais saudável e promissor para os seres vivos em geral e quais as condições de possibilidade desse futuro.

Em uma reflexão conclusiva, a educação para a paz deve ser inserida no currículo na forma de uma disciplina nas escolas, ou, se não for possível, que seja adotada como um tema transversal presente em todas as disciplinas. Na verdade, esta é a questão crucial das políticas públicas de educação para a paz, que se pretende seja assumida de forma global. Contudo, não basta teorizar sobre políticas públicas, é essencial primeiro a busca da ética, a qual tem sido uma nulidade na maioria dos setores, para a partir daí, tentar a implementação de políticas públicas via o Poder público.

A seguir trataremos do método para examinar o Programa Gente que Faz a Paz. Este programa funcionou por 7 (sete) anos em vários territórios brasileiros como campo de aplicação da Cultura de Paz ao nível da realidade.

5 A CIÊNCIA DAS ESSÊNCIAS E A ESSÊNCIA DO GENTE QUE FAZ A PAZ

A investigação tem como opção metodológica a fenomenologia, ou seja, o fenômeno que foi vivenciado. Dentre outros determinantes, esta opção metodológica ocorreu pelo fato da proponente e da população alvo da pesquisa neste trabalho ter tido a experiência da vivência no programa objeto da pesquisa que possui características de produção de mudança comportamental e cultural.

5.1 O MÉTODO FENOMENOLÓGICO

Os teóricos adotados como referência para o emprego deste método são Husserl (1989), que criou este método pensando em apresentar um método que possibilitasse à Filosofia tornar-se uma ciência rigorosa, assim como Heidegger (1967) que associa a hermenêutica da existência fática do homem, como o delineamento do projeto filosófico fundamental heideggeriano. Portanto, o rigor desta pesquisa, na colheita dos depoimentos dos seres humanos, o homem em si, também corroboram com a concepção destes dois teóricos e a opção metodológica já mencionada nesta pesquisa.

Ao pesquisar os métodos de investigação científica a fim de embasar os resultados do Programa Gente que Faz a Paz, torna-se necessário e fundamental proceder a uma retrospectiva do processo de encontro com a paz nos níveis pessoal, social e ambiental. Aqui, em face da natureza e da proposta deste trabalho, mostra-se relevante sublinhar a experiência da autora desta pesquisa, que, nos últimos trinta anos, dedicou-se a vivenciar, compreender e incorporar as questões ligadas à violência, bem como as transformações pelas quais passou em sua relação com este problema complexo e de múltiplas dimensões. Dito de outro modo, como, à luz da visão holística, tornou-se Ativista da Paz.

Trata-se de relatar as mudanças ocorridas na vida de pessoas que participam do Programa Gente que Faz a Paz, através de seus depoimentos, o que foi possível com a utilização do Método Fenomenológico. A pesquisa pretende fornecer uma exploração detalhada dessas experiências, bem como um exame preciso do modo como os participantes as percebem. O significado particular que as experiências, os estados, os eventos e os objetos têm para os participantes deverão ser o fundamento para a proposição do emprego do Programa Gente que faz a paz como ferramenta de apoio para tornar eficaz e eficiente as Políticas Públicas que tem por finalidade a segurança pública.

Com efeito, compreendemos que o foco interpretativo da metodologia implica que o pesquisador adote uma posição de sondagem em relação aos mundos significantes oferecidos

pelos participantes. Esse foco dual requer a entrevista semiestruturada para que o estudo seja conduzido pelos participantes no sentido mais pleno, embora sob o controle do pesquisador; e para que o pesquisador seja enfático, mas, quando necessário, crítico. As duas coisas são necessárias para produzir explicações conceituais e teóricas significativas e úteis ao fenômeno investigado.

Ao nosso ver nesta estratégia de apresentação dos resultados possíveis está contida a narrativa da análise, com as descrições e interpretações do pesquisador, entremeada de excertos literais das transcrições, e o que possibilita a “discussão” dessa análise à luz da literatura existente. É essencial, pois, nessa análise a noção de pessoas como “seres autointerpretantes” (TAYLOR, 2000), termo usado para inferir que os indivíduos estão ativamente engajados em interpretar os eventos, os objetos e as pessoas em suas vidas. Essa atividade interpretativa concerne à “construção do sentido”, visto que focaliza o particular e não o universal (SMITH; HARRE; VAN LANGENHOVE, 1995).

A Fenomenologia, enquanto ciência das essências (*eidōs*, em grego), é um método criado pelo filósofo, matemático e lógico Husserl (1859-1938), alemão de origem judaica, professor da Universidade de Göttingen e da Universidade de Freiburg, Alemanha.

Compreender o projeto fenomenológico de Husserl (1989) implica em compreender como ele apresenta a estrutura da consciência enquanto intencionalidade, conceito que, oriundo da filosofia medieval, significa: dirigir-se para, visar alguma coisa. Se, portanto, a consciência é intencionalidade, “toda consciência é consciência de alguma coisa”. Logo, não existe consciência pura. Mas, à luz da fenomenologia, cumpre esclarecer, que a consciência não é uma substância (alma), mas uma atividade constituída por atos – isto é, percepção, imaginação, especulação, volição, paixão etc., com os quais visa algo. A esses atos Husserl (1989), chama *noesis* e o que é visado por tais atos são os *noemas*. Daí, dessa distinção rigorosa, a crítica de Husserl ao psicologismo, que consiste em confundir *noesis* e *noema*, os atos pelos quais a consciência visa certo objeto de certa maneira e o conteúdo ou o significado desses objetos visados.

Pensar filosoficamente, pois, na visão de Husserl (1989) consiste em conceber a noção de ciência como conexão objetiva e ideal de *noesis* e *noemas*. Esse pressuposto, entendemos que implica a noção de unidade, pois é na medida em que existe uma unidade entre o ato de conhecer e seu correlato (aquilo que é conhecido), que se pode falar de ciência.

Por que Husserl (1989) chama a Fenomenologia de ciência das essências ou significações (*noemas*)? Porque se trata de objetos visados de uma certa maneira pelos atos

intencionais da consciência. Por exemplo: um cubo pode ser visado pela percepção e, enquanto essência perceptiva, é diferente do cubo quando visado pela noção geométrica de volume. Mas, por outro lado, esse mesmo cubo pode ser visado por um ato de imaginação, o que permite, assim, encontrar-se uma terceira essência, distinta das anteriores. Ora, a interpretação é a de que o que faz o método fenomenológico é procurar descrever a estrutura peculiar de cada um desses atos e de um de seus correlatos ou significações: percepção-percebido, imaginação-imaginado, recordação-recordado etc. Cada um desses pares constitui certa *região* do ser, isto é, certo modo de um ente ser visado pela consciência.

De acordo com um dos livros seminais de Husserl (2005), *Investigações lógicas*, que contém a Sexta investigação (cujo subtítulo é Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento), o fundamento das considerações precedentes. Husserl (2005) parte de um exemplo bem simples para mostrar por que o pensamento, ao conferir significação, é fundado na intuição e se relaciona, por meio dela, a seu objeto:

[...] falo do meu tinteiro e ao mesmo tempo o próprio tinteiro está na minha frente, eu o vejo. O nome nomeia o objeto da percepção e o faz por meio de um ato significativo, estampado, em forma e espécie, na forma do nome. A relação entre o nome e o nomeado, nesse estado de unidade, dá mostras de um caráter descritivo, ao qual já demos atenção: o nome *meu tinteiro* como que “se aplica” ao objeto percebido, pertence a ele, por assim dizer, de maneira palpável. Mas esse pertencer é de uma espécie peculiar. Com efeito, as palavras não pertencem à conexão objetiva, neste caso, àquela conexão de coisa física, que elas exprimem, elas não têm lugar algum nesta conexão, elas não são visadas como algo que estivesse nas coisas, ou dentro das coisas que elas nomeiam. [...] na percepção o tinteiro está diante de nós. (HUSSERL, 2005, p.24).

Em profunda interpretação análise do exemplo do tinteiro, do ponto de vista Fenomenológico, permite compreender que não são a palavra e o objeto (tinteiro) os que entram em relação, e sim as descritas vivências de ato em que eles aparecem, sem que nelas sejam coisa alguma. Surge então um problema. Como pode se dar esse fenômeno (do grego *phainomenon*, aquilo que aparece, no sentido de que se mostra a si mesmo)? Que é que unifica os atos? Eis a resposta clara de Husserl (2005):

Enquanto nomeia, essa relação é mediatizada não somente pelos atos do significar, mas também pelos atos do conhecer, que aqui, aliás, são atos de classificação. O objeto percebido vem a ser conhecido como tinteiro e, na medida em que a expressão significativa é unificada de uma maneira particularmente íntima com o ato classificatório, e na medida em que esse ato é por sua vez unificado, enquanto conhecer do objeto percebido, com o ato da percepção, a expressão aparece como que aplicada à coisa, como se fora sua vestimenta. (HUSSERL, 2005, p.24).

Husserl (2005) dá outro exemplo mais simples, o do nome vermelho:

Ao nomear como vermelho o objeto que aparece, este nome pertence ao objeto, em virtude do *momento-vermelho* que aparece nesse último. E qualquer objeto que traga em si um momento da mesma espécie legitima a mesma denominação, esse mesmo nome pertence a cada um deles e lhes pertence em virtude do sentido idêntico. [...] A mera circunstância de estarem juntas duas aparições, de estarem exteriormente uma-com-a-outra ou uma-depois-da-outra, não cria entre elas nenhuma relação interna, e certamente nenhuma relação intencional. E, contudo, tal relação existe, obviamente, como uma relação absolutamente peculiar, do ponto de vista fenomenológico. A palavra nomeia o *vermelho* como *vermelho*. O *vermelho* que aparece é o que é visado pelo nome é, mais precisamente, visado como *vermelho*. Nesse modo do visar nomeante, o nome aparece como algo que pertence ao nomeado, eles aparecem como uma coisa só. (HUSSERL, 2005, p.26, grifo nosso).

O que o método fenomenológico permite compreender, em nossa ótica é, por um lado, a consciência do sujeito através dos relatos de suas experiências internas, e, por outro, como vivência em sua consciência – por empatia – o fenômeno relatado pelo outro. Essa empatia, de acordo com Martins e Bicudo (1989, p.97), “é uma essência que não se dá primordialmente àquele que percebe, mas é um ato intencional – empatia é uma penetração mútua de percepções”.

Além do livro já citado, Husserl publicou outros em que sistematiza seu pensamento: *A ideia da fenomenologia* (1907), *A filosofia como ciência rigorosa* (1910), *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica* (1913) e *Meditações cartesianas* (1931).

São termos-chave de sua filosofia: Intencionalidade – operação ativa de significação ou ato de atribuir um sentido; coloca-se no âmbito da expressão, constitui uma vivência; Intuição – ato imanente da consciência que conduz à evidência; Essência – unidade subjetiva de sentido; Redução (ou *epoché*) – suspensão do juízo ou “colocar o mundo entre parênteses”, para que a investigação se ocupe apenas com as operações realizadas pela consciência, sem que se pergunte se as coisas visadas por ela existem ou não realmente. A redução fenomenológica suspende a “tese natural do mundo” (do grego *thésis*: posição, aceitação). A “atitude natural” é a atitude cotidiana de “tese do mundo”, ou seja: acredita-se espontaneamente que as coisas exteriores existem tais como são vistas; portanto, natural e espontaneamente, “põe-se” o mundo. Mas, quando se descobre que cada indivíduo pode ter uma “posição” (tese) diferente da dos outros, a “tese do mundo” torna-se confusa e problemática. A fenomenologia coloca a “tese natural” entre parênteses para indagar, primeiro, como a consciência funciona e como se estrutura, para, no final, justificar essa “tese natural” enquanto atitude irrefletida, ingênua e que precisa ser fundamentada filosoficamente,

já que é o modo de viver cotidiano; Ego transcendental – o próprio sujeito, enquanto distinto do conjunto de suas operações e susceptível de colocar entre parênteses a própria consciência psicológica. O acesso a esta “subjetividade transcendental” é comandado pela redução (*epoché*).

A consciência, no sentido fenomenológico, entendemos que é um ser bipolar; ela “é sempre consciência de alguma coisa”; em consequência, o objeto é apreendido em sua relação com a consciência, e, neste sentido, ele supera a si mesmo. Posto que a característica essencial da consciência é a intencionalidade, o objeto pode ser considerado como escopo dessa mesma intencionalidade e, assim, transcende a si mesmo, porque, sendo um conteúdo da intencionalidade, ele transcende sua própria existência real, enquanto existência empírica imediata. Pode-se, então, a partir dessa abordagem, compreender a consciência e a complexidade fenomenológica dos vividos intencionais.

Vem bem a propósito dessas considerações referir a lúcida observação de Merleau-Ponty (1980), filósofo francês de orientação fenomenológica:

A ciência manipula as coisas e renuncia a habitá-las. Fabrica para si modelos internos delas e, operando sobre esses índices ou variáveis as transformações permitidas por sua definição, só de longe em longe se defronta com o mundo atual. [...] Quando um modelo foi bem-sucedido numa ordem de problemas, ela o experimenta em toda parte. (MERLEAU-PONTY, 1980, p. 85).

Através de uma análise percebemos que, para a fenomenologia, o conhecimento nunca pode ser dicotômico, fruto da separação sujeito-objeto, considerados como realidades heterogêneas, distintas e açambarcadoras, que tendem a reduzir o seu oposto a uma aparência ilusória. Daí a noção proposta por Merleau-Ponty (1980) de uma consciência perceptiva solidária com o corpo próprio ou o vivido, maneira pela qual nos instalamos no mundo, ganhando e doando significações. Nessa medida, a compreensão e de que se o mundo que se pode conhecer é o mundo vivido pelo sujeito, um *logos* do mundo, um campo de significações sensíveis constituintes do corpo e do mundo. É esses *logos* que torna possível a intersubjetividade como Inter corporeidade, e que, através da manifestação corporal na linguagem, permite o surgimento do *logos* cultural, isto é, do mundo humano da cultura e da história.

5.2 O FENÔMENO VIVIDO

O foco do presente estudo é a avaliação do Programa Gente que Faz a Paz, à luz do método fenomenológico, isto é, com a utilização da Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI). Consistiu a avaliação, num primeiro momento, no registro de treze depoimentos dos

participantes do Programa Gente que Faz a Paz na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo a fim de mostrar o nível de resultado imediato e de impacto na vida desses sujeitos como agentes da paz. Num segundo momento, procedeu-se à avaliação da efetividade dos resultados levantados após experiência de cinco anos com sujeitos do programa. Cumpre esclarecer que os depoimentos em apreço foram elaborados a partir de perguntas geradoras relacionadas com o fenômeno vivido como Cultura de Paz, ao longo desse período. Trata-se então de saber como essa cultura foi vivenciada pelos participantes, quais de seus aspectos foram por eles mais assimilados, com a aquisição de novas atitudes e comportamentos diante de situações do cotidiano, tanto de modo permanente quanto em um ou mais momentos críticos.

Figura 5 - Ciência das Essências



Fonte: Elaboração da autora desta tese (2015).

A Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI), ao privilegiar uma abordagem indutiva aberta à coleta de dados, visa a descrições significativas do fenômeno investigado. As questões pertinentes aos depoimentos são, pois, as que dizem respeito à identidade de cada participante e à percepção do sentido social de sua experiência; elas podem ser específicas e bem definidas (“Como uma pessoa decide vivenciar a Cultura de Paz?”) ou ter um alcance mais amplo (“De que modo o fato de educar uma criança na proposta da Cultura de Paz influi na diminuição da violência na sociedade?”).

A elaboração de sentido pelos participantes gera, por sua vez, questões que podem resultar em reflexão sobre o que é existencialmente problemático em determinados momentos da vida de uma pessoa, ou questões que envolvem longa reflexão por toda a sua vida. O que dá significação à abordagem da AFI e às questões aqui pesquisadas é a exploração meticulosa da experiência vivida do participante.

5.2.1 Amostra

Geralmente a Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI) tem amostras pequenas Schutz (1979). A principal preocupação é reconhecer a relevância ou singularidade de cada relato de participante (caso). Por isso, no presente estudo, escolhas cuidadosas foram feitas tanto para os depoimentos de impacto como para os depoimentos de efetividade da experiência com a Cultura de Paz.

A Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI) será objeto de estudo em dois momentos:

1º Momento: Resultado de impacto – Análise de treze depoimentos dos educadores da paz que multiplicam agentes da paz, levantados um ano após a experiência vivida no Programa Gente que Faz a Paz, com uma única questão: Qual o impacto que este Programa teve em sua vida?

2º Momento: Resultado de efetividade – Análise de seis depoimentos levantados após cinco anos com sujeitos do programa. Utilizou-se questionário semiestruturado, com duas questões geradoras dos depoimentos: Como você utilizou o conhecimento adquirido no Programa Gente que Faz a Paz durante este tempo em sua vida pessoal e profissional, mostrando resultados vivenciados? O que você sugere para que este conhecimento possa ser melhor aprendido e multiplicado?

Diante do exposto, percebemos, portanto que o método fenomenológico se encaixa perfeitamente nesta investigação empírica, devido a pesquisadora desta tese, ter tido uma forte experiência vivida há 30 anos, tempo suficiente para não somente teorizar como demonstrar os dados empíricos, comprovando-os.

5.3 A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

5.3.1 Programa Gente Que Faz a Paz – uma experiência vivida na Rede da Cultura de Paz

Apresentaremos uma sinopse do Programa Gente que Faz a Paz. Trata-se de considerar seus objetivos principais e os resultados alcançados na perspectiva do que pode efetivamente significar sua inclusão em processos de políticas públicas que foquem a segurança pública.

O programa Gente que faz a Paz reúne, pela primeira vez, seis ONGs numa rede de tecnologia social dedicada, exclusivamente, à multiplicação da Cultura de Paz. A Unesco, Viva Rio, Unipaz, Associação Palas Athena, Afroreggae e União das Religiões Integradas

(URI), os quais uniram a experiência de suas melhores práticas num único projeto que aposta na vocação humana para a convivência e a solidariedade. Os principais fundamentos do Gente Que Faz a Paz são seis “Ds”: Democracia, Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Desarmamento, Diálogos e Diversidade.

A atual situação do país e do mundo pede uma mobilização efetiva para o resgate de valores, atitudes e comportamentos, muitas vezes esquecidos ou deixados de lado. A Unesco, Viva Rio, Palas Athenas, Unipaz, Afroreggae e URI trabalham com a função de difundir a Cultura da Paz, sendo referência nas áreas de educação, ações pacificadoras, mobilização social e promoção da cidadania. Por isso, o Gente que Faz a Paz tem como princípio considerar a paz nos aspectos individuais, sociais e ambientais e, como estratégia, capacitar professores, advogados, artistas, religiosos, líderes comunitários e voluntários - inicialmente, nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Brasília - como Agentes da Paz para multiplicar a Cultura de Paz em suas comunidades.

Para a capacitação dos agentes, o programa produziu um Kit Multimídia (2000 kits numa primeira tiragem) que reúne as experiências acumuladas pelas instituições parceiras do programa. O Kit é composto pelo vídeo por uma Cultura de Paz, um cd de música, o livro “A Arte de Viver em Paz” de Pierre Weil, a cartilha “Paz, como se faz?” e “Valores que não têm preço”, o informativo “Brasil Sem Armas”, o manual sobre “Resolução de conflitos”, livreto Cultura de Paz – princípios, exemplos e instrumentos; um guia de utilização do Kit e um cartaz que procura sintetizar os diversos aspectos de uma Cultura de Paz em construção.

A primeira turma teve início no dia 29 de agosto de 2000 no Rio de Janeiro. São 80 líderes comunitários e educadores, que atuam em projetos sociais, cuidadosamente selecionados. Em Brasília, a capacitação iniciou dia 23 de setembro de 2000. O curso teve duração de um mês e 52 horas de carga-horária divididas em dois dias da semana. Em outubro, Gente Que Faz a Paz foi implementado em São Paulo.

A Rede dos Agentes da Paz é alimentada por encontros mensais e pela internet, visando o apoio mútuo e a troca de experiências pessoais. Esta “Rede da Paz” foi constituída por um conjunto de ações coletivas mútuas sustentadas pela responsabilidade de cada participante. Dessa maneira, o programa tem contribuindo para a construção de uma sociedade pacífica onde as ações éticas inclusivas dão frutos. A prática constante da paz, do diálogo e da resolução coletiva de problemas desenvolve o espírito comunitário e solidário do cidadão e, a este, cabe a missão de propagar a semente que permita o desenvolvimento conjunto e equilibrado do individual, social e ambiental.

A participação do cidadão na construção da Cultura da Paz tem sido promovida nos últimos anos por vários setores da sociedade brasileira. Entretanto, ainda é difícil responder ao desafio de engajar pessoas interessadas em construir a paz usando uma metodologia integrada visto que cada instituição concentra-se em sua própria agenda e ações. O programa Gente que faz a Paz se fundamenta em parcerias e alianças estratégicas de instituições que tem trabalhado juntas a longo prazo para unir forças em uma campanha de capacitação transdisciplinar e efetiva pela propagação da Cultura e Educação para Paz que façam a diferença nos focos Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Democracia, Diálogos, Desarmamento e Diversidade.

Em 2003, representantes da UNESCO, UNIPAZ, Viva Rio, Palas Athena, URI e Afro Reggae se uniram em Seminário, fóruns, reuniões para discutir o projeto de um programa de integração pela promoção da Cultura de Paz no Brasil que interferisse em Políticas Públicas. As instituições parceiras desenvolveram uma linha conceitual para a coletânea de experiências selecionadas para compor o Kit da Paz e definiram o que cada um poderia acrescentar de melhor de sua própria experiência. Assim, ficou definida a articulação de conteúdos e linguagens empregados em diferentes mídias para comunicar eficientemente e aprofundar a experiência pedagógica visando à conscientização e participação comunitária.

O programa Gente que faz a Paz tem como principal objetivo oferecer um amplo repertório de reflexões e experiências sobre Cultura de Paz – melhores práticas em Educação para Paz já testadas ao longo dos anos nas instituições parceiras - a serem postas em prática em comunidades de baixa renda e em projetos já existentes através do Kit da Paz e das decorrentes capacitações. O material que o compõe é fruto da construção de indivíduos e instituições que apostam na vocação humana para a convivência e a solidariedade, práticas essas baseadas em direitos e responsabilidades que visem o bem comum. Baseado nos princípios básicos da Cultura de Paz, com foco na construção de uma sociedade pacífica: Desenvolvimento Sustentável, Democracia, Direitos Humanos, Desarmamento, Diálogo e Diversidade.

A busca pela criação de novos caminhos de participação na solução de conflitos e de descaso público contribui para maior autonomia da população na transformação de sua realidade e redução da violência.

Esta proposta pioneira já alcançou o objetivo de unir algumas das principais instituições envolvidas na disseminação da Cultura de Paz no Brasil para a concepção e realização do Kit da Paz, material multimídia composto pelo Vídeo para uma Cultura de Paz,

o CD de Músicas para uma Cultura de Paz, pelo livro "A Arte de Viver em Paz", a cartilha "Paz, como se faz?" e "Valores que não têm preço", o informativo "Brasil sem Armas", o manual sobre "Resolução de conflitos", um cartaz que procura sintetizar os diversos aspectos de uma Cultura de Paz em construção e o guia de utilização do Kit da Paz.

Nas capacitações o público alvo é formado por educadores que trabalham em projetos sociais e líderes comunitários e jovens, todos juntos, interagindo e trocando suas experiências no intuito de formar verdadeiros multiplicadores do conhecimento passado na capacitação.

Os principais objetivos práticos deste programa são:

- a) Construção de uma Rede de Educação e Cultura de Paz, conectando instituições e projetos dessa área e pessoas interessadas em se tornar um Agente da Paz.
- b) Produção do Kit da Paz, que congrega algumas das melhores práticas e metodologias em Educação para Paz em um kit multimídia que contém livros, cartilhas, manuais, cds, vídeo e site. Esses kits são distribuídos para os Agentes da Paz.
- c) Capacitação em 60 horas de Agentes da Paz. Público alvo: professores, lideranças comunitárias, religiosos, gestores de projetos, estudantes, voluntários, policiais, jovens líderes, participantes dos programas das instituições parceiras. No primeiro ano o programa foi aplicado nos grandes centros - São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Brasília-em decorrência de seus elevados índices de violência, se estendendo posteriormente para todo o Brasil.
- d) Acompanhamento do processo e avaliação dos resultados (Avaliação Processual, de Resultados e de Impacto), como forma de constante aperfeiçoamento e divulgação como referência para outros projetos nacionais e/ou internacionais.
- e) Desenvolvimento de uma tecnologia social em parceria, conectadas em rede com possibilidades também de estabelecer parceria mundial, contribuindo para a construção de um mundo melhor e mais pacífico.

A junção de melhores práticas, recursos e profissionais dedicados à construção de uma Cultura da Paz em uma iniciativa transdisciplinar para interferir em Políticas Públicas torna este programa relevante e estratégico.

Dentre os principais resultados alcançados está a inovadora parceria bem sucedida entre diferentes instituições, apresentando um intercâmbio de reflexões e materiais antes nunca alcançado. O trabalho em rede desenvolvido propiciou a formulação do programa Gente que faz a Paz e a criação conjunta do Kit da Paz em uma nova concepção de metodologia de trabalho e gestão. O Kit da Paz congrega materiais diversos que podem ser

utilizados de muitas maneiras em diferentes grupos e contextos, o que possibilita capacitações extremamente variadas a partir desse material e adaptadas à realidade de cada grupo, comunidade ou projeto.

No dia 1º de outubro de 2000 a primeira turma do Rio de Janeiro se formou, e esses novos Agentes da Paz passaram a aplicar imediatamente as metodologias adquiridas no curso em suas comunidades e projetos sociais nos quais trabalham, promovendo eventos, organizando grupos de atuação e incentivando os mais jovens a se inscreverem na próxima turma do Gente que faz a Paz.

O desenho estrutural do projeto visa garantir a sua sustentabilidade através da formação de uma rede de multiplicadores que deverão atuar nas comunidades utilizando-se do material disponibilizado no Kit, garantindo assim sua continuidade.

A sustentabilidade do programa gente que faz a Paz, ocorre também com captação de recursos junto a investidores da Paz segundo setor (iniciativa privada) e através de contratos e convênios com o primeiro setor (governo).

O conteúdo do Kit Paz é muito diversificado exatamente para contemplar diferentes roteiros possíveis com uma grande variedade de público. Todos os materiais - vídeo, cd, livros, cartilhas, manuais e informativos - apresentam, além de uma base teórica, muitas atividades direcionadas para diferentes contextos sócio-culturais. O Kit contém muitos materiais que podem ser copiados e reutilizados em novas capacitações e multiplicação de agentes da paz, que é o objetivo maior do programa, além estar todo disponível no site: www.gentequefazapaz.org.br.

O programa tem estado em expansão, assim como chegando às pessoas que poderão realmente multiplicá-lo e transformá-lo em uma grande rede da Paz, contribuindo para a construção de um mundo melhor.

Os Agentes são sempre acompanhados pela equipe do Gente que faz a Paz e constantemente auxiliados por reciclagens nas metodologias.

Numa perspectiva política, o desenvolvimento de uma Cultura de Paz passa necessariamente por um processo de mudança de posturas e percepções individuais e coletivas, e como procedimento positivo para este alcance inclui-se uma legislação apropriada ao tratamento deste tema. No Congresso Nacional, por iniciativa de deputados federais de diversos partidos, tramita Projeto de Lei que cria um Conselho Nacional pela Cultura de Paz. E também a criação da Defensoria da Paz.

O Kit Gente que faz a Paz reúne práticas, reflexões, metodologias e exercícios. Contém 01 Manual de Resolução de Conflitos, 01 vídeo, 01 CD de áudio, 01 cartilha A Paz como se Faz e 4 Livros: A Arte de Viver em Paz, Comunicação Não-Violenta, A Paz Como Caminho, Terapia Comunitária e Não Violência na Educação, Informativo Brasil Sem Armas, Guia da Caixa para uma Vida Melhor, revista Thot – Palas Athena e o Guia do Kit da Paz.

Um foco importante do treinamento é preparar o indivíduo para identificar os tipos de situações e contextos que normalmente surgem no dia-a-dia e, então, definir qual método ou atividade do Kit da Paz é a mais adequada para sua resolução.

Todo o conteúdo do kit visa disponibilizar o histórico de intervenções sociais, culturais e ambientais bem sucedidas, além de demonstrar resultados práticos obtidos a partir do trabalho desenvolvido pelas instituições ao longo de anos de trabalho no campo social, cultural e ambiental.

O Programa disponibiliza o kit e é capaz desempenhar um papel de referência para várias instituições, em diversos locais no Brasil, que desejem desenvolver iniciativas no mesmo sentido.

A carga horária de capacitação do Programa é de 60 horas. A capacitação foi realizada no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Rondônia, Minas Gerais e Brasília, pelas equipes das Instituições Parceiras, que transmitiram diretamente sua experiência e inspiração, e por professores experientes em Educação para a Paz.

O Kit Paz também funciona como método de ensino à distância, uma vez que é auto-explicativo e conta com o suporte do site do programa: www.gentequefazapaz.org.br

O site é uma vitrine do programa, com o objetivo de universalizar o conhecimento sobre a construção da paz e promover a articulação da Rede de Pacificadores. No site o visitante pode (I) conhecer as entidades envolvidas e uma introdução ao conteúdo do kit; (II) participar de listas de grupos (e-groups); (III) obter suporte online dos instrutores; (IV) consultar calendários de eventos, reuniões, referências bibliográficas e links.

Quadro 4 - Metodologia da capacitação dos Agentes da Paz

Metodologia	Parceiro educador	Material do kit
A ARTE DE VIVER EM PAZ	UNIPAZ – 10 H	Livro A ARTE DE VIVER EM PAZ
A PAZ COMO SE FAZ?	PALAS ATHENAS – 10 H	Cartilha A PAZ COMO SE FAZ Revistas TOTH Livro A NÃO-VIOLÊNCIA NA EDUCAÇÃO
COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA	CNVBRASIL – 10 H	Livro A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	VIVA RIO – 10 H	Cartilha RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
A ARTE DE CUIDAR	UNIPAZ – 10 H	Livro A ARTE DE CUIDAR
PLANO DE AÇÃO	COORDENAÇÃO – 10 H	KIT COMPLETO
ACOMPANHAMENTO, SUPERVISÃO E MONITORAMENTO	UNIPAZ – 50 H	

Fonte: Elaboração própria da autora desta tese (2000).

Os módulos de sensibilização e capacitação de agentes da paz seguem um roteiro orientado para apurar a compreensão desse novo papel social, despertando outro olhar sobre a vida e os capacitando a enfrentar os conflitos diários consigo mesmos, com os vizinhos e parentes, e com a própria sobrevivência.

5.3.2 A Arte de Viver em Paz

- Parceiro realizador: UNIPAZ – Universidade Internacional da Paz

O material bibliográfico utilizado é a obra A Arte de Viver em Paz, do educador e psicólogo francês Weil (1990). E, como parceiro realizador, a UNIPAZ. Os módulos em seu desenvolvimento constituem um seminário com o objetivo de sensibilizar adultos em geral que desejem encontrar de modo vivencial a paz consigo mesmos (na dimensão do corpo, das emoções e da mente), com os outros (nas relações sociais da economia, da política e da cultura) e com a natureza (nos planos da matéria, da vida e da informação). Compreende ainda uma introdução vivencial geral e uma aplicação da teoria fundamental da filosofia da UNIPAZ. O conteúdo do seminário veio a ser objeto do referido livro de Weil (1990), publicado pela UNESCO e traduzido em seis línguas.

5.3.3 Construindo Valores, Ética e Dinâmicas de Convivência

- Parceiro Realizador: Associação Palas Athena

Conteúdo: Integra reflexão, conexão si mesmo/outro e ação. Propicia um ambiente "capacitante" do desenvolvimento de atores sociais que possam se tornar multiplicadores

em seus ambientes de trabalho e de convivência. Atividades encaminhadas por meio de estratégias para a aprendizagem: diálogo, estímulos à sensibilidade, ao encantamento, à capacidade de conexão, de cooperação, criando a possibilidade de ampliar o olhar de si mesmo, da relação com os outros e da realidade percebida.

Contém material audiovisual com proposição de exercícios corporais, relacionais, expressivos e reflexivos nas temáticas: a) A vida e seus três e meio bilhões de anos de experiência, construída por meio das relações. b) Ética e valores universais. A ética e sua vocação para refletir sobre os modos e costumes que modelam comunidades e culturas. O que são valores? Das culturas de dominação às culturas de parceria – contribuições de Riane Eisler e Humberto Maturana; c) Diálogo e novas dinâmicas de convivência. Martin Buber e David Bohm, os pensadores da relação Eu/Tu e da qualificação da escuta. d) Cultura de Paz – a UNESCO e os documentos de referência. Os aportes da ciência e estratégias de desconstrução da cultura da violência como um destino irrecusável. Educar para a paz – o conflito e sua função pedagógica para consolidar relações democráticas, plurais, confiáveis e solidárias. e) Estudos continuados sobre a paz e a multiculturalidade. A lógica da exclusão e dos preconceitos. A coexistência pacífica – responsabilidade individual, grupal, social e política. f) Estratégias de transformação social não violenta. Experiências emblemáticas do século XX: Mahatma Gandhi e Martin Luther King.

5.3.4 Comunicação Não Violenta

- Parceiro Realizador: CNV Brasil

A Comunicação Não Violenta é um processo conhecido e uma metodologia que tem sido muito utilizada em mediação de conflitos por sua capacidade de inspirar ação compassiva e solidária. Ensinada há 35 anos por uma rede mundial de mediadores e facilitadores e criada pelo psicólogo americano Rosenberg (2006), tem por objetivos integrar habilidades de linguagem e de comunicação que servem de apoio à resolução pacífica de conflitos e estimular a criação de estruturas sociais capazes de servir equitativamente a todos os seus membros. O parceiro realizador mostra não só como se conectar com as próprias necessidades, mas também como ouvir o que está por trás daquilo que os outros falam, independentemente da maneira como se expressem. O foco de atenção está nas necessidades humanas.

Nosso pensamento, é o de que, se as pessoas souberem falar uma linguagem de vida – uma linguagem de necessidades, em vez de julgamentos – e ouvirem com empatia as necessidades dos outros, poderão encontrar soluções pacíficas para as suas diferenças.

5.3.5 Resolução de Conflitos

- Parceiro. Realizador: Associação Viva Rio

A mediação e o gerenciamento de conflitos são atividades estritamente voluntárias, relativamente informais e caracterizadas pelo encontro e pela inclusão. A voluntariedade é absoluta, visto que os membros da comunidade alvo, protagonistas desse modelo alternativo de justiça (autor e vítima), livremente optam por agir assim, democraticamente, para a resolução de conflitos. A informalidade também é sua característica, distanciando-se do formalismo vigente no processo penal. O encontro é requisito indispensável para o desenvolvimento da mediação e conciliação, pois o princípio relacional, intrínseco a esse modelo alternativo, é a energia para se alcançar democraticamente uma solução. Na justiça tradicional, o Estado impõe a vontade da lei e o distanciamento dos envolvidos na relação litigiosa é latente, cabendo-lhes, apenas, um papel de meros coadjuvantes.

Em todos os sistemas de resolução de conflitos, a empatia e o diálogo são muito enfatizados porque podem suscitar atitudes de compaixão e solidariedade. O reconhecimento da dimensão da alteridade (existência do outro) tem, pois, importância altamente relevante porque aponta para o cultivo do sentimento de respeito. Na observação de pessoas portadoras de conflitos, verifica-se que, geralmente elas têm pouca ou nenhuma empatia. Em consequência, a possibilidade de diálogo é desqualificada, o que só alimenta mais impasses e conflitos.

5.3.6 Terapia Comunitária

- Parceiro Realizador: Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal - MISMEC-DF

A terapia comunitária nasceu na década de 1990, em Fortaleza, criada pelo médico e professor cearense Adalberto de Paula Barreto, que conviveu longos anos com a população mais pobre e desassistida de Canindé, cidade conhecida por suas romarias e profunda religiosidade. Trata-se de uma terapia em que dialogam a sabedoria popular e conhecimentos científicos, como, entre outros, da teoria da comunicação, antropologia cultural, pedagogia de Paulo Freire e psicanálise. Terapia comunitária se define como um instrumento de trabalho capaz de construir redes sociais de promoção da saúde.

A terapia comunitária constitui-se numa roda de partilha de experiências e sabedoria, na qual o acolhimento e o respeito ao outro é fundamental. Nesses processos todos são corresponsáveis na busca de soluções para sofrimentos e problemas do cotidiano. Todos os

comentários são relevantes e incluídos no grupo. As rodas de terapia comunitária podem acontecer em associações de bairro, escolas, postos de saúde, empresas etc.

5.3.7 Cuidando do Cuidador

- Parceiro realizador: UNIPAZ

Trata-se de experiência em que os participantes aprofundam a reflexão sobre a necessidade de cuidar de si mesmos como condição fundamental para cuidar do outro.

5.3.8 Plano de Trabalho

- Parceiro realizador: Universidade Internacional da Paz – UNIPAZ

Desde o primeiro módulo, os participantes começam a construir o seu Plano de Trabalho, que deve ter como base a aplicação dos conhecimentos adquiridos e vivenciados no Programa Gente que Faz a Paz.

Desde 2005, foram capacitadas 33 turmas, com cerca de 5 mil pessoas e distribuídos 10 mil kits da paz, nas cidades do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, Belo Horizonte, Porto Velho, Brasília, São Paulo, Recife, Salvador, Madre de Deus e ilhas do Recôncavo baiano.

5.4 ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS

A avaliação foi realizada de forma congruente com a abordagem holístico-pedagógica do programa, já que ao final de cada seminário os participantes precisavam consolidar e incluir o conhecimento adquirido num projeto pessoal que se iniciou desde o primeiro seminário e foi apresentado para todos no último seminário.

A capacitação presencial foi complementada com atividades de monitoramento e acompanhamento da atuação inicial dos agentes da paz – lideranças comunitárias, agentes de saúde, professores, policiais, guardas municipais, agentes penitenciários, agentes sociais, profissionais em diversos saberes, donas de casa, etc.

O acompanhamento foi realizado pela equipe multidisciplinar que utiliza metodologias combinadas que integram a arte de cuidar (nos sentidos auto e hetero). Também foram utilizados os ciclos de diálogos e de cooperação e, nas comunidades que vivenciam conflitos cotidianos de todo tipo, ciclos de atitudes e terapia comunitária.

5.4.1 Primeira Etapa dos Depoimentos

5.4.1.1 Depoimento – Agente da Paz 1

- **Perfil da depoente:** Mulher, acima de 45 anos, psicóloga, moradora do Rio de Janeiro, trabalha na Fundação Xuxa Meneguel, onde coordena o Projeto para Erradicação de Castigo em Crianças. A instituição ajudou a elaborar um projeto de lei contra castigo em crianças com ajuda dos professores, educadores, famílias e líderes da comunidade.

Depoimento: *A violência na infância acontece de várias formas e o castigo físico é humilhante e quase natural no processo de educação da criança. É um comportamento aprendido e pode ser modificado – violência repete violência. A criança fica lesada no convívio com a violência [...].*

Na Fundação foi realizada uma pesquisa com as famílias sobre os efeitos psicológicos na criança causados pela cultura da violência [...].

Com os resultados da pesquisa, veio a ideia para uma ação imediata, com a implantação da Cultura de Paz, trabalhando os educadores para entenderem as consequências de um castigo físico humilhante – um trabalho em rede para todos os professores da região. Levar a Cultura de Paz para comunidades que atuam na cultura de guerra, com foco nas crianças para tornarem-se futuros adultos pacíficos.

Análise do depoimento: Na fala da depoente pode-se ter clareza de como a Cultura de Guerra vem sendo construída desde a infância, independentemente de classe social, perpetuando-se através de castigos físicos e morais humilhantes que as crianças recebem, e que todos passam a encarar como uma atitude normal dos pais. A importância do depoimento consiste em mostrar como a criança fica limitada em seu entendimento de fazer diferente, pois as pessoas que ela mais ama a tratam com violência.

A nova Agente da Paz pretende trabalhar com os educadores em geral e as metodologias aprendidas apoiarão os conteúdos desenvolvidos pela instituição em que trabalha. Ela começa a ter atitudes voltadas para a Cultura de Paz, e com uma instituição forte apoiando, trabalhando para o desenvolvimento de uma rede que possa ter uma ação mais enfática na contribuição da disseminação do amor e do carinho.

5.4.1.2 Depoimento – Agente da Paz 2

- Perfil da depoente: Mulher, acima de 40 anos, trabalha com a construção de valores e recursos humanos, possui curso superior completo.

Depoimento: *Atuei dando palestras sobre Cultura de Paz no Clube de Cidadania. Leio livros sobre o assunto, recebi as ferramentas e metodologias nas capacitações e um amigo da Cândido Mendes, que dirigia o Clube de Cidadania, ao tomar conhecimento do Programa Gente que Faz a Paz, pediu para que eu fizesse intervenções como agente da paz com foco em valores humanos. Essa capacitação no Clube de Cidadania me foi muito apropriada.*

[...] Ela vem formando multiplicadores em Cultura de Paz – semeando paz na comunidade. Quando conversei com uma criança de 8 anos, ela me perguntou o que eu não esperava: “Como posso viver em paz com inimigos?”.

Senti que caiu a ficha. Então me dei conta de eu ser um agente da paz, com metodologias, ferramentas, mediação de conflitos, para fazer um diálogo pacífico. É tudo mágico. Vivenciei em quinze minutos tudo o que é estar em paz e sentir a paz no outro, quando ouvi essa criança contar sua experiência [...].

Dois amigos brigaram por causa de uma menina. E aí um diálogo aconteceu com aplicação da “mediação de conflitos”. Houve então mudança de consciência no momento em que ocorreu o diálogo para sair da cultura de guerra e entrar na Cultura de Paz.

Análise do depoimento: A depoente expressa como foi importante ela tomar contato com o conteúdo do PGFPaz, e percebemos que o alinhamento de conhecimentos lhe trouxe confiança para trazer uma nova prática quando ela foi convidada a fazer uma palestra sobre o Programa para o Rotary e se sentiu pronta para deixar fluir o conhecimento adquirido sem elaborar o que seria dito. Ela pode ter uma grande percepção de quando se está conectado com o tema e a inteligência criativa flui através da ‘plena atenção’ aos momentos vividos. Ela teve a percepção que no fluxo da vida tudo acontece como deve ser e como se pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas através de simples ações como saber escutar o momento, as pessoas, e apresentar possibilidade de soluções simples e efetivas.

A questão colocada pela criança de 8 anos: “Como eu posso ter paz se eu tenho inimigos?”, serviu como base da palestra onde ela soube colocar as questões dos valores, principalmente o respeito à criança e à sua questão, propondo o uso de resolução do conflito através do diálogo, usando a empatia para responder à criança e mostrar ao público como se aplica a Cultura de Paz na vida e no dia a dia.

A depoente percebeu o valor dos conhecimentos por ela internalizados e, naquele momento decisivo, teve a clareza de como utilizá-los.

5.4.1.3 Depoimento – Agente da Paz 3

- Perfil do depoente: Homem, acima de 40 anos, professor de escola pública municipal em uma comunidade de baixa renda e com alto nível de violência, curso superior completo, morador de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Depoimento: *Como um agente da paz, apliquei as metodologias da Cultura de Paz com os profissionais da escola, tanto os da área administrativa como os da área pedagógica, alunos e pais – enfim, em toda a escola e com todos os atores envolvidos. Existia um problema nessa escola. Depois de ouvir depoimentos dos jovens e crianças – todos tinham paixão pela escola, mas por que não tinham bom rendimento? Por que não aprendiam? Seria devido ao entorno de violência, ao que viam em seu cotidiano? A ação da paz não é imediata. Paz é processual – é preciso saber ouvir para mudar atitudes e comportamentos. O que fiz foi trabalhar para elevar a autoestima dessas pessoas.*

Análise do depoimento: Este depoente mostrou que qualquer ação em prol da Paz já é uma ação que pode se tornar eficaz, pois é assim que se começa a fazer mudanças, buscando os significados da Paz em suas várias possibilidades, mostrando que o importante é começar de algum lugar e mobilizar as pessoas para que se interessem pelo conhecimento e não apenas em tirar boas notas. No caso, o desinteresse pela aprendizagem estava relacionado com o desinteresse existencial, em face da realidade violenta em torno da escola. Ao reforçar a ligação que os alunos, pais e professores tinham com a escola, como uma referência boa em suas vidas, o que este professor fez como agente da paz foi investir na recuperação da autoestima de todos. É um projeto que está começando pequeno e que pode se ampliar no momento em que os participantes percebam o efeito positivo em suas vidas.

5.4.1.4 Depoimento – Agente da Paz 4

- Perfil da depoente: Mulher, acima de 40 anos, segundo grau completo, líder comunitária que atuando principalmente em resolução de conflitos em sua comunidade de baixa renda, no Rio de Janeiro.

Depoimento: *Com tudo o que aprendi no Gente que Faz a Paz, comecei a fazer uma mudança em mim mesma, em minha maneira de ser e de conversar com as pessoas, dando-lhes mais atenção. Nas reuniões comunitárias passei então a me sentir mais segura, vivenciando os conteúdos de paz, seus valores e estado de espírito.*

Análise do Depoimento: A relevância deste depoimento reside precisamente na consciência que teve esta líder comunitária de rever suas atitudes e seu comportamento na relação diária com as pessoas de sua comunidade. Houve então uma mudança de dentro para fora. O que se refletiu positivamente na comunidade foi a percepção social de que ela, como agente da paz, tornara-se uma pessoa que inspirava esse sentimento e o transmitia.

Aqui observamos uma líder comunitária que entendeu e está colocando em prática os ensinamentos, diminuindo assim a curva do esquecimento, multiplicando o conhecimento para a família e as crianças da comunidade. Este depoimento leva à análise que já existia uma prática de Cultura de Paz, apenas não instrumentalizada, e essa depoente se coloca pronta para ser uma Agente da Paz, pois “eu consigo passar a paz com o que aprendi aqui”.

O grande instrumental em que ela se sentiu amparada e capacitada para contribuir com a comunidade foram as tecnologias sociais de Resolução de Conflitos.

5.4.1.5 Depoimento – Agente da Paz 5

- Perfil do depoente: Mulher, acima de 50 anos, segundo grau completo, líder comunitária, trabalha há 8 anos com a comunidade carente e de alto índice de violência onde mora, no Rio de Janeiro, desenvolvendo projetos sociais

Depoimento Programa Gente que Faz a Paz: [...] *Me sinto como uma planta, uma árvore com raízes, com vitaminas, fortalecida, para ajudar em tudo o que faço. Às vezes tenho vontade de dar um basta, porque me sinto cansada. Mas preciso me sentir útil no lugar onde vivo. Procuro compartilhar tudo que adquiri no Programa Gente que Faz a Paz. E isso anima as pessoas. Em reuniões com grupos de moradores e as associações de bairro, nas igrejas, e batendo nas portas das casas, procuro espalhar essa nova consciência da Cultura de Paz.*

Análise do depoimento: A metáfora usada pela depoente, sentir-se como “uma planta, uma árvore com raízes, com vitaminas, fortalecida”, diz muito do que internalizou no Programa Gente que Faz a Paz. Esta sensação se manifesta com a consciência de poder ser socialmente útil, engajar-se no trabalho em favor da Cultura de Paz, por mais difícil que seja.

Ela mora numa comunidade carente e com muita violência. Sempre encontrou dificuldade de participar de cursos para ampliar o conhecimento e lidar melhor com a comunidade. Este depoimento reforça a posição de que muitas pessoas já estão aplicando a Cultura da Paz, apenas elas não têm as metodologias necessárias para atuarem mais organizadamente. Ela demonstrou a importância de se estar no fluxo da integração pessoal –

espírito, mente, emoções e corpo interligados – como uma entrega para servir a comunidade, e reflete que é este movimento interior que faz com que apareça mais e mais trabalho.

5.4.1.6 Depoimento – Agente da Paz 6

- Perfil da depoente: Mulher, acima de 35 anos, segundo grau completo, trabalha num orfanato onde mora, no Rio de Janeiro.

Depoimento: *Sou educadora voluntária num projeto social que atende crianças e adolescentes de um orfanato, onde existiam muitos conflitos. O conhecimento que adquiri com a Cultura de Paz é que as pessoas que vivem em moradias coletivas precisam primeiro aprender a conviver. A noção de limite e de regras é muito importante em moradias assim. Mas isso não pode ser imposto, precisa ser conscientizado. Me esforcei ao máximo para que as crianças e adolescentes que ali moram pudessem entender o que é a convivência sem brigas, e sinto que o ambiente é agora é bem mais pacífico.*

Análise do depoimento: Uma das principais percepções desta agente da paz foi trabalhar de modo cooperativo usando a inteligência coletiva traz resultados adequados e efetivos para as necessidades que emergem na comunidade. Sua obstinação em conscientizar as crianças e adolescentes da necessidade de conviver, respeitando limites e regras, produziu o resultado desejado, fruto do diálogo que afinal começou a existir entre os moradores e do diálogo nasceu o que parecia impossível: o entendimento. Cabe também, neste caso, ressaltar a importância da educação como processo não autoritário, impositivo, capaz de mudar comportamentos.

Observa-se que sua visão sobre a capacidade e inteligência das pessoas se ampliou, e surgiu a confiança de que juntos poderiam ter melhores soluções e comprometimento com as ações.

Observa-se aqui uma mudança de valores onde o ser humano começa a ter maior importância e reconhecimento de sua capacidade de resolver problemas, junto com o aprendizado da importância em saber ouvir o que o outro está dizendo.

5.4.1.7 Depoimento – Agente da Paz 7

- Perfil da depoente: Mulher, acima de 45 anos, agente social com escolaridade de segundo grau, moradora em comunidade de baixa renda, no Rio de Janeiro, trabalha voluntariamente na Igreja Católica, atende pessoas carentes em suas próprias casas.

Depoimento: *Tive experiências profundas como agente social que trabalha em uma comunidade muito pobre e difícil, ao ir às casas das pessoas. Numa dessas vezes visitei um*

barraco onde só morava um homem. Mas, tão carente de tudo, sabe o que ele fez? Me ofereceu café, que foi preparar. Fiquei muito comovida. Como eu ia tomar aquele café, onde tudo era tão sujo e havia até rato? Ter dado atenção àquele homem foi como tivesse se produzido um milagre. Naquela miséria ele foi capaz de um gesto tão gentil. O Programa Gente que Faz a Paz me ajudou muito a ter consciência da importância da atenção que devemos dar às pessoas, principalmente as mais necessitadas.

Análise do depoimento: A disposição de ir até onde estão os que mais sofrem privações de todo tipo, é um dos aspectos da vivência de ajuda humanitária que esta agente social aprendeu no Gente que Faz a Paz. A relação que houve entre ela e um homem em estado de carência extrema mostra o de que é capaz a atenção. Deduz-se de sua fala que aquele homem solitário nunca, até então, havia sido visitado nem ouvido para ser tratado como pessoa.

Neste depoimento pode-se perceber que não é fácil sair da “Fantasia da Separatividade” e fazer mudanças de valores sem que isso atinja emocionalmente a pessoa e a faça refletir durante muito tempo o que significou sua mudança de atitude, e se realmente tem outro olhar que permite que ela tenha sentimentos de felicidade ao se sentir capaz de se colocar no lugar do outro e se comportar como ele faria, e com esta simples ação trazer um reconhecimento expresso como ser humano.

Ela ainda se sente espantada e talvez não tão consciente de sua mudança interna, mas ela começou o movimento de ser uma Agente da Paz em toda sua dimensão, e ela mostra disponibilidade e encontra apoio na religião para ser uma ativista da paz.

5.4.1.8 Depoimento – Agente da Paz 8

- Perfil da depoente: Mulher, acima de 40 anos, segundo grau completo, líder comunitária, ambulante, mora em comunidade de baixa renda, no Rio de Janeiro.

Depoimento: *Aprendi que lidar com conflitos é uma experiência de uma vida toda, e ainda mais quem, como eu, mora numa favela. A cada dia aprendemos mais. Não sei se é uma palavra mágica, mas “diálogo” foi mais do que uma palavra em minha experiência com conflitos entre familiares e amigos. Um dia, falei a uma dessas pessoas: “Em vez de brigar com Fulano, de xingá-lo, tente conversar com ele. Dialogue, se disponha a ouvi-lo, pare de ficar dizendo que ele está errado, que é isso e aquilo. De que adianta você insistir em dizer que você é quem tem razão?”.*

Análise do depoimento: Sobressai nesta fala a experiência cotidiana de contribuir para resolver conflitos e numa favela, onde mora a agente da paz que não se envergonha de

sua condição de favelada. A estratégia da paciência, empregada no modo de falar com as pessoas, a fim de convencê-las a dialogar, em vez de se acusar e se agredir verbalmente, foi o que terminou se mostrando eficaz neste caso.

Esta líder comunitária se sente amplamente contemplada pelos conhecimentos adquiridos, despertando sua emoção ao demonstrar o quanto o Programa foi significativo na sua vida, sendo uma segunda semente. Depois de aprender a trabalhar com plantações na terra, demonstrou a percepção da necessidade de ‘plantar’ dentro das pessoas da comunidade onde ela atua estes ensinamentos mais estruturados sobre a Cultura de Paz. Ela experimentou a mudança em seu ambiente de trabalho, onde olhava a colega como concorrente, e hoje ela se tornou sua parceira por entender que juntas poderiam trabalhar melhor, passando a partir daí a construir relações em novas bases de valores como a cooperação, a motivação e a alegria de estar com as pessoas.

5.4.1.9 Depoimento – Agente da Paz 9

- Perfil da depoente: Mulher, acima de 45 anos, educadora com mestrado e doutorado, classe média alta, moradora do Rio de Janeiro.

Depoimento: *Fui fazer a capacitação de agente da paz porque, em minha vida cotidiana, eu era uma “barraqueira”. Por coisas insignificantes eu brigava, fazia escândalo. Um dia me dei conta de que viver assim era péssimo. Eu só cultivava estresse, me sentia infeliz. A experiência que tive no Gente que Faz a Paz me mudou completamente. E com essa mudança passei a conviver muito melhor com as pessoas de minhas relações diárias, principalmente os idosos, em todos os lugares. O processo que em mim houve, e continua, foi o de perceber quão doente é a cultura de guerra, por ser tão destrutiva.*

Análise do depoimento: Foi psicoterapêutica a transformação vivida por esta agente de paz, cuja condição social é privilegiada. Se sua decisão de procurar o programa se deveu ao fato de não poder mais conviver consigo mesma, com suas próprias dificuldades, e, pior, conviver com os outros, por causa de seu temperamento “explosivo”, o que internalizou durante a capacitação foi o modo de ser das pessoas com as quais dividiu aquela experiência. Note-se como destaca, no depoimento, sua exasperação gratuita ao se relacionar com pessoas idosas. O que ela deixa entrever é que se tornou uma agente multiplicadora de gestos e atitudes favoráveis ao melhor convívio possível com os outros.

O curso despertou na depoente a capacidade de ficar mais atenta e ser mais proativa para que a justiça social seja feita. Ela se sentiu empoderada e capaz de agir em prol de um ideal. Reconhece que ainda precisa praticar para não virar briga quando ela pretende fazer

justiça, mas tomou consciência que paz não é falta de ação e sim plena atenção e disponibilidade para fazer o que considera ser o bem.

Ela pôde compreender que a indiferença, o fazer de conta que não viu, não deveriam mais fazer parte do seu cotidiano, levando-a a criar uma nova prática que ressoa à sua volta.

5.4.1.10 Depoimento – Agente da Paz 10

- Perfil da depoente: Mulher, acima de 35 anos, classe média alta, mora no Rio de Janeiro, assistente social, trabalha na Pastoral do Menor com capacitação de agentes comunitários, classe média alta, mora no Rio de Janeiro.

Depoimento: *Sinto que agora atuo de maneira mais consciente no meu meio profissional [...] Mudei minha postura de como trabalhar as formas de comunicação nas comunidades. Entendeu o que eu disse? Pode repetir? Falar e se comunicar, mas não de forma agressiva ou pejorativa [...] Ter o cuidado de saber com quem estamos falando, perceber os nossos preconceitos, para poder aceitar o outro como ele é, com suas tatuagens etc. Os reflexos dessa mudança? Em minha própria casa, com minha filha, a quem não dou mais ordens, mas faço um pedido. No trabalho procuro me colocar no lugar do outro.*

Passei a ficar mais atenta no cotidiano. Por exemplo, aprendi que há várias formas para se falar a mesma coisa. O tom de voz é um dado muito importante. Falar alto é desnecessário, desagradável. Me sinto bem menos violenta por ter aprendido a Cultura de Paz, internalizado os modos de agir que viabilizam a prática dessa cultura.

Análise do depoimento: Como assistente social, esta agente da paz avalia a mudança que nela se fez, primeiro, o nível da comunicação em todas as suas etapas, os assuntos abordados nos seminários despertaram nela a necessidade de realmente aprender a ouvir, compreendeu que ela falava, mas não se preocupava se era ouvida ou como suas palavras afetavam as pessoas à sua volta, identificou que era autoritária e que se expressava de forma muito incisiva. A consciência de que era uma pessoa preconceituosa, intolerante, autoritária, aflorou durante os seminários, quando aprendeu a ouvir, já que antes desqualificava a fala do outro, como se o outro para ela não existisse.

No seu depoimento demonstra que a sua maior mudança foi na forma de ensinar e trabalhar a comunicação, e seu grande exercício é o aprendizado do ouvir, ficar atenta e observar mais as pessoas, aprender a ficar em silêncio mental para ter uma escuta ativa, o que não se fala, mas está em comportamentos e atitudes, poder ouvir a sutileza do outro. A experiência do silêncio atento a tudo, principalmente ao que o outro expressa sutilmente, produziu nela um modo diferente de ser na interação social.

Na sua opinião e entendimento as metodologias contribuíram para uma organização dos seus conhecimentos e práticas, quando pôde tomar consciência de que já tinha atitudes em prol da paz e do bem das pessoas. Este despertar fez com que sua relação com a filha se modificasse e passassem a se relacionar através do verdadeiro diálogo, e ela pôde sentir-se mais próxima da filha e expressar o seu amor através de pedidos.

Ela se sente uma Agente da Paz com possibilidades e condições de multiplicar os conteúdos aprendidos. Acredita que estes conhecimentos precisam ser passados para frente.

5.4.1.11 Depoimento – Agente da Paz 11

- Perfil da depoente: Mulher, educadora, acima de 40 anos, atua na comunidade pobre onde mora, no Rio de Janeiro, como voluntária de uma pastoral católica.

Depoimento: *A gente aprende coisas que antes não dava importância. Por exemplo: aprendi por que é necessário não desperdiçar água. E passei a fazer isso em minha própria casa, no dia a dia, no banho e na lavagem de louças. Se me dei conta do recurso precioso que é água, e de como sua escassez ou falta afeta a vida de muitas pessoas em tantos lugares, então a consciência do que é bom para mim pode significar o que também é bom para o outro. O zelo com o meio ambiente faz parte da Cultura de Paz.*

Análise do depoimento: O que ressalta neste depoimento é a consciência dos problemas ambientais. No caso, o que levou esta agente da paz a não desperdiçar água em seu consumo doméstico. Mas, ao se dar conta da importância do que chama de “zelo com o meio ambiente”, percebeu como uma atitude assim, que lhe é benéfica, pode também ser ensinada e tornar-se socialmente útil, na medida em que suas necessidades são as necessidades das outras pessoas. “Zelo” que, frisou, “faz parte da Cultura de Paz”.

Um dos pontos mais ricos para esta depoente foi uma consciência maior dos problemas ambientais e como eles podem interferir na vida diária. Esta consciência a deixou mais proativa na comunidade e na sua atuação comunitária e educadora.

Ao fazer a análise de tudo que passou durante a realização do Programa Gente que Faz a Paz conclui que o que mais foi acrescentado à sua visão de vida foram o valor do ser humano e suas necessidades básicas, mudando assim seu comportamento diante das relações pessoais e profissionais.

5.4.1.12 Depoimento – Agente da Paz 12

- Perfil do depoente: Homem, acima de 40 anos, médico do Estado, classe média, morador do Rio de Janeiro.

Depoimento: *Durante o seminário em que me capacitei para ser um agente da paz, pude refletir sobre minha atuação como profissional médico num serviço público estadual de saúde. O contato com diferentes pessoas, nesse encontro, muito aprendi com suas experiências. Creio que isso me estimulou a rever minha própria atuação no atendimento aos clientes.*

Compreender a proposta holística, em que o todo é o que conta, pois corpo, emoção, mente e espírito são uma unidade, e não uma compartimentação, me permitiu, primeiro, perceber de outra maneira a pessoa que está de mim, o paciente, com suas queixas, dores, medos, incertezas, portador que ele é de uma história de vida. Nessa percepção, em vez de considerar o paciente do outro lado da mesa, e me esconder atrás do tecnicismo da medicina, o sentimento que tive foi de respeito a essa pessoa, já que eu só poderia compreendê-la se primeiro eu a respeitasse. E aí eu poderia me colocar no campo de seu problema. Não foi uma compreensão intelectual ou teórica da empatia, mas uma compreensão vivencial. Houve, a partir de então, uma abertura em minha prática clínica, que é o que me possibilita estar em sintonia com a situação sofrida desse paciente. Penso que uma medicina assim faz parte da cultura da paz.

Análise do depoimento: Neste depoimento podemos ver que a questão da cidadania ativa prevaleceu na resolução do problema, quando o depoente pôde atuar no sentido de se sentir ouvido e poder ouvir a outra pessoa buscando o entendimento e a clareza das motivações de cada um. Essa experiência se mostrou muito enriquecedora, pois o colocou mais centrado no seu desejo de praticar a Cultura da Paz.

5.4.1.13 Depoimento – Agente da Paz 13

- Perfil do depoente: Homem, acima de 35 anos, policial militar, segundo grau completo, classe média baixa, morador do Rio de Janeiro.

Depoimento: *Os assuntos abordados são de grande valia para a nossa profissão, mas não apenas, pois interessam a cidadãos de todas as áreas profissionais. O que aprendemos foi a nos conhecer mais, a ter equilíbrio e serenidade em situações que podem desencadear a violência, o que exige de nós o autoconhecimento, o controle de emoções e atos, e cria novas estratégias para combater e prevenir o crime, contribui para promover o diálogo e perceber que a paz é resultado de um esforço individual e coletivo.*

Seria melhor se os nossos comandantes levassem adiante esta parceria, não só nos momentos do curso, já que o tempo de apenas algumas horas foi insuficiente para uma discussão aprimorada, contribuiria mais se tivéssemos a oportunidade de obter mais

conhecimento a respeito. Foi útil, mas deveria haver uma continuidade e um acompanhamento de nossas atividades.

Análise do depoimento: Se, por um lado, a experiência deste policial militar foi tão proveitosa, porque o conscientizou da necessidade de aprender a lidar melhor com o que pode resultar em violência, dissuadindo contendores, por outro, sentiu ele que foi insuficiente o tempo oferecido pelo programa para aprofundar o conhecimento da Cultura de Paz. De todo modo, pode-se depreender de sua fala a reflexão que fez sobre o tema, que, de tão abrangente, interessa a todos os cidadãos, visto que a paz, como sublinhou, resulta de esforço individual e coletivo. Mostra também a necessidade de trabalhar os processos emocionais da sua categoria para uma nova atitude diante das possibilidades de prevenção da violência em suas diversas categorias. O depoente demonstra a necessidade de, dentro de sua estrutura profissional, ter uma constância maior destes ensinamentos com discussões de suas práticas e a adequação dos pontos ligados ao cuidado do ser humano.

5.4.2 Considerações gerais sobre a primeira etapa da pesquisa fenomenológica

Digno de nota é o registro de que o seminário, Gente que Faz a Paz, com os 13 depoimentos, dados, contribuíram para iniciar mudanças em suas próprias vidas, na relação consigo mesmos e com os outros, dentro e fora do âmbito familiar. Eles se tornaram mais conscientes de sua cidadania, ainda que muitos já tivessem experiência com projetos sociais nas comunidades em que vivem. Chegam mesmo a expressar que seu nível de consciência tornou-se mais inclusivo, em face de uma nova compreensão de sua responsabilidade pessoal e social.

Merece também atenção nesses depoimentos o fato de que a proposta fenomenológica do seminário, com ênfase na vivência holística da paz, produziu uma visão nova e múltipla do estado que se deseja alcançar. A violência foi percebida não apenas como uma patologia social, de efeitos tão danosos, já que atinge grande número de pessoas e pode resultar em mortes ou assumir formas igualmente perversas de terror psicológico ou de extorsão, mas se releva em temperamentos “explosivos”, em juízos, comportamentos e atitudes autoritários, intolerantes ou preconceituosos.

Um dos conteúdos mais valorizados foram os de diálogo, principalmente aprender sobre a Escuta Ativa, práticas já realizadas amadoristicamente, e que acreditavam serem ações mais complexas para contribuir para a solução dos conflitos familiares e nas comunidades. Pelo seu significado simbólico, a palavra “diálogo” – à luz das características de que se reveste, o que inclui não apenas a disposição de conversar com o outro, mas também, e

apropriadamente, o tom de voz e a polidez, ao tempo em que é escuta atenta – aparece na maioria dos depoimentos ou é subjacente a esses depoimentos. Diálogo, sublinhe-se, como o único instrumento civilizado capaz de produzir entendimento, seja para resolver conflitos abertamente violentos, seja para melhorar a qualidade da comunicação nas relações familiares, de vizinhança, de trabalho etc.

Todos os participantes se sentiram empoderados ao se tornar agentes da paz, em cuja cultura também aparece uma nova compreensão do meio ambiente. Muitos iniciaram suas mudanças em suas próprias famílias, melhorando a qualidade das relações pessoais, principalmente entre mães e filhos. Todos eles incluíram algumas lições aprendidas em seus trabalhos profissionais, podendo-se verificar que o compromisso com a ação social e o bem da comunidade ficaram mais explicitados.

A partir destes depoimentos podemos inferir que a Cultura de Paz ou Educação para a Paz traz em sua essência simplicidade e respeito aos conteúdos de vida trazido pelos participantes e propõe um novo olhar, começando com o processo de autoconhecimento, uma maior percepção e consciência de que somos seres interligados internamente entre emoção, razão e que efeitos imediatos no corpo, que são geradores de tensões e estresse, resultam muitas vezes em atos violentos sem que haja a percepção de que se age assim. Foi possível observar o impacto inicial sobre os aprendizes que se propuseram a ser um pequeno beija-flor fazendo a sua parte para contribuir com uma sociedade mais fraterna e amorosa. Pode-se observar uma melhoria muito grande na autoestima dos Agentes da Paz, em sua forma de se colocar diante do grupo e perder o receio de falar e do julgamento que essa fala poderia gerar, mas sempre cuidando da forma de acolher o outro e procurando se expressar mais amorosamente.

É pertinente assinalar, de acordo com Hiry-Cherques (2009), que existe um ponto de saturação na pesquisa qualitativa, em que as observações deixam de ser necessárias, pois nenhum novo elemento permite ampliar o número de propriedades do objeto investigado. No caso desta pesquisa, em que estão computados dezoito depoimentos em duas etapas – treze na primeira e cinco na segunda –, o ponto de saturação, à luz desta amostra, se evidencia na convergência a que chegaram os sujeitos investigados: a implementação de políticas públicas articuladas e voltadas para a segurança Pública poderia contribuir significativamente para o incremento da teoria da Cultura de Paz. Isto, porque a lógica da pesquisa qualitativa é geralmente a da inferência indutiva a partir de uma teoria (HIRY-CHERQUES, 2009).

5.4.3 Segunda Etapa dos Depoimentos

No segundo momento, procedeu-se à avaliação da efetividade dos resultados levantados após experiência de, no mínimo, cinco anos com sujeitos do programa. Os depoimentos foram elaborados a partir de perguntas geradoras relacionadas com o fenômeno vivido como Cultura de Paz, ao longo desse período. Trata-se então de saber como essa cultura foi vivenciada pelos participantes, quais de seus aspectos foram por eles mais assimilados, com a aquisição de novas atitudes e comportamentos diante de situações do cotidiano, tanto de modo permanente quanto em um ou mais momentos críticos.

5.4.3.1 Depoimento – Educador da Paz 1

- Perfil do depoente: Homem, acima de 35 anos, doutor em Psicologia, morador do Rio de Janeiro, trabalha na UNIPAZ Rio de Janeiro e é professor do departamento de Psicologia de várias universidades.

Depoimento: *Foi um conhecimento amplo, do qual uma pequena parcela serve de exemplo com uma questão que mais me marcou, principalmente quando entrei em contato com a metodologia de Pierre Weil – a Roda da Destruição e a Roda da Paz –, o me levou a fazer Psicologia juntamente com a questão das emoções. Hoje, em nossa sociedade, temos uma educação emocional muito precária. Como não sabemos lidar com nossas emoções, e também com tantas fobias, estes ensinamentos nos levaram à consciência dos preconceitos. Essas metodologias me ajudaram a ver o mundo como um sistema que liga o físico, o emocional e a natureza, e tudo se retroalimenta.*

Hoje, creio pouco na maldade, como ela fosse mais que tudo fruto da ignorância [...] Não entender como as coisas funcionam, tanto profissionalmente quanto pessoalmente. Nem sempre consigo, mas me esforço e procuro não ser afetado emocionalmente com a maldade do ser humano, consciente ou inconsciente.

Gosto muito da parábola do Roberto Crema, do samurai: ele percebe o ladrão e o ladrão cospe na cara do samurai, e o samurai não pode usar a espada movido por emoções negativas, apenas moralmente. Nossa espada é uma fala mais firme, uma atitude mais enérgica. Nunca movida por atitudes emocionais destrutivas, como a raiva e o medo [...] Perceber como tudo é um sistema. Não sentir tanto emoções destrutivas, ter um olhar com benevolência para as pessoas, vê-las como pertencentes a um sistema – todos como frutos de diferentes culturas, a da transdisciplinaridade. Entender diferentes níveis de diversidades, respeitar pessoas de diferentes, outras etnias, pessoas de orientações sexuais distintas mais

complexas e a pluralidade de culturas. Entender os diferentes níveis de diversidades – a diversidade é muito mais complexa.

Cada um responde de acordo com sua cultura. Olhar para isso, os valores de cada um [...] O que é a Cultura de Paz? De qualquer maneira estamos todos juntos, e tudo que foi aprendi coloco em prática. Foram muitos aprendizados ao longo dos anos.

Brinco com meus clientes, digo que a terapia é uma aula de Kung Fu emocional. Conhecer as emoções na hora em que elas se apresentam, e lidar com elas de maneira equilibrada. Trabalho com oito enfoques emocionais, porque existe muita ignorância nessa área de nosso ser; não sabemos a diferença entre desejo, amor, carência, dependência, pânico, angústia, depressão, ansiedade. Como se essas emoções fossem ao vento, não pudessem ser controladas. O problema não é sentir emoções, mas senti-las com comportamentos adequados – amar mesmo sem ser amado, porque o amor é interno; não se deixar estressar com o trânsito, com a política [...] O importante é não levar medo para casa, porque vira pânico e ansiedade; não ficar na cultura do terror, em que os medos invadem nossa intimidade.

O que sugiro são políticas públicas que valorizem e fortaleçam a Cultura de Paz, o que há de coletivo e de espiritual nesse campo. O que é nosso é do outro. A natureza pertence a todos, mas, por que os ecossistemas vêm sendo explorados de maneira desenfreada e estão morrendo? São reflexões assim que exigem, mais do que o entendimento teórico, o sentido de novos valores, novas atitudes, novos termos. A existência de cada um individualmente só tem significado se estiver ligada ao todo desta civilização em crise, mas capaz de superar os impasses da crise, que é uma vida coletiva melhor, com mais harmonia entre as pessoas e entre estas e tudo que as cerca.

Análise do depoimento:

A análise deste depoimento nos leva a clareza de como estar em contato com o Programa Gente que Faz a Paz foi capaz de trazer uma nova visão dos sentimentos e de como eles precisam ser trabalhados nas dimensões da educação e da saúde. Este depoente pode encontrar um caminho na sua vida a partir dos novos paradigmas e seguir a sua vontade de contribuir com as possibilidades de as pessoas serem mais felizes, harmoniosas e integradas consigo e com os outros. Para ele foi importante a parte teórica que deu subsídios viáveis para ele entender racionalmente o que ele estava vivendo internamente, e propiciou mudanças significativas em seu comportamento que puderam refletir na sua vida pessoal e profissional. Ele considera o Programa um marco na sua vida e tem a crença que todos podem e devem ter

acesso a esses conhecimentos através da implementação de políticas públicas com base na Cultura de Paz.

5.4.3.2 Depoimento – Educador da Paz 2

- Perfil da depoente: Mulher, acima de 60 anos, curso superior em Assistente social, agente da paz, diretora da UNIPAZ Rio de Janeiro.

Depoimento: *Através de minha própria experiência com a Cultura de Paz, desenvolvida e apresentada pela metodologia da Arte de Viver em Paz, que trabalha com as três ecologias em minha vida pessoal, teve grande influência a teoria da separatividade em nós, no outro – no âmbito social e ambiental.*

Senti grande mudança em minha consciência desde que a UNIPAZ surgiu. Estou integrada e inaugurei a UNIPAZ Rio depois de sete anos de convívio na experiência com resultados obtidos. Comecei a desenvolver o trabalho da Cultura de Paz em diversos lugares – primeiro em escolas, e depois em comunidades carentes. Aqui no Rio, ao longo dos anos, com os resultados bem efetivos, treinando e capacitando pessoas, formamos as lideranças comunitárias em curso completo de quatro anos. Elas se tornam pessoas que moram nas comunidades, onde a UNIPAZ criou polos ou núcleos de paz.

Em uma comunidade que não está pacificada, reverbera a Cultura de Paz. Para que essa reverberação seja mais persistente e faça sentir seus efeitos, há que se trabalhar também persistentemente com as lideranças, as quais precisam muito desse curso que oferece o Programa Gente que Faz a Paz. Meu testemunho é que a Cultura de Paz transformou minha vida profissional e mudou também completamente minha vida pessoal. Por isso passei a me dedicar tanto a esse trabalho, aplicando essa metodologia.

Em minha avaliação, esse treinamento se mostrou tão válido e oportuno quando foi inserida na capacitação a metodologia de gestão de conflitos nos níveis pessoal, social e ambiental. A UNIPAZ tem uma metodologia que ensina e orienta o agente a olhar para dentro, mas que reverbera para fora, por ser uma consequência do processo de interiorização de valores e comportamentos. Em minha experiência, a aplicação dessa metodologia nas comunidades carentes dá respostas que são imediatas, e essas respostas não se esgotam em si mesmas, pois geram e alimentam outras respostas. Aí, o que acontece? As pessoas dessas comunidades se vinculam à UNIPAZ, passam a acreditar em ações transformadoras socioambientais que têm acompanhamento continuado das assistentes sociais que moram lá. Um exemplo é uma comunidade estabelecida juridicamente na Favela

da Vila Aliança, que têm convênio com uma ONG, o Centro Cultural a História que Eu Conto.

Em minha leitura, os projetos sociais, de uma maneira geral, não têm metodologias que transformam pessoas; já na UNIPAZ percebo que existe um verdadeiro processo de educação para uma Cultura de Paz. Os projetos encontrados nas comunidades são ótimos: com música, arte, teatro, mas não transformam as pessoas. Para transformar os territórios, é preciso trabalhar a partir do indivíduo.

O que venho fazendo é investir minha vida para transformar em política pública a Cultura de Paz, sobre a qual ouvi de um ex-presidiário: “Existe uma escola de olhar para dentro”.

O registro do depoimento desse ex-presidiário é muito estimulante. Mas olhar para dentro é um trabalho de longo prazo, por ser um processo de educação. E nessa metodologia a saúde é parte essencial, assim como a segurança pessoal, a conquista do direito de viver sem medo, sem se sentir sobressaltado ou aterrorizado. A vida desse ex-presidiário, Samuel, vai se transformar em filme. Na Vila Aliança já existe um trabalho de recuperação de jovens traficantes.

Análise do depoimento:

Este depoimento demonstra o quanto é importante o processo de autoconhecimento, este olhar para dentro de si que leva a aprender a lidar principalmente com os processos emocionais que não são ensinados na educação formal. Esta depoente passou por um grande processo de transformação interior que refletiu no seu exterior mudando comportamentos e trazendo a necessidade de levar este conhecimento a pessoas que normalmente não teriam este acesso, fez com que ela percebesse que somos seres conectados com todos os outros seres que habitam o planeta, o que fez com que ela se tornasse mais ativa nas questões sociais e se preocupou em levar este conhecimento da Cultura de Paz para comunidades de baixa renda e com alto índice de violência no Rio de Janeiro. O Programa Gente que Faz a Paz complementou suas ações na questão de lidar com a Resolução de Conflitos através das metodologias incluídas nele. Este conhecimento proporcionou uma maior condição de contribuir com a melhoria da vida de pessoas em relação a harmonia familiar, ações transformadoras em ações socioambientais, uma nova percepção de valores pessoais e sociais, e um novo olhar sobre como agir para que transformações imediatas pudessem ser possíveis.

5.4.3.3 Depoimento – Educador da Paz 3

- Perfil da depoente: Mulher, Líder comunitária, psicóloga, agente da paz, acima de 40 anos.

Depoimento: *Meu papel como agente da paz – através de minha capacitação no Programa Gente que Faz a Paz – foi e tem sido o de uma ferramenta importante de transformação em minha própria vida e junto à comunidade onde vivo. Conheci o programa em 2005, quando lá aconteceu uma chacina e a Segurança Pública, que deveria proteger vidas, na noite terrível de 30 de março daquele ano, matou pessoas da comunidade aleatoriamente, os cidadãos do bem. Eu já trabalhava na Ong Viva Rio e fazia parte de um grupo de mediação de conflitos, então abracei com programa para implanta-lo em dois municípios, Queimados e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, onde uma das vítimas morava. Passada a tragédia, fizemos contatos com a Prefeitura e escolas locais e implementamos o programa GQFPAZ.*

Passaram-se dez anos e vi a rede solidária que criamos, o quanto a Cultura de Paz é importante em qualquer lugar. Mobilizamos 120 pessoas – em escolas e igrejas, entre policiais militares, agentes de saúde e agentes da comunidade – para ser agentes da paz. Foi um aprendizado rico por causa da diversidade cultural. Criamos uma verdadeira rede solidária na comunidade. O vínculo criado começava com a transformação dentro de cada um – e trouxe a paz interior e o equilíbrio, até financeiro. Consegui ser uma pessoa mais organizada e ainda perdi minha mãe, mas me tornei mais forte, e virei um ponto de referência para as pessoas porque eu tenho sabido conversar com elas sobre paz. Compartilhei com elas essa vivência.

O projeto me deu essa oportunidade, de conhecer e mobilizar diversas comunidades, ao invés de ficar limitada só à do lugar em que moro e me conformar com a falta de segurança. Nos dois municípios mobilizamos mais de 250 pessoas de diferentes idades e profissões, fizemos trabalho com parcerias e dinâmicas diversas, utilizando os 6 Ds da Cultura de Paz: Democracia, Desenvolvimento sustentável, Direitos humanos, Desarmamento, Diálogo, Diversidade.

É um projeto que está fortalecendo as pessoas – mulheres que sofriam de violência doméstica, gente sem equilíbrio emocional e com famílias desestruturadas. Assumi duas turmas como coordenadora agente da paz, até inseri minha família.

Existem muitos projetos sem seriedade e que, por isso, não trabalham a transformação das pessoas.

Todo esse legado e o que absorvi na Cultura de Paz, hoje vejo o quanto é fundamental multiplicar, pois eu era jovem quando comecei esse projeto. Usar essa ferramenta e levar para a juventude que passa metade do seu tempo dentro das escolas. Venho trabalhando com crianças, adolescentes e jovens de minha comunidade, com quem trato dos direitos humanos para que eles se conscientizem da tremenda agressão que é o bullying nas escolas. Não preciso de rótulos e adesivos para dar o exemplo do que é a cultura da paz. Em todos os espaços públicos essa cultura é necessária. Políticos e governos em geral precisam da Cultura de Paz para desconstruir a cultura de violência em que vive o país. A corrupção praticada por tantos políticos, e que tanto envergonha as pessoas de bem, que felizmente são a maioria da sociedade, é uma das formas mais graves de violência porque significa desvio de dinheiro público que deveria ser investido no que é de interesse da população.

Uma década dedicada a esse trabalho já é alguma coisa, me tornei conhecida na Baixada Fluminense. Vou continuar sendo uma liderança para transformar meu território, a fim de que as pessoas possam conviver pacificamente. Se falo tanto na juventude, é porque essa geração precisa ter um horizonte para realizar projetos, e não afundar na criminalidade. É impressionante a quantidade de jovens que morrem no Brasil. Chega a ser assustador. Mas, por que, se nenhum jovem nasce na violência? E por que morrem em número muito maior os que são negros e pobres?

Comecei a construir a Cultura de Paz em minha própria família; ensinei-a a meus pais, tios, irmãos, por ser essa cultura parte de sua cidadania, motivo pelo qual não deviam, porque são negros, se conformar em ser mão de obra barata. Levei depois a cultura da paz para as reuniões e assembleias comunitárias, que são o espaço do povo. Meu engajamento nesta cultura tem sido minha razão de viver.

Análise do depoimento

Esta depoente deixa claro todo o processo da construção da Cultura de Paz como uma ação efetiva na vida em todas as dimensões, e coloca em destaque o princípio básico de como as transformações podem acontecer através do processo de autoconhecimento que gera o desejo de contribuir com a sociedade.

Todo este conhecimento lhe trouxe um empoderamento para lidar pacificamente com o preconceito, que tem feito parte da sua vida por ser negra, e a partir deste empoderamento pode ter maior clareza de como trabalhar com comunidades e pessoas que passam pelas mesmas questões, reforçando os princípios da cidadania.

Para ela a teoria e a prática no dia a dia trouxeram um olhar ampliado e a capacidade de ter ações que refletem um engajamento em todos os ambientes onde ela se propõe a estar presente, começando pela sua família e reforçando sua participação na comunidade onde está inserida sendo um reflexo dos princípios da Cultura de Paz e uma atuação mais eficaz para ajudar a todos que precisam.

Podemos observar neste depoimento como ela foi impactada pelo Programa Gente que Faz a Paz e o seu desejo que todas as pessoas tivessem a mesma oportunidade que ela teve. Para ela foi tão significativo que passou a serem princípios internalizados que a tornam uma verdadeira agente da paz.

5.4.3.4 Depoimento – Educador da Paz 4

- Perfil da depoente: Educadora e coordenadora de projetos sociais da Palas Athena, agente da paz, acima de 50 anos, formação superior.

Depoimento: *No Programa Gente que Faz a Paz foi a primeira vez que vivi a experiência de trabalhar em rede sistematicamente com um grande número de pessoas em conjunto de todas as áreas da sociedade. Esse é o ponto que destaco no desenvolvimento desse programa, porque vivi intensamente cada um dos módulos que conduzi, e no acompanhamento e supervisão das três grandes turmas de São Paulo (350 pessoas).*

Isto proporcionou uma vivência profunda do efeito pedagógico e multiplicador do trabalho em rede para cada um de nós – participantes, educadores e coordenadores do programa.

Um trabalho desse porte, com uma rede representativa de toda a sociedade, partilhando uma proposta comum, simultaneamente configurou uma vivência inovadora para mim – pessoas que ouvem umas às outras em um ambiente focado, sejam profissionais de assistência social, justiça, educação, saúde, jovens, líderes de movimentos sociais, pessoas de áreas de grande risco social, ou de projetos autônomos já estruturados, sociedade civil e governos municipais, estaduais ou federais – essa diversidade, trocando experiências e olhares, cada um podendo apreciar diversos pontos de vista, potencializa a ação de cada um e seu aprendizado do verdadeiro funcionamento e a potência transformadora de uma sociedade. Houve a nítida percepção de cada um de nós, marcados por essa vivência única, proporciona uma sinergia que produz o empoderamento. Esta é uma forma de dizer que a sinergia desses grandes grupos em rede se manifestou em efeitos físicos, e isso era sentido, muitas vezes, nos momentos em que alguém respondia ao sentimento geral do grupo, do outro – vivemos “momentos sagrados” – de reverência pela vida e pelo encontro daquilo que é

profundamente humano: os melhores valores de nós mesmos emergindo em sintonia nos ambientes que o programa gerou, que permitiam percepções de conteúdos que ainda não haviam se revelado dentro de nós. Reconhecer um grande número de pessoas – os outros – diferentes, e ao mesmo tempo em perfeita sintonia, nessas diferenças enriquecedoras e compartilhadas – é viver a experiência dialógica EU e Tu, como diria Martin Buber.

Esta experiência resultou no aumento de minha confiança e inspiração ao integrar outros projetos sociais, procurando retomar o diálogo constante e a sinergia dessa diversidade rica e necessária.

É um marco, na história da Palas Athena, a construção conjunta de um programa assim, abraçado por pessoas que querem desenvolver uma prática social inovadora e não teorias, a partir de suas organizações sociais: UNIPAZ, Viva Rio, AfroReggae, URI, UNESCO, Palas Athena, unindo seus fundadores e líderes na criação do Gente que Faz a Paz, reunindo outras organizações sociais e movimentos para somar, abrindo caminhos para um trabalho de políticas públicas nas três ecologias: a pessoal, a social e a ambiental.

Continuo acreditando na meta proposta dos seis Ds – Diálogo, Democracia participativa, Desenvolvimento sustentável, Desarmamento, Diversidade, Direitos humanos – ancorados nos seis Princípios do Manifesto 2000 da UNESCO:

- a) Respeitar toda forma de vida: Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito.
- b) Rejeitar a violência: Praticar a não violência ativa, repelindo a violência em todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os mais vulneráveis, como crianças e adolescentes.
- c) Liberar minha generosidade: Compartilhar meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica.
- d) Escutar para compreender: Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, à difamação e à rejeição do outro.
- e) Preservar o planeta: Promover um comportamento de consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que respeite todas as formas de vida e preserve o equilíbrio dos recursos naturais do planeta.

- f) Reinventar a solidariedade: Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito aos princípios democráticos, de modo a criar novas formas de solidariedade.

Para que estes conhecimentos sejam melhor aproveitados e multiplicados atualmente, visualizo o protagonismo juvenil como foco: jovens educadores como os porta-vozes principais dos programas sociais voltando para a efetividade de políticas públicas eficientes e eficazes. O conhecimento poderá ser atualizado pelos jovens em conjunto com os ativistas sociais mais experientes e maduros, visando à cidadania plena, à garantia e ao assessoramento, tanto da prática dos direitos humanos fundamentais como dos deveres humanos fundamentais de cada pessoa no contexto social global e no familiar, em suas diferentes fases da vida.

O Programa Gente que Faz a Paz é um serviço que se presta ao Brasil e está disseminado em inúmeras áreas sociais do país, mas é imprescindível que o sentido de suas ações se multiplique e com referências atualizadas.

Análise do depoimento

Este depoimento traz de maneira sistêmica todo o processo da criação e desenvolvimento de redes com os princípios da Cultura de Paz. O depoimento é muito claro em todas as etapas e suas necessidades para o empoderamento das pessoas engajadas em novos olhares para a implantação da Cultura de Paz e confirma que é um programa que deve ser transformado em política pública na educação, na saúde psíquica e na segurança.

A depoente mostra que seu conhecimento sobre o assunto já era substancial e o Programa Gente que Faz a Paz ampliou a sua capacidade de ser mais atuante e poder trabalhar em rede com diversos outros projetos sociais através das metodologias repassadas no programa.

A clareza deste depoimento pode servir como base de alicerce para a construção de uma política pública muito bem elaborada.

5.4.3.5 Depoimento – Educador da Paz 5

- Perfil da depoente: Mulher, acima de 30 anos, formação superior, Educadora da Palas Athena, agente da paz em São Paulo, trabalhou no acompanhamento, monitoramento e supervisão de 350 agentes da paz (2010).

Depoimento: *O aproveitamento e aprendizagem começaram diretamente na supervisão e no acompanhamento dos módulos ministrados, junto com o processo integral de aplicação do programa, na atenção aos participantes.*

Este acompanhamento possibilitou que os agentes da paz utilizassem todos os conhecimentos da Cultura de Paz, todas as ferramentas de cada módulo e os inserissem em seus trabalhos, como, por exemplo, a mediação de conflitos, diálogo e valores integradores, a comunicação não violenta, os conteúdos sintetizados em A arte de viver em paz, livro de Pierre Weil.

Em minha vida pessoal, com minha família e amigos, estou utilizando os novos critérios de convivência aprendidos e inserindo-os em meu trabalho de coaching e no trabalho de diálogo, continuando a ler os livros e a me ocupar com as referências do Gente que Faz a Paz.

O que sugiro para integrar o programa é atualizar e aprofundar as questões da convivência humana.

O desenho do programa é ideal, o melhor que conheço, pois os participantes levam o kit da paz e saem com a experiência para a proposta de multiplicação do que já foi desenvolvido em suas áreas de atuação, compartilhado nos encontros de supervisão. Creio que isso é a mais completa vivência para possibilitar sua atuação de multiplicar.

Receber a bolsa do kit Gente que Faz a Paz, com os livros, cartilhas, CD, vídeos de referência e a camiseta, nos dá ânimo, cria em nós um orgulho específico e um empoderamento.

Análise do Depoimento

Esta depoente reforça a necessidade do aprendizado teórico através do kit da paz, que ajuda ao processo de multiplicação. Ela inseriu o conhecimento da Cultura de Paz não só em sua vida pessoal como na sua vida profissional. A depoente reforça a necessidade de diariamente estar em contato com o que foi aprendido para que seja internalizado em todas as dimensões do ser humano.

Para ela o Programa Gente que faz a Paz tem o formato ideal, pois passam pelos seminários que ensinam as práticas, recebem o kit com o embasamento teórico e tem o acompanhamento de como a Cultura de Paz está sendo aplicada no dia a dia dos agentes da paz, trazendo efetividade ao aprendizado.

5.4.3.6 Depoimento – Educador da Paz 6

- Perfil da depoente: Mulher, acima de 50 anos, formação superior com especialização, treinadora de facilitadores do seminário A Arte de Viver em Paz, educadora da Paz, coordenadora de projetos sociais, mediadora de conflitos, consultora em

sustentabilidade, *coaching* em desenvolvimento pessoal e profissional, moradora de Salvador

Depoimento: *O primeiro contato com a Cultura de Paz me trouxe ferramentas para contribuir com as mudanças que eu acreditava serem necessárias na sociedade e não sabia como fazer. Fiquei tão empolgada que comecei a ter uma ação social comprometida com a melhoria da vida das comunidades de baixa renda, principalmente os jovens e as mulheres. O Programa Gente que faz a Paz me colocou em contato, como facilitadora da Arte de Viver em Paz, com lideranças comunitárias, pessoas comuns de diversas comunidades de Salvador e Ilhas da Bahia de Todos os Santos, força policial, educadores, religiosos, entre tantos outros, e me encantou por todos os módulos trazerem uma linguagem com grande simplicidade, que independia do nível de escolaridade e conhecimento para que os participantes entendessem os conteúdos e pudessem interiorizar com práticas diárias.*

Pude assistir o empoderamento de muitas pessoas ao entenderem que paz é ação, e uma ação que começa dentro de cada um, em casa com a família que se reflete também nas comunidades onde eles estão inseridos. Assisti ao surgimento de muitos projetos que tinham como base a construção da cidadania, o cuidado com o meio ambiente, uma maior atenção ao lixo, ensinar a importância da respiração e do relaxamento, bem como a necessidade de se ter pensamentos positivos diante das dificuldades da vida. Passaram a ter instrumentos para lidar com os conflitos e não os estimular.

Foi uma experiência riquíssima, pois estive em contato com mais de mil agentes da paz e pude comprovar que a junção das melhores práticas de Cultura de Paz desenvolvidas no Brasil impacta as pessoas pela simplicidade do conhecimento e a descoberta que o princípio da paz habita no coração de todos aqueles que querem contribuir para uma vida mais harmoniosa, mais alegre e feliz. Pude acompanhar mudanças de comportamento dos agentes da paz e da melhoria da autoestima ao perceberem que são as pequenas ações que podem contribuir para as mudanças que queremos ver no mundo.

Acredito que é um programa que está pronto, testado e tem seus resultados comprovados para ser incluído como política pública nas áreas de educação, saúde e segurança, e que pode contribuir para a construção de uma sociedade democrática, não violenta, segura, trazendo paz e tranquilidade para que os problemas de saúde sejam minimizados pela diminuição do estresse, por uma sociedade mais justa e equilibrada com a participação efetiva de todos independente de classe social, entendendo que estamos todos interligados através de uma educação inclusiva onde a separatividade, os preconceitos

deixam de existir e se comece uma educação voltada para as resoluções das questões diárias que vivemos, principalmente a educação emocional que ainda não faz parte dos currículos escolares.

Grandes transformações podem ser realizadas na sociedade quando conseguimos mudar o olhar das pessoas sobre si mesma e mostrar que elas são parte integrante de tudo que acontece no âmbito social e ambiental.

Análise do depoimento

Esta depoente trouxe sua própria experiência vivencial, sua transformação pessoal e seu comprometimento em contribuir para que outras pessoas pudessem ter a mesma experiência. Através de seu depoimento se confirma a simplicidade dos aprendizados e a possibilidade de todos que se sentem transformados também criarem projetos de melhoria das comunidades onde estão inseridos.

Podemos observar que ela descobriu novas habilidades e competências para poder contribuir com as mudanças que julga necessária na sociedade e no cuidado com o meio ambiente. Sua análise das metodologias utilizadas pelo Programa Gente que Faz a Paz reforça a possibilidade de ele ser transformado em política pública.

O acompanhamento de um grande número de pessoas confirma os resultados após no mínimo cinco anos, já que o Programa visa, sobretudo, a interiorização do conhecimento, que passa a ser fundamental através de uma prática diária, do acompanhamento e do aporte teórico através do kit da Paz.

5.4.4 Considerações gerais sobre a segunda etapa da pesquisa fenomenológica

Estes depoimentos comprovam a eficácia ao longo do tempo dos aprendizados do Programa Gente que Faz a Paz e como ele provocou ações efetivas em todos os participantes, que passaram a se sentir comprometidos com a propagação da Cultura de Paz.

Podemos observar o quanto o kit da Paz é importante como instrumento de estudo e pesquisa das transformações e desenvolvimento de projetos nas comunidades, e como é importante a simplicidade da linguagem usada em todos os módulos que buscam um aprendizado interno de cada agente da paz para que possa se refletir no externo.

Todos os depoimentos confirmam a possibilidade do Programa ser incluído nas políticas públicas voltadas para a segurança Pública. Já criamos metodologias eficazes e que precisam ser colocadas em prática com mais e mais pessoas. Hoje ainda é um movimento silencioso e um trabalho de “formiguinha”, que não é divulgado na mídia e não há investimento porque a paz não visa o lucro e sim a possibilidade do “ganha-ganha” por todos

os integrantes da sociedade. É lícito concluir que com um projeto nacional e o devido apoio do poder público e da iniciativa privada a Cultura de Paz se torne uma realidade no Brasil.

A seguir com base nesta pesquisa, serão apresentadas as conclusões e recomendações julgadas adequadas em conformidade com o arcabouço teórico examinado e confirmados pela pesquisa de campo.

6 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Esta tese está centrada e buscou na pesquisa bibliográfica, documental e de campo responder a seguinte questão: O arcabouço teórico-prático denominado Cultura de Paz pode ser empregado no Brasil de forma prática, operacional e organizada como uma ferramenta de inovação das Políticas Públicas voltadas para a segurança Pública nos moldes do Programa Gente que Faz a Paz? O objetivo geral foi avaliar o Programa Gente que faz a Paz como ferramenta de promoção da Cultura da Paz e o potencial para sua expansão com o fim de se tornar um programa nacional voltado para a melhoria das Políticas de Segurança Pública, configurando-se assim o verdadeiro escopo da tese: o estudo do arcabouço teórico que compõe o conhecimento rotulado de “Cultura da Paz” e a avaliação de sua aplicação no programa “Gente que Faz a Paz” para apresentá-lo a Academia como uma possível ferramenta de inovação em Políticas Públicas voltadas para promoção ou preservação da Segurança Pública. Dado a complexidade do objeto e a necessidade de aferir a percepção, a cultura, a mudança de comportamento ou de postura foi impositivo o uso do método Fenomenológico.

Para a comprovação da tese foram identificados os seguintes objetivos específicos: Analisar a violência na vida pessoal, social e ambiental, o que caracteriza a Cultura de Guerra. Este objetivo foi atingido no capítulo “As múltiplas faces da violência”, percorrendo-se os seguintes tópicos: cultura de guerra, raízes pessoais, sociais e ambientais. O segundo objetivo específico foi: “explicar o processo de implantação de Cultura de Paz e de como deve ser a ação no nível pessoal, social e ambiental, mediante a abordagem holística transdisciplinar”. A consecução deste objetivo ocorreu no capítulo: “As múltiplas faces da paz” que percorreu nas suas subdivisões: “a cultura de paz: um novo cenário de valores”. “A abordagem holística transdisciplinar”, concluindo com a paz interior, paz social e paz ambiental. O terceiro objetivo específico: “Identificar as dificuldades enfrentadas para a implementação de uma Cultura de Paz com políticas ou nas políticas, via poder público, voltadas para a segurança Pública” procurou fazer a ligação entre o arcabouço teórico da cultura da paz e sua aplicação. Este objetivo foi atingido através da pesquisa bibliográfica e documental constante do capítulo “Políticas públicas” e de suas partes: aproximação conceitual empregada nesta tese, políticas públicas: breve histórico e teorias, panorama brasileiro e avaliação de políticas públicas. Políticas públicas: história e teorias. O contexto brasileiro. Cultura de paz na pós-modernidade e Políticas públicas e por fim o último objetivo específico “Organizar o processo empírico mediante o experimento prático a partir do fenômeno vivido “Programa Gente que

Faz a Paz” sugerindo soluções, via políticas públicas, para a implantação da Cultura de Paz foi abordado em um capítulo, versando sobre o método empregado e o objeto da pesquisa.

Desta forma conclui-se que o termo “Paz”, com o qual, para o qual e através do qual tem a razão de ser deste trabalho, é pensado e vivenciado à luz da compreensão holística de sua abordagem, isto é, o sentimento, sensação ou percepção do que, em grego, se denomina *holos*, que significa “todo” ou “inteiro”. Daí o sentido das três ecologias compartilhadas pela Rede da Cultura de Paz, composta de organizações, movimentos, iniciativas e projetos: a da paz pessoal ou interior, a da paz social e a da paz ambiental.

Esses três níveis ou instâncias, que se implicam, são alternativas possíveis ao modo de ser doentio das sociedades contemporâneas, nas quais têm se mostrado muito preocupantes os sinais e sintomas de depressão, ansiedades, angústias, pânico, fobias e terrores de todo tipo, estresses, psicopatias etc., aos quais se somam as múltiplas formas, onipresentes e cada vez mais assustadoras de violência.

Neste trabalho, a abordagem holística transdisciplinar dialoga com o método fenomenológico, a “ciência do vivido”, da filosofia de Husserl, que se caracteriza pela disposição de ir às coisas mesmas, em que a consciência, por ser sempre intencional, não é uma substância (alma), mas uma *atividade* constituída de atos (percepção, imaginação, volição, afetos etc.), com os quais visa algo, pois toda “consciência é consciência de”. Colocar o mundo – no caso deste estudo, a violência – “entre parênteses”, que é visar à sua redução eidética (do grego *eidos*, essências ou significações), de acordo com a fenomenologia, não significa negá-lo ou limitá-lo, mas possibilitar o desvelamento de seu objeto, pois, enquanto procedimento de investigação, essa redução é o que permite compreender o mundo (violência) da experiência vivida. Em consequência, mediante sucessivas reduções, manifesta-se a intencionalidade holística com seus objetos, que possibilita vivenciar a não violência e o sentido da não violência.

Num país como o Brasil, em cujo processo de formação histórica tem origem e mostram-se acentuados os níveis de desigualdade socioeconômica (foi o último país a abolir a escravidão), o fenômeno da violência é cada vez mais trágico, em sua produção e reprodução, sem que a alternativa da adoção de Políticas Públicas voltadas para a segurança Pública signifique uma resposta desejável, a se traduzir em efetiva e eficaz articulação das ações de desenvolvimento humano, a fim de fazer valer o sentido civilizatório desses serviços. Este é um dos pontos críticos focalizados neste trabalho. A articulação dessas políticas é uma das

dimensões essenciais da Cultura de Paz, sem o que a palavra “cidadania” não tem nenhum significado simbólico, prático e imediato no viver cotidiano.

Entre as reflexões que o presente estudo suscitou, como a da interface dos 6 Ds (Diálogo, Democracia participativa, Desenvolvimento sustentável, Desarmamento, Diversidade, Direitos humanos), que têm concretude na interligação dos Seis Princípios do Manifesto 2000 da UNESCO (Respeitar toda forma de vida, Rejeitar a violência, Liberar a generosidade, Escutar para compreender, Preservar o planeta, Reinventar a solidariedade), cumpre sublinhar a de que se a não violência fosse apenas um método de ação que procurasse alcançar por outros meios o mesmo objetivo visado pela violência, seria então necessário considerá-la, ou julgá-la, apenas por seus resultados, pois seriam os únicos que a justificariam.

Desse modo, que fundamento ético e espiritual teria a não violência? Seria necessário mudar de método assim que ela fosse julgada ineficaz. Entretanto, se a não violência é a atitude de pessoas dotadas da capacidade de discernimento que buscam dar sentido e transcendência à sua vida, à vida de seus semelhantes e à vida do planeta, então ela se justifica por si mesma. Nessa medida, o empenho pela Cultura de Paz resulta de uma escolha pessoal, de grupos, associações, instituições e governos cujos comportamentos, atitudes e valores, de modo sinérgico, poderiam nutrir um programa assim. Esse *tout effort* para construir essa cultura, em que se inscrevem iniciativas como a do Programa Gente que Faz a Paz, representa hoje uma necessidade premente para o futuro da humanidade, como para cada uma das sociedades existentes no mundo. Apesar das dificuldades, aqueles que entendem que a Paz sem ação é estagnação, é ausência, devem buscar ter uma ação efetiva na construção de uma Cultura de Paz.

Nesse mundo contemporâneo faz-se necessário um ser humano com uma nova consciência holística/transdisciplinar - é preciso que esse “ser” ponha fim à alienação, à ignorância. É preciso eliminar fatores que contribuem para existência da servidão humana, para que ocorra o progresso da humanidade a caminho do novo século pacífico e mais harmonioso, cultivando o amor, a compaixão e o altruísmo em ação – todos a serviço de todos, como se fosse um presente para o mundo. A pesquisa nos mostra que Viver a vida na Cultura de Paz é sempre um Sonho possível! ... reinventada, reconstruída, cuidando de todas as dimensões – individual, familiar, profissional e em sociedade, integrada com o meio ambiente. Cuidar da Vida exige uma revolução humana na consciência da Cultura de Paz!

Há uma questão praticamente ignorada: a baixa frequência de educação para a Paz no mundo. Já quando de sua criação, a UNESCO, em seu preâmbulo, declarava: “As Guerras

nascem no espírito dos homens, logo é no seu espírito que devem ser erguidos os baluartes da Paz”. Cremos que a Cultura de Paz é uma iniciativa de longo prazo, é necessário aprendê-la, desenvolvê-la e colocá-la em prática no dia-a-dia familiar, social e ambiental. É um processo sem fim.

Nossa pesquisa revelou que a história da violência é multimilenária. Esta violência se divide em: estrutural, de resistência e da delinquência. Vale salientar que a violência durante toda a escravidão e que se perpetua até hoje, mas com uma nova roupagem como toda violência marcante na Europa Ocidental mercantilista, ou seja, o ser humano não se tornou mais violento no século XX, ele já tem sido violentado desde os primórdios da humanidade. A roda da paz superabunda a roda da destruição, é necessário a implementação de políticas públicas, pois estas políticas são ineficientes no Brasil, e ainda acrescentamos que a violência policial provavelmente é um dos fatos mais recorrentes no Brasil, por conseguinte necessitamos urgente da intervenção do poder público.

Exemplificando, temos a informação que a média das últimas 3 décadas é de quatro brasileiros assassinados por hora e que o Estado de Alagoas é o mais violento do Brasil.

Em nossa pesquisa o paradigma holístico, sua integração e sua transdisciplinaridade se sobrepõe ao limitado paradigma cartesiano.

Nossa pesquisa ainda revelou, na parte empírica, que os entrevistados (os Agentes da paz) se tornaram mais conscientes da cidadania deles, melhorou a autoestima, que o nível de consciência tornou-se mais inclusivo em face de uma nova compreensão da responsabilidade pessoal, social e ambiental deles, assim como, o kit da paz criou ânimo, orgulho e empoderamento para estes Agentes da Paz respondendo ao objetivo geral desta tese: Com base na análise dos depoimentos julga-se que esta tese comprovou que o programa “Gente que Faz a Paz” pode sim ser uma ferramenta inovadora no sentido Stricto de criar caminhos ou estratégias diferentes para atingir o objetivo de Paz Social. Já definimos que neste trabalho assume o sentido de “promover a eficácia” de tornar as diferentes políticas públicas voltadas para a segurança social ou pública mais eficientes e eficazes com base em um amplo programa de promoção da cultura da paz nos moldes do programa Gente que Faz a Paz.

Acreditamos que um dia possamos visualizar de fato a luz no fim do túnel. A implantação da cultura da paz como mudança de consciência do ser consigo mesmo, com a sociedade e com o meio ambiente produzindo ou cooperando na melhoria das políticas públicas de segurança pública.

6.1 RECOMENDAÇÕES

Como parte do ineditismo dessa tese de doutorado, traçaremos, portanto, algumas sugestões, as quais, por certo, poderão conduzir a solução para implantação da Cultura de Paz, de forma prática e atuante no indivíduo, sociedade e natureza via a inserção do programa “Gente que Faz a Paz” nas políticas públicas brasileiras, especificamente no desenvolvimento de políticas regionais, as quais se enquadram na linha de pesquisa deste doutorado.

Primeiramente, citaremos a definição de políticas, a qual é a ciência ou doutrina do Estado, ou melhor, a política é a razão do Estado e a moral e a razão do indivíduo. Buscamos a interligação dessas duas razões, as quais quase nunca se encontram (o direito do indivíduo de se apropriar das políticas públicas, via Estado).

Portanto, há a urgente necessidade da implementação, execução e avaliação de Políticas Públicas para a implantação da Cultura de Paz, numa democracia participativa em regime democrático de direito nas seguintes áreas:

Educação – Ter a educação integral de qualidade, pensando na cidadania e eliminando a todo tipo de discriminação, o respeito à vida, justiça, civilidade, humanização bem como a implantação da escola e universidades como Espaço Sagrado, via Educandário para a aquisição do conhecimento, evolução, produção, socialização, acompanhamento das crianças e monitoramento dos jovens, para que estes também participem da elaboração das políticas públicas de curto médio e longo prazo bem como a implantação da disciplina “Cultura de Paz” nas escolas ou como tema transversal.

Como proposição de médio ou curto prazo, como ação preventiva, com campanhas e trabalho nas redes sociais, e via contato direto com a população através de agentes comunitários (especialmente treinados – agentes da paz), nos moldes dos planos de ações de enfrentamento das epidemias.

Na área específica da segurança pública sugere-se a implantação de Agentes da Paz com capacitação e distribuição do kit da Paz, via os atores da segurança, policiais civis, militares, técnicos, rodoviários, bombeiros, guardas municipais, agentes penitenciários, para resolução dos conflitos, solução dos problemas e comunicação não violenta para uma vivência mais humanizada.

Recomenda-se ainda romper com os grupos que detêm os poder de gerar políticas públicas sem o envolvimento real da população para o alcance do povo, a fim de que a população contribua para o pensar e o decidir estas políticas, fortalecendo a democracia

participativa, integrando todos em uma abordagem holística transdisciplinar, em que outras formas de conhecimento serão chamadas para cooperarem entre si, seguindo uma axiomática comum e abertas para influência do terceiro incluído – via os 6Ds (Democracia, Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Desarmamento, Diálogo e Diversidade), as ecologias individual, social e ambiental com valores éticos, na matriz holopoética - a integração da Cultura de Paz com Arte, Filosofia, Ciência e as grandes tradições espirituais ou seja, o ser integrado consigo com o outro e com a natureza, mediante razão, intuição, sensação e sentimento chamada a roda da transformação da Cultura da Paz – ver apêndices.

Um mundo sustentável, ou seja, equilibrado, humanizado, desarmado respeitando a ecologia planetária e a lógica do terceiro incluído, a transformação do ser autômato em consciente, na consciência para mudar a realidade caótica, sair do interior para o exterior, mediante um desenvolvimento sustentável regional ou urbano não centrado na produção mas nas pessoas ou seja, arte e ciência de cuidar dos interesses públicos para gerar uma sociedade com maior equidade.

Aplicar no território brasileiro o Programa Gente que Faz a Paz, como Política Pública Nacional – com capacitação dos Agentes da Paz e aplicação do kit da Paz nas iniciativas privadas – unindo-se mercado, governo federal, estadual e municipal – poder executivo, legislativo, judiciário e terceiro setor – todos entorno do conteúdo da Cultura da Paz com emprego de diferentes linguagens Culturais: livros, manuais, cartilhas, dvds, cds, e outros. O Objetivo é preparar o indivíduo para se tornar Sementeiro, Agentes ou Educadores da Paz, com ações no nível de campanhas, mobilizações, sensibilização, formação, pós-formação mediante eventos – oficinas, seminários, workshops, fóruns, congressos e vários tipos de diálogos.

Propiciar a paz no corpo e na mente, diariamente, estimulando a criatividade e inovação, diminuindo o stress, tensão, fazer meditação, melhorar a qualidade do sono, exercitar a escuta e o diálogo, respeitar as diferenças, estimular a solidariedade, aprender a desconstruir a cultura de guerra e construir a Cultura da Paz.

Implantar um Núcleo de Cultura de Paz no Observatório de Segurança da Bahia na Unifacs Universidade de Salvador - Rede Laureate, como um verdadeiro centro de pesquisa, formação e prática reflexiva sobre a epistemologia, a metodologia e ontologia transdisciplinar em conexão com várias redes existentes com foco na Cultura de Paz e a subsequente criação e implementação de programas e projetos fundamentados nessa visão.

Contribuir sempre no sentido de mudar a consciência do ser humano no planeta, enquanto ação humanitária, atitude holística/transdisciplinar, transcultural, transpolítica, transnacional ou seja, o papel e o lugar da não violência e do diálogo na resolução dos problemas humanos a médio e longo prazo, deixando de privilegiar o poder, mas ir em busca da solidariedade, implantando uma mente corporativa, saindo da ignorância e fragmentação da sociedade, propondo sempre o diálogo com todas as pessoas e setores, para uma convivência pacífica e fraternal, ou seja, humanizar a humanidade, ter uma nova consciência planetária.

REFERÊNCIAS

ACNUDH - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS. [Portal institucional]. 2015. Disponível em: <<http://acnudh.org/>> Acesso em: 6 jul. 2015.

ARAÚJO, Tânia B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan – FASE, 2000.

ARENDET, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

_____. **Pensamento, persuasão e poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

BALESTRERI, Ricardo. **Segurança pública no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2010.

BANDEIRA, Cláudio. ONGs querem mundo menos injusto. **A Tarde**, Salvador, Caderno 10, p.6, 19 out.1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito constitucional**. 21. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2000.

BAUMGARTEN, Frank; JONES, Bryan. **Agendas and instability in american politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BERNE, Eric. **Análise transacional: os jogos da vida**. São Paulo: Nobel, 1986.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina : relatório 2006 = The politics of policies : economic and social progress in Latin America, 2006 Report**. Tradução de Banco Interamericano de Desenvolvimento. Rio de Janeiro : Elsevier ; Washington, DC : BID, 2007.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Como ordenar as idéias**. São Paulo: Ática, 1988.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. Educação planetária em face da globalização. **Revista da FAEEBA**, Salvador, n. 16, p.27-35, 2001.

BOHN, David. **Diálogos**. São Paulo: Palas Athena, 2005.

_____. **La plénitud de l'univers**. Paris: Rocher, 1987.

- BOISIER, S. **Política económica, organización social y desarrollo regional**. Santiago de Chile: ILPES, 1998.
- BOULDING, Elise. **Cultures of peace: the hidden side of history**. New York: Siracuse University, 2000.
- BROWN, Lester R. (Org.). **Estado do mundo 2000**. Salvador: UMA, 2000.
- _____. **Plano B 4.0: mobilização para salvar a civilização**. São Paulo: New Content, 2009.
- BURNS, Robin; ASPESLAGH, Robert. Concepts of peace education: a view of western experience. **International Review of Education**, Hamburg, v.29, n.3, p.31-330, 1983.
- CABRAL, Álvaro. **Dicionário da idade média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- CALDAS, Alcides Santos. **Violência nas escolas**. [S.l.]: UNESCO, 2002.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix: 1987.
- CARVALHO, Edgard de Assis. **Ética, solidariedade e complexidade**. São Paulo: Palas Athena, 1998.
- CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão: o nascimento das ONGs**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CASTELL, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.
- CASTEL, Robert. **Insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.
- CAVALLAR, Georg. A sistemática da parte jusfilosófica do projeto kantiano à paz perpétua. Trad. Peter Naumann. In: ROHDEN, V. (Org.). **Kant e a instituição da paz**. Porto Alegre: UFRGS; Goethe-Institut, 1997. p. 78-95.
- CETRANS - CENTRO DE EDUCAÇÃO TRANSDISCIPLINAR. **Cultura de Paz**. Disponível: <<http://www.cetrans.futuro.usp.br>>. Acesso em: 4 ago. 2014.
- CHARLOT, Bernard. **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xama, 1981.
- COHEN, Michael; MARCH, James; OLSEN, Johan. A garbage can model of organizational choice. **Administrative Science Quarterly**, v.17, n.1, p.1-25, mar. 1972.
- COMITÊ DA CULTURA DE PAZ. [Portal institucional]. 2015. Disponível em: <<http://comitepaz.org.br>> Acesso em: 26 jul. 2015.
- COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. São Paulo: Graal, 2003.
- DAUMAL, René. **The powers of the word**. San Francisco: City Lights, 1991.

_____. **You've always been wrong**. Lincoln (NE): University of Nebraska Press, 1995.

_____. **O monte análogo**. São Paulo: Horus, 1998.

DEBARBIEUX, Éric François P. **Violences à l'école: um défi mondial?** Paris: Armand Colin, 2006.

DEL CASALE, Franco. **Ajuda-me a crescer: desenvolvimento evolutivo dos 0 aos 16 anos: análise transacional e terapia refocalizadora**. São Paulo: Summus, 1986.

DELORS, Jacques. UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Brasília: UNESCO, 2010.

DENIS, Arielle. **Mondialiser la paix**. Paris: La Dispute, 2000.

DISKIN, Lia. Cultura de paz: uma política inadiável. **Jornal ConPAZ da Assembleia Legislativa de São Paulo**, São Paulo, 2010.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Centauro, 2005.

ERIKSON, Eric H. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

_____. **O ciclo de vida completo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FARIA, Carlos Aurélio P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, p.21-30, fev. 2003.

FERNANDES, Rubens César. O que é terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FERREIRA, Leila da Costa. **Estado e ambiente**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1990.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1972. (Obras psicológicas completas; 4.)

_____. **Obras completas**. Madri: Biblioteca Nueva, 1973.v.2

FRISCHEISEN, Luíza Cristina Fonseca. **Políticas públicas: a responsabilidade do administrador e o Ministério Público**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

FROMM, Eric. **Escape from freedom**. New York: Rinehart, 1941.

_____. **To have or to be?** New York: Harper & Row, 1976.

FURTADO, Celso. **Em busca do novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GALTUNG, Johan. **Transcender e transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos**. São Paulo: Palas Athena, 2006.

GANDHI, Mohandas K. **Autobiografia: minha vida e minha experiência com a verdade**. São Paulo: Palas Athena, 1999.

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2003. p. 25-40.

GENTE QUE FAZ A PAZ. [Portal institucional]. 2015. Disponível em: <www.gentequefazapaz.org.br> Acesso em: 26 jul. 2015.

GOMES, Carlos Alberto da Costa. (Org.). et al. **Segurança e Educação**. Uma abordagem para a construção de um sistema de medidas pró-ativas, preventivas e repressivas coerentes com a realidade da juventude. 1. ed. Salvador, Bahia: Bureau, 2008. v. 1. 170p

GOMES, Carlos Alberto da Costa ; GARCEZ, Maria Virgínia S. Segurança pública no Brasil: pequenas e grandes verdades. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: A SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMÉRICA LATINA HOJE, 4., 2012. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

GOMES, Carlos Alberto da Costa; GOMES, Gina Emília Barbosa de Oliveira Costa. As faces da (in) segurança: as falas das vítimas, vitimizadores e autoridades na cidade de salvador, Bahia. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA, 9., 2011, São Pulo. **Anais...** São Paulo: EDUSP, 2011. p. 19-20.

GONZAGA, Sandra Maria. **A visão holística nas organizações**. Monografia (Pós-graduação em Administração de Empresas)- UNIFACS Universidade Salvador, Salvador, 2000.

GREENPEACE. [Portal institucional]. 2015. Disponível em: <www.greenpeace.org.br> Acesso em: 26 jul. 2015.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Cidadãos do presente: crianças e jovens na luta pela paz**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GUSTAV, Berle. **O empreendedor do verde**. São Paulo: Makron Book do Brasil, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Más allá del estado nacional**. Madrid: Trotta, 1997.

HALL, Calvin S. ; INDZEY, Gardner; CAMPBELL, John B. **Teorias da personalidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

HEIDBREder, Edna. **Psicologias do século XX**. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o Humanismo**. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

HERMON, Elly. De l'éducation à la paix à l'éducation mondiale. **Revue des Sciences de L'éducation**, Montreal, v. 23, n.1, p. 77-90, 1997.

HICKS, David. **Educación para la paz: cuestiones, principios y practica em el aula**. Madrid: Ediciones Morata, 1993.

HIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, n.3, p.20-27, 2009.

HOBBS, Thomas. **Leviatã (1651)**. Trad. Eunice Ostrenky. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**. São Paulo: Makron Books, 1999.

HUFFMAN, Karen; VERNOY, Mark; VERNOY, Judith. **Psicologia**. São Paulo: Atlas, 2003.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. **Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia**. São Paulo: Madras, 2001.

_____. **Investigações lógicas**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2005.

_____. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Aparecida (SP): Ideias e Letras, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**: IBGE. 2010. Disponível em: <censo2010.ibge.gov.br> Acesso em: 10 out. 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/> Acesso em: 18 dez. 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 10 out. 2015.

INSTITUTO FILANTROPIA. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: <www.institutofilantropia.org.br> Acesso em: 20 jan. 2016.

INSTITUTO SANGARI. [Portal institucional]. 2015. Disponível em: <www.institutosangari.org.br> Acesso em: 22 jan. 2016.

INSTITUTO SOU DA PAZ. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: <<http://www.soudapaz.org>> Acesso em: 20 jan. 2016.

IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **Terceiro setor: desenvolvimento social sustentável**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate change 2013: the physical science basis - Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. New York: Cambridge University Press, 2014. Disponível em: <www.ipcc.ch> Acesso em: 2 jul. 2015.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS**. [Portal]. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 26 jul. 2015.

JARES, Xesús. **Educación para la paz**. Madrid: Editorial Popular, 1999.

JESUS, Maria Gorete Marques de. **O crime de tortura e a justiça criminal: um estudo dos processos de tortura na cidade de São Paulo**. 2010. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

JUNG, Carl Gustav. **A dinâmica do inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KRUG, Étienne. **Violência no mundo mata 1,6 milhão de pessoas por ano**. 2002. Disponível em: <www.bbc.co.uk/portuguese/2002> Acesso em: 12 dez. 2015.

LASSWELL, Harold D. **Politics: who gets what, when, how**. Cleveland: Meridian Books, 1958.

LEIS, Héctor. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LELOUP, Jean-Yves. **Uma arte de cuidar**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LENHART, Volker. **Educação numa sociedade mundial: globalização como desafio às pedagogias**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1998.

LEQUAN, Mai. **La paix: textes choisis et présentés**. Paris: Flammarion, 1998.

LINDBLOM, Charles E. Still muddling, not yet through. **Public Administration Review**, v.39, n.6, p.517-526, nov./dec. 1979.

LOWI, Theodore J. American business, public policy, case studies and political theory. **World Politics**, v. 16, n. 4, p. 677-715, jul. 1964.

_____. Four systems of policy, politics and choice. **Public Administration Review**, v. 32, n. 4, p. 298-310, jul./aug. 1972.

LUCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUME. Repositório institucional – UFRGS. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br> Acesso em: 12 dez. 2015.

LYNN, Lawrence E. **Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis**. California: Goodyear, 1980.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MANUAL mediação de conflito. Rio de Janeiro: ONG Viva Rio, 2007.

MAPA DA VIOLÊNCIA. [Portal institucional]. 2015. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br> Acesso em: 22 jan. 2016.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria A.V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: EDUC ; Moraes, 1989.

MARTINS, José Renato Vieira, SOUZA, Nair Heloísa Bicalho, MARTON-LEFÈVRE, Júlia. **Educação para a Paz e Direitos Humanos**. Brasília. Presidência da República, Secretaria Geral, 2008.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAY, Rollo. **Poder e inocência**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

MEAD, Lawrence M. Public policy: vision, potential, limits. **Policy Currents**, v.16, n.5 p.1-4, fev. 1995.

MELO NETO, Francisco P. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac Naify, 1980.

MERTON, Robert. **Éléments de théorie et de méthode sociologique**. Paris: Plon, 1963.

MILANI, Feizi Masrour. **Violências x cultura de paz: a saúde e cidadania do adolescente em promoção**. 181 f. 2004. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia - UFBA, Instituto de Saúde Coletiva - ISC, Salvador, 2004.

MINAYO, Maria Cecília. O impacto da violência sobre a saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.10, supl. 1, jan. 1994.

MJ – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. (Pronasci)**. 2015. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci>> Acesso em: 12 dez. 2015.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. **O espírito das leis**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORGAN, Garret. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido**. São Paulo: Publicações Europa, 1991.

_____. **Ética, solidariedade e complexidade**. São Paulo: Palas Athena, 1998.

_____. **Cultura e barbárie europeias**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

_____. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

_____. **A cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011a.

_____. **Rumo ao abismo?** Ensaio sobre o destino da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011b.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2002

MULLER, Jean-Marie. **Vocabulário da não-violência**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **O princípio da não-violência: uma trajetória filosófica**. São Paulo: Palas Athena, 1995.

_____. **Não-violência na educação**. São Paulo: Palas Athena, 2006.

NERY, Marcelo Batista. **Mortes de jovens associadas à violência: indício de impunidade** Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down209.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2016.

NEV/USP - NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA USP. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: <<http://nevusp.org>> Acesso em: 22 jan. 2016.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999a.

NICOLESCU, Basarab et al. **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: Edições UNESCO Brasil, 1999b.

OLIVEIRA, José Antônio P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD - ENANPAD, 30., 2006. **Anais...** Salvador: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 2006. 1 CD-ROM.

OLSON JUNIOR, Mancur. **The logic of collective action. Public goods and the theory of groups**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1965.

ONUBR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: <www.nacoesunidas.org> Acesso em: 22 jan. 2016.

PALAS ATHENA. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: <www.palasathena.org.br> Acesso em: 18 jan. 2016.

PEDRÃO, Fernando. **Economia, política e poder na periferia globalizada**. Florianópolis: Podium, 2009.

PETERS, Guy. **American public policy**. New Jersey: Chatham House, 1986.

PRIBRAM, Karl H. **Brain and Behavior**. São Paulo: Penguin, 1969.

PINHO, José Wanderley de A. **História de um engenho do Recôncavo**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1982.

PRONASCI - PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRNN.htm>> Acesso em: 18 jan. 2016.

RAMALHOSO, Wellington. **Capitais do país tiveram quase dois assassinatos por hora em 2014**. 30 set. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/09/30/capitais-do-pais-tiveram-quase-dois-assassinatos-por-hora-em-2014.htm>> Acesso em: 12 dez. 2015.

RATIER, Rodrigo. Quais foram os maiores desastres ecológicos do mundo? **Mundo estranho**, ed.22, 2010.

REARDON, Betty; CABEZUDO, Alícia. **Rationales for and approaches to peace education: learning to abolish war, teaching toward a culture of peace**. New York: Hague Appeal for Peace, 2002.

REIS, Sérgio N. **Direito ambiental na Baía de Todos os Santos**. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 2012.

RICARD, Matthieu. **A revolução do altruísmo**. São Paulo: Palas Athena, 1998.

RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

RIVABEM, Fernanda Schaefer. A dignidade da pessoa humana como valor-fonte do sistema constitucional brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v.43, 2008.

RÖHRS, Hermann. **El afianzamiento de una paz mundial permanente por médio de la educacion para la paz**. Tubingen: Instituto de Colaboração Científica, 1996.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não-violenta**. São Paulo: Ágora, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SABATIER, Paul; JENKINS-SMITH, Hank. **Policy changing and learning: the advocacy coalition approach**. Boulder: Westview Press, 1993.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 16, n. 1, 2014.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SEN, Amartya. **Identidade e violência: a ilusão do destino**. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.

SERVA, Maurício. O Estado e as ONGs: uma parceria complexa. **Revista de Administração Pública – RAP**, v. 6, n.31, p. 41-54, nov./dez. 1997.

SHARP, Gene. **The politics of nonviolent action: the dynamics of nonviolent action**. Boston: Porter Sargent, 1973.

SILVA, Luiz Antônio Palma. **Políticas públicas para uma sociedade que se pretende plural**. São Paulo: Edições FUNDAP, 2010.

SINESP - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela redução de homicídios**. 2015. Disponível em: <<https://www.sinesp.gov.br>> Acesso em: 12 dez. 2015.

SINESP - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA. [Portal institucional]. 2015. Disponível em: <<https://www.sinesp.gov.br/estatisticas-publicas>> Acesso em: 12 dez. 2015.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza e das nações**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1976. (Os Pensadores).

SMITH, John Alexander; HARRÉ, Rom; LANGENHOVE, Luk Van. **Rethinking psychology**. Thousand Oaks (CA): Sage, 1995.

SMUTS, Ian Christian. **Holism and evolution**. London: MacMillan, 1926.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Francisco Djacyr S. **Preservação do ambiente: uma ação de cidadania**. São Paulo: Brasil Tropical, 2003.

SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da dificuldade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Geração de emprego e renda em Salvador**. Salvador: Kanzeon, 1998.

_____. **A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX.** Salvador: Editora UNIFACS, 2009.

SPOSITO, Marília P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n.1, p.87-103, jan./jun. 2001.

TAILLE, Yves de la. **Dimensões psicológicas da violência.** Porto Alegre: Pátio, 2002.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos.** São Paulo: Edições Loyola, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **L’Ancien Régime et la Revolution.** Paris: Galimard, 1975.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Cultura de paz: da reflexão à ação.** Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e não violência em benefício das crianças do mundo. Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: <www.unesco.org.br> Acesso em: 15 jan. 2016.

UNICEF. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Escritório das Nações Unidas do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH). **Relatório sobre segurança cidadã e direitos.** 2009. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/pdf%20files/SEGURIDAD%20CIUDADANA%202009%20PORT.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2015.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: <www.unicef.org.br> Acesso em: 15 jan. 2016.

UNIPAZ. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: <www.unipaz.org.br> Acesso em: 15 jan. 2016.

VARGAS VELÁSQUEZ, Alejo V. **Notas sobre el estado y las políticas públicas.** Bogotá, Colombia: Almudera Editores, 2001.

VIVA RIO. **Paz é essencial para o desenvolvimento sustentável.** 2014. Disponível em: <<http://vivario.org.br/paz-e-essencial-para-o-fim-da-pobreza-diz-onu/>> Acesso em: 12 dez. 2015.

VIVA RIO. [Portal institucional]. 2016. Disponível em: <<http://vivario.org.br>> Acesso em: 12 jan. 2016.

WACQUANT. Loïc. **Os condenados da cidade.** Rio de Janeiro: Revan Fase, 2001a.

_____. **As proporções da miséria.** Rio de Janeiro: Revan Fase, 2001b.

WADLOW, René. **The year 2000: a world focus upon developing a culture of peace.** Genève: International Peace Bureau; UNESCO, 2000.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil.** São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

_____. **Mapa da violência 2012 os novos padrões da violência homicida no Brasil.** São Paulo: Instituto Sangari, 2013.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Desigualdade e questão social.** São Paulo: Educ, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo, SP: Pioneira, 1967. (Biblioteca pioneira de ciências sociais).

WEIL, Pierre. **A arte de viver em paz.** São Paulo: Gente, 1990.

_____. **A nova ética.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. **Organização e tecnologia para o terceiro milênio: a nova cultura da organização holística.** 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. **A mudança do sentido e o sentido da mudança.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

_____. **A arte de viver a vida.** Brasília: Letrativa, 2004.

WEIL, Pierre; D'AMBROSIO, Ubiratan; CREMA, Roberto. **Rumo à nova transdisciplinaridade.** São Paulo: Summus Editorial, 1993.

WHITE, Patrícia. Frente a los críticos. In: HICKS, David (Comp.). **Educación para la paz: cuestiones, principios y practica em el aula.** Madrid: Ediciones Morata, 1993.

WILBER, Ken (Org.). **O paradigma holográfico.** São Paulo: Cultrix, 1996.

WILLIAMSON-FIEN, Jane. Poder. In: HICKS, David (Comp.). **Educación para la paz: cuestiones, principios y practica em el aula.** Madrid: Ediciones Morata, 1993.

ZAVALETA, Esther de. **Educação para a convivência.** São Paulo: Ave Maria, 1999.

ZDARZIL, Herbert. **Educación para la paz.** Tubingen: Instituto de Colaboración, 1978.

APÊNDICE B - Base Epistemológica das Políticas Públicas Integradas



Fonte: Elaboração da autora desta tese (2015).

APÊNDICE C - Metodologia da Capacitação dos Agentes da Paz

Capacitação dos Agentes da Paz

Metodologia	Parceiro educador	Material do kit
A ARTE DE VIVER EM PAZ	UNIPAZ - 10 H	Livro A ARTE DE VIVER EM PAZ
A PAZ COMO SE FAZ?	PALAS ATHENAS - 10 H	Cartilha A PAZ COMO SE FAZ Revistas TOTH Livro A NÃO-VIOLÊNCIA NA EDUCAÇÃO
COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA	CNVBRASIL - 10 H	Livro A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	VIVA RIO - 10 H	Cartilha RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
A ARTE DE CUIDAR	UNIPAZ - 10 H	Livro A ARTE DE CUIDAR
PLANO DE AÇÃO	COORDENAÇÃO - 10 H	KIT COMPLETO
ACOMPANHAMENTO, SUPERVISÃO E MONITORAMENTO	UNIPAZ - 50 H	

Fonte: Elaboração da autora desta tese (2000).

APÊNDICE D - O Kit da Paz

O Kit da Paz

O Kit da Paz é um conjunto de ferramentas concebidas para disseminar conhecimentos para a prática da paz:

-  Vídeo para uma Cultura de Paz,
-  CD de Músicas para uma Cultura de Paz,
-  livro "A Arte de Viver em Paz",
-  cartilha "Paz, como se faz?",
-  informativo "Brasil sem Armas",
-  manual de "Comunicação Não-Violenta",
-  manual sobre "Resolução de conflitos",
-  cartaz que procura sintetizar os diversos aspectos de uma Cultura de Paz em construção.

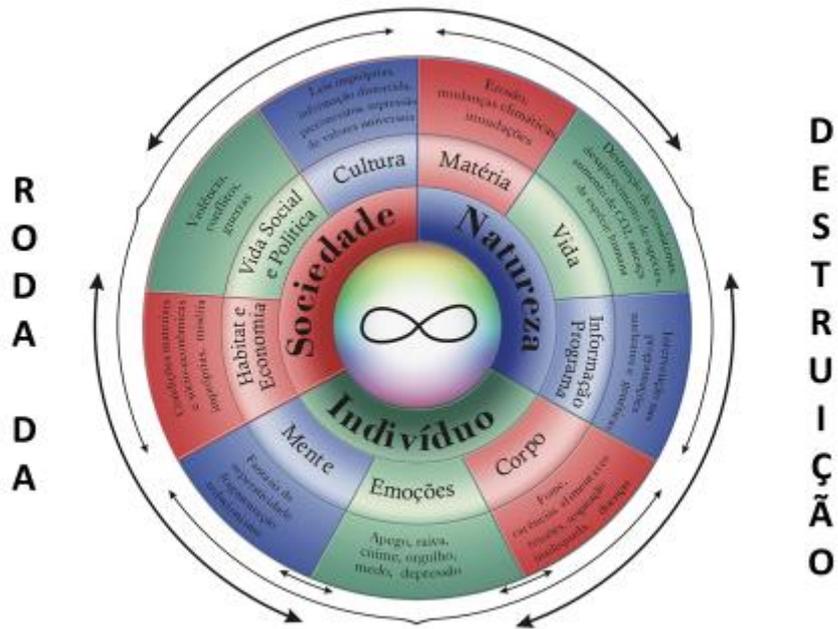
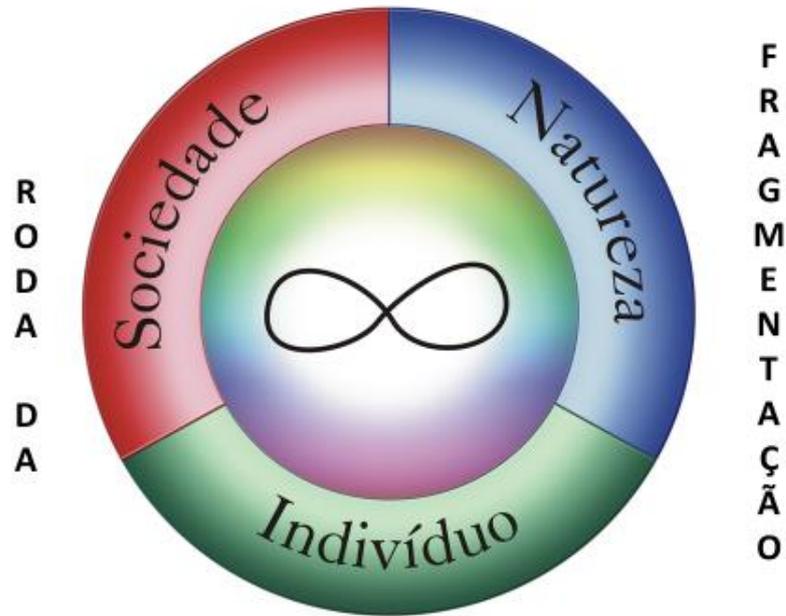
Fonte: Elaboração da autora desta tese (2000).

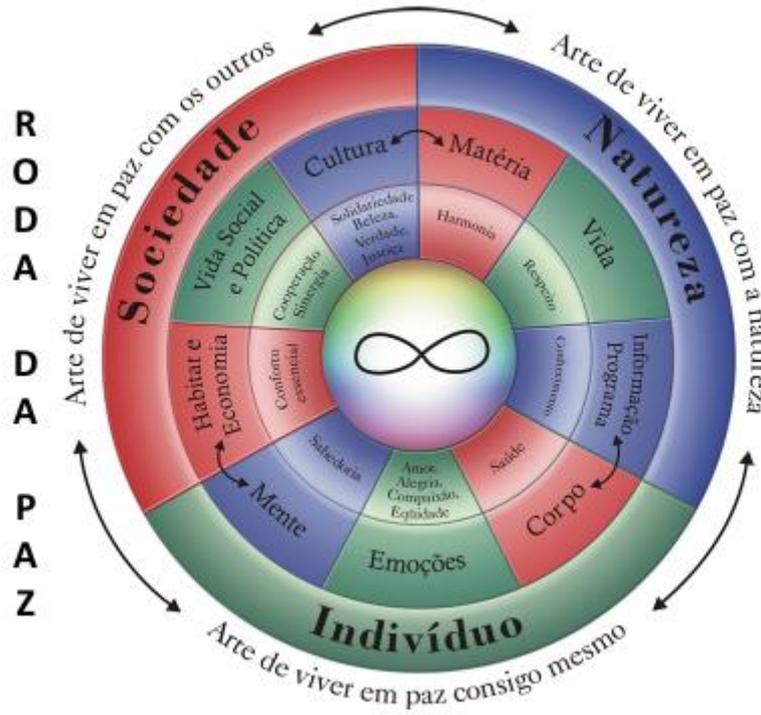
APÊNDICE E - Método Fenomenológico - Ciência das Essências



Fonte: Elaboração da autora desta tese (2015).

APÊNDICE F - Rodas da Cultura da Paz



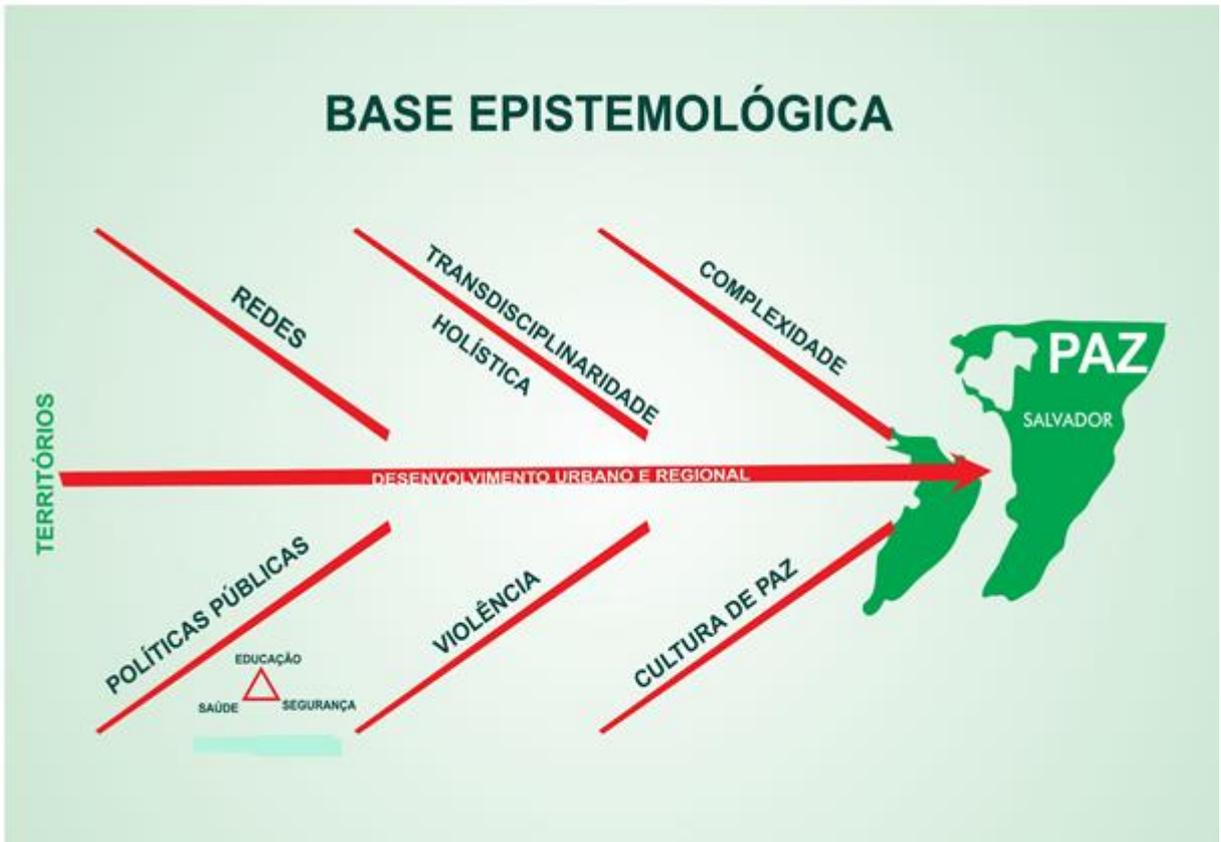




Fonte: Weil (1990).

Nota: Adaptação da autora desta tese (2000).

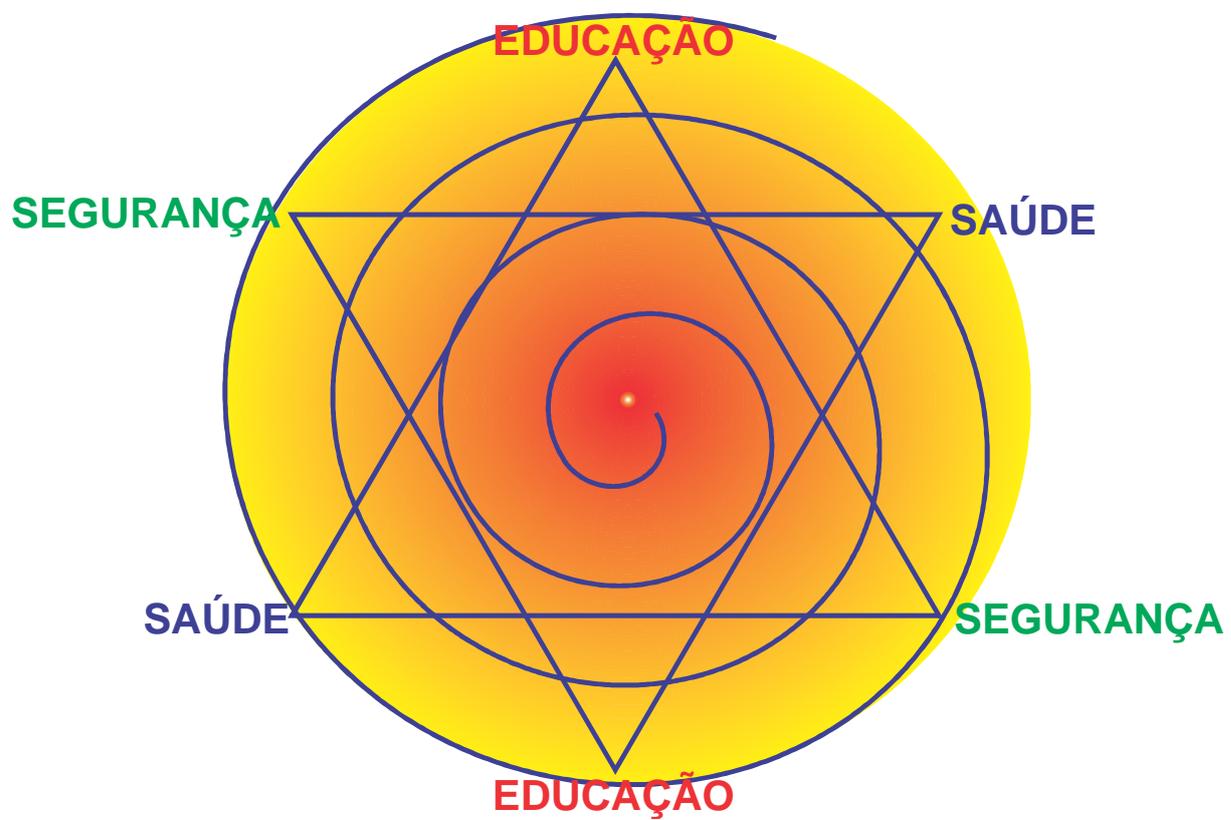
APÊNDICE G - Base Epistemológica





Fonte: Elaboração da autora desta tese (2015).

APÊNDICE H - Cultura de Paz X Políticas Públicas



Fonte: Elaboração da autora desta tese (2015).